

Universidade do Minho

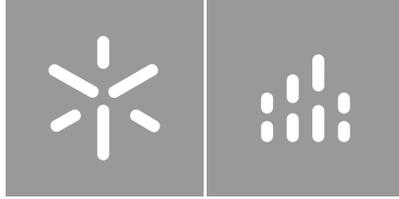
Escola de Arquitetura

Filipa Alves

A paisagem produtiva

A indústria têxtil na consolidação de um território e património.

O caso da Fábrica Sampaio Ferreira.



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Filipa Alves

A paisagem produtiva

A indústria têxtil na consolidação de um território e património.

O caso da Fábrica Sampaio Ferreira.

Dissertação de Mestrado

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao

Grau de Mestre em Arquitetura

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)

Arquiteta Marta Labastida Juan

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial

CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

Um agradecimento muito especial, à professora Marta pela dedicação e acompanhamento ao longo do trabalho, e por ser uma inspiração;

à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão pela disponibilização do material necessário;

à minha família por todo o apoio incondicional;

às amigas por serem as minhas companheiras desta viagem.

Muito obrigada a todos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

*A paisagem produtiva:
A indústria têxtil na consolidação de um território e património.
O caso da Fábrica Sampaio Ferreira.*

Resumo

A paisagem urbana atual do Vale do Ave encontra-se marcada pela presença ubíqua de espaços industriais abandonados, que com o tempo se tornaram parte do território contemporâneo. A indústria têxtil surgiu como um elemento de transformação do território, tendo-se demonstrado determinante na construção e consolidação de uma paisagem produtiva, inicialmente dominada pela atividade agrícola e posteriormente tomada e adaptada ao fenómeno industrial. Contudo, face ao desenvolvimento urbano e às mudanças socioeconómicas, muitos dos espaços industriais encontram-se agora em estado devoluto e ruína, denunciando assim um território estagnado entregue à desindustrialização.

Neste contexto, o principal objetivo deste projeto de investigação prende-se na aproximação ao abandono de ruínas industriais compreendendo o seu passado e património, como características que contribuíram para a construção e transformação de uma paisagem produtiva, como meio de sugerir novas possibilidades e oportunidades para estes espaços, que procurem proteger de ações descontextualizadas e solucionar problemas presentes nas malhas urbanas. Assim sendo, procura-se inicialmente compreender o impacto que a indústria têxtil teve na paisagem do Vale do Ave, transformando-a segundo as necessidades e progressos industriais, com o intuito de posteriormente recair o estudo na Fábrica Sampaio Ferreira como espaço transversal a todo o processo de industrialização e de história e passado singular, e assim elaborar propostas de intervenção que procurem envolver a ruína e a paisagem.

Abandono | Indústria Têxtil | Paisagem Produtiva | Património | Ruína Industrial

*The productive landscape:
The textile industry in the consolidation of a territory and heritage.
The case of Fábrica Sampaio Ferreira.*

Abstract

The current urban landscape of Vale do Ave is characterized by the ubiquitous presence of abandoned industrial spaces, which ones over time have become part of contemporary territory. The textile industry emerged as an element of transformation of the territory, having proved to be decisive in the construction and consolidation of a productive landscape, initially dominated by agricultural activity and later taken and adapted to the industrial phenomenon. However, in the face of urban development and socio-economic changes, many of the industrial spaces are now in a state of ruin, that proves a stagnant territory left to deindustrialization.

In this context, the main objective of this research is to approach the abandonment of industrial ruins, understanding its past and heritage as characteristics that contributed to the construction and transformation of a productive landscape, as a way of suggest new possibilities and opportunities for these spaces, that try to protect them from decontextualized actions and solve present problems in urban networks. Therefore, in a first moment, this research trys to understand the impact that the textile industry has had on the landscape of Vale do Ave, transforming it according to industrial needs and progress, with the aim of later relocate the study at the Fábrica Sampaio Ferreira as a transversal space to the entire industrialization process and history and unique past, with the purpose of after elaborate interventions proposals that seek to involve the ruin and the landscape.

Abandonment | Industrial Ruin | Patrimony | Productive Landscape | Textile industry

ÍNDICE

Introdução	11
Capítulo 1. O Vale do Ave e a indústria algodoeira	21
A tradição do fiar na evolução de um território	23
Riba de Ave e a construção de uma paisagem industrial	41
Capítulo 2. Narciso Ferreira e o legado patrimonial	61
A história de uma família	63
A obra industrial e social no Vale do Ave	81
Capítulo 3. A água e os aproveitamentos energéticos	105
O rio Ave e os recursos hídricos	107
A evolução da energia e a fábrica	121
Capítulo 4. Mapa Cronológico	143
Capítulo 5. O algodão e o processo têxtil	149
Do fiar ao tecer: o sistema produtivo	151
A fábrica e a evolução de um programa	161
Capítulo 6. Riba de Ave e o tecido social	177
O contexto demográfico e laboral da região	179
O operariado fabril e a obra social em Riba de Ave	187

Capítulo 7. A crise e a desindustrialização	199
O condicionamento e a crise da indústria têxtil	201
A luta operária e o encerramento	205
Capítulo 8. A Fábrica Sampaio Ferreira e o abandono	211
A ruína e a paisagem atual	213
Um presente contínuo	249
Conclusão	291
Bibliografia	297
Bibliografia de Imagens	305
Anexos	319

INTRODUÇÃO

As ruínas industriais são presenças constantes nas cidades contemporâneas, apresentando-se como elementos de degradação na paisagem. A revolução industrial revelou-se um momento de transição do território do Vale do Ave, que foi cultivado, adaptado, transformado e completamente humanizado, tendo formado uma Paisagem Produtiva. Contudo, após séculos de ordenamento agrícola e de disseminação industrial, o território do Vale do Ave apresenta-se agora como uma gigantesca ruína, revelando múltiplos estados de abandono conferidos pela desindustrialização.

O estado de devoluto e ruína destes espaços industriais denunciam uma paisagem produtiva estagnada, preenchida de vestígios e fragmentos de uma atividade têxtil agora desativada, deixando para trás um testemunho arquitetónico e um património industrial incontornável. O desenvolvimento desta investigação justifica-se assim, pela atualidade e pertinência de compreender novas estratégias de abordagem a estes espaços industriais abandonados, que procurem regenerar a ruína e consequentemente a paisagem, considerando o passado e o património dos dois elementos, como meio de solucionar problemas presentes no tecido social e urbano e assim, proteger de ações descontextualizadas centradas meramente na reversão da situação.

Incidindo-se nesta problemática, a dissertação consiste num trabalho de investigação e projeto, que procura num primeiro momento compreender a influência que a indústria têxtil teve na construção e transformação de uma paisagem produtiva, com o intuito de posteriormente, criar uma abordagem de projeto para uma ruína industrial que atente os temas e problemas analisados e característicos da industrialização do Vale do Ave e do edifício.

A escolha para objeto de estudo recaiu na Fábrica Sampaio Ferreira por se apresentar transversal a todo o processo de industrialização e revelar uma história e património singular, que a faz destacar das demais. Fundada em 1896, a fábrica presenciou diversas transformações e progressos industriais ao longo do tempo, tendo contribuído de forma significativa para a construção e consolidação do território

envolvente. Apresentando um valor patrimonial, arquitetônico, histórico, energético e têxtil inquestionável, o espaço industrial encerrou a atividade em 2005, permanecendo em estado devoluto e ruína até à atualidade. Riba de Ave, freguesia na qual se insere, caracterizada inicialmente pela presença de parcelas agrícolas que revestiam o território e denunciavam a atividade primária da região, foi posteriormente tomada pela indústria têxtil e transformada num polo industrial, expondo agora a decadência e desuso dos espaços industriais que outrora atribuíram reconhecimento ao Vale do Ave.

A intenção deste projeto de investigação prende-se assim, em lançar um novo olhar a estes espaços industriais, compreendendo o território e o edifício como espaços de constante adaptação e evolução.

A estrutura da dissertação divide-se em 7 capítulos que procuram compreender o território e o contexto em que se insere a paisagem do Vale do Ave e a Fábrica Sampaio Ferreira, enunciando temas que se demonstram característicos do processo de industrialização têxtil desta região, com o intuito de num capítulo final fazer uma aproximação ao objeto de estudo e criar uma abordagem de projeto, baseada no conhecimento adquirido. Neste sentido, cada capítulo decompõe-se em dois momentos, num primeiro é feita uma contextualização do tema, a fim de auxiliar na análise e interpretação do segundo momento que se incide diretamente no objeto de estudo.

Assim sendo, no primeiro capítulo o estudo incide-se na relação entre a indústria têxtil algodoeira e o território do Vale do Ave, onde se procura compreender como se deu a implantação industrial e de que modo o território foi transformado e adaptado. Com este intuito, procura-se refletir sobre a longa tradição do fiar enraizada no Vale do Ave e a sua influência na evolução do território, compreendendo as condições geográficas, laborais e sociais que permitiram a fixação da indústria e conseqüentemente, a formação de uma paisagem produtiva.

Nos seguintes capítulos, são percorridos temas que se demonstram pertinentes para a caracterização do processo de industrialização nesta região, que são transversais à própria fábrica estudada, deixando um testemunho patrimonial incontornável no Vale do Ave. Deste modo, procura-se analisar de um ponto de vista histórico, energético, têxtil e social estes espaços, contextualizando cronologicamente as transformações e processos presenciados face à evolução industrial, económica e social. Num capítulo posterior, analisa-se a situação de crise e consequente desindustrialização do território, onde se procura inicialmente fazer a contextualização do panorama industrial encontrado nos anos anteriores à crise, e de seguida, através de uma perspetiva mais social, compreender o encerramento da fábrica e o seu impacto na classe operária.

Por fim, o último capítulo incide-se diretamente no objeto de estudo, onde se procura compreender a arquitetura da fábrica, o estado atual da ruína e o impacto que a sua presença exerce no meio envolvente. Para este fim, pretende-se inicialmente compreender os elementos construtivos e arquitetónicos dos vários espaços que constituem a ruína, para de seguida analisar o estado atual e contínuo de abandono, fazendo um levantamento dos vestígios e fragmentos de uma atividade passada em simultâneo com as transformações e apropriações atuais dos espaços. Em modo conclusão, no último momento deste trabalho pretende-se que toda a análise realizada culmine em propostas de intervenção para a Fábrica Sampaio Ferreira que, atendendo aos temas abordados e à condição atual, procurem potencializar os espaços abandonados e assim preservar um presente contínuo, como meio de valorizar a ruína e a paisagem.

“Das altas chaminés – os “canudos” – o fumo enegrecido, proveniente do carvão que ardia nas caldeiras, tingia o céu azul com colorações bem menos vivas. O mar de gente que se dirigia para a fábrica emprestava, contudo, ao ambiente outras tonalidades, outra agitação... A pé, sozinhos ou em bandos, ou de bicicleta, os milhares de operários provenientes um pouco de todo o Vale do Ave confluíam para as gigantescas unidades industriais têxteis que dominavam a paisagem – e a vida – da região.

A sirene da fábrica ecoava ainda no Vale do Ave e já o passo, descalço ou em socos, dos mais atrasados acelerava em direção ao portão da fábrica, o mesmo por onde já passara o automóvel do industrial, também ele apressado, desejoso de saber se os fardos de algodão há já varias semanas aguardados haviam chegado...

Cá fora, à volta ou próximo da fábrica, o Ave continuava a correr. Já não tão livre como no passado. As suas águas, paulatinamente mais sofridas dos tintos e dos despejos industriais, estavam agora também mais aprisionadas, domesticadas, retidas em represas – o potencial energético das suas correntes não passara despercebido aos pioneiros da industrialização. Nas margens do rio, todavia, os milheirias, os extensos milherais, a vinha, os pastos para o gado, permaneciam imutáveis.

Naquele tempo pensávamos mesmo “eternos”. Esta era, afinal, uma terra onde o mundo agrícola vivia em perfeita simbiose com o industrial. E, no entanto, profundas mudanças económicas, políticas e sociais aguardavam apenas algumas décadas, aguardavam apenas o inexorável avançar do Tempo e da História.”

Dr. Agostinho Fernandes,
Antigo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



FIGURA 1 A PAISAGEM PRODUTIVA DO VALE DO AVE E A FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA EM RIBA DE AVE

CAPÍTULO I
O Vale do Ave e a indústria algodoeira



FIGURA 2 REPRESENTAÇÃO DA INDÚSTRIA CASEIRA NO VALE DO AVE NOS INÍCIOS DO SÉC XX

A tradição do fiar na evolução de um território

“Perde-se nos fios da história a memória da indústria têxtil no Vale do Ave, ancorada a um antiquíssimo e laborioso movimento de transformação do linho, gerador de uma dinâmica comercial em que Guimarães e, um pouco mais longe, o Porto polarizavam os processos de uma troca que tinha contornos geograficamente bastante amplos”¹.

Compreender o território do Vale do Ave é também conhecer uma longa história iniciada com uma paisagem produtiva e uma tradição do fiar. É neste contexto que a narrativa começa.

Inicialmente caracterizado por um território rural, o Vale do Ave definia-se pela presença de uma atividade agrícola auto-suficiente que era complementada pelo fiar e tecer, onde o trabalho essencialmente feminino procurava aproveitar os tempos vagos para transformar o linho ou lã. De roca à cintura, a fiação era realizada tanto na domesticidade do lar, como nos campos agrícolas durante as vigias do gado, demonstrando-se um sustento para muitas famílias camponesas da região. Destacando uma função social e doméstica, muitos dos lares possuíam um tear, em que a arte da tecelagem era considerada uma “parte integrante da educação das jovens”, constituindo “as arras do casamento das filhas” uma vez que a “casa que não tenha um tear ou é de fidalgo ou é casa onde a miséria entrou desapiedadamente”².

O linho encontrava no Vale do Ave condições propícias para o seu cultivo, sendo que durante muitos anos, juntamente com a lã, sustentaram a atividade têxtil portuguesa, integrando posteriormente a seda e o algodão. O cultivo do linho era realizado em lamaçais, onde se semeava a planta na Primavera para ser colhida no Verão, dando depois sequência a um processo de tratamento que preparava o produto para a produção final.

¹ ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 373

² ALVES, Jorge Fernandes – Fiar e Tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 6

O mercado e a crescente procura de fios e de panos, possibilitou o salto qualitativo do uso doméstico para produção especializada, criando uma rede assente em pequenas oficinas e no labor domiciliário, no qual o fio era distribuído pelo comerciante e depois, por si, recolhido o produto final com o intuito de vender em mercados distantes, esboçando assim, um início de uma produção especializada, que viria transformar profundamente a paisagem. A população começou a ocupar-se desta indústria, onde a atividade se dividia entre o cultivar e o fiar e tecer, articulando as capacidades humanas e as qualidades locais de produção.

“Uma população inteira se ocupava nesta indústria. Os lavradores fazem o cultivo e a preparação da fibra. As idosas e idosos fazem a fiação. As tecedeiras fazem os atoalhados e as colchas, na sua própria habitação. O comerciante entrega a teia à tecedeira e assume o escoamento do produto, pagando à tecedeira à peça”³.

O século XIX caracteriza-se assim pelo aparecimento de alguns indícios de iniciativa industrial, que posteriormente conduziram ao processo de implantação da indústria têxtil na região do Vale do Ave. É neste século que surgem os designados Inquéritos Industriais, que foram elaborados ao longo das décadas pelos administradores dos concelhos para o Ministério do Reino, oferecendo dados relevantes para uma melhor compreensão deste fenómeno industrial.

Embora não sendo considerado o primeiro, o Inquérito Industrial de 1845 lança alguma luz nesta matéria. Confirmando a persistência do trabalho do linho e da seda em oficinas por pequenos fabricantes, este inquérito revelava ainda, a produção de veludos, que implicava a incorporação do algodão na matéria-prima. Esta ocorrência refletia-se no concelho de Vila Nova Famalicão, onde surgia o apontamento da existência de 22 oficinas de tecidos de seda e 1 oficina de tecidos de algodão localizada na freguesia de Pedome.

Por sua vez, no Inquérito de 1881 o algodão apresentava-se já definitivamente instalado nas localidades com a tradição de tecelagem, revelando a existência de várias unidades de tecnologia manual que se sobrepunham às práticas linheiras. Os pequenos fabricantes dividiam-se entre uma rede de oficinas e trabalhos domiciliários, que ainda fomentavam o

³ PEREIRA, Augusto Castro - História da indústria do Vale do Ave: (1890-2001). Santo Tirso: [s.n.], 2002. p.10

incremento do labor ao domicílio. Apresentava-se assim a persistência da chamada indústria caseira, perdurando o sistema de assente na tradição de “os comerciantes fornecem os teares e o fio, e os homens e mulheres que tecem vendem-lhes a teia”⁴. Contudo, esta prática apresentava uma deficiência de material, de máquinas e de formação pessoal, onde as formas de legislação não eram respeitadas e o grau de intensidade de trabalho era elevado, não cumprindo horários e ignorando o pagamento de impostos.

Na segunda metade do século XIX, a produção do linho demonstrava-se, assim, bastante reduzida, estando limitada a algumas fábricas do Norte. O produto nacional apresentava falta de qualidade e quantidade, sendo que a matéria-prima era na sua maioria importada, revelando preços elevados que condicionavam cada vez mais a sua produção. Face a este contexto, assistiu-se à sobreposição do linho pelo algodão, de origem colonial, entrando em força na economia portuguesa e remetendo o linho aos consumos de luxo.

“O tradicional labor de fiar e tecer o linho produzido localmente é invadido, de forma acelerada a partir do século XIX, pelos flocos brancos das ramas de algodão, qual nevoeiro que penetra nas oficinas, alastra aos domicílios e acaba por projectar grandes unidades fabris”⁵.

Esta “invasão” do algodão justificava-se pela abundância de produção externa da matéria-prima, que era importada das ex-colónias, pela sua fácil adaptação aos processos mecânicos, pela suscetibilidade a uma maior variedade de acabamentos e por se apresentar mais acessível nas diversas fases de produção, o que explicava a sua sobreposição ao linho, que por sua vez, apresentava fragilidade sendo menos suscetível à mecanização.

A indústria algodoeira encontrava no Vale do Ave uma série de fatores, que propiciavam a sua implantação na região. A especialização e abundância de mão de obra, os baixos salários, a existência de trabalho feminino e infantil e as condições geográficas e

⁴ ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 379

⁵ ALVES, Jorge Fernandes – Fiar e Tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 7

hidrográficas existentes, conduziram o movimento de deslocalização da indústria a alguns pioneiros industriais que encontravam neste território uma oportunidade.

Em termos geográficos, o território do Vale do Ave oferecia uma abundância de recursos naturais favoráveis à industrialização. Localizado no noroeste português, a região compreendia os municípios de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Fafe, Vizela, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, apresentando uma área de cerca de 1250 km². Inserindo-se na bacia hidrográfica do rio Ave, destacava-se na paisagem os rios Ave, Selho, Vizela, Ferro e Bugio, que juntamente com o relevo do território, por vezes com vertentes abruptas, proporcionavam ao longo do seu curso pequenas quedas de águas, que foram com o tempo aproveitadas para a construção de açudes, inicialmente associados às azenhas.

Os aproveitamentos hidráulicos demonstravam-se assim, frequentes e característicos desta região, cujas construções tradicionais procuravam a utilização da água como forma motriz para os engenhos, que eram no início associados à atividade agrícola. Os açudes e azenhas eram assim, elementos de arquitetura singular que marcavam a paisagem rural e contribuíam para a produtividade do Vale do Ave, e posteriormente para a sua industrialização.

“A ideia deste caminho de ferro nasceu da grande necessidade que os povos dos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão têm de uma viação acelerada.(...)”

Esta linha americana é daquelas que se impõem naturalmente, e de tal modo que prescindiria de um estudo profundo. Pouca gente conhece a importância industrial e agrícola desta região.

Os industriais e exportadores de tecidos e de outros artefactos que, pelas suas transacções, tem sido forçados a recorrer ali para se abastecer e, por isso, a percorrer aquela região frequentes vezes são quem melhor afirmará connosco a real importância, tão positiva que se não imagina facilmente.

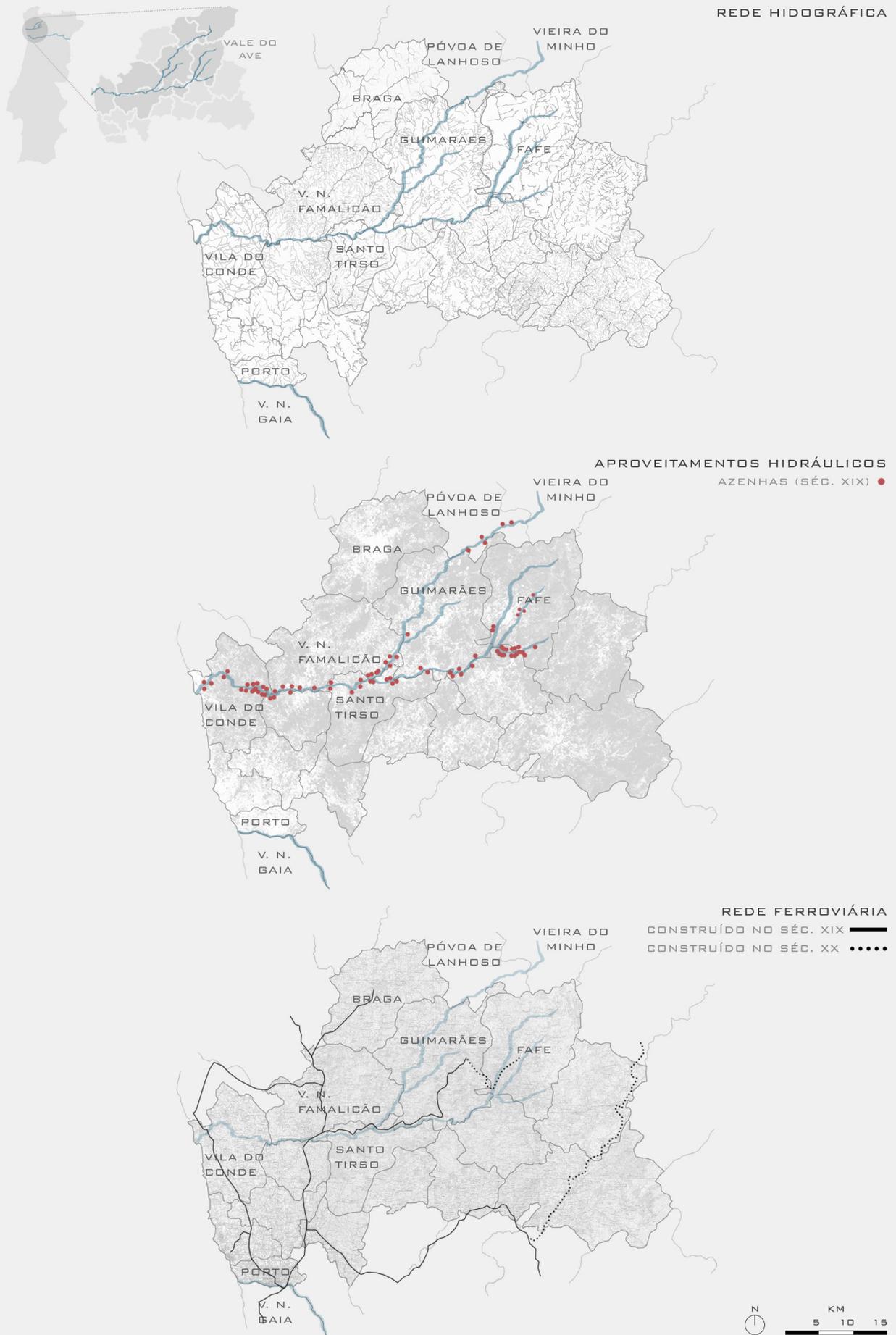


FIGURA 3 ESQUEMAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



FIGURA 4 OS CAMINHOS DE FERRO - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE FAMILIÇÃO E LINHA FÉRREA DE CANIÇOS

Ali tudo e industrial, de carácter genérico, próprio da região. Esta tendência que se nota em toda ela é uma tendência velha, histórica; e o crescimento da produção depende de novas fábricas duma laboração metódica, do emprego de mecanismos modernos e, sobretudo, do aumento da população”⁶.

A partir da segunda metade do século XIX, surgia neste território novas vias de comunicação, que ofereciam uma maior conexão com as cidades vizinhas, facilitando o acesso aos mercados abastecimento e distribuição. Este fenómeno iniciava-se assim, em 1845, com a construção das estradas que conectavam o Porto a Guimarães e Braga, que só seriam concluídas na década de 1850. A linha de comboio começava também a disseminar-se neste território rural, inaugurando a Linha do Minho com a variante Porto-Braga em 1875. No mesmo ano, seguia-se o arranque da linha Porto-Póvoa de Varzim, que se prolongaria a Famalicão em 1881. Em 1871, iniciava-se a linha que conectava o Porto a Guimarães, que chegaria à cidade em 1884 e se prolongaria a Fafe em 1907, culminando assim, numa vasta rede de comunicações entre o Porto e o Vale do Ave.

O território do Ave apresentava assim, características singulares que se demonstravam favoráveis à indústria têxtil. A abundância de recursos naturais e humanos, permitiu lançar um novo olhar para este território ruralizado, que até ao momento se caracterizava por uma paisagem produtiva associada à atividade agrícola.

A industrialização do Vale do Ave deu-se nos finais do século XIX e inícios do século XX, anos de fortes crises no setor devido às dificuldades económicas causadas pela contração do mercado nacional e ultramarino.

O ano de 1890 seria marcado pelo ano de Ultimato Inglês, que geraria esta crise económico-financeira e conduziria o país à bancarrota em 1892. A esta conjuntura de crise, adicionava-se a agitação operária, que procurava a elevação de salários, o fim do trabalho de feminino e a oposição ao movimento de mecanização que se assistia aos poucos nas fábricas do Porto. Criava-se assim, o contexto apropriado para incentivar e conduzir a deslocalização da

⁶ Cit. por ALVES, Jorge Fernandes – A indústria em Vila Nova de Famalicão: uma perspetiva histórica. In: CAPELA, José; MARQUES, José; COSTA, Artur; SILVA, António – História de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Quase, 2005. p. 459-460

indústria do Porto para o Vale do Ave, que na sua lenta implantação começou a dominar e a transformar o território.

O Inquérito de 1909 evidenciava já este fenómeno, sendo que procurava apurar e esclarecer as diferenças de condições de produção presentes entre a indústria urbana e a rural, dado a forte polémica existente a este respeito. O operariado urbano apontava a mão de obra barata e a possibilidade do prolongamento de horários pelo patronato na indústria rural, como condições que favoreciam os industriais. A associação dos operários do Porto, apresentava o claro beneficiamento do patronato, evidenciando a diferença de custos na produção de tecidos que divergia em mais de 50%. Apontava ainda como vantagens a utilização de trabalho infantil, de sistemas hidráulicos, da possibilidade de trabalhar em turnos e da construção das fábricas se demonstrar mais vantajosa. Neste sentido, as medidas protetoras que durante tanto tempo os operários defenderam e lutaram, apresentavam-se agora inúteis, uma vez que tinham conduzido gradualmente o patronato à transferência da atividade fabril para o campo, facilitando, na sua ironia, o processo de deslocalização.

Contudo, a indústria têxtil não abandonou na sua totalidade o meio urbano, uma vez que muitas das fábricas situadas no Vale do Ave tinham a sua sede social no Porto, local onde se encontrava a única alfandega do Norte para o desembarque de mercadorias. Os capitais das empresas eram assim, deslocados para a região do Ave e utilizados para a construção de novas fábricas ou para a associação a produtores locais, investindo na ampliação e renovação ou construção de unidades industriais, como meio de penetrar nas formas de capitalismo industrial da região.

O processo de industrialização do Vale do Ave deu-se de um modo lento e gradual, onde a implantação das fábricas procurava seguir os cursos da água, para o aproveitamento hidráulico, e localizar-se perto das linhas férreas existentes, para facilitar o transporte de mercadorias para o Porto (local onde se recebia a matéria-prima e era encaminhado o produto final, por navio para as ex-colónias), só ganhando disseminação pelos interiores posteriormente depois de dispor de outros recursos energéticos, como a eletricidade.

A água apresentava-se um fator determinante para a implantação da indústria. Para além da possibilidade de fazer o aproveitamento hidráulico para a mecanização das máquinas, este recurso era necessário nas diferentes fases dos processos industriais, destacando o seu uso nos processos de tinturaria e acabamentos. Os açudes, azenhas e moinhos existentes eram assim, nesta altura aproveitados pelas fábricas, utilizando a força motriz da água para a mecanização das máquinas, abandonando o sistema primitivo de fiação e tecelagem manual. Justificava-se assim, a distribuição espacial dos espaços industriais, que procurava acompanhar o traçado das linhas de água e que se intensificava nas proximidades dos aglomerados urbanos, acentuando-se na confluência do rio Ave e rio Vizela.

No século XIX, destacou-se o surgimento de algumas unidades industriais algodojeiras, que lentamente começaram a transformar e a adaptar a paisagem campestre. Neste contexto, surge a Fábrica de Fiação do Rio Vizela em Negrelos a 1845, constituindo a primeira iniciativa de deslocalização da indústria do Porto para o Ave, revelando com sucesso, a produção mecanizada do fio, através de aproveitamentos hidráulicos. Apesar do êxito alcançado, foi preciso chegar aos anos de 1870 para surgirem novas iniciativas de fábricas algodojeiras no Vale do Ave, com a criação da Fábrica de Fiação e Tecidos do Bugio a 1873, seguindo-se, a partir deste ano, a criação de muitas outras unidades industriais. Contudo, estas fábricas que se iam estabelecendo ao longo deste território, revelavam-se na sua maioria dedicadas ao processo produtivo de fiação, originando na década 1880, uma “crise resultante da excessiva produção de fio de algodão para a qual haveria remédio no desenvolvimento da tecelagem”⁷. É nesta circunstância, que começam a emergir as fábricas designadas de completas, que procuravam associar a fiação e tecelagem, juntando estas duas fases de produção no mesmo espaço e acoplando ainda as fases de tinturaria e estampagem. Seria, através desta procura de verticalização das fábricas, que se emergiria a Fábrica de Fiação de tecidos e tinturaria de Riba d’Ave, posteriormente denominada de Fábrica Sampaio Ferreira, cuja sede e direção comercial encontravam-se no Porto.

À semelhança das outras iniciativas industriais algodojeiras no Vale do Ave, a Fábrica Sampaio Ferreira emergia junto aos cursos de água, mais concretamente na margem do Rio

⁷ VASCONCELOS, Joaquim - Indústrias Portuguesas. Lisboa: IPPC, 1983. p. 51

Ave, e apresentava-se distante da linha férrea que conectava Porto a Guimarães, o que implicava o transporte de mercadorias através da antiga estrada real, que foi posteriormente alargada para facilitar o transporte, que encontrava nos antigos caminhos obstáculos, e modificada, alterando um segmento do seu curso para passar em frente à fábrica, originando a atual nacional 310.

Após a Fábrica Sampaio Ferreira, o século XX trouxe um surto de construção e criação de unidades industriais que seguiam esta linha verticalizante, que procurava associar os dois processos de fabrico. Esta crescente proliferação de fábricas, refletia-se essencialmente nos municípios de Guimarães, Fafe, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, destacando-se neste último, a freguesia de Riba de Ave, onde se inseria a Sampaio Ferreira. Embora, desenvolvendo e implantando-se de um modo disperso, era de realçar a concentração entre os limites geográficos que conectavam os municípios de Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, onde, curiosamente, passava o curso do Rio Ave e Vizela e se desenvolvia a linha férrea Porto-Guimarães.

A crescente disseminação da indústria algodoeira no Vale do Ave, viria a transformar profundamente o território e paisagem, refletindo-se até à atualidade. A paisagem rural, caracterizada pelos amplos campos, fora rasgada pelas chaminés das fábricas têxteis, que apareciam frequentemente, de um modo difuso.

“O território do Vale do Ave é constituído por diferentes estruturas espaciais que lhe foram imprimindo ordens sobrepostas ao longo do tempo”⁸.

A ocupação do território demonstrava-se, assim, desordenada, uma vez que a implantação da indústria tinha sido realizada de um modo lento e a diferentes ritmos, em que: um primeiro, seguindo um desenvolvimento linear, acompanhava as infraestruturas de comunicação locais e regionais, e tendia a seguir os cursos de água e os caminhos de ferro, formando assim “extensos corredores urbanos”⁹; um posterior, que com a introdução da

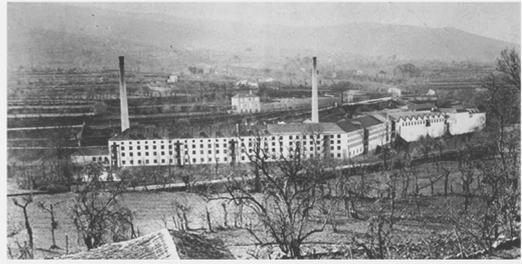
⁸ PROVIDÊNCIA, Paulo – Um olhar sobre o Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 143

⁹ DOMINGUES, Álvaro – Transgénicos. In: Arquitectura em Lugares Comuns: Ideias e projectos para o Vale do Ave. Porto: Dafne Editora, 2008. p. 27



FIGURA 5 SIMBIOSE ENTRE O RURAL E O INDUSTRIAL NO VALE DO AVE NO SÉCULO XX

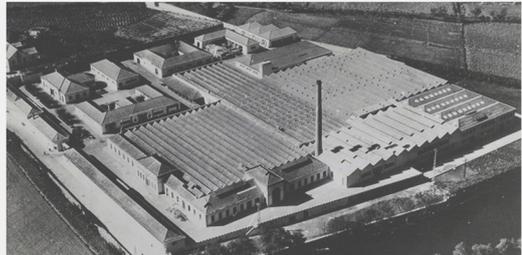
FÁBRICA DE FIAÇÃO DO RIO VIZELA
NEGRELOS, 1845



FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE FAFE
FAFE, 1887



FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO TIRSO
SANTO TIRSO, 1896



FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA
RIBA DE AVE, FAMALICÃO, 1896



EMPRESA TÊXTIL ELECTRICA
BAIRRO, FAMALICÃO, 1905



FÁBRICA OLIVEIRA, FERREIRA
RIBA DE AVE, FAMALICÃO, 1908



FIGURA 6 INDÚSTRIAS TÊXTEIS IMPLANTADAS NO VALE DO AVE NO SÉCULO XIX E XX

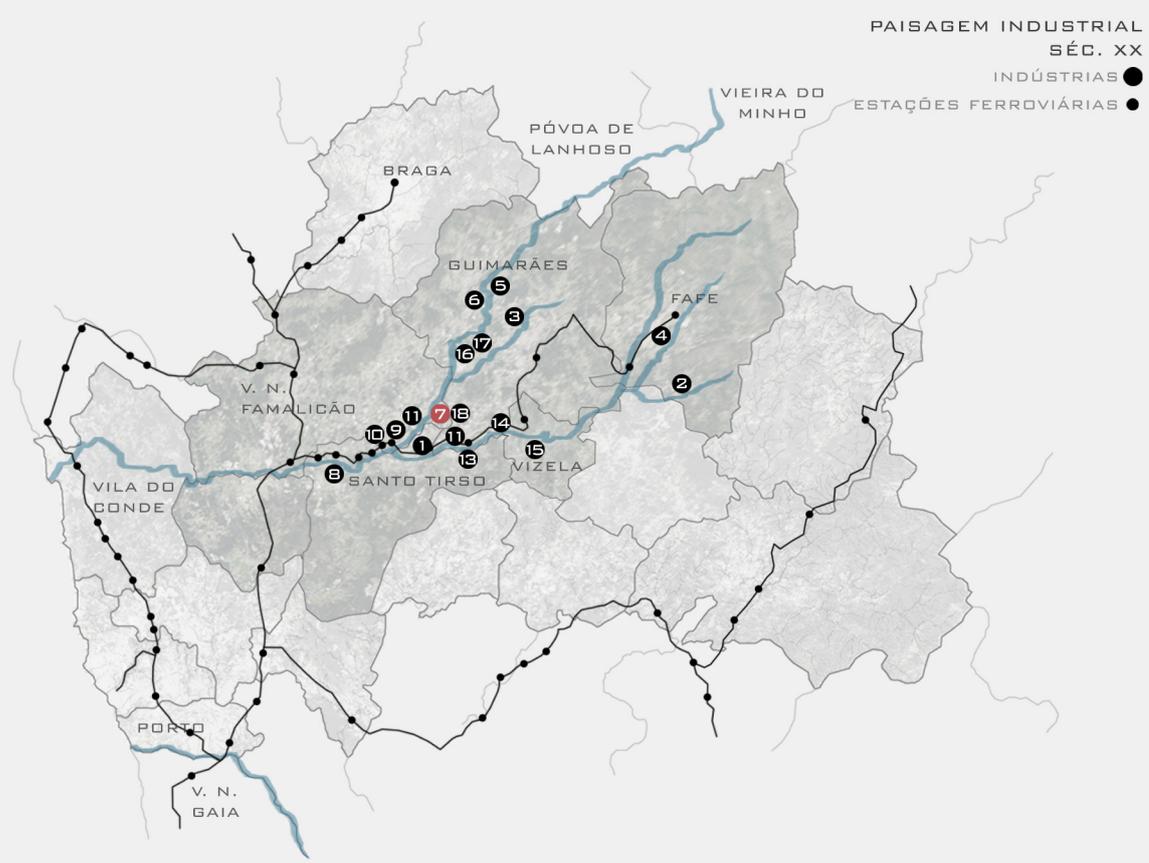
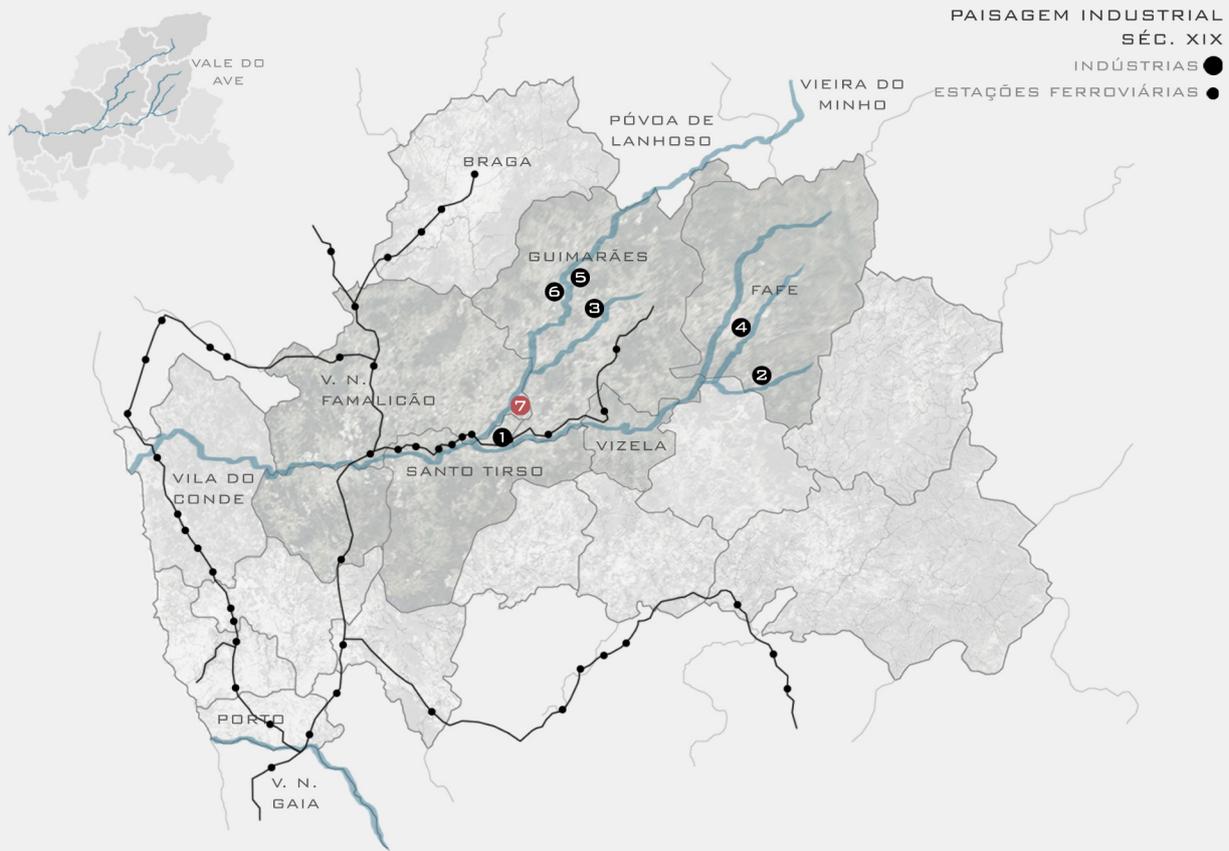


FIGURA 7 MAPEAMENTO DAS INDÚSTRIAS EXISTENTES NO VALE DO AVE NOS SÉCULOS XIX E XX

INDÚSTRIAS

- 1- FÁBRICA DE FIAÇÃO DO RIO VIZELA
- 2- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO BUGIO
- 3- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO CASTANHEIRO
- 4- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE FAFE
- 5- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE CAMPELOS
- 6- FÁBRICA DO CAÍDO.
- 7- FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA, 1896
- 8- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO TIRSO, 1896
- 9- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS BAIRRO
- 10- EMPRESA TÊXTIL ELECTRICA
- 11- FÁBRICA PINHEIRO, MARQUES E MADEIRA
- 12- EMPRESA FABRIL DE LORDELO
- 13- EMPRESA RIO VIZELA
- 14- FÁBRICA MANUEL PAIVA E BARROS
- 15- FÁBRICA JOSÉ DA COSTA CARNEIRO
- 16- FÁBRICA FRANCISCO INÁCIO CUNHA
- 17- FÁBRICA JOÃO CONDES RIBEIRO E FILHOS
- 18- FÁBRICA OLIVEIRA, FERREIRA

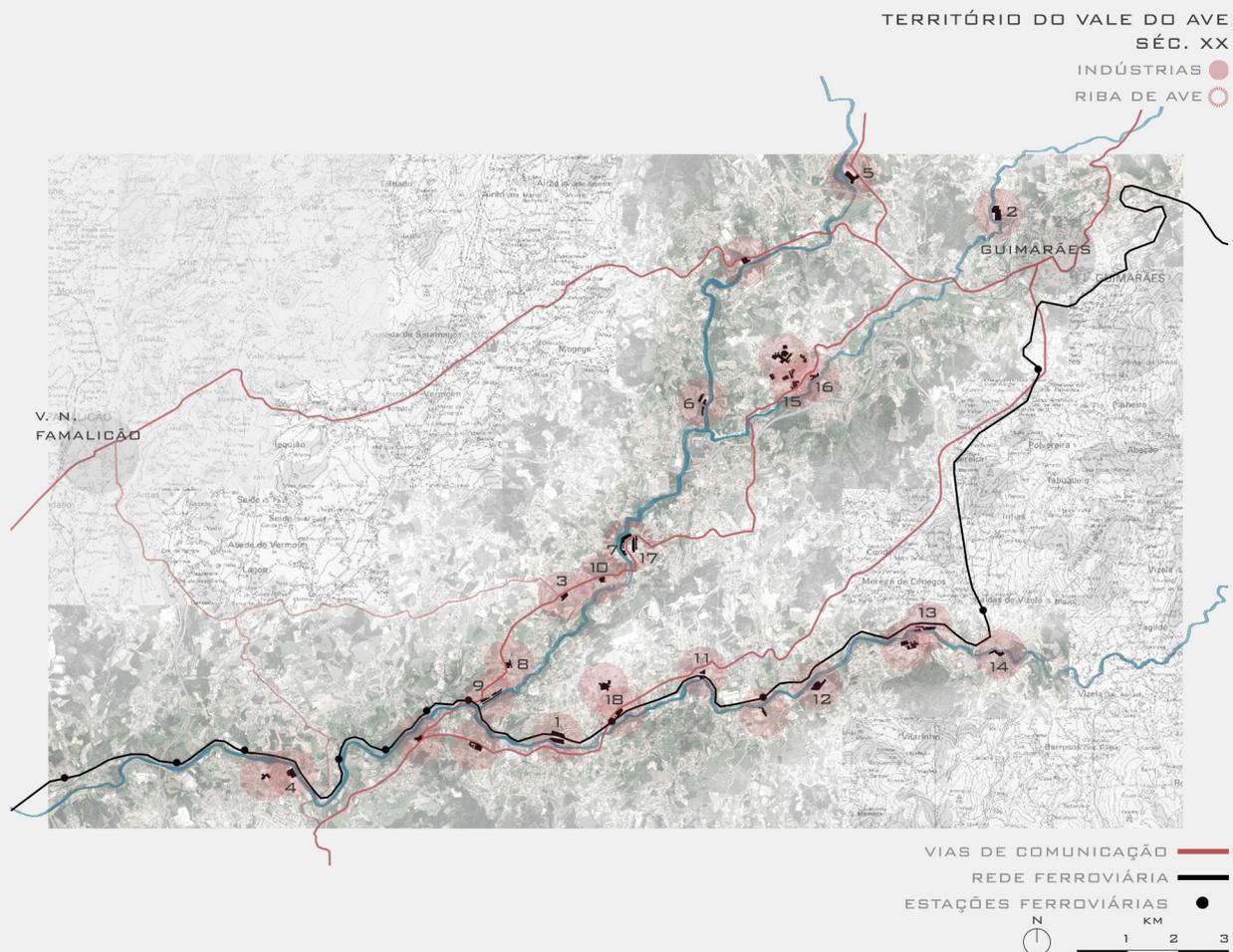
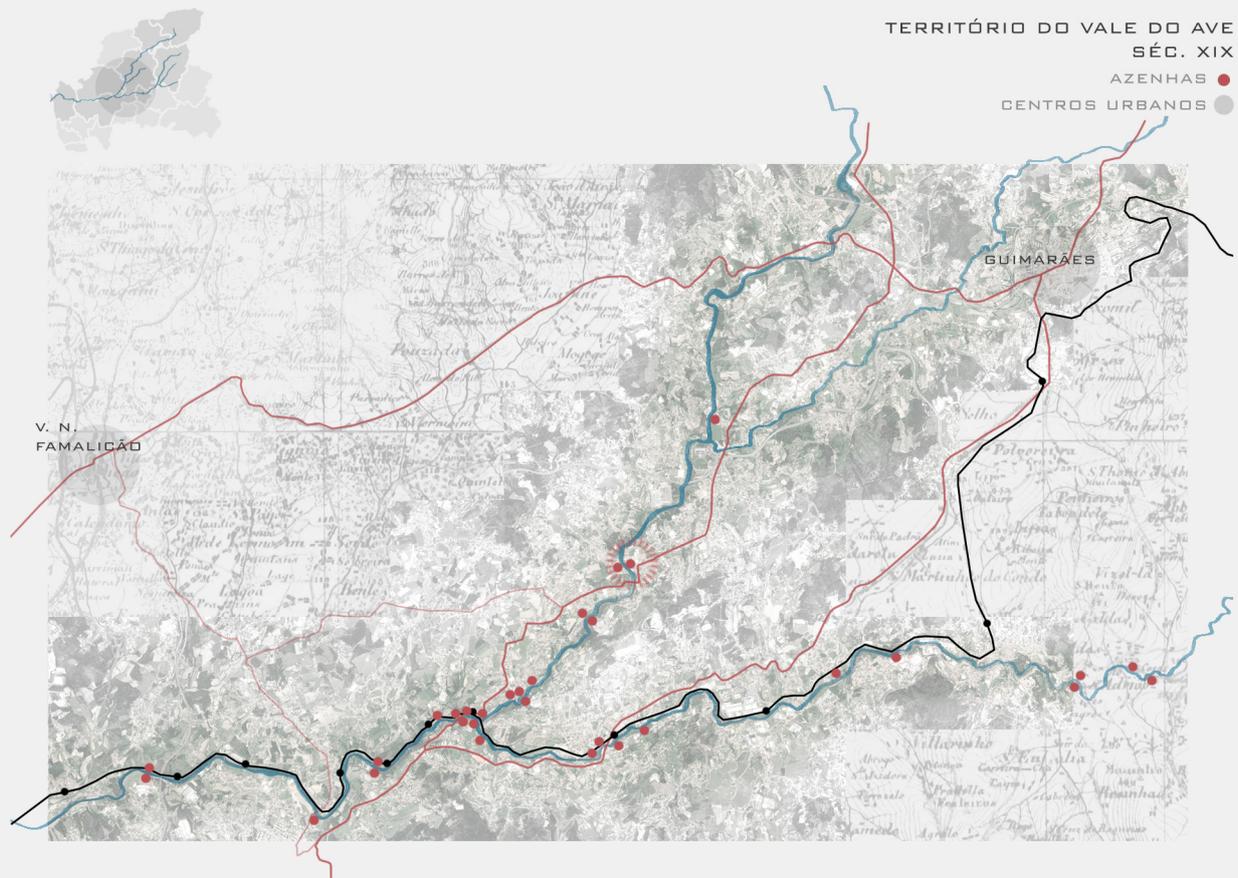


FIGURA 8 O TERRITÓRIO DO VALE DO AVE E A EVOLUÇÃO DE UMA PAISAGEM PRODUTIVA

INDÚSTRIAS VALE DO AVE

- 1- FÁBRICA DE FIAÇÃO DO RIO VIZELA
- 2- EMPRESA TÊXTIL DE CARNEIROS
- 3- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO TIRSO
- 4- FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TECIDOS DE DELÃES
- 5- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE CAMPELOS
- 6- FÁBRICA DO CAÍDO
- 7- FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA
- 8- FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS BAIRRO
- 9- EMPRESA TÊXTIL ELECTRICA
- 10- FÁBRICA PINHEIRO, MARQUES E MADEIRA
- 11- EMPRESA FABRIL DE LORDELO
- 12- EMPRESA RIO VIZELA
- 13- FÁBRICA MANUEL PAIVA E BARROS
- 14- FÁBRICA JOSÉ DA COSTA CARNEIRO
- 15- FÁBRICA FRANCISCO INÁCIO CUNHA
- 16- FÁBRICA JOÃO CONDES RIBEIRO E FILHOS
- 17- FÁBRICA OLIVEIRA, FERREIRA
- 18- EMPRESA FABRIL DE LORDELO

energia elétrica na produção, permitira a criação de novos núcleos industriais disseminados pelos interiores campestres; e um último, onde a implantação das fábricas conjugada com o movimento do operariado e o paternalismo industrial, resultara na criação de traçados ligados a pequenos núcleos urbanos pré-existentes.

A combinação destes fatores propiciou um modelo territorial difuso na região. “As faixas ou cordões potencialmente urbanos (...) serpenteiam o território procurando o perímetro de máximo contacto com os campos, apoiando-se numa cada vez mais cerrada teia de vias como antes se havia apoiado nos cursos de água de que agora se vão podendo libertar.”¹⁰

A implantação da indústria têxtil algodoeira permitira assim, a construção e consolidação de uma paisagem produtiva, que evoluíra de um meio ruralizado, subsistente da atividade agrícola que revestia a paisagem com os campos, para um território industrializado, onde predominaria e manifestaria a simbiose entre agricultura e indústria algodoeira até aos dias de hoje.

¹⁰ PORTAS, Nuno - Modelo territorial e intervenção no Médio Ave. In “Sociedade e Território”. Porto. nº5 (1986). p. 8-13

Riba de Ave e a construção de uma paisagem industrial

“Alpendrada como cascata de musgo e brinquedos, mirava-se no rio que deslizava cortado por uma velha ponte de paredes soltas, mais arrimadas que assentes. Courelas e urze tapetam-na como manta de retalhos por onde a gente passava sem vontade de demorar.

Vai há tantos anos!

Depois ergueram-se mais casas; rasgaram-se aberturas na terra dura e sáfara; acertaram-se prédios; levantaram-se chaminés; rasgaram-se portões, criaram-se escolas, fizeram-se fábricas, construíram-se Igreja e Hospital, urbanizou-se o burgo, fez-se nova ponte, traçaram-se avenidas – pontuou-se a terra toda de progresso e vida, rasgaram-se novos horizontes, criou-se vida num fermento que não se extingue”¹¹.

Localizada no município de Vila Nova de Famalicão, a freguesia de Riba de Ave destaca-se pela sua evolução enquanto território. Posicionando-se entres os rios Ave e Vizela, à semelhança das outras terras compreendidas por estes dois rios, Riba de Ave adquiriu em tempos a designação de “*Terras Antre Ambas as Aves*”. A presença do rio demonstrava-se assim, um elemento relevante e característico desta paisagem ruralizada, uma vez que, a implantação da freguesia determinara a sua denominação cujo significado é *acima do Ave*.

“Riba D’Ave, (...) estendendo-se sobre uma corda de montanha, poeticamente acidentada, a freguezia corre de sul a norte sobre o rio, e por isso é, o que raras vezes acontece, bem justificar o seu nome. A igreja parochial domina para o norte o valle extenso, em que vae desdobrar-se todo um encadeamento de collinas, onde assentam os densos povoados limitrofes dos dois concelhos de Famalicão e Guimarães”¹².

O território de Riba de Ave desenvolvia-se a partir do vale acentuado, crescendo pela encosta direita do rio Ave, delimitando parte da freguesia através do seu curso. A paisagem

¹¹ Boletim de Riba D’Ave. Riba de Ave: [s.n.], 1956. p. 7-9

¹²VIEIRA, José Augusto – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886. Vol.2 p. 97-98



FIGURA 9 PAISAGEM PITORESCA DE RIBA DE AVE NO SÉCULO XIX

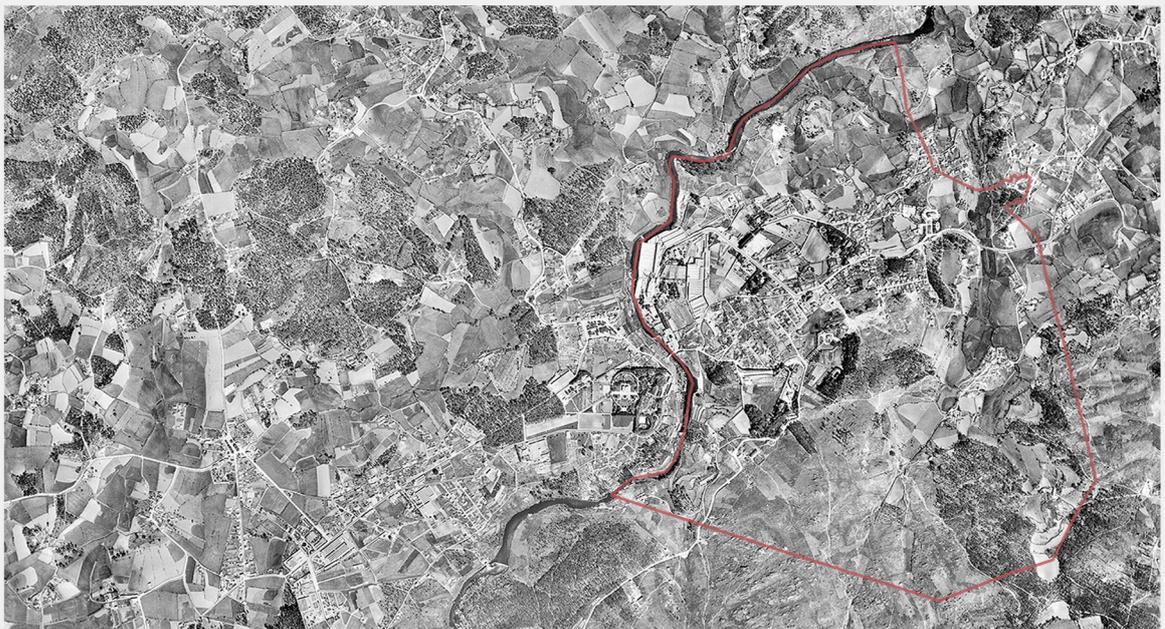


FIGURA 10 FOTOGRAFIA AÉREA DE RIBA DE AVE DE 1958

apresentava-se, no seu início, ruralizada e cultivada, em que a atividade agrícola caracterizava e determinava um território virgem.

Durante muito tempo, a freguesia apresentou-se essencialmente rural, em que o fiar e o tecer ocupavam uma atividade secundária, já profundamente enraizada, que se realizava nos “tempos vagos das cadências da terra”¹³. Na segunda metade do século XIX, já se verificava a existência de pequenas oficinas de fição que aproveitavam das azenhas e moinhos que encontravam junto ao rio Ave.

“Depois do encanto da paisagem volve o espírito de homem às inquirições do que mais avulta a seus olhos, e neste intuito visita a fábrica de fição de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que aí pode interessá-lo. Ocupa a fábrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fábricas de sapatos de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a indústria doméstica da tecelagem”¹⁴.

Nos meados da década de 1880, fazia-se referência à existência de uma fábrica de fição nas margens de Riba de Ave, a montante da ponte, que se dizia pertencer a um “brasileiro”. Barão da Trovisqueira era o proprietário deste pequeno espaço fabril que se dedicava à produção têxtil de lã e que representava o primeiro aproveitamento hidráulico conhecido no concelho. A propriedade tinha sido adquirida em 1873, e correspondia à Azenha da Igreja, uma casa térrea com cobertura de telha e que possuía duas rodas, horta e mato, devidamente murados. Em 1881, registava-se a existência de uma torre e térrea, acessórias à fábrica de lanifícios que ali se instalara, “cujas máquinas são movidas pelas águas do rio Ave, por meio de uma turbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave, e o amplo edifício apropriado para a dita fábrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16.000\$000 réis, aproximadamente”¹⁵.

¹³ ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 373

¹⁴ VIEIRA, José Augusto – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886. Vol.2 p. 98

¹⁵ FERNANDO, Aurélio - Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves: Monográficos. Riba de Ave: Mário Brito Publicações, 1994. Vol.2 . p. 22-23

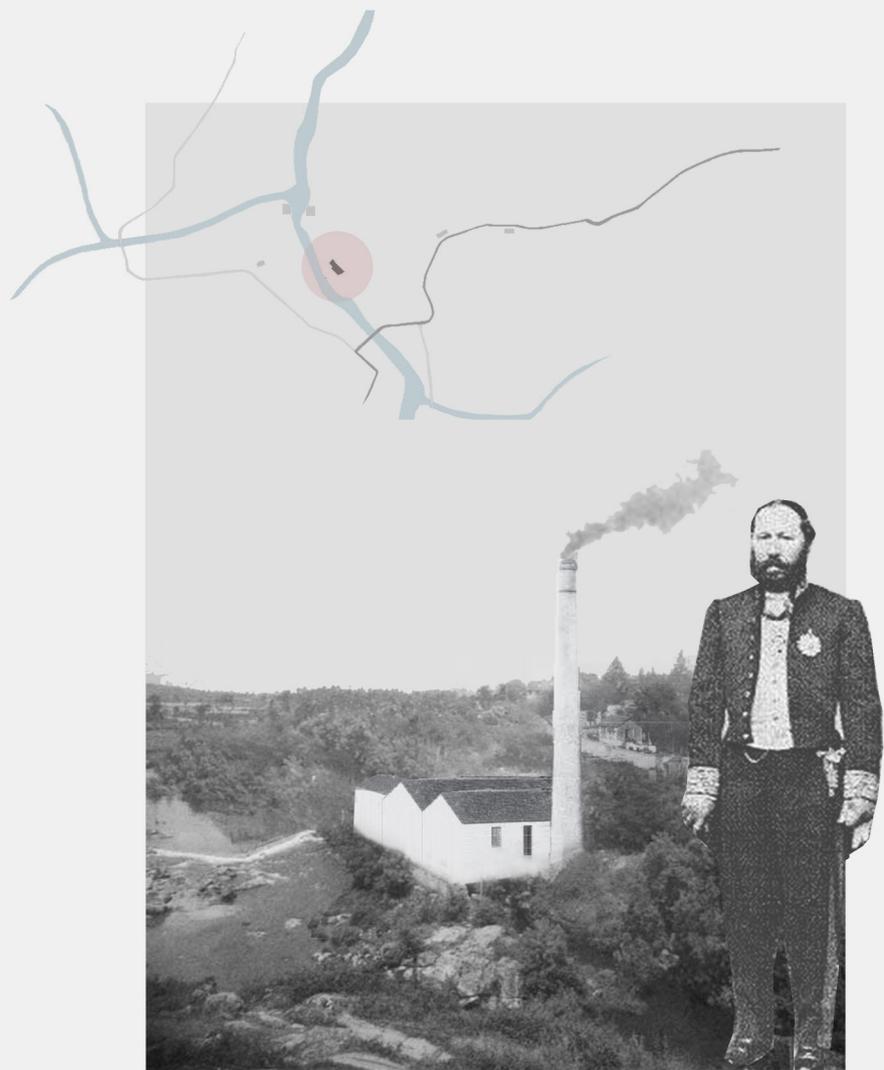


FIGURA 11 FOTOMONTAGEM DA FÁBRICA DO BARÃO DA TROVISQUEIRA

Em 1890, o Inquérito Industrial fazia referência a novas unidades fabris localizadas em Riba de Ave. Prestando em primeiro lugar a atenção às unidades algodoceiras, o inquérito procurava de seguida evidenciar individualmente os fabricantes que apresentavam mais de 8 operários, diferenciando dos da pequena indústria que possuíam um número de operários inferior, e fazia o levantamento do capital fixo de cada unidade. Neste contexto, apontavam-se a existência de quatro pequenos industriais de algodão na freguesia que, possivelmente, se associavam a outros tecelões mais isolados, que correspondiam às designadas pequenas indústrias. Realçava-se neste quadro, o industrial Narciso Ferreira e a respetiva fábrica de tecelagem, que ostentavam 400\$000 reis de capital e 51 operários, com a predominância da mão de obra feminina, e apresentava ainda o maior valor de consumo de algodão em fio e de produção de cotins.

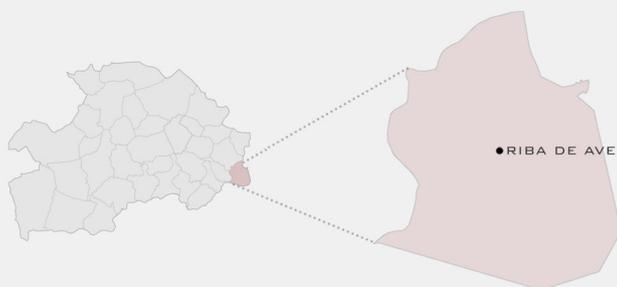
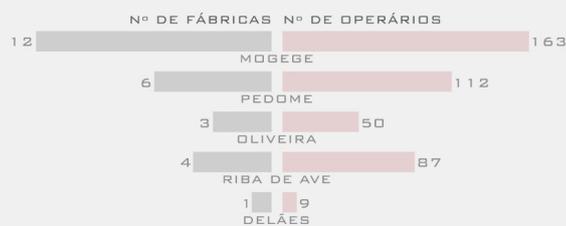
A fábrica implantava-se na margem do rio Ave, montante da fábrica do Barão da Trovisqueira, posicionando-se junto de uma azenha que já lá existia. Procurava assim, à semelhança da maioria das fábricas que se iam disseminando no Vale do Ave, a proximidade dos cursos de água e a apropriação de engenhos hidráulicos pré-existentes, para o aproveitamento da água como força motora para a maquinaria.

Narciso Ferreira instalara ali seu ofício em 1888 com a aquisição de uma casa térrea junto ao rio, onde mais tarde iria erguer um açude para fazer o aproveitamento hidráulico de teares mecânicos. Neste sentido, o inquérito de 1890 apontava ainda a existência de 50 teares manuais, surgindo pouco tempo depois os primeiros teares mecânicos. Em 1889, Narciso iniciava a construção da sua primeira fábrica, ampliando o edifício existente para montante e em Janeiro do ano seguinte, o açude já se encontrava construído no rio e reforçava a sua fábrica com cerca de duas dezenas de teares mecânicos, aspetos que o inquérito de 1890 ainda não referia.

Este salto qualitativo permitiu a contínua evolução da fábrica, que no ano de 1896, com a constituição de uma sociedade com quatro entidades de renome, apetrechara o espaço fabril com 150 teares mecânicos, criando assim a primeira grande unidade fabril moderna, denominada de Fábrica de Fiação de tecidos e tinturaria de Riba d'Ave.



FÁBRICAS DE ALGODÃO NO CONCELHO DE FAMILICÃO



A TECELAGEM DE ALGODÃO EM RIBA DE AVE

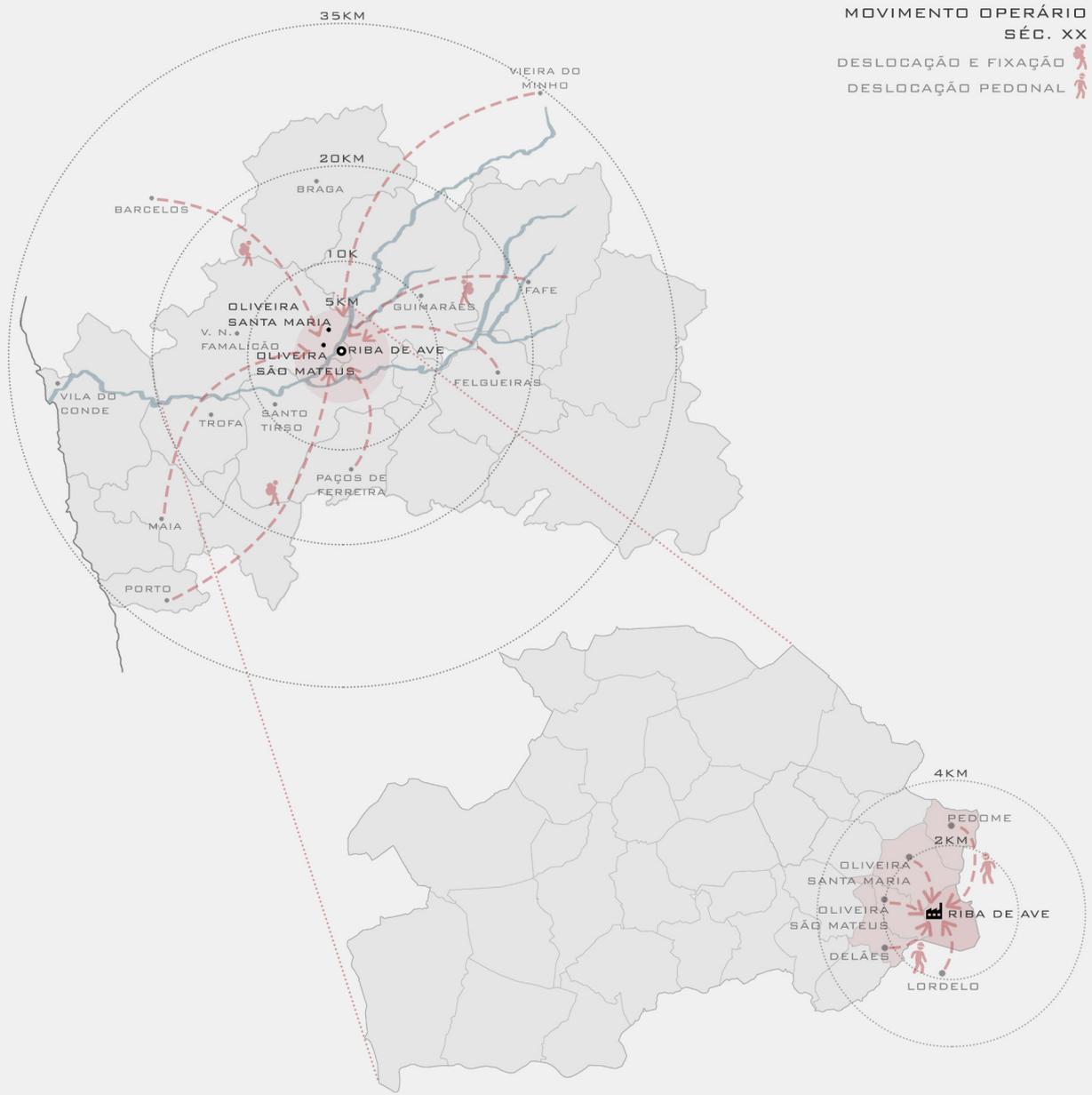
INDUSTRIAIS	\$	TRABALHADORES E MESTRE			TEARES MANUAIS	CONSUMO DE FIO	PRODUÇÃO DE COTINS EM 1889	
	CAPITAL FIXO EM RÉIS	H	M	TOTAL	Nº	KGS	METROS	VALOR
BERNARDO DA SILVA	150\$000	7	6	13	12	1400	18000	1800\$000
JOSÉ ALVES DE FARIA	100\$000	5	5	10	9	1300	10000	1200\$000
JOSÉ JOAQUIM DE CASTRO	150\$000	5	8	13	12	1400	18000	1800\$000
NARCISO FERREIRA	400\$000	16	35	51	50	2000	90000	9000\$000

FIGURA 12 ANÁLISE DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA NO CONCELHO DE FAMILICÃO SEGUNDO O INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1890 (DADOS RECOLHIDOS EM: ALVES, JORGE FERNANDES – RIBA D'AVE: NA MEMÓRIA DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA)

A instalação da fábrica constituiu um marco histórico na industrialização do Vale do Ave, tendo sido a primeira grande unidade industrial algodoeira do município de Famalicão, projetada como completa, dotada assim, das fases produtivas de fição, tecelagem, tinturaria e acabamentos, permitindo a construção de um polo industrial em Riba de Ave, que rapidamente transformou o meio rural e adaptou-o ao fenómeno de industrialização.

Riba de Ave, caracteriza-se assim, no seu início, pelas terras cultivadas que denunciavam a atividade predominante da região, a agricultura. Contudo, com a disseminação industrial que se desenvolveu ao longo dos cursos de água do Vale do Ave, esta freguesia deparou-se com a criação de unidades industriais que começaram a dominar e transformar o território ruralizado, construindo e consolidando uma paisagem produtiva industrial. O aparecimento da indústria têxtil manifestou-se de forma notável no território de Riba de Ave. Com a decadência da atividade primária, os campos agrícolas que revestiam a freguesia começaram a dar lugar a espaços de apoio e resposta à indústria que ali se semeava. Era assim perceptível a dissipação dos terrenos cultivados, que no século XX já se apresentavam consideravelmente inferiores, diminuindo até à atualidade, onde se encontram bastante dispersos e escassos.

A par da dissipação do meio rural, a indústria encontrava em Riba de Ave um local propício e proeminente para a sua implantação e proliferação. Com a contínua evolução da fábrica de Narciso Ferreira, acorreram para as suas imediações centenas de trabalhadores provenientes de outras localidades, que rapidamente fez que o volume do operariado ocupado pelo espaço industrial, ultrapassasse os limites demográficos da freguesia. Existia assim um movimento operário, que se procuravam estabelecer nesta área geográfica, cujas origens pertenciam a Fafe, Felgueiras, Paços de Ferreira, Vieira do Minho, Barcelos, até mesmo de Maia, Porto e arredores. Os operários procuravam fixar a residência em Riba de Ave ou na envolvente próxima, como em Oliveira de São Mateus, Oliveira de Santa Maria, proporcionando o aumento populacional destas freguesias. Apontava-se também, a existência de muitos trabalhadores oriundos de Pedome, Delães, Bairro e Lordelo, que laboravam nesta unidade fabril e se deslocavam a pé até esta.



MOVIMENTO OPERÁRIO
SÉC. XX
DESLOCAÇÃO E FIXAÇÃO 
DESLOCAÇÃO PEDONAL 

FREGUESIAS E EVOLUÇÃO POPULACIONAL
ANOS DE 1864 A 1940

FREGUESIAS	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940
PEDOME	414	481	509	533	469	611	813
OLIVEIRA SANTA MARIA	648	767	899	997	914	1107	1580
OLIVEIRA SÃO MATEUS COM DELÃES	546	677	903	-	-	-	-
OLIVEIRA SÃO MATEUS	-	-	-	553	698	852	1288
DELÃES	-	-	-	612	771	1061	1699
RIBA DE AVE	392	522	669	901	971	1232	1992
BAIRRO	326	686	763	1050	1014	1346	2157

FIGURA 13 ANÁLISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NAS FREGUESIAS DE FAMILIÇÃO NO SÉCULO XX (DADOS RECOLHIDOS EM: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - ARQUIVO HISTÓRIA DOS CENSOS DE PORTUGAL)

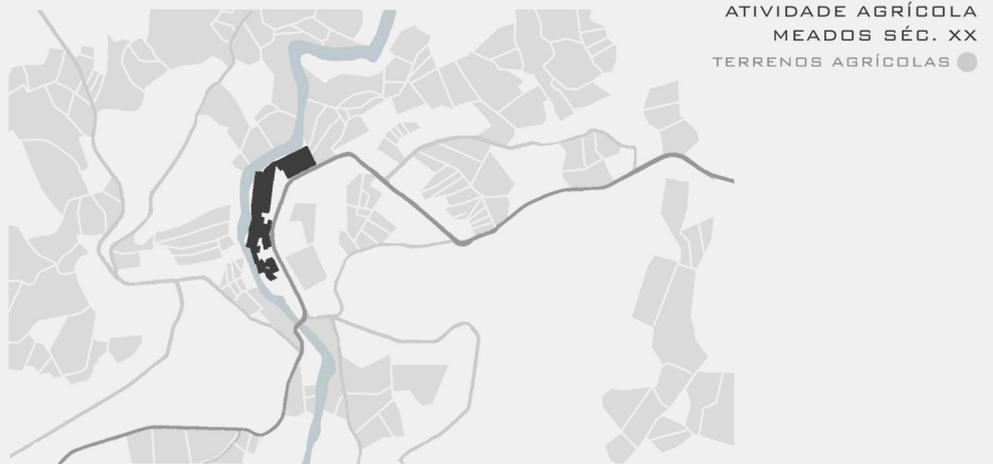
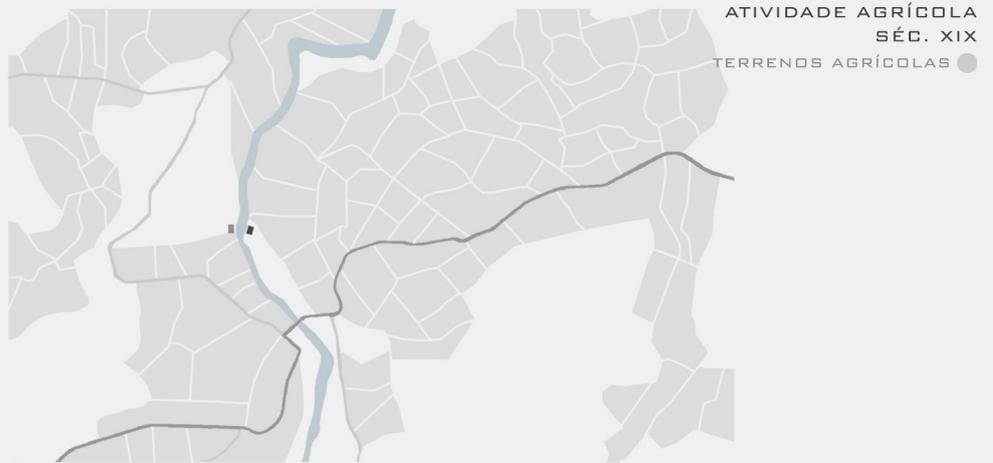


FIGURA 14 MAPEAMENTO DOS TERRENOS AGRÍCOLAS EM RIBA DE AVE E OLIVEIRA SÃO MATEUS

O aumento demográfico na freguesia de Riba de Ave e Oliveira de São Mateus, fez com que houvesse a necessidade de criar equipamentos que acolhessem e servissem o operariado. Sustentadas pelo capital da fábrica, começaram a surgir manifestações de paternalismo industrial, em que Narciso Ferreira “inicia a sua vasta obra de benemerência, tentando partilhar lucros com o desenvolvimento de Riba de Ave, uma aldeia que começa a sonhar ser cidade”¹⁶. Neste sentido, destacava-se na obra social a construção de um posto da GNR, quartel de bombeiros, escola primária, hospital e de vários bairros operários. Para além de ter feito indústria, o industrial procurava assim fazer cidade, tendo estendido a sua obra às vias de comunicações, alargando a ponte de Sant’Ana e abrindo novos arruamentos, para benesse do setor fabril, facilitando a entrada de matérias primas e escoamento do produto final. Neste contexto, destacava-se a alteração realizada na estrada nacional, em que o seu desvio, não só procurava facilitar a deslocação, mas como também permitira conectar a fábrica aos restantes equipamentos sociais.

Através da sua obra industrial e social, Narciso Ferreira impulsionara assim a transformação e a evolução de um território, que mais tarde, seria continuado pelas mãos dos filhos, através da construção de teatro, mercado, estalagem, igreja, posto de correios, que confluíam ao longo da avenida criada pelo pai.

Este cenário de explosão social e crescimento político, económico, demográfico e urbano de que o território fora alvo, foi propulsor da evolução da paisagem de Riba de Ave, que fora moldada e transformada por estes fenómenos, fundamentais para a construção e consolidação de uma nova malha urbana.

Analisando a evolução da freguesia, Riba de Ave era “em finais do século XIX uma localidade sem grande protagonismo, apenas com uma outra pequena fábrica, uma igreja, algumas propriedades agrícolas e um reduzido número de habitações de traça rústica”¹⁷. Na década de 1880, o território caracterizava-se assim, ruralizado em que atividade agrícola demonstrava-se claramente predominante e as habitações escassas.

¹⁶ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p.117

¹⁷ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p.60

Com a disseminação da indústria e consequente aumento do movimento operário, na década de 1940 Riba de Ave apresentava um forte crescimento da estrutura urbana e da rede viária. O traçado começava a norte com os aglomerados que se implantavam ao longo da estrada nacional e desenvolvia-se para sul em direção à ponte de Sant'Ana. Realçava-se o desenvolvimento em torno das fábricas Sampaio Ferreira e Oliveira Ferreira, que criavam na freguesia uma nova centralidade. Na proximidade do rio, as construções condensavam-se assim num núcleo central, que fora alargado pela implantação das fábricas e pela abertura da rua que desviava a estrada nacional e se encontrava paralela ao Ave.

O alargamento da ponte e a abertura de novos arruamentos demonstraram-se fundamentais para a definição de uma nova malha urbana. A inclusão das fábricas na malha de Riba de Ave, tinha sido atingida com o traçado da Avenida Narciso Ferreira, que se instituiu como um elo de ligação que conectava as duas zonas da freguesia, procurando interceder a estrada nacional na cota superior e desviar o seu trajeto, aproximando a urbe do rio.

A evolução da freguesia acentuava-se na envoltória da fábrica Sampaio Ferreira, que se apresentava como geradora de malha urbana, transformando-a no “núcleo” da freguesia. Neste sentido, as construções intensificavam-se nas proximidades do espaço fabril e ao longo da avenida, onde se procurava implantar os serviços de maior importância.

Demonstrava-se assim, imprescindível a ação urbanizadora do território pela família Ferreira, em que a expansão se fazia em torno das suas construções, inicialmente de caráter industrial e posteriormente social. Nos anos de 1977 e 1997, realçava-se o desenvolvimento na envolvente destes equipamentos sociais, que se ia realizando de um modo pulverizado e desordenado. Os campos agrícolas, por sua vez, apresentavam-se cada vez mais dissipados, mas ainda perceptíveis na malha entre as fábricas e as habitações. Revelando ainda extensões consideráveis, os campos demonstravam-se “interiorizados pela lógica dominante das fábricas”, sendo na sua maioria propriedades das unidades fabris e dos industriais, perdendo a “antiga vocação camponesa, mas também a própria vocação agrícola, o que os

coloca sob uma evidente pressão urbana”¹⁸. Neste contexto, destacava-se os anos de 60 e 70, como período de estagnação do desenvolvimento da freguesia devido à crescente imigração que, com a incorporação da confeção no processo produtivo resultaram no despertar de construções descontroladas e sem planeamento, que contribuíram para a descaraterização da malha, acentuando as divergências urbano-rurais.

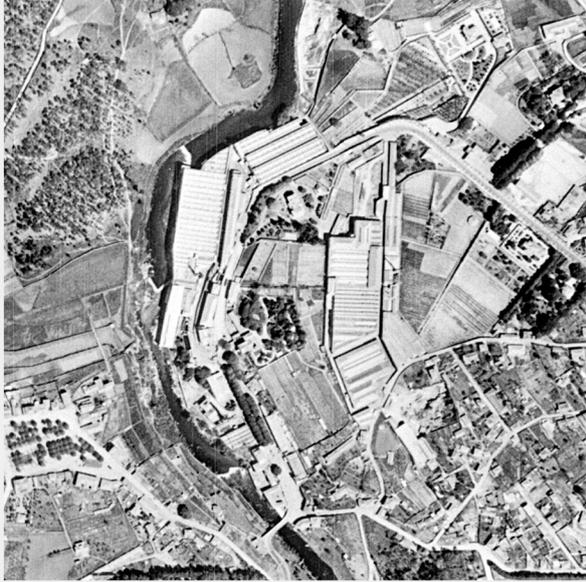
Riba de Ave apresentava-se assim, à semelhança de muitas freguesias industriais do Vale do Ave, uma estrutura difusa cuja dispersão de atividades, tanto industriais como sociais, geravam uma conseqüente “teia de acessos viários sem grande critério ou hierarquia”¹⁹. Demonstrava-se deste modo, uma freguesia muito vinculada à atividade do laborar, que evoluíra segundo as necessidades e carências da indústria e do operariado fabril, em que a expansão segundo estes cânones resultara num território disperso e desordenado, sem núcleos urbanos. Neste contexto, Riba de Ave transformou-se numa autêntica paisagem produtiva industrial, onde as vivências e o lazer foram esquecidas pelo patronato, revelando a carência de espaços destinados a esse fim, que se fazem sentir até aos dias de hoje.

*“A estranheza advém então, pelo menos em parte, deste duplo anacronismo ou dupla inversão da normalidade urbana contemporânea: o estarmos perante um agregado industrial, centrado numa fábrica em laboração, característicos de um século passado, mas rodeado de edifícios de funções pós-industriais abandonados como se de despojos de tratassem. Riba d’Ave é assim, ao mesmo tempo, um espaço museificado em que a indústria continua viva para além do seu tempo e um espaço enigmático em que funções pós-industriais precoces morreram antes do seu próprio tempo: é um daqueles espaços fantásticos em que o tempo se acelerou, algo de grandioso aconteceu e algo correu mal de seguida. Um lugarejo agrícola fez-se industrial e sonhou ser cidade...”*²⁰.

¹⁸ PEREIRA, Virgílio Borges - Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respetivas propriedades sociais. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 65

¹⁹ TOMAZ, Joana Francisco - Projeto Fábrica Sampaio Ferreira: Resposta ao concurso Desafios Urbanos'16, seguido de uma reflexão sobre intervenções em edifícios industriais. Porto: [s.n.], 2016. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. p. 24

²⁰ SEIXAS, Paulo Castro; SEABRA, Daniel - Centro residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 165



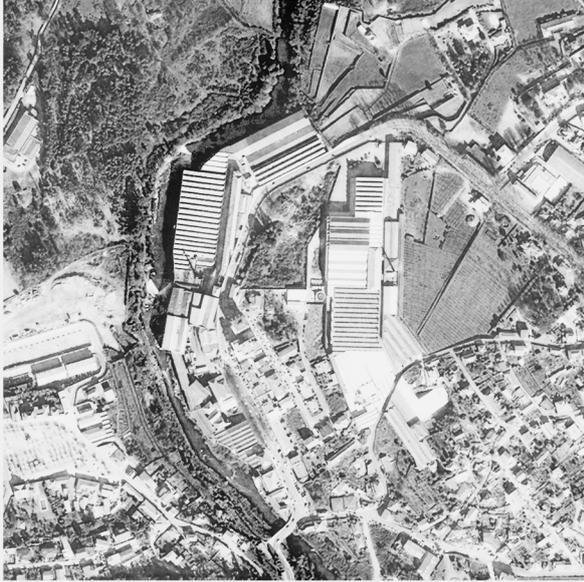
1958



1970



FIGURA 15 ORTOFOTOMAPAS DA EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO DE RIBA DE AVE



2004



2019

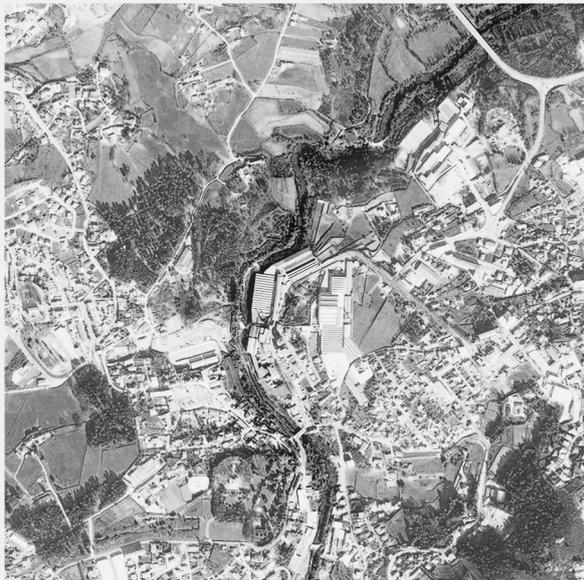


FIGURA 16 ORTOFOTOMAPAS DA EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO DE RIBA DE AVE II

A crise e posterior desindustrialização, conduziram ao encerramento das fábricas e de grande parte dos equipamentos, projetando Riba de Ave para um estado de estagnação e abandono que permanece até à atualidade.

O território caracteriza-se no presente por uma “gigantesca ruína”²¹, em que o estado de devoluto dos espaços denunciam uma paisagem produtiva estagnada, preenchida de vestígios e fragmentos de uma atividade têxtil algodoeira desativada. A paisagem revela assim, múltiplos estados de abandono que contribuem de forma negativa para a envôlência, refletindo-se de forma direta no tecido social e urbano.

Riba de Ave apresenta-se deste modo, um território que foi construído, consolidado e hoje estagnado e abandonado, à mercê da desindustrialização, formando uma paisagem produtiva industrial desativada e “museificada”.

²¹ PROVIDÊNCIA, Paulo – Um olhar sobre o Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 143

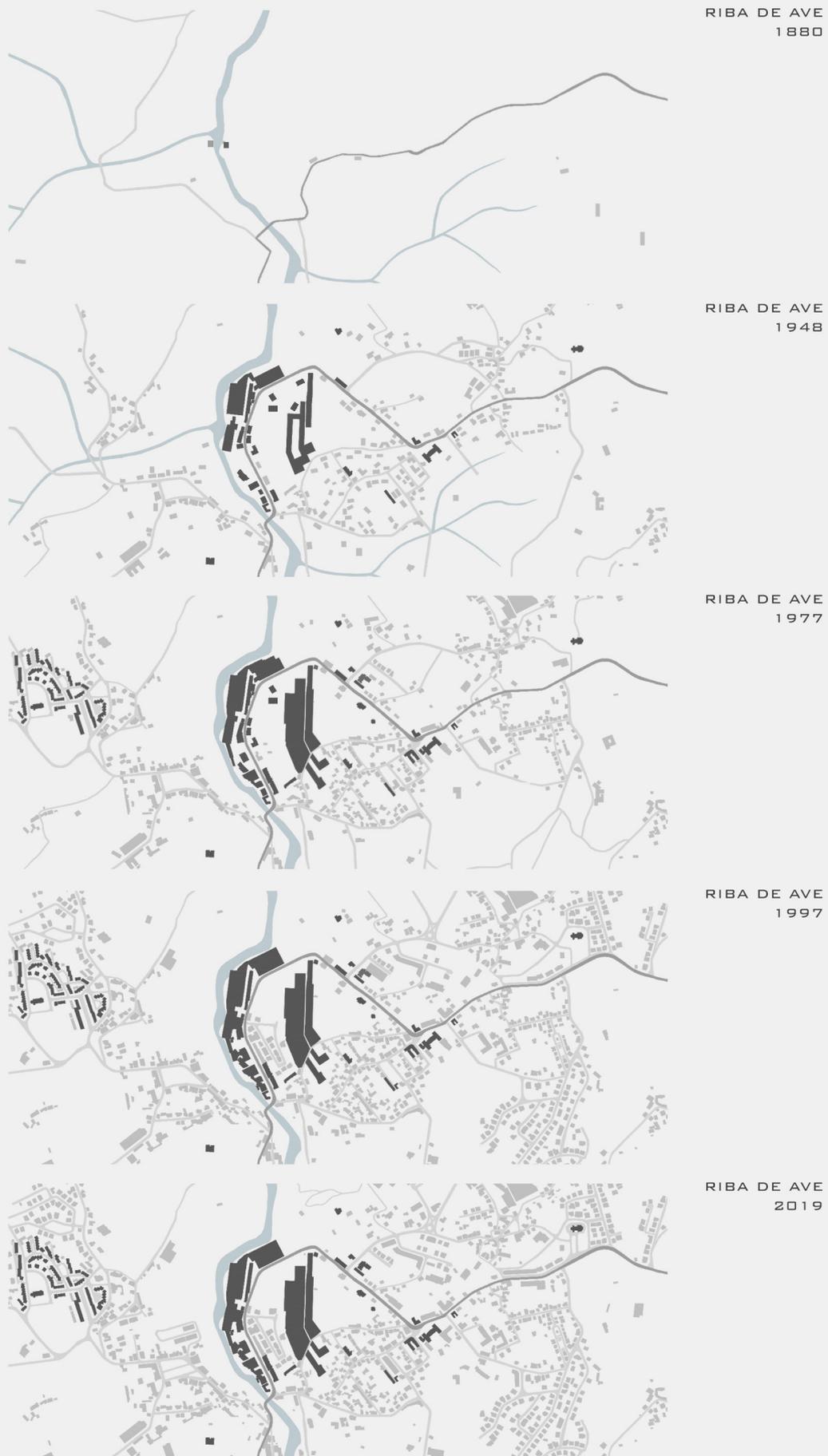


FIGURA 17 EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO DE RIBA DE AVE



FIGURA 18 PAISAGEM DE RIBA DE AVE NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX E NA ATUALIDADE



FIGURA 19 EVOLUÇÃO DA AVENIDA NARCISO FERREIRA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ À ATUALIDADE

CAPÍTULO 2
Narciso Ferreira e o legado patrimonial



FIGURA 20 FOTOGRAFIA DE NARCISO FERREIRA E FAMÍLIA

A história de uma família

“Riba de Ave é a família Ferreira. Uma é a história da outra”²².

Compreender Riba de Ave enquanto território é também conhecer a história da família Ferreira, que tanto contribuiu para a formação da paisagem produtiva industrial da freguesia e do Vale do Ave.

Esta história começa com uma criança, que se fez homem enquanto se fez industrial e depois se tornou marido e pai, passando o seu legado aos filhos que perpetuaram a sua obra.

“Os sinos da Igreja Matriz de São Pedro de Pedome tinham dado as doze badaladas quando, no dia 7 de Julho de 1862, nasceu Narciso Ferreira”²³.

Filho de António Ferreira, natural de Pedome, e de Maria Dias Sampaio, natural de Riba de Ave, Narciso nasceu numa “típica casa de lavoura de traça rústica”²⁴, situada no lugar de Aldeia, próxima do rio Ave. O pai tinha como ofício feitor-arrendatário, enquanto que a mãe dividia o seu tempo entre o trabalho doméstico e o campo, dedicando ainda parte deste ao tear manual que tinha em casa, de propriedade da senhoria.

Tinha como avô paterno Custódio Ferreira, lavrador, e avó Ana de Abreu Marques, que era descendente de famílias notáveis, cujas origens se distribuíam entre Delães e Santa Maria de Oliveira. O avô materno, Domingos José Dias Sampaio, natural de Pedome, tinha também como ofício lavrar, e era casado com Francisca Rosa da Silva Pacheco, cuja origem era de Riba de Ave. Tendo sido batizado 5 dias após o seu nascimento, na igreja de Pedome, Narciso tinha como padrinhos Narciso de Abreu e Custódia Maria Ribeiro. Recebera assim, o nome do tio e padrinho e o apelido do pai e do avô paterno, Ferreira, cujas origens do

²² SOUTO, José Correia - Minha Terra e Minha Musa. Braga: [s.n.], 1985. p. 73

²³ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 83

²⁴ Ibidem

apelido remetiam à freguesia de S. Clemente de Sande em Guimarães, de onde o avô era natural.

António e Maria Dias Sampaio, tinham ainda duas filhas mais velhas, Rosa e Maria, nascidas em 1855 e 1858. A família subsistente do campo, vivia em condições de pobreza e revelava um caráter humilde e resiliente. O pai trabalhava de “sol a sol” na lavoura, dedicando-se ainda à moagem de cereais num moinho que se encontrava na margem direita do Rio Ave a cerca de 100 metros a montante da residência. A mãe, para além da atividade doméstica, auxiliava o marido nas suas tarefas diárias e dedicava-se à tecelagem de tapetes e mantas de retalho, que inicialmente produzia para consumo doméstico e que mais tarde viria a procurar a sua venda pelas redondezas, para ajudar a sustentar a família.

Contudo, o ano de 1865 viria a marcar-se pela morte precoce e repentina de António Ferreira, deixando a sua esposa e os três filhos entregues a dificuldades. Seria neste cenário, que a madrinha de Narciso auxiliaria a família, agora desfeita, na tentativa de minimizar a gravidade da situação. Narciso ainda não tinha completado 3 anos de idade quando se deu o infortúnio sendo que, privado do auxílio e amor paterno, encontrara na madrinha, na mãe e irmãos, todo o apoio necessário, tanto na educação como na formação, marcando assim a sua personalidade.

Em 1868, ingressava no ensino básico elementar na Escola Primária de Santa Maria de Oliveira. Embora demonstrando uma enorme curiosidade pela matéria curricular, Narciso revelava a teimosia em frequentar a escola²⁵.

A par do crescimento do seu filho, a mãe distribuía agora o seu tempo entre a atividade agrícola e o tear manual que, entretanto, adquirira à senhoria por um valor simbólico, com o intuito de conseguir mais algum dinheiro, para sozinha poder sustentar e proporcionar um melhor crescimento aos seus três filhos. Por sua vez, a vida doméstica encontrava-se entregue às mãos das irmãs de Narciso.

²⁵ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 85-86

GENEALOGIA DE NÁRCISO FERREIRA

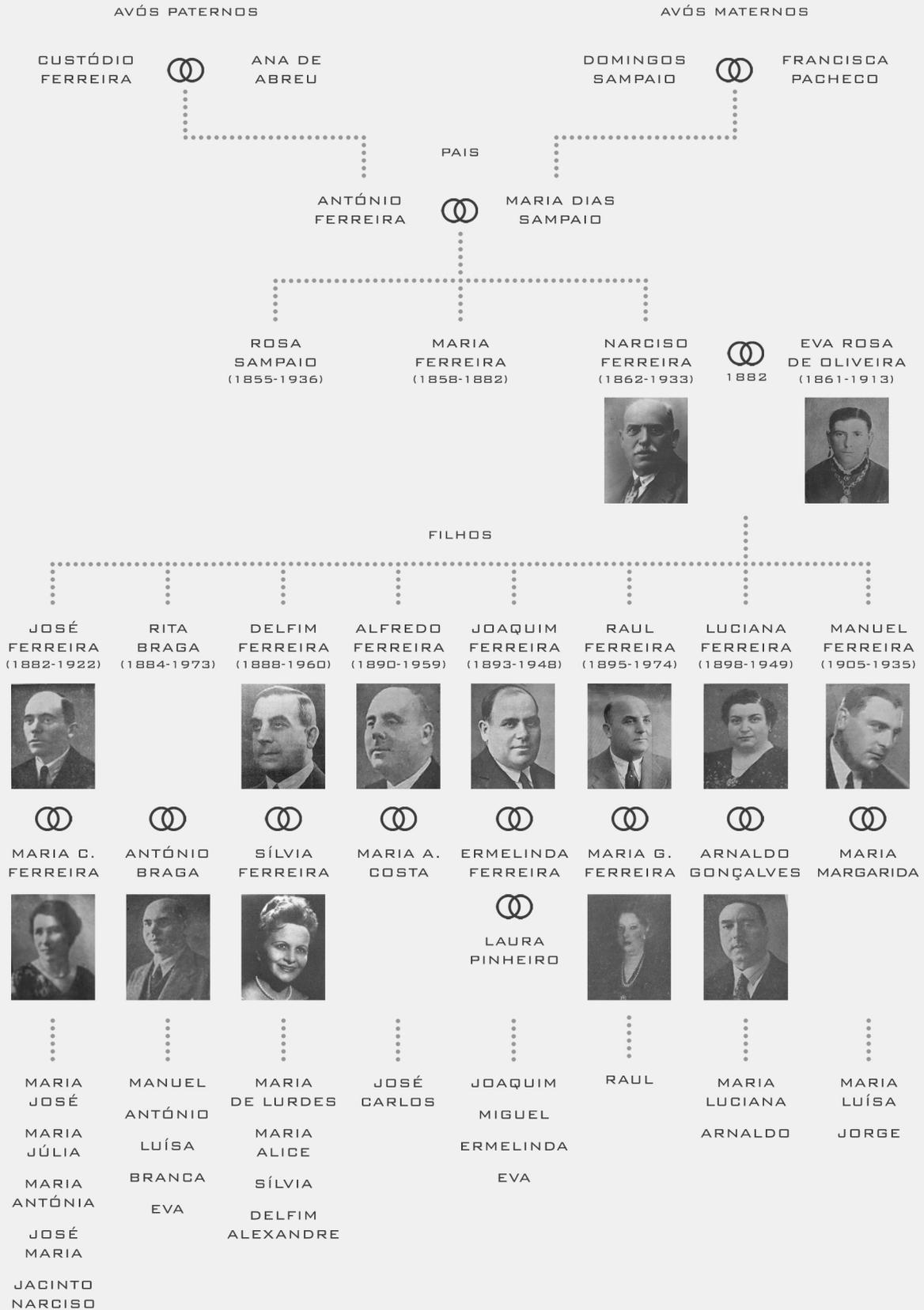


FIGURA 21 GENEALOGIA DA FAMÍLIA DE NARCISO FERREIRA

Posteriormente, com o apoio de Custódia, Maria Sampaio iria quebrar a continuidade da atividade agrícola e procuraria evoluir no trabalho artesanal, constituindo o início de uma nova aposta, onde revelava sabedoria suficiente na arte de fiar e tecer. Pela altura do décimo aniversário do filho, Maria encontrava, assim, nesta atividade o sustento da família, através do aumento de encomendas e da crescente oferta de trabalho, que se sentia nos finais do século XIX. À semelhança de muitos teares instalados no domicílio naquele período, Maria trabalhava para comerciantes que distribuíam trabalho porta a porta, entregando o fio, que era transformado em tecido no seio caseiro e depois recolhido e vendido nos mercados. Seria mais tarde neste contexto, que Narciso iria encontrar ofício, trazendo ele próprio o fio para Pedome e depois vendendo o produto final nas feiras, tornando-se um comerciante aos 14 anos de idade.

A atividade de Maria influenciara assim Narciso que, desde tenra idade, procurara articular a vida de campo com o fiar e tecer. Nos finais de 1874, com o consentimento e ajuda da mãe, enveredava pela profissão de tecelagem, iniciando-se como aprendiz de tecelão numa modesta oficina artesanal. Com 12 anos, iniciava assim a sua carreira profissional, que futuramente iria muito para além dos teares manuais domiciliários.

“Contava a mãe de Narciso em Riba de Ave, já ele se tinha tornado num industrial de sucesso, que desde muito novo revelara uma tendência preferencial pelo trabalho caseiro, sendo muito observador de tudo o que o rodeava, interessando-se sobretudo, pelos mecanismos hidráulicos dos moinhos do Ave”²⁶.

A presença do rio acompanhara Narciso ao longo da sua vida, tendo exercido em si, desde cedo, uma admiração e fascínio. É de realçar que em adolescente, contemplava os mecanismos hidráulicos de moinhos e azenhas que se instalavam perto da sua residência, procurando observar todo o processo de moagem exercido pelos lavradores, partilhando o interesse pelo ofício do falecido pai. Posteriormente, a par da atividade de comerciante, o rio e os engenhos hidráulicos iriam continuar a exercer uma forte influência sobre Narciso,

²⁶ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 86

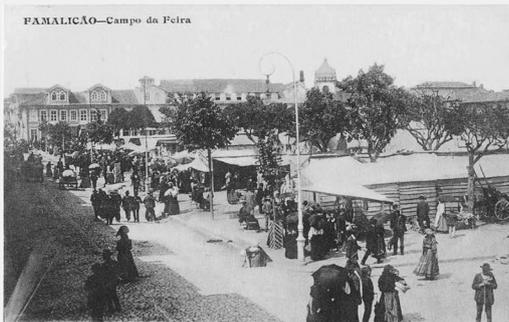


FIGURA 22 FEIRAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE FAFE NO SÉCULO XIX

ROTAS COMERCIAIS
SÉC. XIX
PERCURSO PRINCIPAL ●●●●●
PRINCIPAIS FEIRAS ●

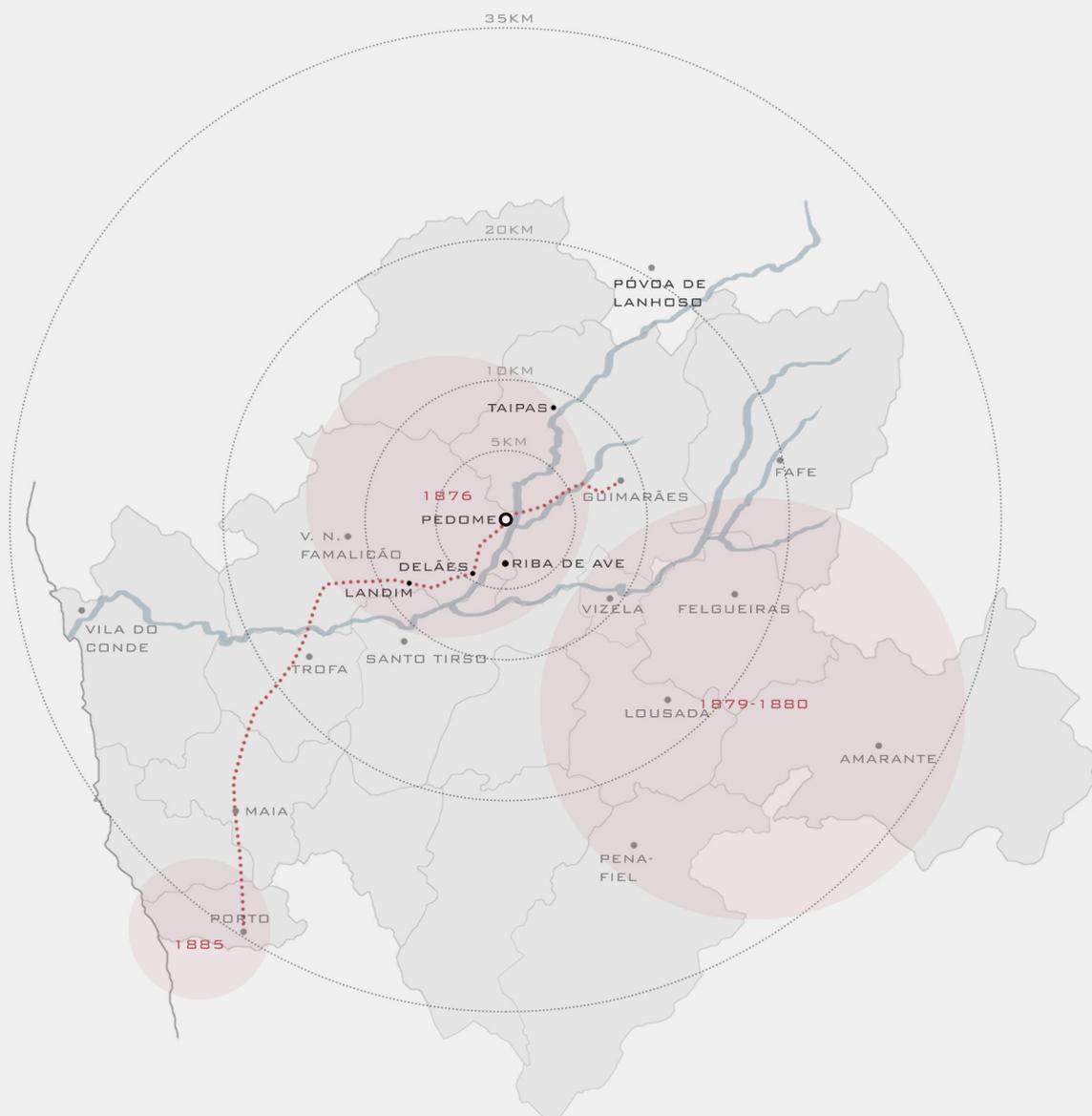


FIGURA 23 ESQUEMA DE LOCALIZAÇÃO DO PERCURSO PRINCIPAL E DAS FEIRAS FREQUENTADAS POR NARCISO FERREIRA



FIGURA 24 VENDA DE TECIDOS EM RIBA DE AVE NO SÉCULO XX

uma vez que a sua presença se demonstrava predominante ao longo do trajeto realizado.

Com 14 anos iniciava assim, a sua atividade de comerciante, sem nunca dar como perdida a formação como aprendiz de tecelão. Neste contexto, inspirado pelas visitas realizadas às feiras de gado e de pão de Vila Nova de Famalicão, Narciso decide aproveitar o tear manual de sua casa e a mão de obra da mãe e das irmãs e impulsionar-se como vendedor ambulante de tecidos nas feiras próximas à sua residência. Nos finais do ano de 1876 percorria as primeiras feiras do concelho de Vila Nova de Famalicão, mais precisamente de Delães, Landim e Vermoim, e ainda explorava as de Taipas e Guimarães, onde procurava vender o pano a metro.

“Esse Narciso Ferreira em novo, a mãe dele trabalhava, ia sachar para os lavradores às tardes, e então o filho levou três coroas à mãe e então com aquelas três coroas comprou uns tearsicos destes de mão, teares manuais, e foi andando, andando, andando...”²⁷.

Aos 17 anos, adquiria e instalava com a ajuda da mãe um segundo tear manual no seu domicílio, com o intuito de expandir o seu negócio a mercados mais distantes como Penafiel, Amarante e Fafe, sendo no último onde ganhou particular fama. O lucro das feiras que realizava era partilhado por ele e pela família, uma vez que estas eram responsáveis pelo fabrico do produto que ele vendia.

Em 1880, o seu produto demonstrava bastante procura, uma vez que Narciso revolucionara o negócio através de novos padrões de tecidos e riscados que lhe conferiam destaque nos mercados. Deste modo, por este ano já percorria as feiras do Vale de Tâmega e Sousa, destacando-se nas de Amarante, Felgueiras e Lixa, tendo também revelado enorme êxito pelas feiras de Póvoa de Lanhoso e Guimarães. No ano de 1885, o percurso de Narciso enquanto comerciante, procurava alcançar mercados ainda mais distantes. Iniciando no concelho de Famalicão, onde se fixava a sua residência e pequena indústria caseira de dois teares manuais, seguia pela antiga estrada real, que entre Pedome e Landim acompanhava

²⁷ Cit. por SEIXAS, Paulo Castro; SEABRA, Daniel - Centro residencial Conde de Riba d'Ave: a produção simbólica de um espaço". In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel - Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 166

paralelamente o curso do rio Ave, passando posteriormente por Trofa e Maia, com destino à cidade do Porto onde o seu produto demonstrava uma procura incessante.

Contudo, é também de destacar a freguesia de Riba de Ave que visitava com bastante frequência para vender o seu tecido e que iria mudar o curso da sua vida. No ano 1878, existia no lugar do Penedo uma estalagem bastante frequentada e conhecida, da qual Narciso se colocava próximo para comercializar o seu produto. Seria assim, neste local que viria a conhecer a sua futura esposa Eva Rosa de Oliveira, cujas origens remetiam àquela freguesia.

No ano seguinte, a pequena indústria caseira de Narciso expandia-se. Com a mãe a dedicar-se a tempo inteiro aos teares, adaptara o piso inferior da casa em Pedome, transformando-o numa pequena oficina, contando também com a colaboração da irmã Maria. Durante dois anos a oficina da família trabalhara intensamente, proporcionando a expansão de Narciso enquanto comerciante e enquanto industrial. Seria assim neste contexto que, revelando-se “um jovem que se tornou um homem muito cedo, embalado pelo sonho de constituir o seu próprio negócio”²⁸, no ano de 1881 procederia à transferência dos teares para Riba de Ave, onde instalaria a pequena oficina num espaço alugado no Lugar da Casa Nova, próximo ao rio Ave.

Em 1882, Narciso deixava definitivamente Pedome e casava-se com Eva Rosa, ano que também viria a ser marcado pelo falecimento da irmã Maria, seguindo-se da morte da mãe em 1884 e da madrinha em 1888. Deste modo, à semelhança da irmã Rosa, não voltaria mais à terra de origem, sendo que permaneceriam ambos com os respetivos conjuges em Riba de Ave.

Do matrimónio com Eva Rosa iriam nascer dez filhos, dois dos quais viriam falecer à nascença. Ainda no ano do casamento, nascia o primeiro filho, recebendo o nome de José, e no ano seguinte nasceria Rita.

²⁸ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 94

A par destas ocorrências, Narciso via a sua pequena indústria a crescer, o que permitira alargar a sua oficina em 1883 com a aquisição de mais dois teares manuais, elevando no ano seguinte para seis. Esta altura caracterizara-se também, pela disseminação do algodão pelas oficinas e pelos domicílios, revelando-se propícia para alargar o seu comércio à cidade do Porto que, como já referido, iria em 1885 concentrar-se exclusivamente na venda de tecidos nessa área geográfica. Tornara-se assim “o industrial desse tempo, se assim se pode chamar, era a pessoa que fornecia a teia aos teares rústicos, espalhados nas cercanias, recebia depois os produtos manufacturados e procurava vendê-los nos centros populacionais mais próximos, às vezes de parceria com outros colegas, associados ou produtores da mercadoria, neste comércio marcadamente primitivo”²⁹.

A crescente conquista do mercado do Porto permitira a expansão da pequena oficina de Narciso, que inicialmente fora ampliada com a “construção de um barraco em madeira adossado ao edifício”³⁰, demonstrando-se posteriormente necessária a sua deslocação para um novo edifício. Neste sentido, em 1886 mudava a sua pequena indústria para uma oficina no lugar da Ponte com nove teares manuais, que se encontrava próxima a dois engenhos hidráulicos.

Em 1888, Narciso e Eva Rosa compravam a casa de residência em Casa Nova, que até ao momento era alugada, acontecimento que ocorreria no mesmo ano que o nascimento do terceiro filho, Delfim. O ano seguinte seria marcado pela aquisição de um edifício de maiores dimensões no lugar da Ponte, e pelo o início da construção da sua primeira fábrica, através da ampliação do edifício para montante, até ao lugar de Pena Cabrão onde a família de Eva Rosa possuía terrenos. Apesar dos recursos económicos possuídos pela família da esposa, que disponha de várias propriedades agrícolas, Narciso e Eva nunca dependeram dos familiares, tendo construindo o seu legado com os seus próprios recursos. Contudo, excetuava-se o terreno situado no lugar de Pena Cabrão, que fora oferecido como dote de casamento e onde mais tarde se implantaria o grande empório industrial.

²⁹ Narciso Ferreira: O homem e a sua obra. In Indústria Portuguesa. 1942

³⁰ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p. 106

A expansão da sua fábrica prosseguia em 1890, com a construção de um açude no rio e o reforço da produção com a aquisição de duas dezenas de teares, totalizando no total 50, número que seria indicado no inquérito industrial de 1890. Estas intervenções realizadas no espaço fabril, deviam-se também, em parte, ao amigo Joaquim Alves de Oliveira, que lhe concedera o empréstimo necessário que permitiria a Narciso abrir a sua primeira fábrica com 50 teares e 51 operários, possibilitando ainda a mecanização desta através de teares mecânicos movidos por energia hidráulica. Como já foi referido, era de realçar o local de implantação da fábrica de Narciso, que se apresentava na margem do rio Ave próxima a um engenho hidráulico, que viria a ser absorvido pela unidade fabril.

Com a abertura da nova fábrica, que constituía a primeira unidade têxtil moderna de Vila Nova de Famalicão e tornara Narciso precursor da energia hidráulica no setor algodoeiro, o ano de 1890 destacava-se também pelo nascimento do filho Alfredo.

Nos finais do ano de 1893, a fábrica apresentava-se a maior unidade industrial do concelho, e Narciso afirmava-se como o mais conceituado tecelão e comerciante, apresentado teares próprios e entregando trabalho ao domicílio, que posteriormente vendia nas feiras da região e no centro urbano do Porto. Seria nas feiras do Porto que Narciso travaria conhecimentos que proporcionariam à sua fábrica o salto qualitativo.

“A conquista de mercados, a simpatia desde logo estabelecida à volta do incipiente industrial, a confiança nos seus dotes e na sua honestidade foram abrindo caminho nos centros comerciais, que procurou e se renderam ao esforço dum lutador emérito, que sabia aliar ao sorriso franco e aberto a sinceridade duma experiencia valiosa, que a todos metia no coração ao mesmo tempo que todos interessava na personalidade, surgindo, cheia de talento e de qualidade de triunfador”³¹.

O ano de 1894, caracterizar-se-ia pela constituição da sociedade com o amigo Manuel Joaquim de Oliveira, com o banqueiro José Augusto Dias, com o Engenheiro Vasco Ortigão Sampaio e o comerciante José Fernandes Machado. Com Narciso na qualidade de

³¹ In Memoriam: Centenário de nascimento de Narciso Ferreira. Porto: [s.n.], 1962. p. 14

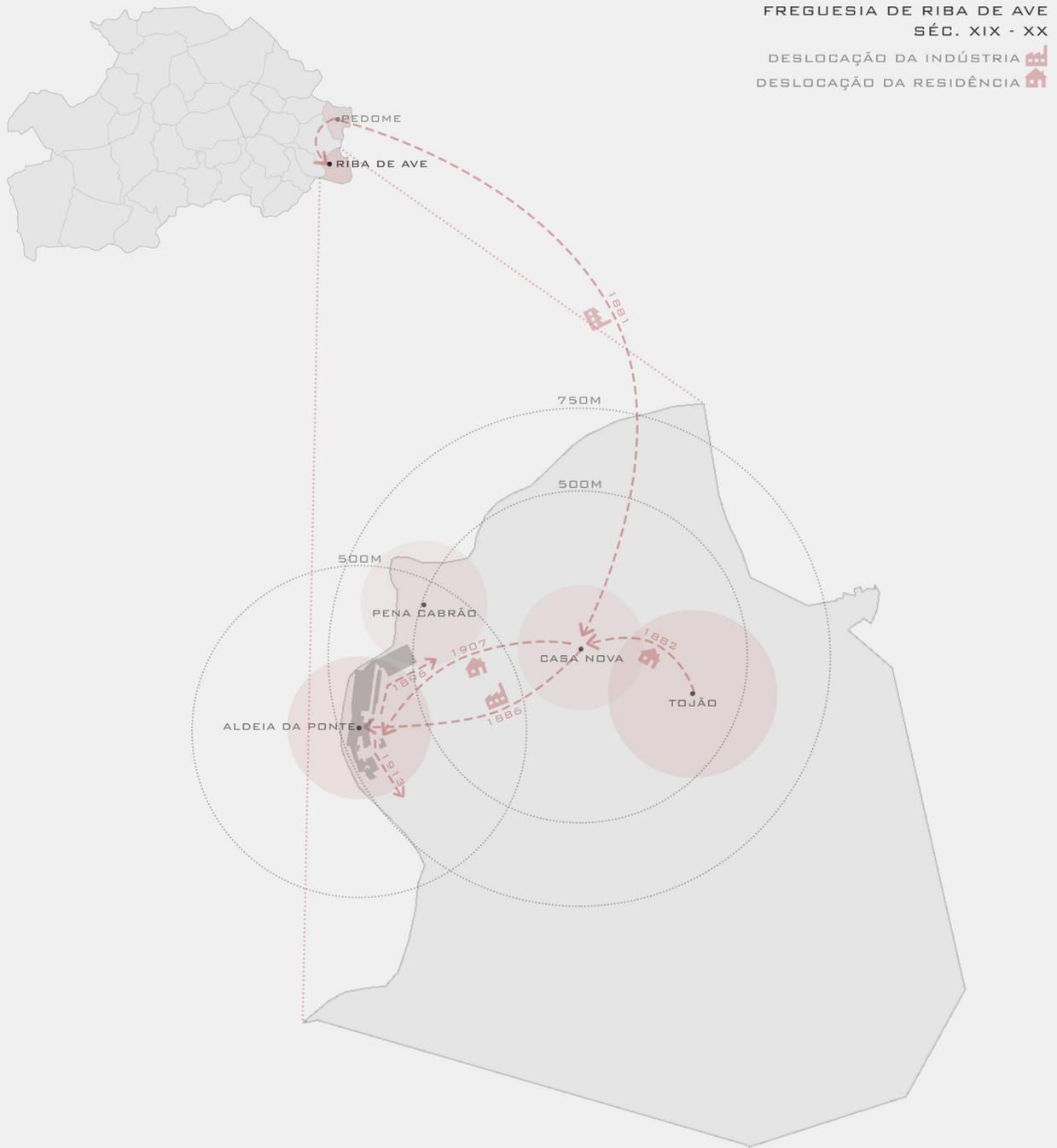


FIGURA 25 MOVIMENTO DE DESLOCAÇÃO DA INDÚSTRIA E DA RESIDÊNCIA DE NARCISO FERREIRA

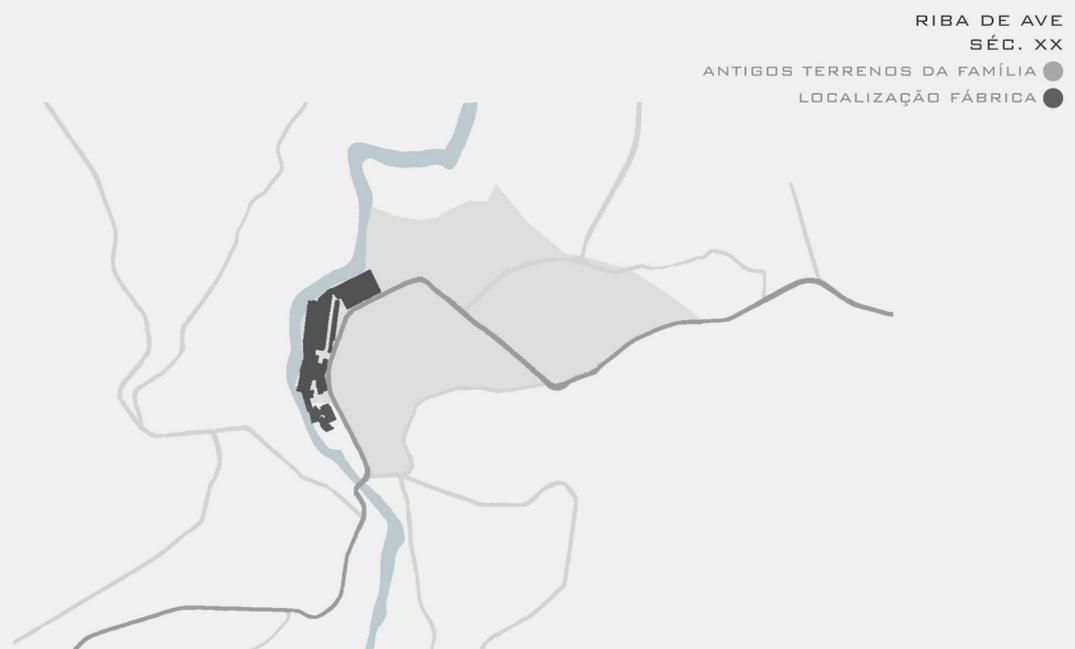


FIGURA 26 TERRENOS PERTENCENTES À FAMÍLIA DE EVA ROSA E POSTERIOR LOCALIZAÇÃO DA FÁBRICA

dirigente, a sociedade financiara nesse ano a expansão e alargamento da fábrica até Pena Cabrão e a aquisição de 150 teares mecânicos. Fundada, no seu início, com um capital de 50 contos de réis de capital, o industrial entrava, por sua vez, na sociedade com a cedência dos terrenos e edificações, e respetivas máquinas e utensílios. Contudo, seria apenas a 24 de Junho de 1896 que legalizaria a Sociedade por escritura, originando a Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba de Ave, que mais tarde iria designar-se Sampaio, Ferreira & C^a.

A elaboração desta sociedade e respetivo financiamento, permitiriam criar a primeira grande unidade industrial de Vila Nova de Famalicão projetada como “completa”³². Dotada assim, de sentido verticalizante, o espaço fabril compreendia agora as fases produtivas de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos, e possuía ainda oficinas para a renovação e manutenção de equipamentos. É de realçar que, à semelhança do que acontecia na época, durante muito tempo a pequena indústria Narciso ocupava-se apenas da fase produtiva de tecelagem, onde ele, na qualidade de comerciante, comprava o fio noutra estabelecimento, que por sua vez se ocupava unicamente à fiação, e conduzia o produto para a sua oficina onde transformava em tecido.

Constituído como administrador da fábrica, Narciso tinha como incumbência a direção técnica, o que implicava em termos contratuais viver junto ao espaço fabril acompanhando o dia-a-dia do labor, enquanto que, à semelhança das outras unidades industriais, a sede e direção comercial situavam-se no porto a encargo do engenheiro e amigo Vasco Ortigão Sampaio. Neste sentido, seria no de 1897 que viria a abandonar a vida de comerciante, dedicando-se unicamente à carreira de industrial, e construiria e fixaria residência no terreno em frente à fábrica.

A par da evolução da sua unidade industrial, Narciso via a sua família a aumentar com o nascimento dos filhos Joaquim em 1893, Raul em 1895, Luciana em 1898 e posteriormente, Manuel Carlos no ano de 1905.

³² ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13

Traçava-se assim, os primeiros contornos daquilo que viria a ser um legado industrial e social que, iniciado pela mão resiliente e lutadora do pai, iria ser perpetuado pelos filhos, construindo um vasto património que transformaria profundamente a paisagem do Vale do Ave.



FIGURA 27 NARCISO FERREIRA E SÓCIOS DA FÁBRICA DE FIAÇÃO, TECIDOS E TINTURARIA DE RIBA DE AVE

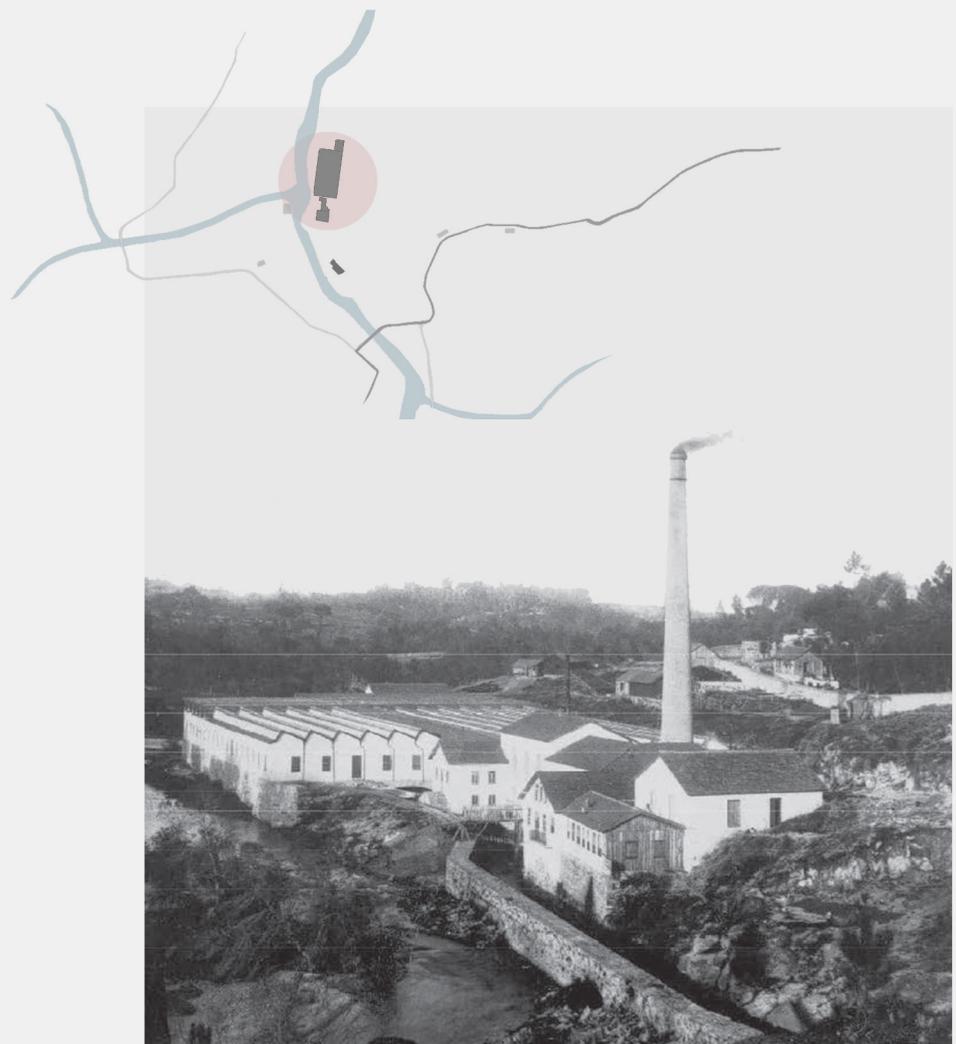


FIGURA 28 A FÁBRICA DE FIAÇÃO, TECIDOS E TINTURARIA DE RIBA DE AVE NO ANO DE 1900

A obra industrial e social no Vale do Ave

“Quem colocado num dos planaltos de Santana (Oliveira de São João Mateus), observe atentamente o local onde hoje assenta a próspera e laboriosa povoação de Riba de Ave, onde mais ahi veria meia dúzia de rústicos casebres disseminados e ocultos pelas matas de pinheiros, silveiras e penedias que naqueles sítios existiam. Desde então para cá, tudo se alterou devido a uma séria ininterrupta de melhoramentos que dia a dia vai aumentando. Abriam-se estradas importantes que rivalizam com as melhores cidades e arrotearam-se os diversos terrenos que até ahi permaneciam incultos. O principal iniciador e propulsor de todos os melhoramentos foi incontestavelmente o importante industrial e capitalista Narciso Ferreira”³³.

Pela mão de Narciso Ferreira, nascera em Riba de Ave um verdadeiro empório industrial que rapidamente seria alargado aos territórios vizinhos, transformando profundamente a paisagem do Vale do Ave, através de uma obra social e industrial que seria por si começada e pelos filhos perpetuada.

Com a primeira experiência industrial a revelar um crescente sucesso, apresentando na passagem para o século XX um número de operários superior a 500, Narciso procuraria continuar a sua obra, estendendo-a às freguesias vizinhas. Seria neste contexto, que em 1905 surgia a experiência no Bairro, inaugurando a “Empresa Têxtil Elétrica, Lda”. Dedicando-se à fiação e tecelagem, o espaço fabril tinha sido idealizado para trabalhar a energia hidroelétrica, que era produzida na própria fábrica. Utilizando o sistema da acoplagem de um gerador, no início, de 500 volts, a uma roda hidráulica e apresentando-se equipada com 8 teares, a fábrica procurava aproveitar os desperdícios de algodão da “casa-mãe”³⁴ através do fabrico de cobertores e de cotins grossos. O espaço fabril rapidamente teve a necessidade de expansão, tendo sido construídos vários edifícios ao longo dos anos, que seguiam as diretrizes arquitetónicas da época. Ao contrário da fábrica Sampaio Ferreira

³³ Gazeta de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 9 de Janeiro 1917. Jornal. p. 3

³⁴ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13

que fora construída por mestres pedreiros, a ampliação da empresa realizara-se segundo um projeto de autor, apresentando o domínio do granito. Demonstrara-se assim, determinante o papel do engenheiro civil Vasco Ortigão Sampaio, tendo sido responsável pela arquitetura e orientação das construções de ambas as unidades fabris.

Embora, a empresa do bairro tenha sido a primeira grande experiência industrial fora da freguesia de Riba de Ave, teria sido contudo, em 1897 que Narciso iniciara verdadeiramente a extensão da sua obra social, com a construção da estação ferroviária em Caniços e respetiva estrada de ligação a Riba de Ave. Estrada esta, que em 1905 conectaria as duas unidades fabris.

Enquanto industrial e precursor energético, Narciso prosseguia a sua obra no Vale do Ave em 1906 com a criação da Central Hidroelétrica de Bairro, que se apresentava incorporada na própria Empresa Têxtil Elétrica, tendo sido edificada numa parcela de terreno adquirida junto ao Rio Ave.

No ano de 1908, dava continuidade à industrialização de Riba de Ave, com a construção de uma nova fábrica junto à “casa-mãe”³⁵, denominada de “Oliveira, Ferreira & C^a”. Idealizada para o fabrico de telas para estampanaria e flanelas, Narciso criara este novo espaço fabril sob o impulso de nela associar todos os seus filhos, dos quais, alguns já tinham atingido a maturidade, revelando-se aptos para auxiliar na gerência da fábrica.

A aposta nas energias prosseguia em 1909 com a criação da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego. Após a experiência da empresa do bairro ter-se demonstrado bem sucedida, Narciso procurava a eletrificação da Fábrica Sampaio Ferreira, construindo com esse intuito a central a cerca de 3km de distância, edificando-a entre Riba de Ave e Bairro. Com a criação do espaço e respetiva exploração energética, o industrial possibilitara assim, o trabalho por turnos na fábrica e permitira a eletrificação da freguesia de Riba de Ave, que por este motivo, seria das primeiras a dispor de energia para consumo doméstico.

³⁵ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13

O espírito visionário de Narciso, destacava-se nesse mesmo ano, com a aquisição da Quinta de Mide, em Lordelo, onde procederia à plantação de milhares eucaliptos, dando origem à Empresa Florestal de Mide. O tempo dar-lhe-ia razão, que com a ocorrência da Guerra Mundial em 1914 e conseqüente carência de recursos, muitas das empresas fabris ressentiam pela falta de carvão, que na altura alimentava as caldeiras das fábricas, ao passo que Narciso, graças à sua visão futura, disponha de uma exploração própria que permitira responder às necessidades das fábricas durante esse período de tempo.

A par da sua obra industrial, a fábrica Sampaio Ferreira revelava uma contínua evolução que se fazia sentir no número de operariado, que no ano de 1910 já totalizava 846 trabalhadores. Demonstrava-se assim, uma crescente ocorrência de operários para as imediações da fábrica, que rapidamente ultrapassavam os limites demográficos da freguesia. Seria assim, neste contexto, que Narciso iniciaria a sua obra social de benemerência, em que procuraria, com parte dos lucros da fábrica, partilhar e possibilitar o desenvolvimento de Riba de Ave. Iniciava-se assim, a construção e consolidação de uma paisagem industrial humanizada, em que o industrial se revelaria precursor.

Nesse mesmo ano, inaugurava um posto efetivo de segurança próximo às instalações da fábrica, que procurava albergar um corpo de agentes para uma vigência permanente. Pelas palavras do bisneto Raul José Ferreira, “pouco antes de 1911, por aí, havia problemas de roubos aqui, roubos de galinheiros e coisas desse género, não eram roubos importantes ate apanhavam os larápios e iam a casa do Senhor Narciso Ferreira saber o que é que ele aconselhava a fazer. E então, como não havia guarda instituída, só em Famalicão, então o que ele fazia sempre era cortar-lhes os botões da carcela das calças e mandava-os acompanhados para Famalicão e enquanto eles iam a segurar as calças não podiam fugir”³⁶. Tal facto, impulsionara assim Narciso Ferreira a construção do posto que, inicialmente, composto por seis homens, procurava velar pela segurança do operariado e proteger o património privado. A Guarda Nacional Republicana chegaria à freguesia apenas no ano de 1911, destacando cinco efetivos que substituiriam os seis elementos, dando assim origem ao Posto de GNR, que ali permaneceria durante alguns anos.

³⁶ BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p. 132

Seguia, no ano de 1911, com a criação do Quartel de Bombeiros que, inicialmente incorporado na própria fábrica, procurava dar resposta aos incêndios que por vezes eram comuns nas unidades fabris têxteis. Posteriormente, o quartel mudaria de instalações, tendo sido construído um edifício próprio jusante à Sampaio Ferreira, que permanece até à atualidade, porém desativado.

A par da contínua evolução e expansão das unidades fabris de Narciso Ferreira, a fábrica do Barão da Trovisqueira entrava numa situação incontornável de decadência, que resultaria na sua venda e transformação em tecelagem de algodão, e posteriormente na sua transferência para Oliveira de São Mateus, deixando assim, em desuso o estabelecimento inicial e terrenos. Seria assim, neste contexto, que no ano de 1913 Narciso procuraria a aquisição do edifício e respetivos terrenos, que eram contíguos à Fábrica Sampaio Ferreira, permitindo no futuro ampliar o espaço da sua unidade fabril.

Com o falecimento de Eva Rosa em 1913, os anos seguintes iriam caracterizar-se pela estabilização da obra social de Narciso, concentrado a atenção nas suas unidades fabris e na família. Contudo, com o contínuo crescimento acelerado da população por via da indústria, realçava-se cada vez mais a falta de equipamentos sociais, onde sobressaía, sobretudo, as carências das idades não ativas. Seria assim neste contexto que, em 1917 se destacaria a conclusão da construção da escola primária, que até ao momento apresentava-se num edifício de condições exíguas. Deste modo, possibilitara uma melhor formação num edifício com maior sofisticação, a nível de materiais, revelando-se a mais importante estrutura escolar de Vila Nova de Famalicão, numa altura em que o tema de educação era bastante discutido no concelho.

A ação empresarial ligada à energia, prosseguiria em 1918, com a entrada de Narciso Ferreira para o Conselho de Administração da Companhia Hidroelétrica do Varosa (CHEV), situada em Lamego. Nesse mesmo ano, contribuía para o aumento da potência da central, passando de 300 cavalos para 15 mil, e, face à “urgência de remodelar o equipamento e

Sampaio, Ferreira & C.ª, L.ª

Fabrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave

As maiores e mais acreditadas produções em riscados, cotins e fantasias

Escritorio no Porto:
AVENIDA DOS ALIADOS, 66-2.º

TELEFONE 1277 Telegramas: **OFICIALDA**

RIBA D'AVE
VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
 TELEFONE 9

**Empresa Textil
 Electrica, L.ª**

Fabrica de cobertores de algodão em lisos e fantasias, cotins finos e grossos, fantasias com seda e algodão, riscados, etc.

Fabrica: **BAIRRO (Minho II)**
 Estação - Caniços

Escritorio no Porto:
AVENIDA DOS ALIADOS, 66-2.º

TELEFONE 1277
 Telegramas: **OFICIALDA**

Oliveira, Ferreira & C.ª, Limitada

Os mais variados artigos em algodão e seda, tais como riscados, fantasias e cotins

FABRICA: RIBA D'AVE
 TELEFONE 8

Escritorio no Porto:
Avenida dos Aliados, 66-2.º

TELEFONE 1277
 Telegramas: **OFICIALDA**

**A Companhia Hidro-Electrica
 do Varosa**

Alimenta com a sua electricidade: Lousa e Alta Douro e Trancoso-Monte, as Minhas e a Baira!

Lamego, Regua, Santa Maria do Penagão, Taboão, Caramil, Portelo de Cambres, Vila Nova de Famalicão, Santa Tereza, Oale, Espinho, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoas, Fão, Espinho, etc., etc., além de inúmeras e das mais importantes fabricas das concelhias do Porto, Guimarães, Santo Tirso, Oale, Vila do Conde, Póvoas e Vila Nova de Famalicão

Sede: RIBA D'AVE
 ESCRITORIO:
Rua Elísio de Melo, 21-3.º
PORTO

A sua Central térmica em Caniços, durante os meses de sequecimento consume por dia um comboio de carvão

FIGURA 29 EMPRESAS FUNDADAS POR NARCISO FERREIRA NO VALE DO AVE NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

ampliar a estrutura física para corresponder às necessidades”³⁷, integrara na administração os filhos Alfredo e Delfim. Para além de facultar energia elétrica às fábricas de Riba de Ave, a Companhia fornecia ainda energia a mais de 20 concelhos, abrangido desde a região do Douro até ao Minho.

“Todos os dias, manhã cedo, eles lá vêm como enxames de abelhas invadindo as suas colmeias, retomar o seu afã quotidiano dentro de gigantescos edifícios que aqui se erguem, como autênticas catedrais de trabalho. Há nesse labor de todos os dias um aspecto que nos impressiona: as longas distâncias que muitos têm que percorrer até nós, desde os lugarejos distantes onde moram. Aguardamos ansiosamente o dia em que os projectos elaborados para a construção de casas e bairros para operários se transformem em maravilhosa realidade. Nessa altura, essa gente poupará muitas das suas energias e ver-se-á liberta das suas mais aflitivas canseiras”³⁸.

Para além da ampliação de creches e cantinas que tinha realizado dentro do complexo da “fábrica-mãe” no ano de 1912, Narciso prosseguia agora a sua obra de benemerência com a construção de bairros operários que procuravam albergar e garantir melhores condições de vida aos seus trabalhadores, que cada vez mais ocorriam para as imediações das unidades fabris de Riba de Ave. Neste contexto, o ano de 1922 destacara-se pela construção de cinco bairros operários que revelava um investimento superior a 400 contos de Réis. As dezenas de habitações conferidas pela criação destes bairros, permitiriam acolher várias famílias, que na sua maioria eram constituídas por pais e filhos que laboravam nas fábricas de Narciso.

Ainda inserido neste contexto, a partir de 1922, Narciso procuraria reforçar a obra social para além da freguesia de Riba de Ave, estendendo a outros territórios do Vale do Ave o seu apoio e colaboração, através da construção de creches, escolas primárias, bairros sociais, novos arruamentos e instalação de iluminação pública.

³⁷ Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 147

³⁸ SEIXAS, Paulo Castro; SEABRA, Daniel - Centro residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel - Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 168

À medida que a sua obra social crescia, revela-se o caráter benevolente e de empatia do industrial que “por experiência directa as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas”³⁹.

O ano de 1926 iria caracterizar-se pelo o início da construção daquilo que seria, seguramente, a maior obra social protagonizada por Narciso. Com a ideia ainda lançada no ano de 1922, o industrial já revelava o intento de “abalançar-se num projeto que dignificasse a região ribeirinha (do Ave) e servisse de auxílio a todos quantos necessitassem de cuidados de saúde”⁴⁰, que futuramente daria origem ao Hospital de Riba de Ave. Demonstrando o seu caráter solidário, construiria assim este equipamento social com o intuito de garantir assistência médica aos milhares de operários que as suas fábricas possuíam por esta altura, procurando ainda executar uma obra viável que pudesse ser ampliada no futuro e assim, estender o serviço à população em geral. Tal facto, refletia-se na escolha de implantação do edifício, que situara próximo às fábricas, aos bairros e ao posto da GNR, num espaço que possibilitava o alargamento para Sul. Sendo concluído no ano de 1927, o edifício apresentava um projeto de autor, do qual se destacara o arquiteto responsável pelas obras realizadas no Hospital de Braga. Inspirado num projeto de John Carr, desenhara um edifício de estilo neoclássico em que, através de uma planta em H, estruturara o espaço em dois pisos no núcleo central e em um piso nos restantes. O hospital refletia no seu exterior e interior a arquitetura da época, através das suas fachadas rebocadas e pintadas a branco, do embasamento, dos frisos e molduras dos vãos.

Como já referido, a obra industrial de Narciso estendia-se à melhoria de caminhos de comunicação dentro e fora do concelho de Vila Nova de Famalicão, construindo estradas que facilitassem o desenvolvimento da sua indústria. Destacar-se-ia contudo, neste quando industrial, a luta pelo caminho de ferro que marcaria a vida de Narciso Ferreira, a par da batalha pela elevação de Riba de Ave a concelho, que dera lugar em 1908, ano que fora Vereador da Câmara Municipal de Famalicão. Com a publicação de um novo Decreto Lei

³⁹ BASTOS, Carlos – O algodão no Comércio e na Indústria. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947. p.70

⁴⁰ Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p. 160

no ano de 1927, que estabelecia o início do processo de revisão do plano da rede ferroviária de Portugal, Narciso encontra uma oportunidade para propor a passagem de uma nova linha férrea por Riba de Ave e respetiva estação, das quais se prontificava a construir e assumir as despesas. Proponha assim, a por ele denominada de Linha do Ave, cujas linhas traçadas partiam de Caniços, seguindo pela margem esquerda do Rio Ave em direção a Riba de Ave, que por sua vez, seguia para Taipas e depois Póvoa de Lanhoso. Contudo, a linha férrea projetada pelo industrial nunca seria construída, sendo o seu poder e influência insuficientes perante o poder político da altura.

Com a aquisição da CHEV no ano de 1925, onde investira grande parte do seu capital, o industrial prosseguia com a aposta na eletricidade. A energia vendida na região e em Vila Real, era de seguida conduzida para o Porto e para o território do Vale do Ave, onde construiria, para este fim, uma central térmica de apoio ao Varosa, em Caniços, cerca de 100 metros jusante da Têxtil Elétrica. Inaugurando o edifício no ano de 1928, as instalações construídas permitiam funcionar como reserva ao Varosa, garantindo com o reforço da potência, ampliar o fornecimento de energia a mais de duas dezenas de concelhos, reforçando assim, a extensão da sua obra social.

Posteriormente, no ano de 1931 e por iniciativa de Delfim, a família Ferreira procuraria o aproveitamento hidroelétrico do Ave, concebendo, assim, uma “cascata de cinco barragens”⁴¹, designada de Hidroelétrica do Ermal. Por pressões governamentais, resultaria no ano de 1942 a fusão das duas companhias, constituindo a Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal (CHENOP), que se revelaria uma das maiores produtoras e distribuidoras de eletricidade no Norte do país.

A par da consolidação da obra industrial e social de Narciso Ferreira, os filhos começavam pela sua própria mão a construir o seu património, perpetuando o trabalho iniciado pelo pai. Neste contexto, ainda com o pai a participar nas sociedades, surgiram algumas iniciativas industriais no Vale do Ave, dando origem a várias unidades têxteis construídas nas

⁴¹ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13



REDE FERROVIÁRIA
SÉC. XX
LINHAS CONSTRUÍDAS ———
LINHA PROPOSTA ———

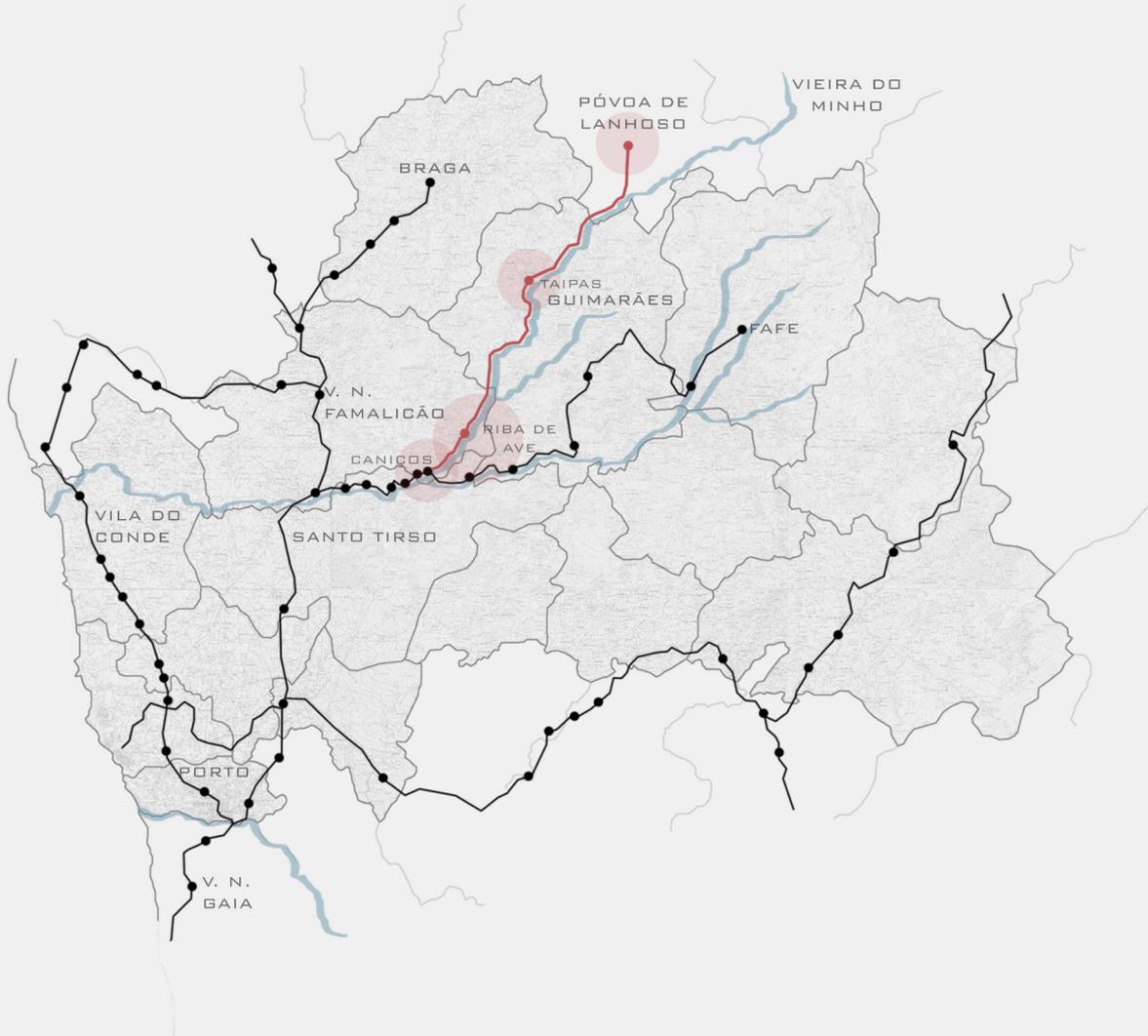


FIGURA 30 PLANO DA LINHA FÉRREA DO AVE PROPOSTA POR NARCISO FERREIRA NO ANO DE 1927

PATRIMÓNIO FAMÍLIA FERREIRA

FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA ●

EQUIPAMENTOS NARCISO ●

EQUIPAMENTOS FILHOS ●

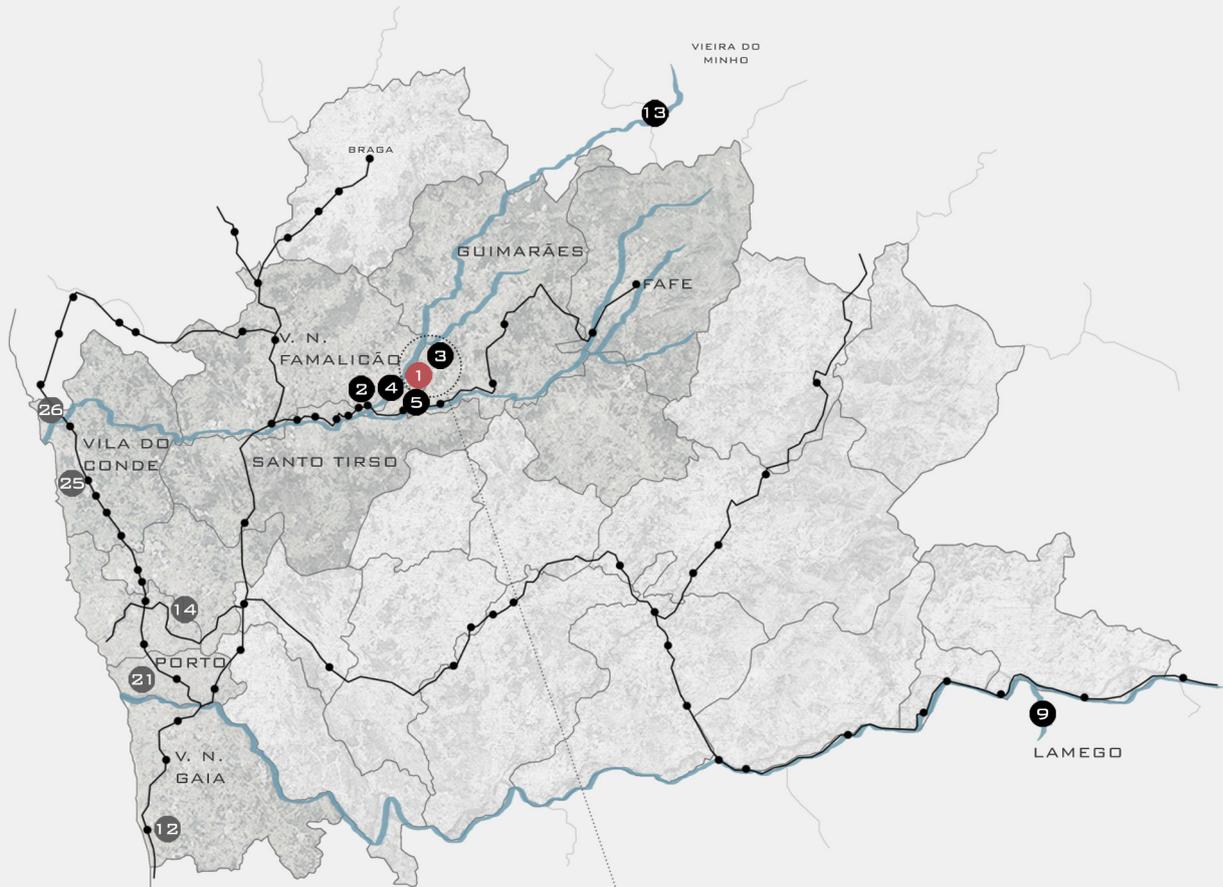


FIGURA 31 FÁBRICAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA



FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA
FÁBRICA OLIVEIRA, FERREIRA



EMPRESA TÊXTIL ELÉCTRICA
CENTRAL HIDROELÉCTRICA



CENTRAL HIDROELÉCTRICA DO AMIEIRO GALEGO



QUINTA DE MIDE



COMPANHIA HIDROELÉCTRICA DO VAROSA



COMPANHIA HIDROELÉCTRICA DO ERMAL



TÊXTIL ALGODOEIRA DE ARCOZELO



CASA DE SERRALVES

FIGURA 32 FOTOGRAFIAS AÉREAS DAS FÁBRICAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA

PATRIMÓNIO NARCISO FERREIRA

- 1- FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA, RIBA DE AVE, 1896
- 2 - EMPRESA TÊXTIL ELÉCTRICA, BAIRRO, 1905
CENTRAL HIDROELÉTRICA, BAIRRO, 1906
TERMOELÉTRICA E RESERVA, BAIRRO, 1928
- 3- FÁBRICA OLIVEIRA, FERREIRA, RIBA DE AVE, 1909
- 4- CENTRAL HIDROELÉTRICA DO AMIEIRO GALEGO, BAIRRO, 1909
- 5 - EMPRESA FLORESTAL DE MIDE, LORDELO, 1909
- 6 - POSTO DE GNR, RIBA DE AVE, 1910
- 7 - QUARTEL DE BOMBEIROS, RIBA DE AVE, 1911
- 8 - ESCOLA PRIMÁRIA, RIBA DE AVE, 1917
- 9 - COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO VAROSA, LAMEGO, 1918
- 10 - BAIRROS OPERÁRIOS, RIBA DE AVE, 1922
- 11 - HOSPITAL NARCISO FERREIRA, RIBA DE AVE, 1927

PATRIMÓNIO FILHOS

- 12 - TÊXTIL ALGODOEIRA DE ARCOZELO, V. L. GAIA, 1922
- 13 - COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO ERMAL, VIEIRA DO MINHO, 1931
- 14 - FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DA PONTE DA PEDRA, LEÇA DO BALIO, 1936
- 15 - TEATRO NARCISO FERREIRA, RIBA DE AVE, 1944
- 16 - MERCADO NARCISO FERREIRA, RIBA DE AVE, 1947
- 17 - ESTALAGEM SÃO PEDRO, RIBA DE AVE, 1949
- 18 - IGREJA PAROQUIAL, RIBA DE AVE, 1950
- 19 - NOVO POSTO GNR, 1950
- 20 - POSTO DE CORREIOS E CAFÉ, RIBA DE AVE, 1955
- ESTAÇÃO TELEGRÁFICA E TELEFÓNICA, RIBA DE AVE, 1955
- 21- CASA DE SERRALVES, PORTO, 1957
- 22- QUARTEL DE BOMBEIROS, RIBA DE AVE, 1957
- 23- POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, RIBA DE AVE, 1961
- 24 - BAIRRO DE OPERÁRIOS, SÃO MATEUS, 1969
- 25 - SOCIEDADE INDUSTRIAL DO MINDELO, MINDELO
- 26 - FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE VILA DO CONDE, VILA DO CONDE

localidades de Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, onde se destacava o papel de Delfim como perpetuador da ação industrial e energética do pai na região do Ave.

O património da família Ferreira caracterizar-se-ia, também, pelas construções das suas próprias residências, que eram projetadas como “palácios”, sobressaindo na paisagem de Riba de Ave. Com o passar do tempo e respetivos matrimónios, os filhos de Narciso procurariam a construção dos seus próprios lares, criando edifícios opulentos de arquitetura singular. Projetadas em parcelas de terreno de dimensões consideráveis, a família Ferreira tomava e dominava claramente o território de Riba de Ave. Destacava-se neste âmbito, as casas de Raul, Delfim, Alfredo e Joaquim, como autênticos “palacetes” que continham os seus próprios jardins, campos cultivados e em alguns casos, a sua própria capela, demonstrando-se assim, claramente, a presença de um projeto segundo autor, refletindo uma arquitetura riquíssima, tanto a nível construtivo como paisagístico. Neste contexto, realçava-se ainda, a aquisição da Casa de Serralves por Delfim no ano de 1955, demonstrando um claro interesse pelo património arquitetónico, que se refletia nas construções de Riba de Ave, onde em alguns casos, era de notar a influência nos jardins das residências, que demonstravam ser concebidos segundo um projeto de autor.

“(…) Proveniente da humildade, iletrado, mas dotado de uma inteligência clerividente e assimilável, depressa conquistou pelo seu esforço uma situação invejável! E revolvendo as fragas do Vale do Ave (em território famalicense, para honra nossa) cedo transformou a sua terra alcantilada em soberbos jardins onde se confundem palácios opulentos em casas humildes e brancas e onde se erguem altivas e progressivas, verdadeiras cidades de trabalho. É tal, porém, o seu extraordinário poder de realização que o seu espírito não cansa de idealizar empresas. E transfere para o Varosa todo o seu oiro e eis que se opera o milagre desse precioso monumento de riqueza nacional. Oiro que também soube investir na sua terra e no seu concelho (...)”⁴².

A luta enquanto industrial e benemérito chegaria ao fim no dia 23 de Março de 1933 no Hospital de Riba de Ave, com o falecimento de Narciso Ferreira. A obra por si iniciada, ficaria

⁴² Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p. 173

a encargo dos filhos, que fariam a luta do pai a sua própria tarefa. Assim sendo, o património industrial e social tornara-se responsabilidade dos descentes, ficando encarregues da gerência e administração dos equipamentos públicos e das unidades fabris, cuja dimensão empresarial continuava a crescer, totalizando as três fábricas no ano de 1939 um número superior a três mil operários e vinte anos mais tarde um número avaliado em doze mil.

Nos anos seguintes ao falecimento do patriarca, prosseguia-se a obra social, destacando-se neste âmbito, o filho Raul Ferreira que seria responsável pela continuação da consolidação do território de Riba de Ave e assim, pela construção da cidade sonhada pelo pai. Surgiria neste contexto, a criação da Fundação Narciso Ferreira no ano de 1945, procurando assegurar o desenvolvimento e perpetuação do trabalho de Narciso, através de uma “obra de assistência e utilidade local destinada a prestar apoio económico e moral às famílias da mesma freguesia e em especial às dos empregados e operários das fábricas pertencentes aos sócios fundadores”⁴³. Sendo administrada pelos descentes diretos, pretendia-se com a criação da fundação agregar todos os imóveis da família de carácter social, educacional e cultural, e apresentava como objetivos as modalidades de assistência “espiritual, de harmonia com a autoridade e disciplina da Igreja Católica; educativa, com escola para instrução elementar e possibilidade de bolsas de estudo para educação profissional; materno-infantil, doença e invalidez”⁴⁴. Para este fim, fora dotada com dois mil contos como início de capital, com os edifícios já existentes e ainda com mais seiscentos contos para a construção da escola-cantina, idealizada por Narciso em tempo de vida.

Neste seguimento, coube a Raul a direção da fundação que, iniciando a ação de urbanizador, começou a dotar Riba de Ave de novos equipamentos sociais. Deste modo, surgia no ano de 1944, o Teatro Narciso Ferreira como um espaço recreativo para uso dos operários, com uma lotação de 476 lugares. Apresentando um projeto do arquiteto Manuel Amoroso Lopes, a implantação do espaço cultural atendia “à centralização do movimento

⁴³ Cit. por ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 19

⁴⁴ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 19

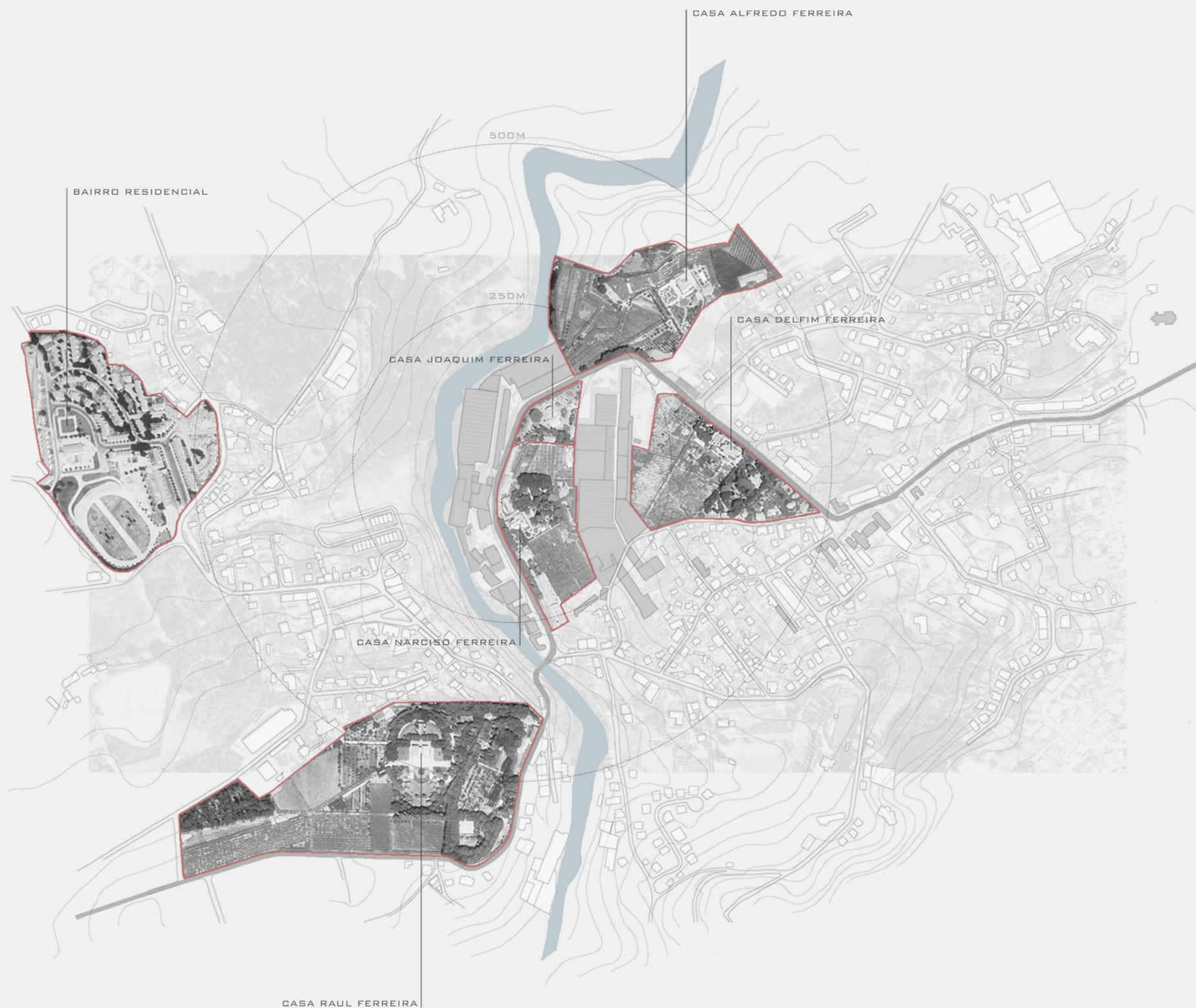


FIGURA 33 RESIDÊNCIAS E RESPECTIVOS TERRENOS PERTENCENTES À FAMÍLIA FERREIRA

fabril e ainda, por uma questão estética, visto que [era] neste ponto que o acesso a Riba d’Ave [era] mais acentuado”⁴⁵. A linguagem do edifício apresentava semelhanças à arquitetura de alguns edifícios do Porto da década de 40, revelando princípios modernistas de racionalidade volumétrica e funcional, e um abstracionismo geométrico no alçado, que era marcado a sul por uma torre com a figuração do patrono.

Ao longo da avenida principal, surgiriam nos anos seguintes novas iniciativas paternalistas, como o mercado (1947), Estalagem São Pedro (1949), um novo Posto de GNR (1950), Igreja Paroquial (1950), Estação Telegráfica e Telefónica (1955), Posto de Correios e café (1955), Junta de Freguesia (1955), um novo edifício para o Quartel de Bombeiros (1957) e o Posto de Abastecimento de Combustíveis (1961).

A obra social de Raul Ferreira iria contudo atingir o seu expoente máximo, com a construção de bairros operários no ano de 1969. Seguindo as pisadas do pai, o filho doara duas quintas em Oliveira de São Mateus, para aí edificar o Centro Residencial do Quinteiro, proporcionando assim, o crescimento urbano da freguesia vizinha. Seguindo o projeto do arquiteto António José de Brito e Cunha, o bairro fora financiado pela fábrica-mãe, à semelhança dos outros equipamentos sociais construídos, e pela Caixa de Providência Social, possibilitando assim, a construção de 176 habitações, divididas em sete tipologias adaptadas segundo a hierarquia fabril. Caracterizando-se como um “agregado habitacional modelar, com arruamentos bem delineados e pavimentação esmerada; com uma igreja, dois parques arborizados e grandes zonas verdes”⁴⁶ possuíam, ainda, espaços comerciais e reservatório de água para consumo dos moradores. A ação filantrópica de Raul, destacar-se-ia perante a Igreja Católica, merecendo a atenção do Papa Pio XII que o agraciaria em 1947 com o título de Conde de Riba de Ave, nome este que seria posteriormente dado ao Centro Residencial.

Com a conclusão e inauguração do Centro Residencial, concluía-se no ano de 1969, o conjunto de construções paternalistas da família Ferreira. A obra industrial e social, iniciadas

⁴⁵ Cit. por LEITÃO, Maria; SARAIVA, Vânia - Riba D’Ave Industrial: Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.^a Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano. Porto: Fundação da Juventude; Ordem dos Arquitetos, 2012. p. 15

⁴⁶ SOUTO, José Correia - Minha Terra e Minha Musa. Braga: [s.n.], 1985. p. 94

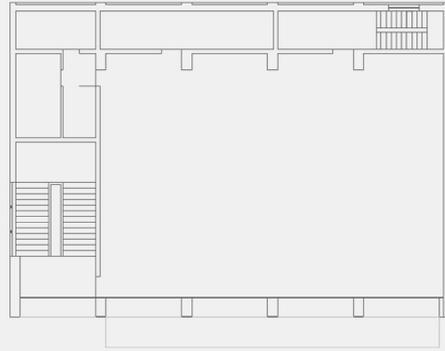
pelo pai e perpetuadas pelos filhos, permitiriam a construção de uma paisagem produtiva industrial e posteriormente a consolidação de uma paisagem humanizada e urbanizada em Riba de Ave, em que, através da extensão da ação às freguesias e concelhos envolvente, contribuiriam para a transformação do território do Vale do Ave, perdurando nele o património da família até aos dias de hoje.



FIGURA 34 INAUGURAÇÃO DO CENTRO RESIDENCIAL CONDE DE RIBA DE AVE NO ANO DE 1969



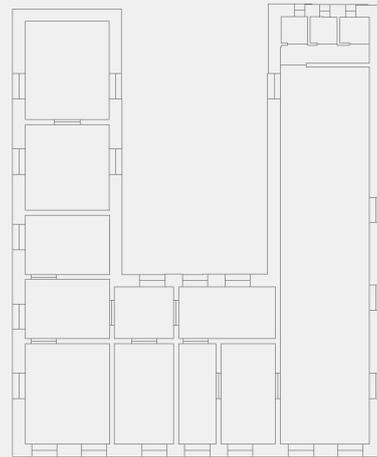
QUARTEL DE BOMBEIROS



M
0 2,5 5 7,5



POSTO GNR



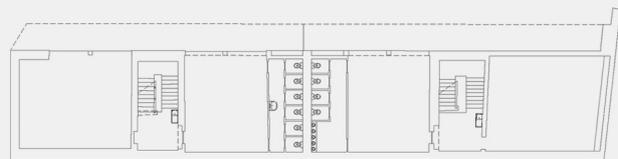
M
0 2,5 5 7,5



ESCOLA PRIMÁRIA



PISO 0



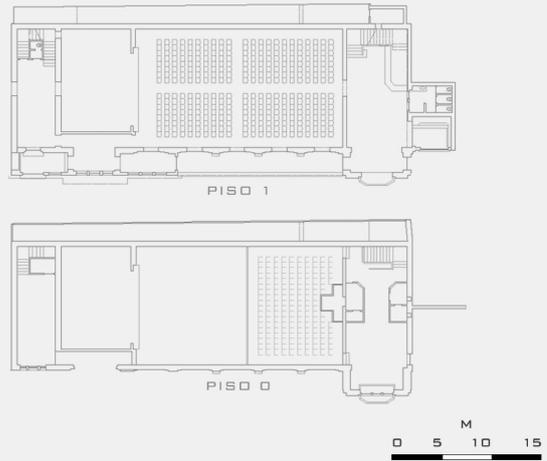
PISO -1

M
0 5 10 15

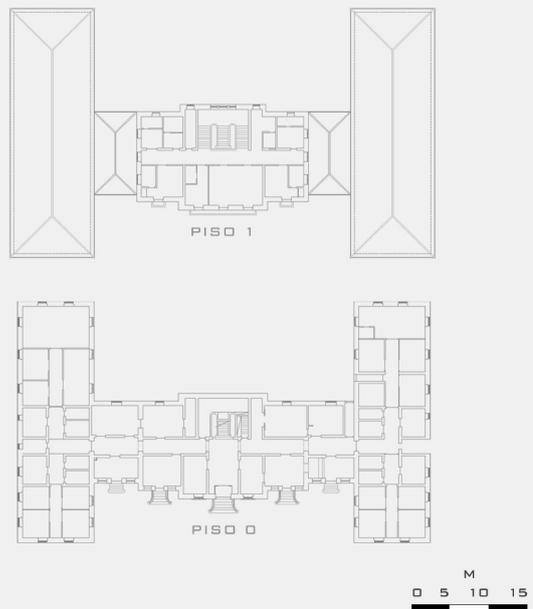
FIGURA 35 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ARQUITETÓNICO DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA I



TEATRO NARCISO FERREIRA



HOSPITAL NARCISO FERREIRA



MERCADO NARCISO FERREIRA

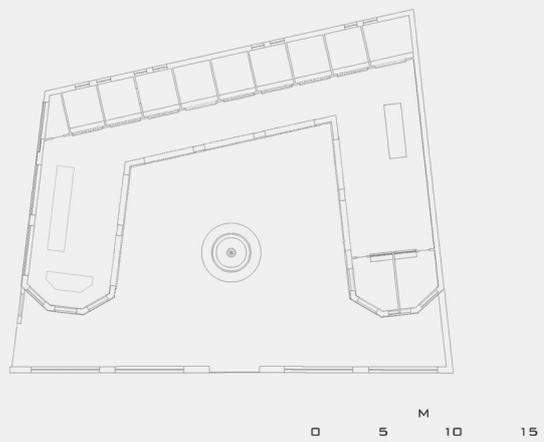
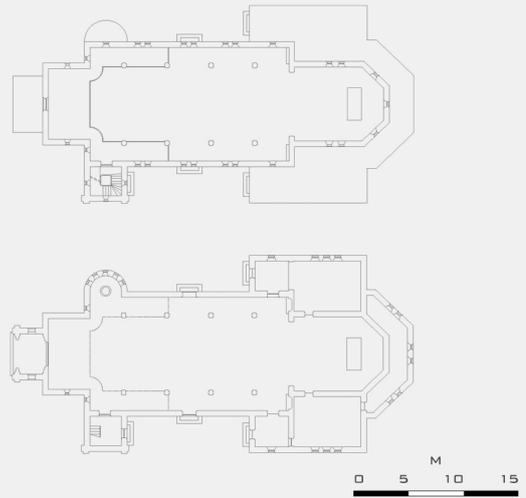


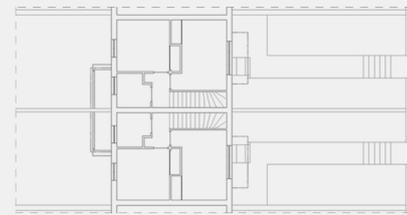
FIGURA 36 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ARQUITETÔNICO DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA II



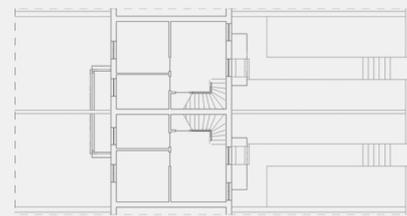
IGREJA PAROQUIAL



BAIRRO DE OPERÁRIOS



PISO 1



PISO 0



ESTALAGEM SÃO PEDRO



POSTO DE CORREIOS

FIGURA 37 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E ARQUITETÔNICO DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA III

CAPÍTULO 3
A água e os aproveitamentos energéticos

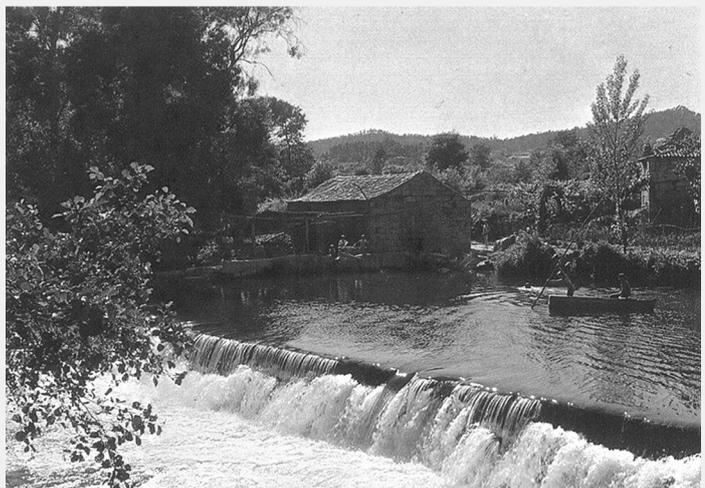


FIGURA 38 FOTOGRAFIA DE AZENHA VELHA SITUADA NAS MARGENS DE RIBA DE AVE E OLIVEIRA SANTA MARIA

O rio Ave e os recursos hídricos

“Que paisagem deliciosa (...) e todavia não pense o leitor que o Ave tem ahí a gentileza risonha, que se lhe observa mais próximo da foz; pelo contrário, uma nuance de tristeza, um toque ligueiro de melancholia parece envolver os trechos d’este perfumado idyllio, entre a agua que vae talvez chorando e o solo alpestre da margem que a contempla enamorando.

Sem saber porquê, a gente sente-se comovido, e o nosso espirito mergulha em um doce enternecimento, onde a saudade dos primeiros olhos negros, timidamente castos, que nos impressionaram, corre serena, como essa agua que vae correndo beijada pelos choupaes.

(...)

Mas, depois, ao delicioso sonhar succedeu o estridulo fervor da lucta pela vida, como á serenidade dormente d’este lado succede o sussurro da cascata de agua, que se despenha, além, para ir alimentar a turbina da fábrica de fiação que existe perto”⁴⁷.

O rio Ave e os seus afluentes marcam, desde os primórdios, de forma singular o território do Vale do Ave. Apresentando-se como um eixo de convergência para os vários cursos de água que se delineiam ao longo da paisagem, o Rio Ave é constituído por uma bacia hidrográfica de malha densa e relevo que propicia pequenas quedas de água ao longo do curso, características que não passariam despercebidas ao olhar do homem que, com o tempo, iria aproveitar a abundância de recursos hídricos para a complementaridade dos labores da região.

“Desde a nascente até à proximidade da albufeira do Ermal, no concelho de Vieira do Minho, o Rio é em geral estreito e serrano. Depois passa a ser progressivamente mais largo, correndo tranquilo e traçando de forma geral um vale muito aberto, de margens planas e bastante espraçadas”⁴⁸.

⁴⁷ VIEIRA, José Augusto – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886. Vol.2. p. 98

⁴⁸ Plano de Bacia Hidrográfica do Ave. 2000. 1º Fase. Vol. 1. p.7



FIGURA 39 O TERRITÓRIO DO VALE DO AVE E RESPECTIVOS RIOS

O seu curso, por vezes sinuoso, inicia-se na Serra de Cabreira, em Vieira do Minho e, percorrendo os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, tem como foz Vila do Conde, onde desagua as suas águas. Com uma extensão de cerca de 100 km, o rio Ave tem como afluentes na margem direita o rio Selho, Vizela, Ferro e Bugio, e na margem esquerda o rio Este.

Desde cedo a água apresentara-se como um recurso para a gente desta região, que procurara com o seu aproveitamento apoiar as suas atividades. Inicialmente ligados à vida agrícola, começavam a surgir ao longo do curso do rio os primeiros engenhos hidráulicos, sob a forma de açudes, azenhas e moinhos. Pontuando-se de um modo disperso na paisagem, traçava-se o início de uma tradição que marcaria e transformaria profundamente o Vale do Ave.

No século XVIII a paisagem encontrava-se dominada pela prática agrícola, que revestia o território com as parcelas cultiváveis, denunciando a atividade predominante da região. Os recursos hídricos demonstravam-se assim, essenciais e indispensáveis para a continuação e perpetuação desta prática. Seria assim, neste contexto, que surgiriam os primeiros aproveitamentos hidráulicos pelos proprietários dos campos disseminados pelos interiores que, encontrando obstáculos na obtenção de água, procurariam construir engenhos para a contínua rega dos seus espaços cultiváveis.

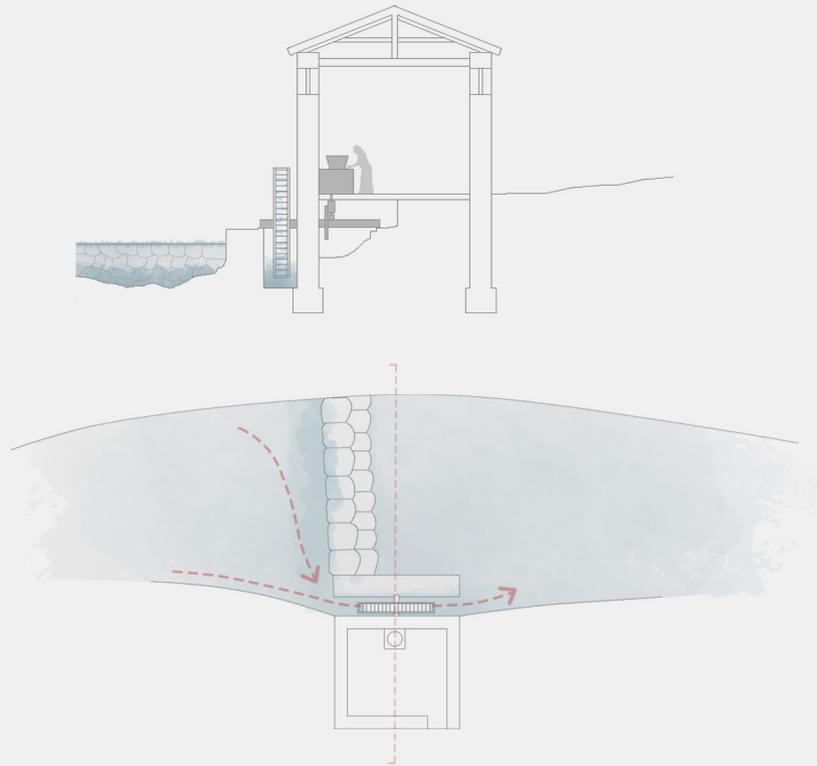
Iniciara-se assim, um movimento de construção de pequenos engenhos, denominados de regadios, que consistindo numa estrutura rústica de pequena dimensão processavam a rega através da gravidade. Surgindo de forma predominante nos interiores campestres, a utilização destes engenhos tinha, no entanto, determinadas limitações no Verão, altura do ano em que a água era escassa.

Ainda neste século, começam a aparecer apontamentos de engenhos mais sofisticados, procurando com o aproveitamento da força motriz da água, auxiliar as tarefas do labor agrícola. Dedicando-se na sua maioria à atividade tradicional de moagem de cereais, erguiam-se ao longo do curso do rio as primeiras azenhas, que demonstravam a clara simbiose entre o aproveitamento da água, da natureza e da economia local.

A construção destes engenhos iria, contudo, intensificar-se a partir do século XIX, com o contínuo crescimento da atividade de moagem no Vale do Ave, que se justificava pela centralidade do pão na alimentação da população. Tendo como função albergar e proteger o engenho mecânico tradicional que era acionado pela força da água, a azenha podia exercer várias atividades para além da moagem de cereais, como macerar o linho, pisoar a lã, serrar madeira e produzir papel. O sistema mecânico da azenha era constituído por uma roda vertical movida pela corrente de água, em que o “movimento da roda é transmitido à mó por meio duma roda dentada e dum carroto; pode ser de propulsão inferior ou de propulsão superior, conforme o processo de chegada da água que o movimenta”⁴⁹. Acompanhando a azenha, era construído um açude no rio em pedra, que procurava reter a água, conduzindo-a de seguida para um desvio que levava até ao engenho da roda hidráulica, criando assim a energia necessária para as atividades.

As azenhas e açudes demonstravam uma implantação ritmada que obedecia a um padrão ordenado e adaptado à rede hidrográfica. A construção destes engenhos resultava de uma gestão equilibrada do recurso hídrico do Ave, de modo a garantir aos utilizadores uma exploração igualitária da energia hidráulica. Deste modo, a implantação destas estruturas era fruto de um permanente diálogo entre os moleiros, a jusante e a montante do rio, para prevenir de construções que impedissem o bom funcionamento dos restantes engenhos. A implantação do açude tinha assim, de se encontrar a uma cota específica, previamente calculada, caso contrário poderiam elevar ou baixar o nível do rio, resultando num sistema desequilibrado. Com este intuito, os locais de construção eram minuciosamente selecionados em função dos caudais, das correntes e do impacto das cheias anuais. Assim sendo, revelava-se comum ao longo do curso do rio, a implantação deste tipo de construções em margens opostas, situadas em frente uma à outra. Com o intuito de maximizar o trabalho do açude e garantir a continuação de um sistema equilibrado, a água era captada pelo açude e de seguida conduzida para as duas estruturas em implantação oposta, possibilitando o labor em ambos os espaços, fazendo assim, um maior aproveitamento dos recursos hídricos.

⁴⁹ COSTA, Francisco da Silva - A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973. Braga: [s.n.], 2007. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. p. 387



MOINHO

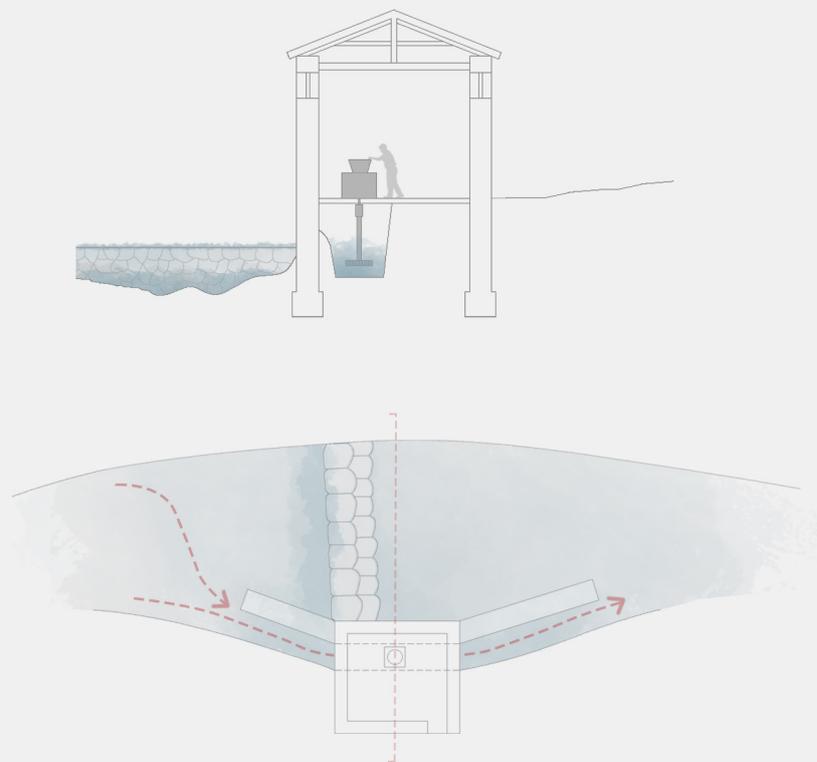
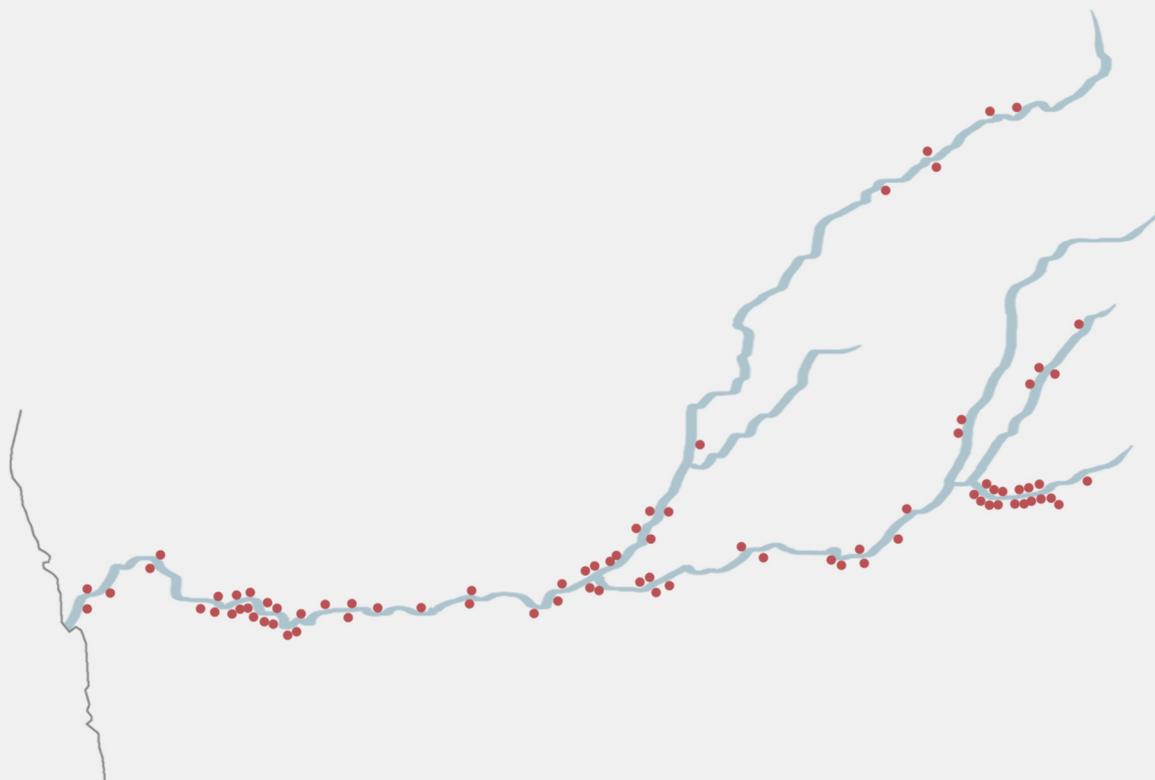


FIGURA 40 TIPOS DE APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS EXISTENTES AO LONGO DO CURSO DO RIO AVE NO SÉCULO XIX E XX

ENGENHOS HIDRAÚLICOS
SÉC. XIX
AZENHAS E MOINHOS ●



ENGENHOS HIDRAÚLICOS
SÉC. XX
AZENHAS E MOINHOS ●

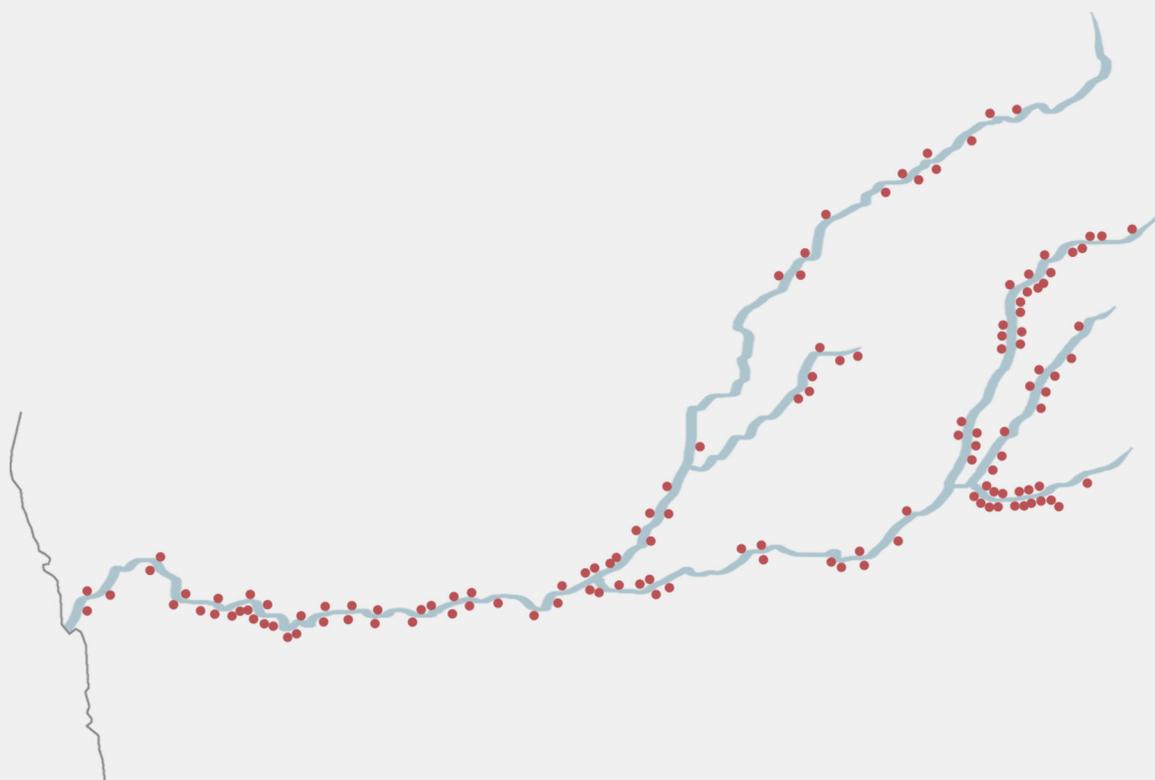


FIGURA 41 LOCALIZAÇÃO DOS ENGENHOS HIDRAÚLICOS NO SÉCULO XIX E XX



FIGURA 42 LOCALIZAÇÃO DOS ENGENHOS HIDRÁULICOS NO SÉCULO XIX E XX

Esta relação entre equilíbrio e harmonia, resultariam num território marcado por pequenas e suaves cascatas artificiais ao longo do rio, destinadas à exploração de energia para as atividades primárias.

“No verão, porém, é que as dificuldades aparecem ordinariamente só moem as Azenhas do Ave, porque a água dos ribeiros é tirada para irrigação dos campos - d'aqui a grande afluência de pessoas que veem ao Ave, às vezes de longe, moer as próprias fornadas. E antigamente era ainda mais difícil a situação, principalmente nas grandes estiagens, pois não havendo a moagem a vapor, como hoje há em vários logares, tudo concorria ao Ave - até povo da vizinhança da cidade do Porto - e por isso era tal a demóra em alcançar vez, que muitas pessoas, de ambos os sexos, permaneciam, nas azenhas muitos dias, semanas mesmo, à espera de serem atendidas.”⁵⁰

Embora encontrando-se de um modo persistente no território, as azenhas iriam contudo ser substituídas pelo surgimento dos moinhos. Esta ocorrência, justificava-se pela instabilidade do funcionamento das azenhas, que era frequentemente interrompido pela existência de cheias rápidas no rio, o que levava a que a sua construção fosse realizada essencialmente nos cursos de água com regimes de maior regularidade e menos sujeitos a cheias. Por outro lado, os moinhos tinham a vantagem de trabalhar o ano inteiro, uma vez que as construções se localizavam nas margens dos rios de caudal permanente, o que possibilitava o movimento do moinho ao longo de todo o ano.

O funcionamento do engenho do moinho dava-se através de uma roda horizontal, denominada de rodízio que, encontrando-se paralela às mós e ligada através de um eixo horizontal, era acionada pela força propulsora da água, produzindo um movimento giratório que iniciava o funcionamento do engenho hidráulico. Por outras palavras “(...) a água ao bater nas penas do rodízio, fá-lo girar accionando desta maneira a mó que está fixada na

⁵⁰ SANTOS, Firmino - Vila de Ribeirão - uma terra, um povo e a sua história. [s.l.]: Graficamares, Lda, 2008. p. 63.

extremidade superior do eixo vertical que, na parte inferior, está cravado no centro do rodízio”⁵¹.

A arquitetura das construções das azenhas e moinhos era o reflexo da conjugação de dois fatores determinantes: a função e contacto com o elemento água. Deste modo, recorrendo a técnicas construtivas de caráter tradicional e popular, estes espaços eram construídos com pedra e madeira local e revelavam um sistema construtivo que procurava ser simultaneamente resistente à erosão provocada pela água e proteger nos períodos de cheias violentas. Com este intuito, eram inicialmente constituídos por dois pisos, caboucos e rés-do-chão, sendo neste último onde se encontravam os engenhos para a prática das atividades.

No século XIX, assistia-se à disseminação de azenhas e moinhos ao longo do curso do rio Ave, revestindo o território do Ave com a sua presença e transformando, ao mesmo tempo, o rio com a criação de pequenas cascatas. Os açudes apareciam de um modo contínuo, deixando vestígios que perdurariam até à atualidade, marcando profundamente a paisagem pela sua existência numerosa. O curso do rio Ave e afluente caracterizava-se, assim, pela presença constante destes engenhos, que eram recorridos para as várias atividades e labores da região. Deste modo, no século XX assistia-se a uma crescente proliferação destas estruturas hidráulicas nos cursos do rio Ave, com outras finalidades para além da complementaridade de azenhas e moinhos de fins agrícolas.

Neste âmbito, destacava-se a longa tradição do fiar o linho, que se encontrava enraizada na região em paralelo à atividade agrícola. Para além da moagem de cereais, macerar o linho consistia numa das atividades desempenhadas nas azenhas e moinhos, que cada vez mais sobressaía no Vale do Ave, transformando o pequeno artesanato num ofício. Seria nesta circunstância, que se iniciaria uma intensa atividade de produção caseira, que rapidamente se iria disseminar no meio campestre, que encontrava nos recursos hídricos os meios necessários para a sua expansão. A água demonstrava-se assim, propícia para a implantação da indústria têxtil no Vale do Ave, que procuraria seguir os cursos do rio para

⁵¹ Cit. por COSTA, Francisco da Silva - A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973. Braga: [s.n.], 2007. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. p. 390

AGRÍCOLA



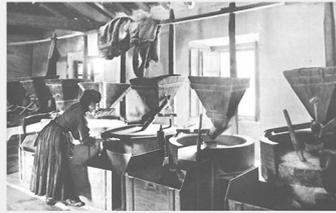
MOINHO



AZENHA



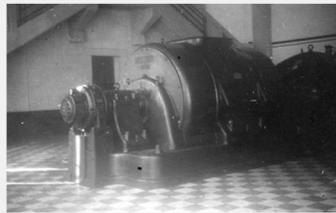
MOENDA



INDUSTRIAL



ENERGIA



ABASTECIMENTO



FIGURA 43 LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES ASSOCIADAS À CONSTRUÇÃO DE AÇUDES NO VALE DO AVE NO SÉCULO XX

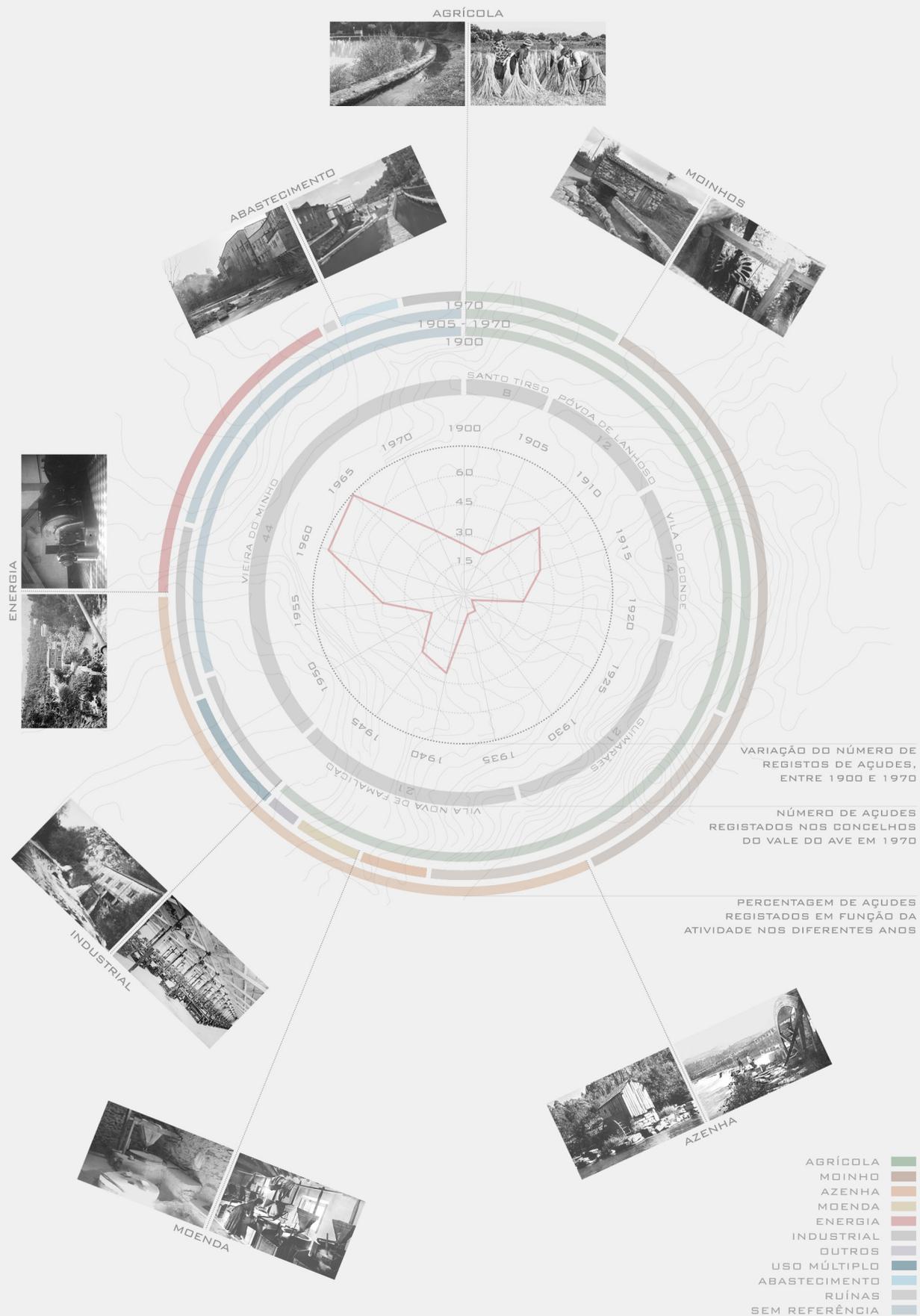


FIGURA 44 LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE AÇUDES EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE E REGISTO POR CONCELHOS ENTRE 1900 E 1970, NO RIO AVE (DADOS RECOLHIDOS EM: COSTA, FRANCISCO - A GESTÃO DAS ÁGUAS PÚBLICAS: O CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AVE NO PERÍODO 1902-1973)

o aproveitamento energético para as diferentes fases de produção. Neste contexto, surgiam nos finais do século XIX pequenas oficinas ao longo do rio, que procuravam, em muitos casos, a apropriação de azenhas e moinhos existentes, para adaptar o engenho hidráulico à sua pequena produção e assim, possibilitar a mecanização das máquinas.

As condições naturais encontradas no Vale do Ave, conduziram à deslocação e industrialização da região, iniciando um movimento de construção de unidades fabris, em grande parte por industriais do Porto, ao longo do rio Ave e afluentes, tirando partido da água e da sua energia nas diferentes fases produtivas. O recurso à energia hidráulica levaria a que a implantação da indústria se desse essencialmente na zona do Médio Ave, onde se encontrava uma topografia e hidrografia mais suscetível para o aproveitamento da água como força motriz. Deste modo, seria nas margens do rio Ave e Vizela que se revelaria uma concentração de unidades fabris que, na sua instalação de forma linear ao longo do curso, procuravam, também, a aproximação às linhas de caminho de ferro.

“Estabelece-se assim um sistema composto por áreas portuárias e agrícolas, no Baixo Ave; unidades de produção industrial no Médio Ave e produção de energia eléctrica no Alto Ave”⁵².

O crescente desenvolvimento da industrialização no território, conduziria ao surgimento de novas formas de aproveitamento energético para o funcionamento das unidades fabris. Seria neste contexto, que começaria um movimento de iniciativas hidroelétricas ao longo do curso do rio Ave, que procuraria eletrificar as fábricas através da incorporação de geradores acoplados a rodas hidráulicas, cuja água captada e encaminhada por açudes. Tendo como objetivo inicial a utilização da energia em benesse da indústria têxtil, a eletricidade chegaria contudo, por esta via, ao território do Vale do Ave para o uso doméstico, o que conduziria posteriormente à construção de centrais hidroelétricas exclusivas para consumo coletivo por toda a região.

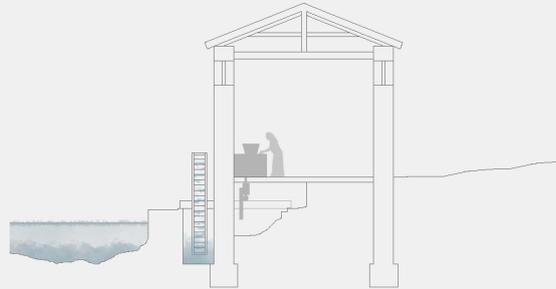
Assim sendo, posteriormente à industrialização, seguia-se a disseminação de iniciativas energéticas no território do Vale do Ave, acompanhando os cursos dos rios para a

⁵² PROVIDÊNCIA, Paulo - Um olhar sobre o Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 144

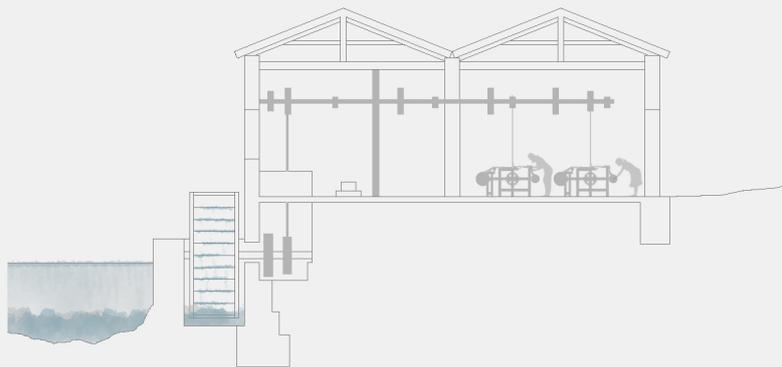
implantação de centrais hidroelétricas e termoelétricas, possibilitando a expansão da indústria têxtil para os interiores campestres, uma vez que passavam a usufruir de energia elétrica. Inicialmente integradas nas próprias fábricas, as centrais passaram posteriormente a ter espaços próprios, de modo a poderem vender a energia para o uso doméstico, desvinculando-se da indústria e ganhando expressão própria na paisagem. O território do Vale do Ave encontrara-se assim, exposto a uma série de transformações ao longo dos anos, devido à contínua exploração e apropriação dos recursos hídricos, que ganhavam com o tempo diferentes expressões: numa primeira associada à atividade agrícola, numa posterior à atividade industrial e numa final à atividade energética.

Posto isto, o rio e os recursos hídricos demonstravam-se determinantes para a construção e consolidação de uma paisagem produtiva, inicialmente ligada à atividade agrícola e posteriormente, marcada pela industrialização, que encontrava no rio Ave e afluentes os meios necessários para a sua expansão e eletrificação. Neste contexto, destacavam-se as construções tradicionais de azenhas, moinhos e açudes, que seriam dominadas e adaptadas pela indústria têxtil, iniciando um movimento que conduziria à evolução de um património hidráulico, industrial e energético.

ENGENHOS HIDRAÚLICOS
SÉC. XIX - XX
ATIVIDADE AGRÍCOLA



ATIVIDADE INDUSTRIAL



ENGENHOS HIDRAÚLICOS
SÉC. XX
ATIVIDADE ENERGÉTICA

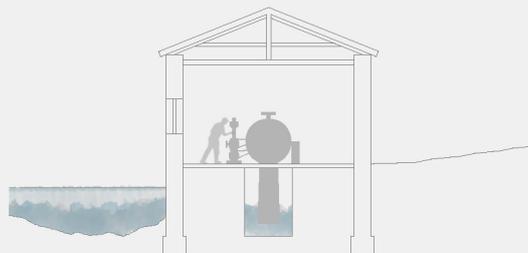


FIGURA 45 TIPOS DE APROVEITAMENTOS HIDRAÚLICOS EXISTENTES AO LONGO DO CURSO DO RIO AVE SEGUNDO AS ATIVIDADES

A evolução da energia e a fábrica

“No Vale do Ave e dos seus afluentes, onde as pequenas unidades industriais e as práticas agrícolas tinham instalado ao longo do tempo pequenos açudes para aproveitamento das águas, surgem agentes, principalmente empresários, que vão aproveitar essas mesmas estruturas para as adequarem à produção de energia hidroelétrica ou, noutros casos, conjugando estas estruturas com pequenas centrais térmicas de reserva, nas próprias instalações das fábricas, para fazerem frente à estiagem de Verão que não permitia a regularidade da produção”⁵³.

Os recursos hídricos presentes em abundância no Vale do Ave revelaram-se determinantes na transformação de uma paisagem. Para além de uma longa tradição de fiar e tecer profundamente enraizada no campesinato da região, o rio Ave e afluentes compreendiam os meios necessários para o impulso da deslocalização da indústria têxtil para o Vale do Ave. Destacava-se neste contexto, as construções tradicionais de aproveitamento hidráulico para complementaridade das atividades primárias, que se revelariam uma aprendizagem para os industriais que procurariam, a partir destas, criar engenhos para os seus próprios espaços fabris. Os açudes, inicialmente, associados às azenhas e moinhos, seriam posteriormente dominados e adaptados ao fenómeno industrialização, retendo e encaminhando a água dos rios para as instalações fabris fazendo mover as máquinas a energia hidráulica. Iniciava-se assim, um princípio energético, que rapidamente iria ser evoluído a par da expansão da indústria têxtil que cada vez mais se expandia no território do Ave ao longo das linhas de água do Ave e afluentes.

Nos finais do século XIX, com a industrialização do Vale do Ave, surgiam as primeiras unidades fabris têxteis numa região marcada por uma intensa atividade linheira em complemento natural à atividade agrícola, que se refletia em pequenas construções proto-industriais com aproveitamentos hidráulicos implantadas nas margens dos rios. Na sua lenta disseminação, a indústria têxtil procuraria a implantação junto a açudes pré-existentes,

⁵³ FIGUEIRA, João José – A importância da energia elétrica para o surto da industrialização no Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 197

adaptando as estruturas hidráulicas às fábricas e assim propiciar a mecanização das máquinas.

Seria neste contexto, que Narciso Ferreira se destacaria como industrial e precursor da energia hidráulica. Em 1888, com a aquisição de uma casa térrea nas margens do rio Ave, instalava a sua pequena indústria nas proximidades de uma azenha e respetivo açude, com o intuito de o próprio explorar a força motriz da água para a produção de energia hidráulico, mecanizando o seu espaço dedicado à tecelagem. Nos anos seguintes, procuraria a construção do açude, do qual há indicação que ficasse concluído no ano de 1890. Contudo, face ao registo de uma estrutura pré-existente a montante, calcula-se que provavelmente, à semelhança do ocorrido na altura, Narciso tenha tomado e adaptado o engenho, erguendo-o e criando respetivo canal que conduzisse a água para a sua pequena indústria, possibilitando a transição, embora lenta, dos teares manuais para os mecânicos. Por sua vez, o rio Ave também se demonstrava dominado e adaptado segundo a vontade do industrial, que com a contínua evolução energética do espaço fabril via o ser curso a ser transformado e alterado.

A tecnologia no aproveitamento de energia hidráulica variava em dois tipos de estruturas: o uso da tradicional roda hidráulica ou a introdução de uma turbina. Em ambos os mecanismos, era necessário a construção de um açude para reter e conduzir a água por um canal que culminava nestes engenhos hidráulicos. Referente à fábrica do Barão da Trovisqueira, a jusante, existia o apontamento de uso de turbinas no espaço fabril para alimentar as máquinas de lanifícios: “(...)mas, depois, ao delicioso sonhar sucedeu o estridulo fervor da lucta pela vida, como á serenidade dormente d’este lago succede o sussurro da cascata de agua, que se despenha, além, para ir alimentar a turbina da fabrica de fiação que existe perto”⁵⁴. Embora, não sendo possível precisar o tipo de engenho que a Fábrica Sampaio Ferreira possuía, podia-se, contudo, conjeturar com base no suporte fotográfico existente, que numa fase inicial o industrial recorresse à tradicional roda hidráulica, cuja água era retida pelo açude implantado a montante e conduzida através de um canal por si construído. Seguindo esta linha de pensamento, é possível deduzir que nos anos posteriores, com a constituição da sociedade e respetiva capital que possibilitou a

⁵⁴ VIEIRA, José Augusto – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886. Vol.2 p. 98

evolução e modernização do espaço industrial, que Narciso procuraria seguir a tecnologia utilizada na fábrica do Barão da Trovisqueira, introduzindo no novo edifício construído a montante a utilização de turbinas para a movimentação das máquinas de tecelagem e, com a expansão, as de fiação.

Comparando os dois tipos de tecnologia hidráulica, a turbina revelava-se mais dispendiosa e complexa, e introduzia várias vantagens ao sistema produtivo, que a roda era incapaz. Destacava-se, neste âmbito, a capacidade de adaptação a condições adversas características das águas do rio Ave, como a variação do caudal, e a eficácia em garantir um maior rendimento hidráulico e assim, o aumento de produção.

A movimentação das máquinas fazia-se através destes engenhos hidráulicos, cujo princípio era o mesmo, o uso da força motriz da água para criar energia para mover o mecanismo da maquinaria. Para este fim, as fábricas eram equipadas com eixos verticais e horizontais “que estavam submetidos a duas forças: uma força de simples flexão devido ao seu próprio peso, ao peso das rodas e das polias, e ao esforço das cintas; e uma força de torção que provinha da energia transmitida”⁵⁵. Apoiados por pilares de ferro fundido, os veios de transmissão horizontal eram dispostos longitudinalmente no espaço fabril e encontravam-se sujeitos a uma força de torção gerada pela energia hidráulica. Por sua vez, as máquinas eram ligadas por polias a estes veios horizontais que, face à força de torção, era produzido um movimento giratório que acionava o funcionamento da maquinaria.

Para além, da produção de energia que acionava o funcionamento do espaço fabril, a água demonstrava-se um recurso necessário para o abastecimento nas diferentes fases dos processos industriais. Neste âmbito, destacavam-se as operações nas fases de tinturaria e acabamentos, que necessitavam de um maior volume de água para efetuar os respetivos procedimentos. Com a expansão e evolução, a Fábrica Sampaio Ferreira procuraria no ano de 1896 integrar no seu espaço fabril estas fases, criando, para tal, novos mecanismos de captação de água para o abastecimento. Com o novo edifício construído a montante a funcionar com as atividades de fiação e tecelagem, deduzia-se que a tinturaria e

⁵⁵ Cit. por FERREIRA, Diana – Paisagem Industrial do Vale do Ave: Da energia hidráulica à energia eléctrica. Coimbra: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado apresentada à ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 95

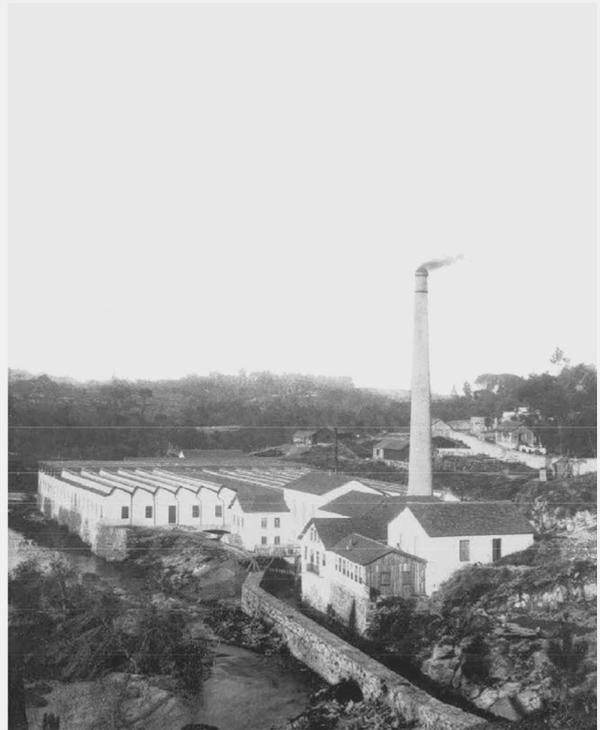


FIGURA 46 EVOLUÇÃO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA E DOS APROVEITAMENTOS ENERGÉTICOS, DESDE 1890 A 1950 I

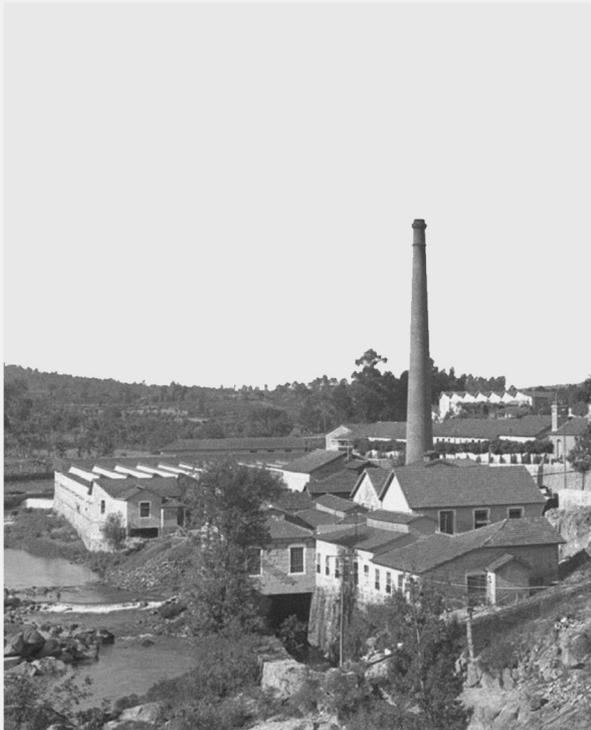


FIGURA 47 EVOLUÇÃO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA E DOS APROVEITAMENTOS ENERGÉTICOS, DESDE 1890 A 1950 II

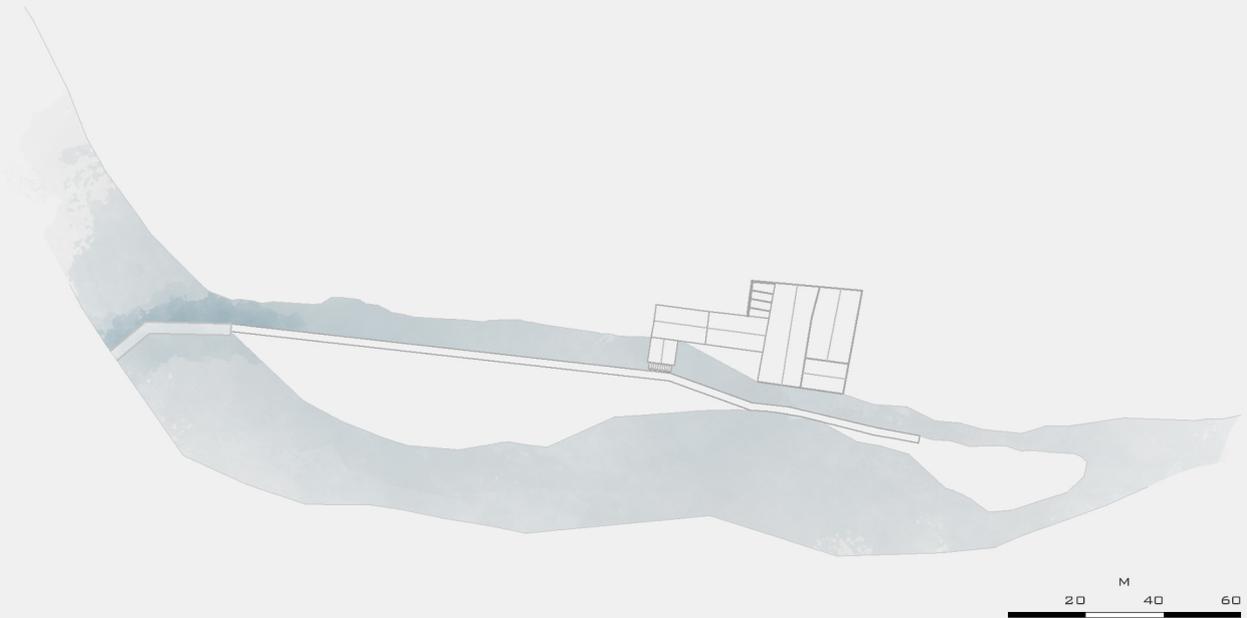
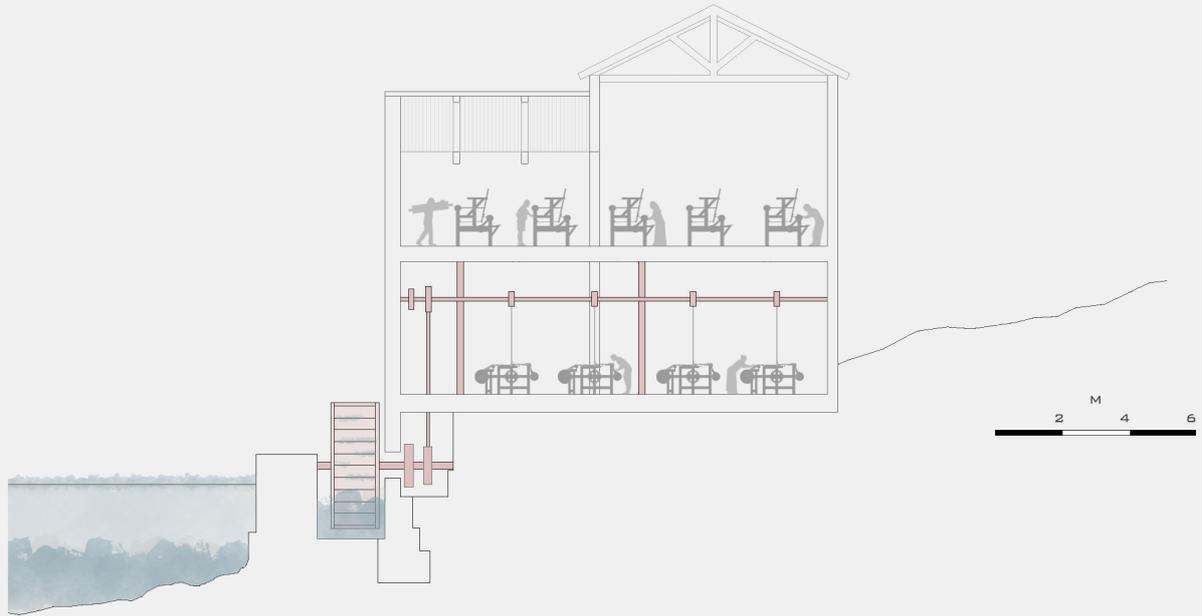


FIGURA 48 APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA ATRAVÉS DE UMA RODA HIDRÁULICA NO SÉCULO XIX

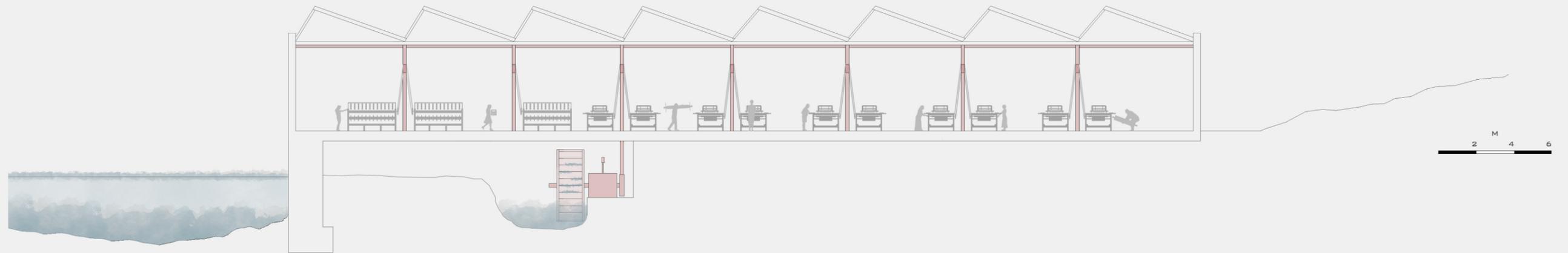


FIGURA 49 APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA ATRAVÉS DE UMA RODA HIDRÁULICA NO SÉCULO XIX



FIGURA 50 ENGENHOS HIDRÁULICOS EXISTENTES NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NO SÉCULO XX

acabamentos ocorre-se nos edifícios pré-existentes, cujo aproveitamento energético ainda era realizado, em parte, pela roda hidráulica. Deste modo, com a água a ser conduzida para os vários espaços fabris através de um canal criado debaixo das instalações, esta era posteriormente captada, através de engenhos hidráulicos, e encaminhada para as devidas funções.

A água demonstrava-se um recurso indispensável para a fase de tinturaria. Para além do abastecimento para o tingimento, a água era extraída para a alimentação das caldeiras da fábrica, onde era transformada em vapor através da queima de carvão. Revelava assim, a integração da máquina a vapor no espaço fabril, cujo processo consistia na queima de combustível fóssil, que propiciava o aquecimento de água e consequente transformação em vapor que, por sua vez, era encaminhado para as turbinas que produziam energia. Para complementaridade deste sistema energético, seria construída no ano de 1899 uma chaminé, o que indicava a existência de uma única máquina a vapor exclusiva para a fase de tinturaria e acabamentos. Ditava-se assim, o início de uma transição da energia hidráulica para a hidroelétrica, que resultaria na eletrificação da indústria têxtil.

“As centrais hidroelétricas são instalações nas quais se produz energia elétrica a partir da energia potencial das águas dos rios. A água retida na albufeira é desviada através de um circuito hidráulico, normalmente construído por um túnel ou conduta forçada, para uma central onde a água em movimento é aproveitada para impulsionar as pás de uma turbina hidráulica, a qual, por sua vez, faz mover a peça móvel de um alternador cujo eixo está diretamente acoplado ao da turbina.

A rotação imprimida pela turbina ao alternador provoca um fenómeno de indução que gera, na peça fixa do alternador, correntes elétricas elevadas.

A tensão da energia produzida é elevada através de transformadores, para um nível de tensão mais adequado ao transporte de energia elétrica a grande distância. A hidroeletricidade é um recurso energético renovável, isto é, a sua fonte, a água, é



FIGURA 51 CHAMINÉ DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA DATADA COM O ANO DE 1899

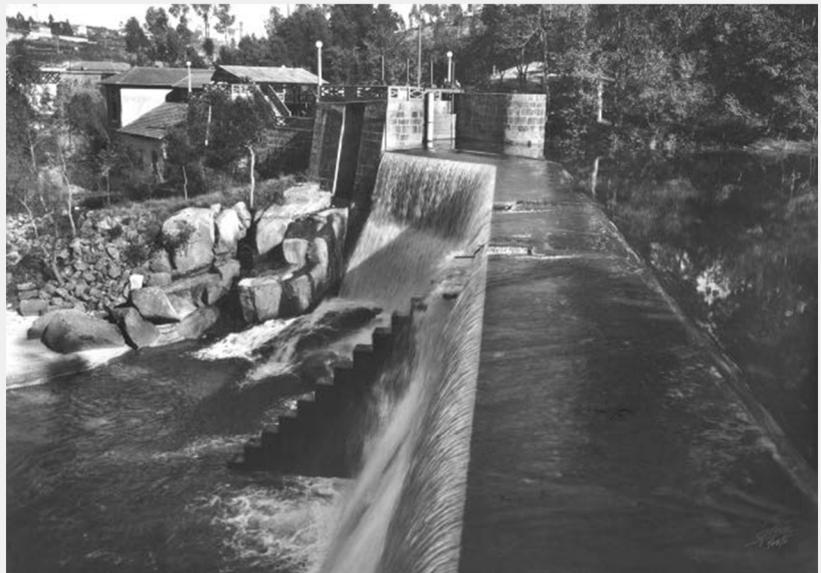


FIGURA 52 CENTRAL HIDROELÉTRICA DE BAIRRO E RESPETIVO AÇUDE, 1906

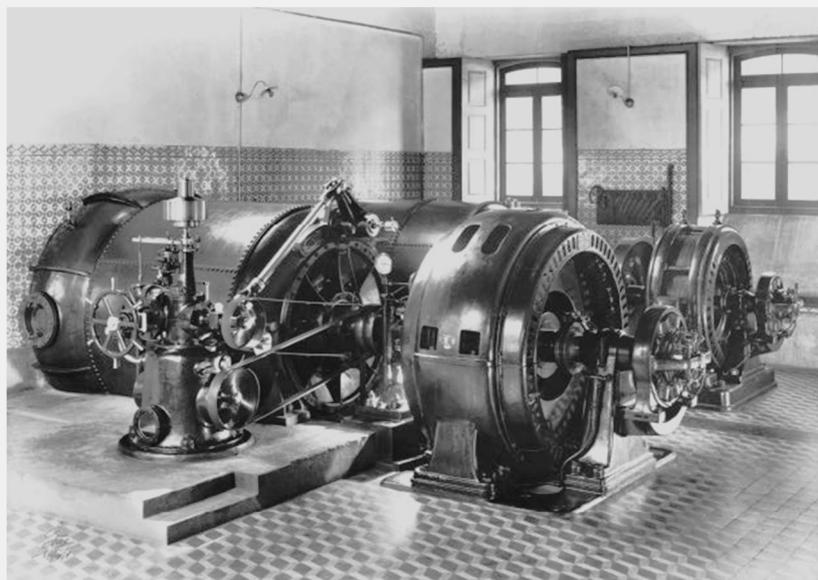
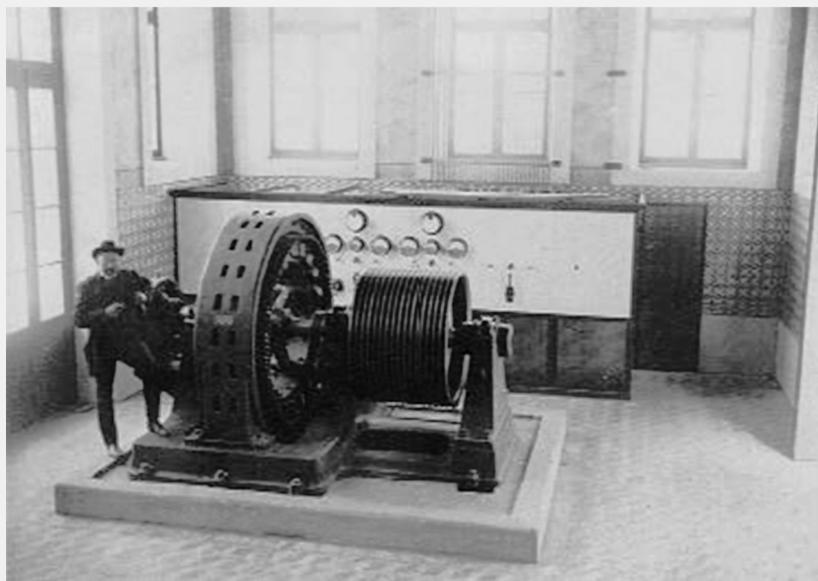


FIGURA 53 GERADOR DA CENTRAL HIDROELÉTRICA DE BAIRRO NO SÉCULO XX

teoricamente inesgotável, pois circula na natureza num circuito fechado”⁵⁶.

A persistente implantação da indústria têxtil ao longo dos cursos do rio, permitiria no século XX o desenvolvimento e transição para energia hidroelétrica, possibilitando o alargamento do período de laboração, deixando de depender de iluminação natural e dos caudais dos rios. A passagem da energia hidráulica para a hidroelétrica, seria feita através da energia térmica, numa primeira fase com a máquina a vapor e posteriormente com a produção de eletricidade através da instalação de centrais termoelétricas.

Na sequência da transição da energia hidráulica para a hidroelétrica, destacar-se-ia Narciso Ferreira como precursor energético, com a inauguração da Empresa Têxtil Elétrica no ano de 1905, em Caniços, constituindo a primeira iniciativa elétrica do país para fins industriais. Localizada nas margens do rio Ave em confluência do rio Vizela, a eletrificação da fábrica dava-se através da acoplagem de um gerador, no início de 500 volts, a uma roda hidráulica.

À semelhança do que era frequente na época, o industrial procurara implantar a sua unidade fabril próxima a duas moendas pré-existentes e respetivo açude, que procuraria apropriar e elevar, e de seguida construir um canal que conduzisse a água à fábrica. Deste modo, informava-se no requerimento do projeto que “estabelecer uma fábrica têm que ser demolidas moendas (...) também precisa aproveitar a força motriz, por meio de turbinas destinada a mover máquina geradora de eletricidade (...) elevar açude ali existente (...) e construir canal de derivação (instalação de maquinismos de fiação e tecelagem)”⁵⁷. Neste seguimento, edificava no ano de 1906 a Central Hidroelétrica de Bairro nos terrenos contíguos à empresa têxtil, elevando 1,9 metros o açude existente a jusante e estabelecendo na margem direita, junto ao engenho pré-existente, duas turbinas destinadas aos motores da fábrica e geradores de eletricidade.

⁵⁶ Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p.166. Explicação de Narciso Ferreira ao Jornal portuense “O primeiro de Janeiro” a 14 de Junho de 1930

⁵⁷ Cit. por COSTA, Francisco da Silva - A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973. Braga: [s.n.], 2007. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. p. 446

Tendo como objetivo inicial “a exploração da indústria de fiação e tecelagem de algodão, da eletricidade e quaisquer outros ramos inerentes”⁵⁸, a fábrica procurava, para além da produção têxtil, a exploração energética com o intento da sua comercialização para outros industriais e para consumo público. O espaço fabril de Narciso apresentava-se como um manual de sobrevivência para a indústria têxtil do Vale do Ave, uma vez que “em períodos de recessão industrial, a produção de energia constitui-se sempre como uma alternativa possível”⁵⁹.

Com a Empresa Têxtil a revelar-se um sucesso, Narciso procuraria eletrificar a Fábrica Sampaio Ferreira, contruindo para tal a Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, implantada no rio Ave entre os dois espaços fabris, a cerca de 3km a jusante da “fábrica-mãe”. Iniciando o seu funcionamento no ano de 1909, a central facilitaria o trabalho por turnos da fábrica e permitiria a eletrificação da freguesia de Riba de Ave que, por este motivo, seria das primeiras do concelho de Famalicão a dispor de energia para consumo doméstico.

“Uma máquina a vapor consome geralmente por cada cavalo-hora uma média de 1.300kg de carvão; para produzir 50.000 cavalos, precisa de 65 toneladas. Atribuindo ao carvão o preço de uma centavo o Kg, fica-nos por 50 escudos o preço, por hora, de 50.000 cavalos; por semana 39.000\$00 e por ano 1.950.000\$00.

Isto para 50.000 cavalos mas a utilização de todas as quedas de água dos nossos rios deve proporcionar-nos uma potência muito superior a 1.000.000 cavalos, a décima parte da qual pode ser aproveitada dentro de um ou dois anos.

Avalia-se por aí o problema.”⁶⁰

A par da evolução energética que permitia eletrificar os espaços industriais, permanecia a utilização da máquina a vapor, que com o tempo começara a levantar várias objeções face

⁵⁸ ALVES, Jorge Fernandes – Cooperativismo e eletrificação rural: a Cooperativa Elétrica de Vale d’Este. p.11

⁵⁹PROVIDÊNCIA, João Paulo; BAPTISTA, Lúcia - Paisagem e Memória: a rota como estratégia de musealização, comunicação. In: Reconversão e Musealização de Espaços Industriais: Actas do Colóquio de Museologia Industrial. Porto: [s.n.], 2003. p. 58

⁶⁰ Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p.154. Explicação de Narciso Ferreira ao Jornal portuense “O primeiro de Janeiro” em 1926

ao consumo intensivo de carvão para a alimentação das caldeiras da indústria têxtil, que cada vez mais se disseminavam no território do Vale do Ave. Deste modo, a crescente procura do aproveitamento dos recursos hidráulicos para a produção de energia, fazia-se com o intuito de reduzir o uso de carvão que se demonstrava penalizador para balança comercial, projeto do qual Narciso daria continuidade na qualidade de percursor. Ainda neste quadro económico, destacar-se-ia com a aquisição da Quinta de Mide no ano de 1909, onde procederia à plantação de milhares de eucaliptos, que posteriormente, com a Guerra Mundial, iriam alimentar durante anos as caldeiras das fábricas da família Ferreira.

Face à conquista energética com a Central Hidroelétrica de Bairro e Amieiro Galego, Narciso procuraria obter a concessão para a eletrificação do concelho que, no entanto, devido a movimentações políticas, acabaria por ser atribuída à empresa “A Boa Reguladora” em 1910, que conseguira a concessão da iluminação pública para Famalicão, num raio de 2km e num prazo de 30 anos. Deste modo, durante algum tempo a produção e comercialização de energia no concelho revelar-se-ia ténue e irregular.

Neste clima de condicionamento, Narciso procuraria dar continuidade à produção de energia com a integração no concelho da Companhia Hidroelétrica do Varosa, no ano de 1918. Com a sua entrada e respetivo capital, propiciara o salto qualitativo da central passando de uma potência de 300 para 15mil cavalos. Fundada inicialmente para a iluminação de Lamego e da Régua, o industrial construiria no mesmo local a Central do Chocalho em 1925 e edificaria em 1928 uma central termoelétrica em Caniços com uma potência 12.600Kw, com o intuito de complementar a energia distribuída pela central do Varosa, que nos períodos de estiagem revelava dificuldades em assegurar uma produção de energia elétrica regular. Deste modo, através destas iniciativas, possibilitara no ano de 1929 a criação de uma rede elétrica mais ampla, que alimentava as fábricas de Riba de Ave e que, com a concessão de uma linha de alta tensão para o Porto (com cerca de 70 mil volts), conduzia para o concelho de Guimarães, Barcelos, Vila Real, Porto e Gaia.

“Mas foi ele quem incendiou entusiasmos, quem se não deixou alquebrar pelas dificuldades, quem pôs a saúde em risco, infatigavelmente assistindo à montagem da barragem do longínquo rio das proximidades de Lamego, por montes e vales, dia e noite, apoiando o

lançamento de linhas de alta tensão, sempre vivendo, hora a hora, antecipada alegria de ver chegar a Riba d’Ave aquele fluido energético que pusesse em movimento as suas máquinas”⁶¹.

Nos anos seguintes prosseguia com o reforço energético da sua indústria, encaminhando eletricidade para a central hidroelétrica da Empresa Têxtil Elétrica em Caniços em 1931. Embora não sendo possível precisar o ano, procuraria também por esta altura, construir uma central termoelétrica de apoio na Fábrica Sampaio Ferreira para os períodos de estiagem, transformando o espaço fabril numa central mista. Com o reforço energético assegurado pela central do Varosa, permitira garantir às iniciativas energéticas do industrial uma potência máxima de 980 Kw relativamente à Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, de 640 Kw na central termoelétrica de reserva da fábrica Sampaio Ferreira e de 124 Kw na central da fábrica de Oliveira Ferreira.

Ainda no ano de 1918, Narciso integraria, juntamente com Delfim, o Conselho de Administração da Companhia Hidroelétrica do Ermal, que seria posteriormente, após a retirada do pai, dinamizada pelas mãos do filho. Neste contexto, em 1931 Delfim iniciara o aproveitamento hidroelétrico do rio Ave, concebendo uma “cascata de cinco barragens”⁶² com o fim de “de captar a energia mecânica da corrente das águas e transformá-la em energia elétrica destinada ao comércio em espécie”⁶³. Deste modo, em 1933 já propiciava a entrega de energia elétrica aos concelhos de Póvoa de Varzim e Vieira do Minho, e à cidade do Porto.

No ano de 1942, devido a pressões governamentais e “como forma de dar dimensão a este tipo de empresas”⁶⁴, resultaria na fusão dos complexos Varosa e Ermal, constituindo a Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal (CHENOP). Constituída pelas cinco centrais hidroelétricas de Guilhofrei, Ponte da Esperança, Senhora do Porto, Ermal e Chocalho, a

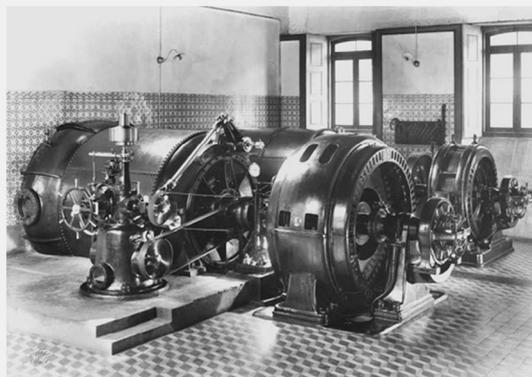
⁶¹ In Memoriam: Centenário de nascimento de Narciso Ferreira. Porto: [s.n.], 1962. p. 17

⁶² ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13

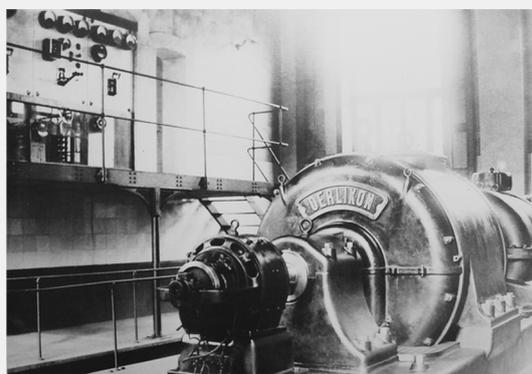
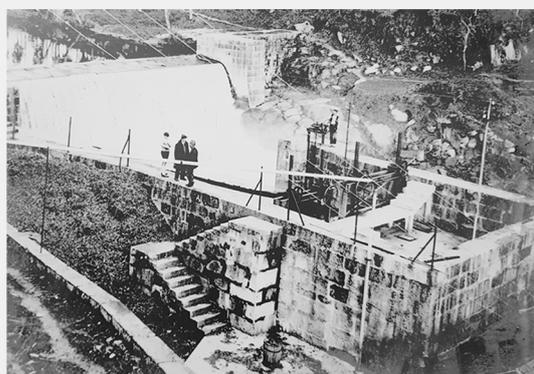
⁶³ COSTA, Francisco da Silva – Aproveitamentos Hidráulicos e Hidroeléctricos do rio Ave no período 1902-1936. Lisboa. Actas do 7º Congresso da Água. p. 10

⁶⁴ ALVES, Jorge Fernandes - Cooperativismo e electrificação rural - a Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2000. Boletim Cultural. p. 8-81

CENTRAL HIDROELÉTRICA DE BAIRRO, 1906



CENTRAL HIDROELÉTRICA DE AMIEIRO GALEGO, 1909



COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO VAROSA, 1918



COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO ERMAL, 1918



CENTRAL TERMOELÉTRICA DE CANIÇOS, 1928

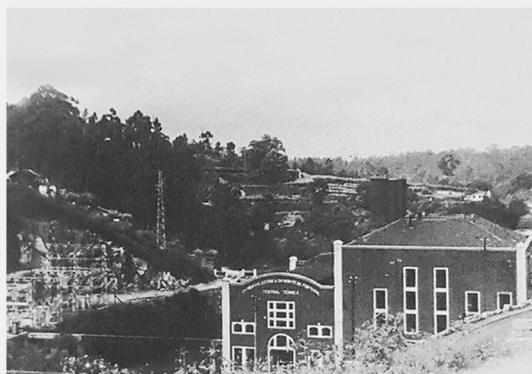


FIGURA 54 APROVEITAMENTOS ENERGÉTICOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA NO SÉCULO XX



FIGURA 55 AS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS E O ABASTECIMENTO DE ENERGIA NO VALE DO AVE NO SÉCULO XX

CHENOP revelar-se-ia uma das maiores produtoras e distribuidoras de eletricidade no norte do país, até à sua nacionalização em 1975, ano que passaria a integrar a EDP. Neste contexto, revelaria ao longo dos anos um contínuo crescimento e expansão, que possibilitaria no ano de 1955 a distribuição de energia aos concelhos dos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu, e aos concelhos Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Terras do Bouro, relativos ao distrito de Braga.

A evolução energética revelou-se indissociável do desenvolvimento industrial têxtil no Vale do Ave. Disseminando-se de forma linear ao longo dos cursos dos rios, a indústria procurou desde o início, neste território, uma implantação que propiciasse o aproveitamento da água como força motriz. Este fenómeno refletiu-se na indústria de Narciso em que, na qualidade de precursor de uma transição, o desenvolvimento e consolidação de um património industrial fez-se a par da evolução de um património energético.

CAPÍTULO 4
Mapa Cronológico

1845 INQUÉRITO CONFIRMA A PERSISTÊNCIA GEOGRÁFICA DO LINHO NO VALE DO AVE. COMEÇA A VERIFICAR-SE A PRODUÇÃO DE TECIDOS DE BEDA E VELUDOS, O QUE IMPLICA A INTEGRAÇÃO DO ALGODÃO.

1860 RECONVERSÃO INDUSTRIAL INGLESA.

1871 INICIADA A LINHA FÉRREA ENTRE AS CIDADES DE PORTO E GUIMARÃES.

1880 EXISTÊNCIA DA FÁBRICA DE LÃ DO BARÃO DA TRÓVISQUEIRA. RECONHECIDA COMO O 1.º APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DO CONCELHO.

1884 EXISTÊNCIA DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA NO PALÁCIO DE VILA FLOR, EM GUIMARÃES. LINHA FÉRREA CHEGA A FAMILIÇÃO.

1890 NOVO INQUÉRITO INDUSTRIAL MOSTRA QUE O ALGODÃO JÁ SE INSTALARA DEFINITIVAMENTE NO CONCELHO DE FAMILIÇÃO. É FEITA A PRIMEIRA REFERÊNCIA A NARCISO FERREIRA. ULTIMATO INGLÊS.

1891 O PAÍS É ATINGIDO POR UMA GRAVE CRISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.

1897 EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA NO PALÁCIO DE CRISTAL, PORTO.

1907 LINHA FÉRREA DE FAMILIÇÃO É PROLONGADA ATÉ FAFE. É FUNDADA EM LAMEGO, A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO VAROSA PELA SOCIEDADE PORTUENSE.

1910 IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA EM PORTUGAL.

1914 - 1918 1.ª GUERRA MUNDIAL.

1919 LEI DAS ÁGUAS - DECRETO N.º 5787, 10 DE MAIO.

1926 REVOLUÇÃO NACIONAL DE 28 DE MAIO.

1929 CRISE MUNDIAL E GRANDE DEPRESSÃO ECONÓMICA.

1933 INÍCIO DA DITADURA EM PORTUGAL A 11 DE ABRIL.



1845 NARCISO FERREIRA TERMINA O ENSINO PRIMÁRIO EM OLIVEIRA DE SANTA MARIA E INICIA A ATIVIDADE AGRÍCOLA.

1865 FALECIMENTO DE ANTÓNIO FERREIRA, PAI DE NARCISO.

1872 NARCISO FERREIRA INICIA-SE COMO COMERCIANTE NAS FEIRAS MAIS PRÓXIMAS, NOS CONCELHOS DE FAMILIÇÃO E GUIMARÃES.

1874 NARCISO DÁ INÍCIO À ATIVIDADE DE APRENDIZ DE TECELÃO, EM PEDOME.

1876 INICIA-SE COMO COMERCIANTE NAS FEIRAS MAIS PRÓXIMAS, NOS CONCELHOS DE FAMILIÇÃO E GUIMARÃES.

1879 ADQUIRE UM SEGUNDO TEAR MANUAL QUE INSTALA NA CASA, DA FAMÍLIA, EM PEDOME.

1880 EXTENDE A ATIVIDADE COMERCIAL ÀS FEIRAS DO VALE TÁMEGA E SOUSA.

1881 COM 19 ANOS, NARCISO TRANSFERE OS DOIS TEARES PARA RIBA DE AVE, ONDE ALUGA EDIFÍCIO NO LUGAR DE CASA NOVA.

1882 CASAMENTO COM EVA ROSA DE OLIVEIRA, A 19 DE JANEIRO E FIXA RESIDÊNCIA NO LUGAR DE CASA NOVA. NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO, JOSÉ.

1883 AQUISIÇÃO DE MAIS DOIS TEARES MANUAIS.

1884 AMPLIA A OFICINA NO LUGAR DE CASA NOVA, E AUMENTA PARA 6 O NÚMERO DE TEARES MANUAIS. NASCIMENTO DE RITA, FILHA DO CASAL.

1885 FOCA A ATIVIDADE COMERCIAL NO PORTO.

1886 ATINGE OS 9 TEARES MANUAIS E MUDA A OFICINA PARA O LUGAR DA ALDEIA DA PONTE.

1888 ADQUIRE CASA JUNTO A RUA DE CASA NOVA, ONDE ESTABELECE OFICINA COM APROVEITAMENTO HIDRÁULICO, E ONDE SURTEM OS PRIMEIROS TEARES MECÂNICOS. NASCIMENTO DE DELFIM.

1889 REFORÇA O EQUIPAMENTO DA FÁBRICA, TOTALIZANDO 30 TEARES E EMPREGANDO 51 OPERÁRIOS. FALECIMENTO DA MÃE, MARIA DIAS SAMPAIO, NASCIMENTO DE ALFREDO.

1891 EM ASCENSÃO, NARCISO FERREIRA PROCURA AUMENTAR A FÁBRICA E DUPLICAR O NÚMERO DE TEARES MECÂNICOS. NASCIMENTO DE JOAQUIM FERREIRA.

1893 NASCIMENTO DE RUA FERREIRA.

1894 CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE PARA A AMPLIAÇÃO DA FÁBRICA DE NARCISO. ENCERRA A OFICINA NO LUGAR DE CASA NOVA.

1895 NASCIMENTO DE RAUL FERREIRA.

1896 LEGALIZAÇÃO DA ESCRITURA DA SOCIEDADE E FUNDAÇÃO DA FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TECIDOS E TINTURARIA DE RIBA D'AVE. DOTADA COM 200 TEARES.

1897 DEIXA A ATIVIDADE DE COMERCIANTE.

1898 NASCIMENTO DE LUCIANA DE OLIVEIRA FERREIRA.

1899 FUNDÇÃO DA EMPRESA TÊXTIL ELÉCTRICA NA FREGUESIA DE BAIRRO. NASCIMENTO DE MANUEL CARLOS FERREIRA. NARCISO É ELEITO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAMILIÇÃO.

1900 NARCISO PROMOVE O ABASTECIMENTO PÚBLICO DE LUZ ELÉTRICA.

1905 FUNDÇÃO DA FÁBRICA OLIVEIRA FERREIRA EM RIBA DE AVE. FUNDAÇÃO DA CENTRAL HIDROELÉTRICA DO AMIEIRO GALEGO NA FREGUESIA DE BAIRRO. ELETRIFICAÇÃO DA FÁBRICA E DA FREGUESIA DE RIBA DE AVE. COMPRA DA QUINTA MIDE, EM LORDELO, E CRIAÇÃO DA EMPRESA FLORESTAL DE MIDE.

1907 FAMÍLIA FIXE RESIDÊNCIA EM FRENTE À FÁBRICA, NO LUGAR DE PENA CABRÃO.

1909 FUNDÇÃO DA FÁBRICA OLIVEIRA FERREIRA EM RIBA DE AVE. FUNDAÇÃO DA CENTRAL HIDROELÉTRICA DO AMIEIRO GALEGO NA FREGUESIA DE BAIRRO. ELETRIFICAÇÃO DA FÁBRICA E DA FREGUESIA DE RIBA DE AVE. COMPRA DA QUINTA MIDE, EM LORDELO, E CRIAÇÃO DA EMPRESA FLORESTAL DE MIDE.

1910 FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA TOTALIZA 846 OPERÁRIOS (473 HOMENS E 373 MULHERES).

1911 INSTALAÇÃO DE UM CORPO DE BOMBEIROS NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA E DE UM CORPO DE SEGURANÇA EM RIBA DE AVE. CONSTRUÇÃO DE NOVOS ARRUAAMENTOS E REALIZAÇÃO DE MELHORAMENTOS NA FREGUESIA.

1912 AMPLIAÇÃO DAS CANTINAS NAS FÁBRICAS E CRIAÇÃO DE CRECHES. FORMAÇÃO DA BANDA DE MÚSICA DAS FÁBRICAS.

1913 FALECIMENTO DA ESPOSA, EVA ROSA DE OLIVEIRA FERREIRA. AMPLIAÇÃO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA PARA OS TERRENOS DA ANTIGA FÁBRICA DO BARÃO DA TRÓVISQUEIRA. ABERTURA DE ARRUAAMENTOS E INSTALAÇÃO DE FONTENÁRIOS PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO.

1915 AMPLIAÇÃO DAS CANTINAS NAS FÁBRICAS E CRIAÇÃO DE CRECHES. FORMAÇÃO DA BANDA DE MÚSICA DAS FÁBRICAS.

1917 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE RIBA DE AVE.

1918 NARCISO INICIA A CONSTRUÇÃO DE BAIRROS OPERÁRIOS EM RIBA DE AVE. DELFIM FERREIRA FUNDA A FÁBRICA TÊXTIL ALGODOEIRA DE ARCOZELO, EM GAIA.

1919 LEI DAS ÁGUAS - DECRETO N.º 5787, 10 DE MAIO.

1920 ASSUME A PRESIDÊNCIA DA COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO VAROSA. AMPLIA E RENOVA A CENTRAL.

1921 NARCISO É CONDECORADO COM A GRÁ-CRUZ DA ORDEM CIVIL DE MÉRITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E COM A GRÁ-CRUZ DA ORDEM DE BENEMERÊNCIA.

1922 FALECIMENTO DE JOSÉ FERREIRA. NARCISO É CONDECORADO COM A GRÁ-CRUZ DA ORDEM CIVIL DE MÉRITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E COM A GRÁ-CRUZ DA ORDEM DE BENEMERÊNCIA.

1923 FALECIMENTO DE NARCISO FERREIRA.

1926 REVOLUÇÃO NACIONAL DE 28 DE MAIO.

1929 CRISE MUNDIAL E GRANDE DEPRESSÃO ECONÓMICA.

1933 INÍCIO DA DITADURA EM PORTUGAL A 11 DE ABRIL.

FIGURA 56 MAPA CRONOLÓGICO I: 1845-1933

1936 - 1939
GUERRA CIVIL DE ESPANHA.

1939 - 1945
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

1974
REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL.



1934 FAMÍLIA ERGUE À ENTRADA DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA UM IMPONENTE MONUMENTO EM MEMÓRIA DE NARCISO FERREIRA.

1935 FALECIMENTO DE MANUEL CARLOS FERREIRA.

1936 LUCIANA DE OLIVEIRA FERREIRA FUNDA A FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DA PONTE DA PEDRA, EM LEÇA DO BALIO.

1939 AS 3 EMPRESAS (SAMPAIO E FERREIRA, TÊXTIL ELÉTRICA E OLIVEIRA, FERREIRA & LDA) EMPREGAM 3000 TRABALHADORES.

1942 CRIAÇÃO DA CHENOP, ATRAVÉS DA FUSÃO DAS COMPANHIAS DO VÁRZOSA E DO ERMAL.

1943 CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA PELOS DESCENDENTES.

1944 RAUL FERREIRA INICIA CONSTRUÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA.

1947 PAPA PIO XII ATRIBUÍ O TÍTULO DE CONDE DE RIBA DE AVE A RAUL FERREIRA.

1948 FALECIMENTO DE JOAQUIM FERREIRA.

1949 CONSTRUÇÃO DA ESTALAGEM SÃO PEDRO PELA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA. FALECIMENTO DE LUCIANA DE OLIVEIRA FERREIRA.

1950 INAUGURAÇÃO DA IGREJA PAROQUIAL DE RIBA DE AVE DOADA PELA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA. GOVERNO CONFERE O TÍTULO GRANDE OFICIALATO DA ORDEM DE BENEMERÊNCIA A RAUL FERREIRA.

1952 É CONCEDIDA A RAUL FERREIRA CONCEDIDA A COMENDA EQUESTRE DO SANTO SEPULCRO DE JERUSALÉM.

1953 DELFIM FERREIRA FUNDA A HIDROELÉTRICA DO DOURO.

1955 CONSTRUÇÃO DA ESTALAGEM TELEGRÁFICA, DA JUNTA DE FREGUESIA, DO POSTO DE CORREIOS E DO CAFÉ PELA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA.

1956 RAUL FERREIRA É CONDECORADO COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DE BENEMERÊNCIA.

1959 CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS PELA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA. DELFIM FERREIRA ADQUIRE A CASA SERRALVES (QUE A FAMÍLIA MANTÉM ATÉ 1986).

1960 FALECIMENTO DE DELFIM FERREIRA.

1961 CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PELA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA.

1965 VERTICALIZAÇÃO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA, COM A AMPLIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE FIAÇÃO E DE TINTURARIA.

1969 RAUL FERREIRA DOA DE TERRENOS EM OLIVEIRA DE SÃO MATEUS PARA CONSTRUÇÃO DE BAIRRO SOCIAL.

1973 FALECIMENTO DE RITA DE OLIVEIRA FERREIRA.

1974 FALECIMENTO DE RAUL FERREIRA. ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA SOFRE SUCESSIVAS ALTERAÇÕES APÓS O 25 DE ABRIL E ASSISTE GRADUALMENTE À REDUÇÃO DE CARTEIRAS DE ENCOMENDAS.

1977 EPISÓDIOS GREVISTAS NAS FÁBRICAS SAMPAIO FERREIRA E OLIVEIRA FERREIRA.

1978 ENCERRAMENTO DA FÁBRICA SAMPAIO E FERREIRA.

2005 ENCERRAMENTO DA FÁBRICA OLIVEIRA FERREIRA.

2020 AS FÁBRICAS SAMPAIO FERREIRA E OLIVEIRA FERREIRA PERMANECEM EM ESTADO DE RUÍNA E DEGRADAÇÃO

FIGURA 57 MAPA CRONOLÓGICO II: 1934 - 2020

CAPÍTULO 5
O algodão e o processo têxtil

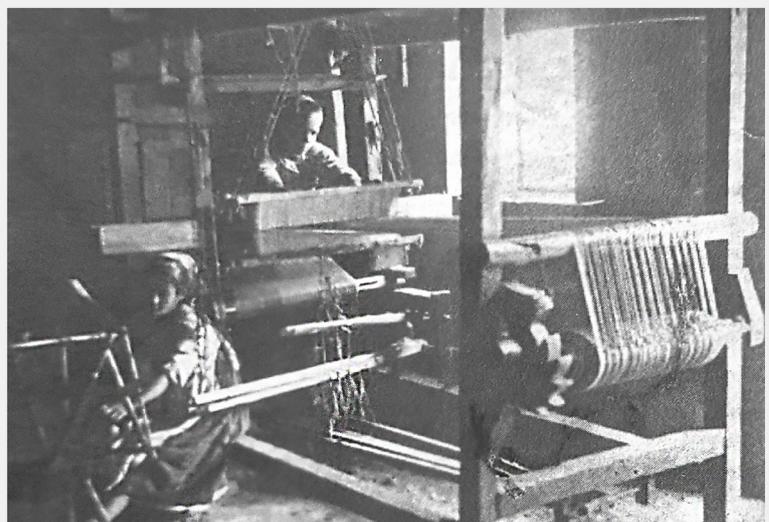


FIGURA 58 A ATIVIDADE DO TECER NO VALE DO AVE NO SÉCULO XIX

Do fiar ao tecer: o sistema produtivo

“Um dia, tudo se revolucionou. Já não se tratava de melhores debuxos, de mais gratas cores, mas de coisa mais profunda – da produção automática. Lá nas nevoentas terras inglesas, o padre Cartwright inventara o tear mecânico. A água, fazendo girar grandes rodas, começara a produzir o movimento dado, até aí, pelos pés do homem, mas continuavam a ser precisos os homens junto das novas máquinas”⁶⁵.

A génese da arte de fiar e tecer perde-se nos fios emaranhados da história⁶⁶, onde as atividades têxteis surgiam como resposta à necessidade social básica do vestir. Evoluindo ao longo dos tempos, esta arte iniciou-se sob a pressão da natureza, onde se procurou cultivar e desfiar fibras alheias para através delas “urdir um produto que cobrisse o homem”⁶⁷. Enraizado no campesinato da região do Vale do Ave, o fiar e tecer consistiam no seu início, numa tradição assente na cultura do linho, que posteriormente seria substituída pelo “ouro branco”⁶⁸. Proveniente das colónias do Brasil e Índia, e mais tarde da África, a utilização do algodão para a produção de tecido remontava ao século XVI segundo um diário de bordo que fazia referência à necessidade de “lançar ao mar “fardos de algodão” bem como outra carga, para aliviar o navio, durante uma forte tempestade”⁶⁹. Contudo, durante os séculos seguintes a evolução da indústria têxtil algodoeira revelar-se-ia ténue em Portugal, iniciando somente o desenvolvimento da cultura nos fins do século XVIII, com a descoberta das máquinas de descaroçar e fiar a fibra, tecnologia que chegaria apenas à região do Vale do Ave nos finais do século XIX.

Face a uma continua inovação de tecnologia no setor têxtil em Inglaterra, surgiram no século XVIII as primeiras máquinas movidas a energia hidráulica que permitiram mais tarde iniciar

⁶⁵ CORDEIRO, José Lopes; TEIXEIRA, Mariana Jacob - Francisco Inácio da Cunha Guimarães (1864-1947): Um pioneiro da Indústria Têxtil na Bacia do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2017.

⁶⁶ ALVES, Jorge Fernandes - Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p.1

⁶⁷ Ibidem

⁶⁸ Ibidem. p.6

⁶⁹ QUEIROZ, Ribeiro Ernesto - O algodão: novos processos de produção, comércio e indústria. Porto: Oficinas gráficas de “O Comércio do Porto”, 1965. p.247

um movimento de mecanização no Vale do Ave e propiciar o salto qualitativo dos tradicionais e primitivos fusos e teares manuais para maquinismos de fiar e tecer.

Na transição do século XIX para o século XX iniciara-se o fenómeno de disseminação de unidades industriais apetrechadas com os maquinismos modernos para as várias fases de produção. Dotadas de sentido verticalizante, os espaços fabris compreendiam no seu interior todo o processo de transformação da matéria prima do algodão até ao tecido finalizado e pronto a ser vendido.

Do algodão em rama, para o fio e depois para o tecido, eram compreendidos vários processos de produção, com respetivos maquinismos, que permitiam a transformação da matéria prima. De um modo genérico, iniciando o processo com a preparação do algodão, o produto resultante seguia para a fição, de seguida para a tecelagem, tingimento, estamparia, e por fim acabamentos, e em alguns espaços industriais, culminava na confeção, onde se produzia um produto pronto para consumo.

Recebendo o algodão em rama proveniente das antigas colónias portuguesas, cujo fardo pesava aproximadamente 200kg, este iniciava o percurso produtivo e de transformação com a fase de preparação, onde a matéria prima era submetida à depuração ou eliminação de substâncias estranhas. O processamento do algodão era definido segundo a qualidade do material que se baseava na cor, finura, resistência, comprimento e quantidade de impurezas contidas devido à colheita, como folhas, terra, madeira, fragmentos de cápsulas ou sementes.

As operações preliminares de preparação do algodão iniciavam com a mistura da matéria, que podia ser manual ou mecânica, a fim de garantir uma maior homogeneidade na qualidade, em que se demonstrava comum a mistura de uma rama de um grau superior com uma de inferior. O processo de misturar atendia ao cuidado de se realizar em locais secos, fáceis de aquecer e de ventilar⁷⁰, onde os fardos, que se encontravam compactados, eram abertos e mantidos durante um dia em estado natural para retirar a humidade

⁷⁰ PINHEIRO, Thomaz Bordallo – Manual do Fabricante de Tecidos. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.]. p. 72

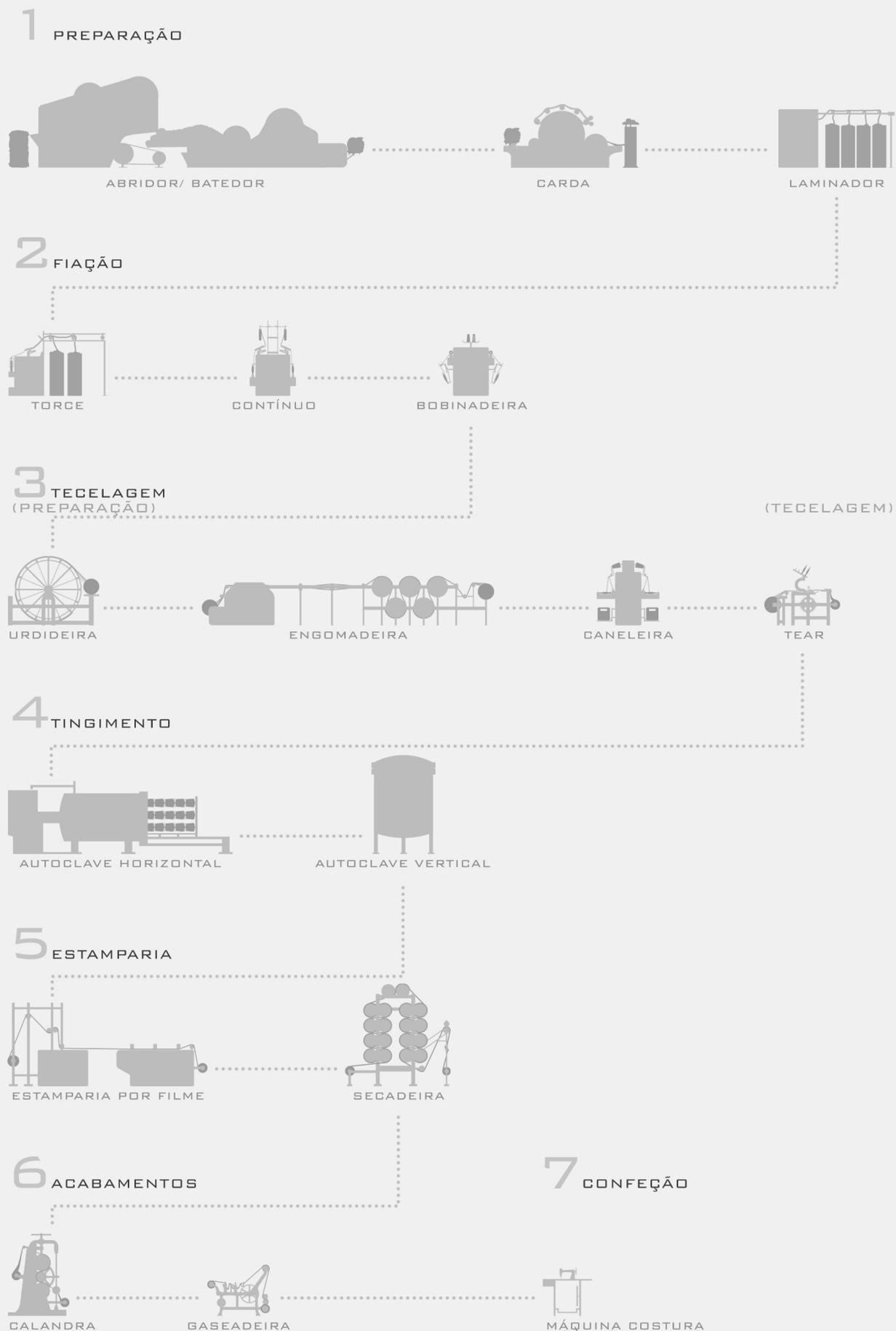


FIGURA 59 O SISTEMA PRODUTIVO TÊXTIL E A MAQUINARIA UTILIZADA EM CADA FASE DO PROCESSO

adquirida durante a viagem e facilitar a operação de mistura. Após este processo, a matéria era encaminhada para a máquina abridor/batedor onde se procedia à abertura do algodão, submetendo-o a batimentos violentos para a limpeza e remoção das impurezas das fibras e à ação de compressão entre dois cilindros, formando uma manta, de peso determinado e constante. Por sua vez, as impurezas retiradas dos flocos de algodão eram aspiradas através de uma rede metálica para a base, onde posteriormente eram recolhidas e aproveitadas para o fabrico de fios grossos ou para a agricultura. É de destacar que, por esta altura revelava-se comum a existência de incêndios nos espaços industriais algodoeiros, devido à presença de materiais metálicos no algodão, cujo contacto com o próprio metal da máquina propiciava estes fenómenos.

Dando continuidade à operação de preparação, a manta era conduzida para uma máquina de cardar, onde se prosseguia com a abertura e limpeza das fibras, expondo-as ao processo de estiramento e torção. Através de uma tecnologia que consistia na inversão dos cilindros da máquina, era realizada a mistura e regularização das fibras, que resultava na obtenção de uma fita homogénea. Após o enchimento do pote, este era transportado para o laminador em que, juntamente com mais 4 a 8 fitas de carda nos respetivos potes, executava-se o processo de uniformização das fibras, através da sua mistura, submetendo à estiragem e paralelização para a separação das mais compridas das mais curtas, a fim de obter uma fita regular.

De seguida, iniciava-se as operações de fiação, que permitiam transformar o produto em fio. Deste modo, os potes da fita proveniente do laminador eram conduzidos para a máquina de torce para a regularização das fitas, onde era aplicado o processo de torção, estiragem e bobinagem, a fim de se transformarem numa mecha de menor secção.

“Graças à descoberta em 1880 da máquina de fiar, munida de anéis, toda a operação passou a efectuar-se, por forma, ininterrupta (contínua) – donde provém a designação – contínuo, das máquinas de fiar actuais”⁷¹.

⁷¹ QUEIROZ, Ribeiro Ernesto – O algodão: novos processos de produção, comércio e indústria. Porto: Oficinas gráficas de “O Comércio do Porto”, 1965. p.339

Após o enchimento, as bobinas eram encaminhadas para o contínuo de fiação, que tinham como função tornar mais fina as mechas e assim produzir um fio de grossura determinada. Neste sentido, o produto era submetido aos processos de estiragem, para a redução de secção do fio até um determinado número, e de torção do fio obtido a fim de atribuir a resistência, tensão e elasticidade desejada e de realizar, ao mesmo tempo, o enrolamento nas canelas.

As operações de tecelagem dividiam-se em duas fases, que se iniciava com a preparação dos fios para a posterior produção do tecido. Transportado dentro de caixas, os cones provenientes das bobinadeiras eram direcionados para a urdideira seccional⁷², na qual se disponham os fios, colocados um a um pela mão de um operário. Com uma capacidade até de 1000 fios, a atividade de urdir consistia na preparação da teia ou trama por secções para a tecelagem, através da disposição dos fios, alinhados e paralelizados e, em caso desejado, agrupados por cores. A teia ou trama crua, depois de urdida, era engomada na máquina engomadeira, a fim de atribuir uma maior resistência aos fios para o processo de tecelagem.

Após a secagem, estes rolos eram encaminhados para o tear, onde operário procedia à inserção de cada fio (um a um) na malha de um liço, que consiste numa “espécie de pente, com certo número de dentes ou malhas de arame fino, por onde passam os fios”⁷³. De seguida realizava-se o processo de tecelagem que se resumia nas três operações de: formação de cala, através do levantamento dos fios por um dos liços, enquanto que os outros ficam descidos, para produzir duas mantas de fio, uma superior e uma inferior; inserção de trama, onde a canela era introduzida numa lançadeira que passava transversalmente por entre os fios das duas mantas, que os liços baixavam e elevavam alternadamente; e batida do pente, que formava uma teia tecida que se enrolava noutro cilindro.

⁷² As urdideiras seccionais distinguiam-se em dois tipos, a circular, que tinha como objetivo a composição de uma teia que determinava a largura do tecido, e a longitudinal, que produzia uma trama que, por sua vez, estabelecia o comprimento do tecido.

⁷³ QUEIROZ, Ribeiro Ernesto – O algodão: novos processos de produção, comércio e indústria. Porto: Oficinas gráficas de “O Comércio do Porto”, 1965. p.363



FIGURA 60 MÁQUINA DE PERFURAR CARTÕES

“Os teares com “Jacquard” permitem fabricar tecidos de desenhos preparados em cartões perfurados, que comandam o movimento dos liços”⁷⁴.

Na operação de tecelagem, existiam ainda teares que permitiam a produção de tecido com cor, através do cruzamento ortogonal dos fios da teia com os fios da trama, criando um determinado padrão consoante a perfuração de cartões, concebidos e programados em máquinas próprias.

“A arte de tingir consiste em impregnar o mais profundo possível as fibras com as matérias corantes, as quais se fixam mecanicamente ou por afinidade química ou ainda por afinidade química e mecanicamente”⁷⁵.

As operações de tinturaria consistiam no tingimento do produto. As máquinas utilizadas variavam segundo o material apresentado, que podia ser rama, fio e tecido. Neste contexto, destacava-se a utilização de máquinas de cilindro horizontal ou vertical, denominadas de autoclave, onde o princípio se demonstrava o mesmo, inserção do produto em águas (no caso da região do Vale do Ave eram provenientes do rio) a temperatura elevada contaminada com cor e químicos.

Dando continuidade ao processo, seguia-se as operações de estamparia, onde se procedia à gravação localizada de desenhos coloridos sobre o tecido. A estampagem atuava sobre uma das faces do tecido, onde o tinto de consistência espessa era impregnado por pressão no material. O processo de estampagem, numa primeira fase era realizado através de pranchas ou de rolos, que embebidos em tinta faziam pressão sobre o tecido transferindo e criando a gravação pretendida. Por sua vez, o tecido saía desta fase produtiva húmido, o que implicava a sua posterior secagem em máquinas secadeiras.

O tecido enrolado no cilindro seguia para as operações de acabamento, onde se dava um tratamento físico ou químico ao material, para atribuir um melhor aspeto, uma maior resistência ou uma maior consistência. Para este fim, o tecido era introduzido na calandra,

⁷⁴ Ibidem. p.364

⁷⁵ Cit. por PINHEIRO, Thomaz Bordallo – Manual do Fabricante de Tecidos. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.], p.165

PROCESSO DE PRODUÇÃO

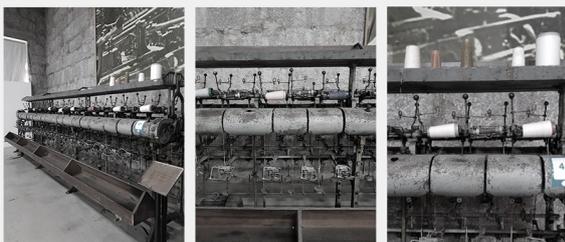
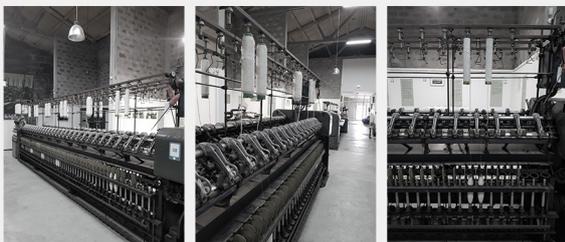
PRODUTO RESULTANTE

DESCRIÇÃO

PREPARAÇÃO DO ALGODÃO



FIAÇÃO



RAMA



MANTA



FITA DE CARDA



FITA DE LAMINADOR



MECHA



FIO



FIO

ABRIDOR/BATEDOR

CARDA DE FIAÇÃO

LAMINADOR

TORÇE

CONTÍNUO DE FIAÇÃO

BOBINADEIRA

ABERTURA DOS FARDOS, SUBMETENDO-OS A BATIMENTOS QUE LIMPAM E REMOVEM AS IMPUREZAS PRESENTES NO ALGODÃO, COMO TERRA E SEMENTES, TRANSFORMANDO A MATÉRIA PRIMA NUMA MANTA.

CARDAGEM DAS FIBRAS DA MANTA, DANDO CONTINUIDADE À ABERTURA E LIMPEZA DAS FIBRAS, EXPONDO-AS SEGUIDAMENTE AO PROCESSO DE ESTIRAMENTO E TORÇÃO, RESULTANDO NUMA FITA.

UNIFORMIZAÇÃO DAS FIBRAS, ATRAVÉS DA MISTURA DE VÁRIAS FITAS DE CARDA, QUE SÃO SUBMETIDAS À ESTIRAGEM E PARALELIZAÇÃO, DE MODO A OBTER UMA FITA COM MAIOR COMPRIMENTO E MENOR ESPESURA.

TRANSFORMAÇÃO DA FITA EM MECHA, ATRAVÉS DO PROCESSO DE ESTIRAGEM, TORÇÃO E BOBINAGEM, PRODUZINDO ASSIM UM FIO DE ALGODÃO COM UMA ESPESURA AINDA CONSIDERÁVEL.

EXPOSIÇÃO DAS FIBRAS AO PROCESSO DE ESTIRAGEM, TORÇÃO E BOBINAGEM, FORMANDO ASSIM O FIO DE ALGODÃO.

TRANSPOSIÇÃO DO FIO DA CANELA PARA O CONE, LISO OU PERFURADO, CONSOANTE O DESTINO DO PRODUTO. O CONE LISO ERA ENCAMINHADO DIRETAMENTE PARA A TECELAGEM, ENQUANTO QUE O PERFURADO ERA DIRECIONADO PARA A TINTURARIA.

FIGURA 61 DESCRIÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO TÊXTIL ALGODOEIRO, DA MATÉRIA PRIMA À TRANSFORMAÇÃO EM TECIDO I

TECELAGEM

PREPARAÇÃO



TECELAGEM



ACABAMENTOS



URDIDEIRA SECCIONAL



TEIA

PREPARAÇÃO DA TEIA POR SEÇÕES PARA A TECELAGEM, ATRAVÉS DA DISPOSIÇÃO DOS FIOS NA URDIDEIRA, ONDE SÃO ALINHADOS, PARALELIZADOS E, CASO DESEJADO, AGRUPADOS POR COR AS VÁRIAS FAIXAS DE FIO.

ENGOMADEIRA



TEIA ENGOMADA

ENGOMAGEM DOS FIOS PARA ATRIBUIR UMA MAIOR RESISTÊNCIA PARA O PROCESSO DE TECELAGEM, PROPORCIONANDO, ASSIM, CONDIÇÕES QUE PERMITAM OS FIOS RESISTIR ÀS TENSÕES E ATRITOS A QUE ESTARÃO SUJEITOS NO TEAR.

CANELEIRA



CANELA

ENCHIMENTO DAS CANELAS COM O FIO DOS CONES, COM O PROPÓSITO DE SEREM USADAS PARA TRAMAR NO TEAR COM LANÇADEIRA.

TEAR



TECIDO

PASSAGEM DO TECIDO ENTRE DOIS CILINDROS QUE ACHATAM A SUPERFÍCIE E EXPÕE O MATERIAL AO VAPOR, COM O OBJETIVO DE GARANTIR UMA MELHORIA A NÍVEL DO TOQUE, DO BRILHO E DO ENCOLHIMENTO.

GALANDRA



TECIDO CALANDRADO

EXPOSIÇÃO DAS FIBRAS AO PROCESSO DE ESTIRAGEM, TORÇÃO E BOBINAGEM, FORMANDO ASSIM O FIO DE ALGODÃO.

GASEADEIRA



TECIDO GASEADO

ELIMINAÇÃO DAS FIBRAS SOLTAS NA SUPERFÍCIE DO TECIDO, SUBMETENDO-O À APROXIMAÇÃO DE UMA CHAMA OBTIDA POR QUEIMA DE GÁS, QUE PERMITE ATRIBUIR UM ASPETO MAIS LISO E COM MAIOR BRILHO AO MATERIAL.

FIGURA 62 DESCRIÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO TÊXTIL ALGODOEIRO, DA MATÉRIA PRIMA À TRANSFORMAÇÃO EM TECIDO II

na qual se procedia à passagem do material entre dois cilindros aquecidos, que achatavam a superfície e exponham o material ao vapor, propiciando uma melhoria a nível do toque, do brilho e do encolhimento. De seguida, na gaseadeira procedia-se à eliminação das fibras soltas na superfície do tecido, através da aproximação a uma chama, obtida por queima de gás, que permitia atribuir um aspeto mais liso e com maior brilho ao material.

A última operação compreendia a confeção, na qual se procedia ao fabrico de têxteis de vestuário, de lar ou técnicos, através dos processos de planeamento, corte, confeção, prensagem e revista.

Para além de compreender e reconhecer um património têxtil, a pertinência de conhecer estes mecanismos justifica-se pelo modo que a sua instalação e função influenciava a implantação e conceção dos espaços industriais. As fábricas algodoeirias eram construídas segundo determinadas diretrizes arquitetónicas e construtivas, de modo a integrar todo um processo produtivo que exigia condições específicas em cada fase. Deste modo, as operações têxteis desenvolviam-se em vários edifícios que respondiam às especificidades de cada fase do processo, e que eram construídos ao longo do tempo consoante a evolução de um programa e a conseqüente necessidade de expansão.

“(...) um edificio esplendido, rasgado a toda a luz e desenhado, interior e exteriormente, segundo a forma mias commoda e typica das construcções assim, trabalham ali os primeiros machinismos modernos. Na fiação como na tecelagem, esta ainda incompleta, a Fábrica de Riba d’Ave apresenta-nos verdadeiros modelos em máquinas de trabalhar”⁷⁶.

A construção e consolidação da Fábrica Sampaio Ferreira fez-se a par da evolução de um programa, que atendeu à modernização da indústria algodoeira e dos mecanismos de produção. À semelhança de muitas outras no território do Vale do Ave, a indústria de Narciso iniciou por um pequeno espaço fabril de teares manuais, unicamente dedicado à tecelagem. Acomodando os tradicionais maquinismos numa casa junto ao rio Ave, a pequena fábrica rapidamente começou a construir-se ano após ano, transformando-se num verdadeiro empório industrial.

Iniciando com a aquisição da casa no lugar da Ponte no ano de 1888, de dimensões razoáveis e situada num terreno amplo, Narciso procurou nos anos imediatos a expansão do espaço para montante e a construção de um açude e respetivo canal, que encaminhava a água para a roda hidráulica da fábrica, permitindo a mecanização e a transição para os teares movidos a energia hidráulica.

Como referido, no ano de 1894 procederia à constituição da Sociedade, que permitiria projetar a fábrica como “completa”, dotada assim, das operações produtivas de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento. Com a ampliação do espaço fabril, erguia-se no ano de 1896, a montante, um novo volume térreo estreito e comprido para as operações de fiação e tecelagem. A forma do novo espaço respondia às condições necessárias para a integração de eixos verticais e horizontais de transmissão de energia hidráulica, cuja força aumentava em função do comprimento e da proximidade das máquinas ao eixo principal. Com a

⁷⁶ Cit. por BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p.117

construção de uma cobertura em shed em dois sentidos diferentes, permitia uma maior iluminação zenital do espaço ao longo do dia.

Em 1899, ficava concluída a verticalidade da fábrica com a construção da chaminé junto aos volumes pré-existentes, onde procurara integrar a máquina a vapor que servia a operação de tinturaria em que, para este efeito, construía ainda um açude, para o abastecimento e alimentação das caldeiras. Embora não haja informação relativa à disposição do programa, pensa-se que a parte administrativa, a fase de acabamentos, as oficinas de renovação e manutenção de equipamentos e armazém, se desenvolvessem ao longo dos edifícios pré-existentes, ficando no novo volume todos os mecanismos necessários para as operações de fiação e tecelagem, garantindo uma continuidade linear ao processo produtivo.

No âmbito da análise da evolução de um programa na fábrica, demonstra-se relevante realçar a inexistência de plantas arquitetónicas da Fábrica Sampaio Ferreira, uma vez que na época prevalecia as construções de mestres pedreiros. A única planta existente é referente ao ano de 1965, ano em que a fábrica se encontrava praticamente no estado que permaneceria até à atualidade. Contudo, através de cartografias e suporte fotográfico encontrado é possível compreender o fenómeno de construção e consolidação da unidade industrial.

Com a crescente expansão da fábrica e do volume de encomendas, os anos seguintes a 1890 seriam marcados por uma série de construções térreas nos terrenos contíguos à unidade industrial, num sinal de pleno desenvolvimento e evolução do setor algodoeiro e energético. Com a construção da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego no ano de 1909, a Fábrica Sampaio Ferreira passava a dispor de energia elétrica, o que permitia o distanciamento das novas construções do curso do rio. Deste modo, assistia-se no ano de 1915 a expansão lateral para montante até ao lugar de Pena Cabrão, com a criação de um novo volume dedicado à tecelagem, dotada das máquinas de urdir, engomar, encher canelas e tecer. Contíguo ao novo salão de tecelagem, apresentava-se um novo volume longitudinal, dedicado unicamente à operação de acabamento, equipado com calandras e gaseadeiras. De seguida, desenvolvia-se o armazém de expedição, que segundo as diretrizes industriais devia encontrar-se contínuo a estas secções, reforçando o movimento linear do percurso da

1890

EXPANSÃO DO EDIFÍCIO INICIAL PARA MONTANTE E CONSTRUÇÃO DE AÇUDE E RESPECTIVO CANAL.



1915

AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO FABRIL COM A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VOLUMES, DEDICADOS ÀS OPERAÇÕES DE TECELAGEM, ACABAMENTOS, ARMAZÉM DE EXPEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. EDIFICAÇÃO DA CRECHE E EXPANSÃO DA TINTURARIA PARA ESTE COM A ELEVAÇÃO DE UM NOVO AÇUDE. AQUISIÇÃO DA FÁBRICA E TERRENOS DO BARÃO DA TROVISQUEIRA.



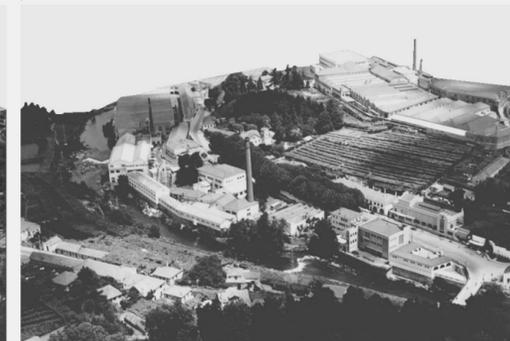
1975

VERTICALIZAÇÃO DA FÁBRICA COM A ELEVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE FIAÇÃO E DE TINTURARIA. AMPLIAÇÃO PARA JUSANTE, COM A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VOLUMES, RELATIVOS À TINTURARIA, ARMAZENS E CANTINA. EDIFICAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PARA A OPERAÇÃO DE TECELAGEM.



2005

ENCERRAMENTO E DESATIVAÇÃO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA.



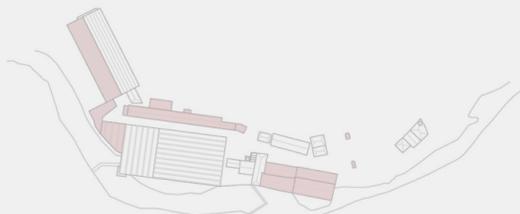
AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FABRIL COM A EDIFICAÇÃO DE UM NOVO TÉRREO PARA MONTANTE COM COBERTURA SHED E CONSTRUÇÃO DA CHAMINÉ.

1900



VERTICALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DE ACABAMENTOS. EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES DE TECELAGEM E TINTURARIA COM A EDIFICAÇÃO DE NOVOS VOLUMES. CONSTRUÇÃO DA PORTARIA E DO MONUMENTO EM MEMÓRIA DE NARCISO FERREIRA.

1950



ELEVAÇÃO EM UM PISO DO VOLUME DE TECELAGEM. CRIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE LIGAÇÃO ENTRE DOIS EDIFÍCIOS. CONSTRUÇÃO DE NOVOS VOLUMES DE APOIO À PRODUÇÃO TÊXTIL.

1995

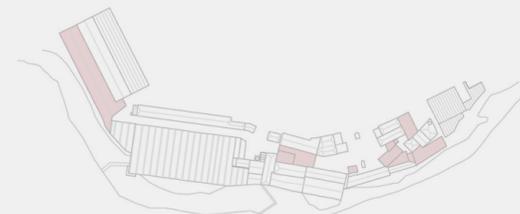


FIGURA 63 EVOLUÇÃO DO COMPLEXO FABRIL DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA AO LONGO DO TEMPO

matéria até à sua finalização. Adjacente a este edifício, a marcar a entrada às imediações fabris, assistia-se ainda à construção de um espaço com o programa de administração, que integrava os escritórios da fábrica.

Nesta primeira década, observava-se ainda a ampliação do volume de tinturaria para Este e a construção de um novo açude, para reforçar o abastecimento de água e alimentação das caldeiras para a fase de tingimento. Assistia-se também, à ampliação da cantina e à construção de uma creche, operações realizadas no ano de 1912, como meio de responder ao crescente número de operariado que cada vez mais ocorria para as imediações da fábrica.

Os volumes que lentamente começavam a constituir a unidade fabril desenvolviam-se ao longo de uma rua interior que articulava e distribuía os espaços e respetivos processos produtivos. Nas décadas seguintes, este eixo longitudinal viria a ser reforçado com a verticalização do edifício dedicado ao acabamento e com a ampliação da tinturaria para jusante, para os terrenos da fábrica do Barão da Trovisqueira, adquiridos no ano de 1913.

No ano de 1934, após o falecimento de Narciso Ferreira, registava-se a construção de um imponente monumento em memória do industrial, dentro das imediações fabris, marcando a entrada da fábrica e início da rua interior. Por esta altura, registava-se ainda a construção de uma pequena portaria que dava início à entrada nas imediações fabris.

Nos anos que seguiam a morte de Narciso, o desenvolvimento da Fábrica Sampaio Ferreira seria continuado e consolidado por mão dos descendentes, que, através das várias gerações, iriam gerir a obra e o património do industrial

Dando continuidade à evolução da indústria, na década de 50 apresentava-se a ampliação do espaço dedicado à tecelagem, com o acrescento de um novo volume a montante, que indicava a deslocação definitiva das urdideiras, engomadeiras, caneleiras e teares para as novas instalações. Com base no suporte fotográfico existente, observava-se ainda o prolongamento da plataforma pedonal até ao muro de contenção adjunto ao açude, criando

um canal por baixo das construções fabris que conduzia a água para os respetivos processos produtivos.

Nos anos 60, registavam-se algumas intervenções de grande escala, que indicavam um período de grande desenvolvimento da Fábrica Sampaio Ferreira. Deste modo, devido à forte resposta do mercado, em 1964 dar-se-ia continuidade à verticalização da fábrica, com a elevação em um piso no edifício de fiação e com a ampliação e elevação dos volumes da tinturaria. Dedicado unicamente à fase produtiva de fiação, o espaço seguia as diretrizes da época, incorporando no piso superior os contínuos de fiação e no piso inferior parte das máquinas de preparação do algodão, com um edifício em anexo que continha os abridores/batedores, para em caso de incendio não comprometer o restante edificado. A cobertura igualmente em shed, passava a seguir uma única orientação, a norte “para a luz do sol ser recebida indirectamente, visto a luz directa prejudicar, pela sua crueza, a visibilidade do algodão, que reflecte a luz, e por transmitir mais calor”⁷⁷.

Por sua vez, o edifício de tinturaria, integrava nos seus espaços as operações que eram dependentes do abastecimento de água através do sentido verticalizante conferido. Deste modo, implantado sobre o canal de água, desenvolvia-se no piso inferior a atividade de tingimento, com recurso das máquinas autoclaves, no piso intermédio a operação de estamparia, que incorporava as técnicas de estampar e secadeiras, e no piso superior o processo de engomeira.

A par da ampliação do volume de fiação, observava-se em 1975 a construção de um novo volume para a tecelagem a montante, como resposta à crescente evolução da indústria, cujo volume de encomendas encontrava-se em constante aumento. No mesmo ano, apresentava-se a construção de um volume anexo à tinturaria destinado ao armazém e preparação de ramas, reunindo as condições necessárias para a abertura e mistura da matéria, no que diz respeito ao aquecimento e ventilação. Marcando a entrada da fábrica, encontrava-se ainda, construído um novo edifício com o programa de serralharia, elétrica e armazém.

⁷⁷ QUEIROZ, Ribeiro Ernesto – O algodão: novos processos de produção, comércio e indústria. Porto: Oficinas gráficas de “O Comércio do Porto”, 1965. p. 390

Nos anos seguintes, o desenvolvimento da fábrica demonstrar-se-ia ténue. Excetuando algumas construções de pequena escala no espaço fabril, previa-se um período de estagnação consequente ao pós 25 de Abril de 1974, que se fazia refletir na indústria algodoeira nacional através da perda de mercado colonial, da reconversão da produção para mercados de maior exigência e do crescente movimento sindical dos operários. Deste modo, até ao ano de 1995, seria concluída a zona a norte, relativa à tecelagem, com a ampliação e elevação do volume contíguo ao rio Ave. Destacava-se ainda a ampliação do espaço dedicado ao armazém e preparação de ramas e à construção de um anexo de dimensões reduzidas para a o trabalho e manutenção de madeiras.

No mesmo ano, observava-se a alteração do programa do edifício de tinturaria e estamparia, que integrava agora no piso superior o armazém de produtos finalizado em lugar da operação de engomeira. Dando continuidade ao percurso do processo produtivo, registava-se a criação de uma estrutura de ligação, a um nível superior, entre este edifício e o armazém de expedição, de modo a conectar o edificado e facilitar o transporte do produto.

A contínua evolução de um programa dentro da fábrica realizado ao longo do tempo consoante as necessidades de expansão da indústria algodoeira, refletir-se-ia numa organização espacial confusa e difusa do processo produtivo têxtil. De um modo genérico, iniciando o trajeto no edifício de armazém de rama, a matéria seguia para o espaço contíguo de preparação, onde se realizava a abertura e mistura. De seguida, a rama era conduzida para o volume anexo ao de fiação onde se procedia à abertura, limpeza e preparação do material para o processo de fiar que se desenvolvia no edifício adjacente. Após a transformação em fio, o produto seguia para os edifícios a montante de tecelagem, onde se dava o processo de tecer. O tecido seguia novamente jusante, onde se realizava, consecutivamente, as operações de tinturaria, estamparia, acabamentos e sendo no final conduzido para o armazém de expedição onde seguia para a comercialização. Revelava-se assim um trajeto, que perdera linearidade ao longo do tempo, com as construções consecutivas que se iam implantando no terreno segundo um eixo paralelo ao rio que distribuía o programa de um modo disperso e fragmentado.

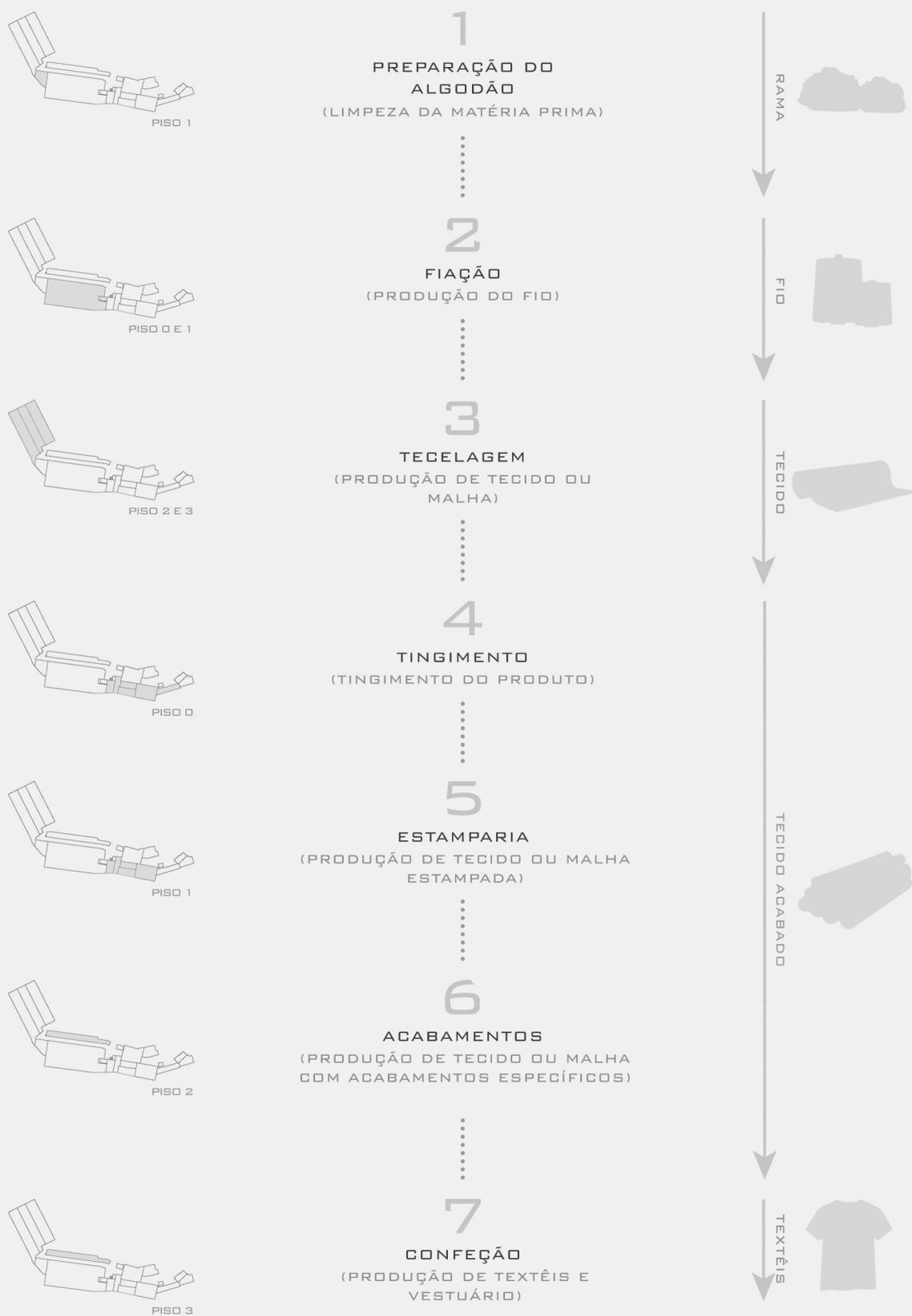


FIGURA 64 SISTEMA PRODUTIVO COMPREENDIDO PELA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NO ANO DE 1995

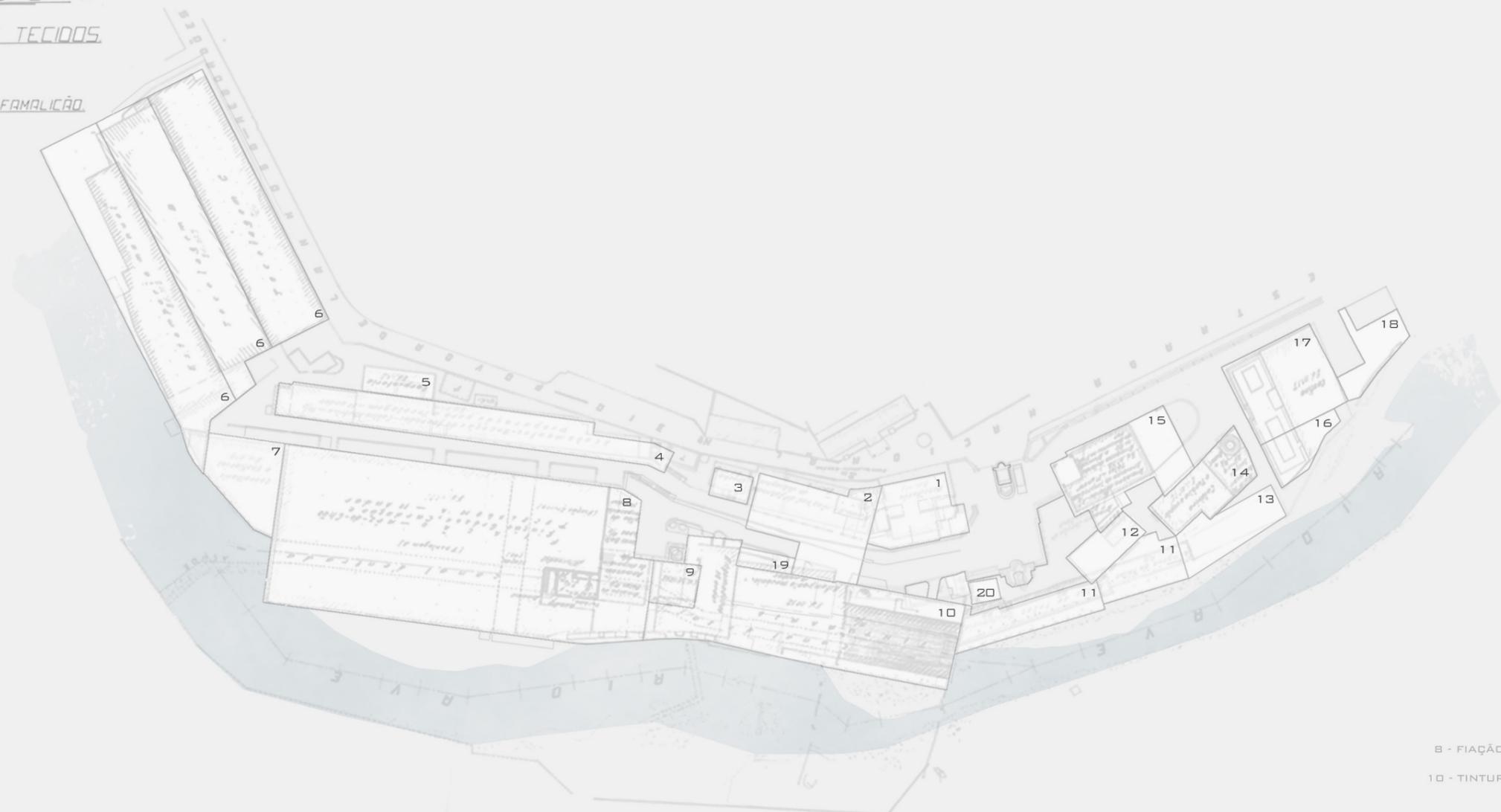
SAMPAIO, FERREIRA & C^ª L^{da}

FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

FREGUESIA DE RIBA D'AVE

CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

DISTRITO DE BRAGA



- PROGRAMA**
- 1 - ESCRITÓRIO
 - 2 - ARMAZÉM DE EXPEDIÇÃO
 - 3 - CRECHE
 - 4 - ACABAMENTO, REVISTA
 - 5 - ARMAZÉM REVISTA
 - 6 - TECELAGEM
 - 7 - ABERTURA E LIMPEZA
 - 8 - FIAÇÃO, TORCEDORES E BATEDORES
 - 9 - CALDEIRA
 - 10 - TINTURARIA, ESTAMPARIA, ARMAZÉM
 - 11 - TINTURARIA
 - 12 - ARMAZÉM DE RAMAS
 - 13 - PREPARADOR DE RAMAS
 - 14 - CARPINTARIA, ARMAZÉM DE FERRAGEM
 - 15 - SERRALHARIA, ELÉCTRICA, ARMAZÉM
 - 16 - ARRECADAÇÃO DE MATERIAIS
 - 17 - ARMAZÉM DE FARDOS
 - 18 - CANTINA
 - 19 - ARMAZÉM DE FAZENDA E GRAVURA
 - 20 - CASA DA MADEIRA



ABERTURA E LIMPEZA



FIAÇÃO



TECELAGEM



ESTAMPARIA



TINTURARIA



ACABAMENTO



CONFEÇÃO



ESCRITÓRIO



CRECHE



CANTINA

FIGURA 65 PROGRAMA COMPREENDIDO PELA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NO ANO DE 1995

A evolução do programa fizera-se a par do desenvolvimento gradual da fábrica e da indústria têxtil, que com o tempo começou a revelar-se cada vez mais ténue. Nos anos seguintes a 1995 a Fábrica Sampaio Ferreira iria demonstrar-se num estado de estagnação, prevendo a situação de crise instalada no setor algodoeiro que antecederia ao inevitável encerramento no ano de 2005, situação que perduraria até à atualidade, deixando o espaço fabril desativado e em ruína preenchido de vestígios de um programa passado.

PROGRAMA DA FÁBRICA
1890



PROGRAMA DA FÁBRICA
1990

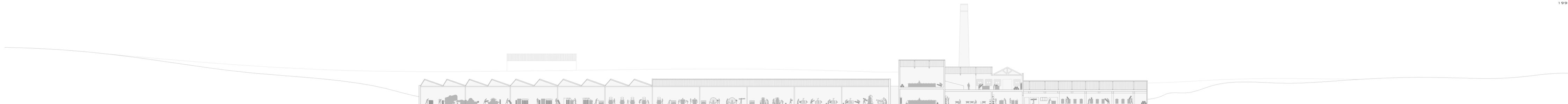
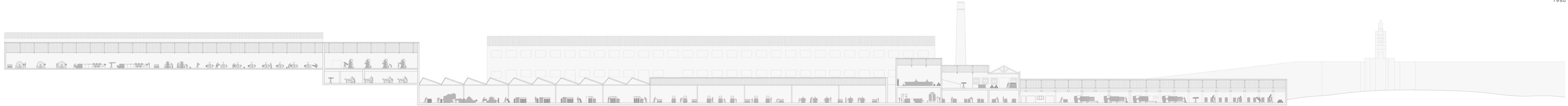


FIGURA 66 - EVOLUÇÃO DO PROGRAMA E DO SISTEMA PRODUTIVO TÊXTIL ALGODOEIRO NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NOS ANOS DE 1880 E 1900

PROGRAMA DA FÁBRICA
1950



PROGRAMA DA FÁBRICA
1995



5 10 15
M

FIGURA 67 EVOLUÇÃO DO PROGRAMA E DO SISTEMA PRODUTIVO TÊXTIL ALGODOEIRO NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NOS ANOS DE 1950 E 1995

CAPÍTULO 6
Riba de Ave e o tecido social



FIGURA 68 FOTOGRAFIA DE CENTENAS DE OPERÁRIOS NA CANTINA DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NA DÉCADA DE 1920

O contexto demográfico e laboral da região

“Para o Vale do Ave, com vários séculos de tradição têxtil e cerca de 150 anos de habituação ao modelo fabril, as fábricas de algodão marcam a dinâmica da sua história recente, com as velhas e altas chaminés, os canudos na gíria popular, a localizarem na paisagem os santuários de um trabalho persistente que tem envolvido, directa ou indirectamente, a maioria da sua população”⁷⁸.

Analisar uma paisagem produtiva é também compreender uma população e um labor que caraterizaram a região ao longo do tempo e que influenciaram a constituição e evolução de um território.

Inicialmente ligada às atividades agrícolas em complementaridade com o trabalho artesanal, a partir dos finais do século XIX a população do Vale do Ave deu início, no seu lento e tardio desenvolvimento, à deslocação para a atividade industrial, à procura da melhoria de condições de vida e ascensão social na comunidade local.

A indústria têxtil encontrava no Vale do Ave as condições propícias para a deslocação e disseminação nos meios campestres habitados por uma população na sua maioria iletrada e com um saber adquirido ao longo de várias gerações de cultivo, fiar e tecer o linho. A conjugação das atividades agrícolas com as artesanais, fortemente enraizadas no campesinato da região, permitira que a adaptação para o meio fabril se demonstrasse menos complexa, comparativamente com uma transição direta da terra para a fábrica. Deste modo, a terra continuava a estar presente no quotidiano e labor de muitos operários, ocupando-se da atividade industrial em complementaridade com a “cultura hortícola e a pecuária doméstica⁷⁹” como meio de produção do rendimento familiar. Tal observação, era abordada pelo sociólogo Leon Poincard que descrevia uma família operária de Guimarães da seguinte forma:

⁷⁸ ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 387

⁷⁹ ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002. p.7

“O operário A. Silva, trabalhador da fábrica, tem 5 filhos, dos quais 3 raparigas trabalham consigo na fiação da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, enquanto um mais velho trabalha como ferreiro nas redondezas, evidenciando o processo de recrutamento familiar do operariado, essencialmente no que toca a elementos femininos. Vivendo num rés-do-chão alugado, com dois quartos e cozinha, cultivava uma horta, também arrendada, com árvores de fruto e legumes, criando um porco que lhe assegura o abastecimento de carne para o inverno”⁸⁰.

Com a industrialização e o gradual movimento para o meio fabril, a região assistia nos finais do século XIX e inícios do século XX um aumento populacional muito rápido que, com a expansão e a evolução da indústria revelar-se-ia cada vez maior. Tal facto era observado no concelho de Vila Nova de Famalicão que com 27000 habitantes no ano de 1864, em 1890 acrescia para o número de 31689, dos quais cerca de 7% eram operários. Em 1911, já totalizava 37753 habitantes, em que 30% laborava no setor industrial. Esta crescente evolução do número da população e operariado, assistia-se por toda a região do Vale do Ave, incidindo-se essencialmente no médio Ave onde se concentrava a indústria. Contudo, demonstrar-se-ia nos anos seguintes contínuo o aumento populacional e industrial, que se refletiria na evolução e transformação do território.

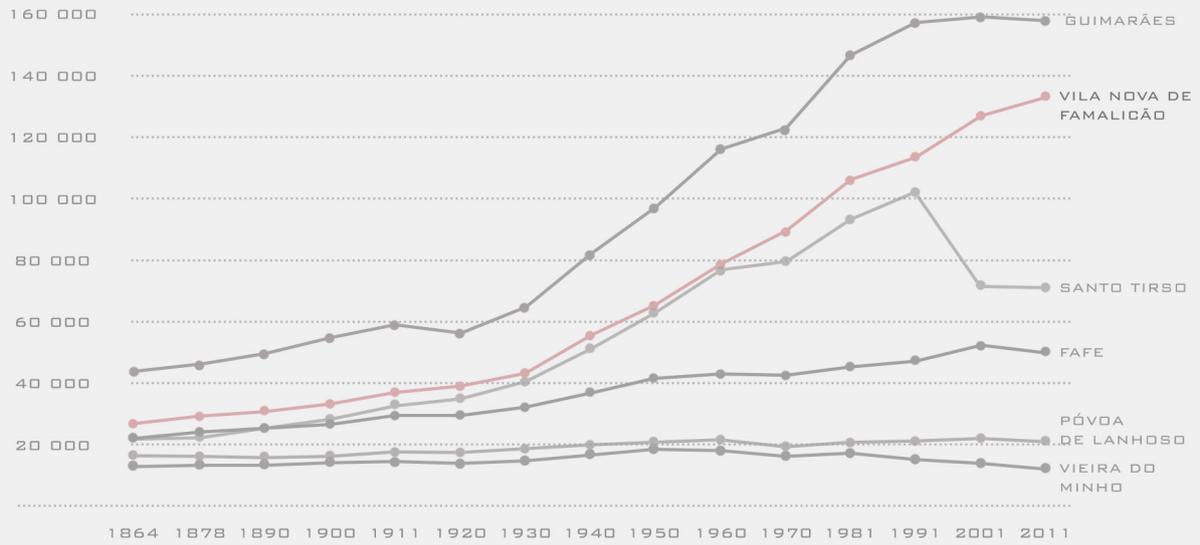
A transferência e deslocalização da indústria do Porto para esta região refletia-se, para além da abundância de recursos que oferecia, na presença de mão de obra barata e na possibilidade de extensão de horários, características que se demonstravam favoráveis ao patronato, que encontrava no Vale do Ave uma maior facilidade de ignorar e contornar as regras decretadas e impostas durante a República. A esta conjectura, acrescia ainda a debilidade do movimento sindical e a possibilidade de mão de obra feminina e infantil que se demonstrava dócil e submissa, sendo sujeitada a salários substancialmente baixos.

“Quanto à instrução, os operários, se não na sua totalidade, são quase em geral analfabetos: as crianças também não frequentam as escolas, visto que o tempo lho não permite. O salário nocturno é o mesmo que diurno. Empregam-se nestas fábricas milhares de mulheres e

⁸⁰ Ibidem



EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA



EVOLUÇÃO DO OPERARIADO VILA NOVA DE FAMILICÃO

POPULAÇÃO ■
OPERARIADO ■

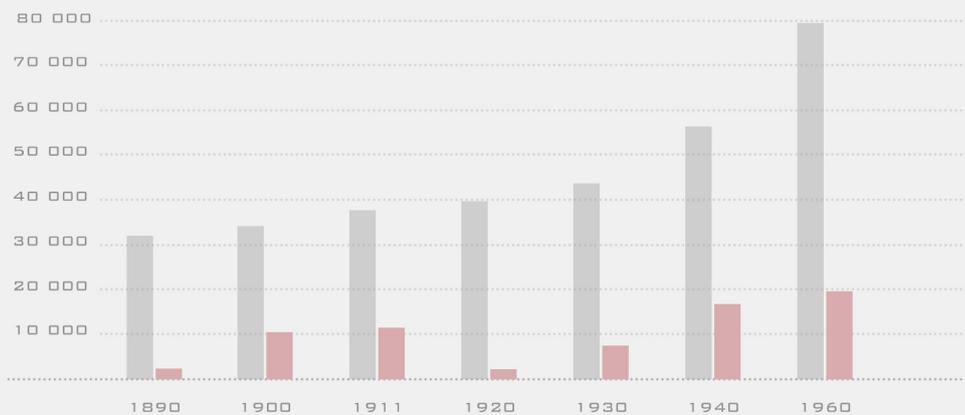


FIGURA 69 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POPULAÇÃO E DE OPERARIADO NO VALE DO AVE ENTRE O SÉCULO XIX E XXI (DADOS RECOLHIDOS EM: MENDES, JOSÉ AMADO; FERNANDES, ISABEL – PATRIMÓNIO E INDÚSTRIA NO VALE DO AVE: UM PASSADO COM FUTURO)

HORARIO DO TRABALHO									
TEMPO	Nascimento do sol		Occaso do sol		Serão até às 8 horas da noite		Horas de trabalho		
	Entrada para o trabalho				Horas de serão		Descontada 1 h. e 30 m. para almoço e jantar		
	Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos	
Janeiro	1 a 15..	7 15	5 —	3 —	11 15				
"	16 a 31..	7 15	5 15	2 45	11 15				
Fevereiro	1 a 14..	7 —	5 30	2 30	11 30				
"	15 a 29..	6 45	5 45	2 15	11 45				
Março	1 a 15..	6 30	6 —	2 —	12 —				
"	16 a 31..	6 15	6 15	— —	10 45				
Abril	1 a 15..	5 45	6 30	— —	11 15				
"	16 a 30..	5 15	6 45	— —	12 —				
Maio	1 a 15..	5 —	7 —	— —	12 30				
"	16 a 31..	4 45	7 15	— —	13 —				
Junho	1 a 15..	4 30	7 15	— —	13 15				
"	16 a 30..	4 30	7 30	— —	13 30				
Julho	1 a 15..	4 45	7 30	— —	13 15				
"	16 a 31..	5 —	7 15	— —	12 45				
Agosto	1 a 15..	5 15	7 —	— —	12 15				
"	16 a 31..	5 30	6 45	— —	11 45				
Setembro	1 a 15..	5 45	6 30	— —	11 15				
"	16 a 30..	6 —	6 —	2 —	12 30				
Outubro	1 a 15..	6 —	5 30	2 30	12 30				
"	16 a 31..	6 15	5 15	2 45	12 15				
Novembro	1 a 15..	6 30	5 —	3 —	12 —				
"	16 a 30..	7 —	4 45	3 15	11 30				
Dezembro	1 a 15..	7 15	4 30	3 30	11 15				
"	16 a 31..	7 15	4 45	3 15	11 15				

FIGURA 71 HORÁRIO DE TRABALHO DE UMA FÁBRICA TÊXTIL ALGODOEIRA DO VALE DO AVE NO ANO DE 1900

crianças que trabalham 14 horas por dia, tendo apenas uma hora e meia para refeições. Nestas fábricas há trabalho noturno onde se empregam mulheres e crianças contra o exposto na lei, trabalhando dez horas consecutivas. É para esta barbaridade que a associação chama a atenção, esperando providências imediatas⁸¹.

Laborando de sol a sol, com ausência de férias ou interrupções, os operários eram subjugados a horários rígidos de trabalho e rotinas de produção em série, a troco de um magro salário para a sobrevivência. Neste âmbito, destacava-se ainda a exposição de mulheres e crianças a turnos noturnos com horários alongados, na realização de tarefas duras que condicionavam o desenvolvimento físico dos menores, devido ao sobre esforço.

Com os homens a desempenhar as tarefas mais pesadas, dividindo-se essencialmente nas fases produtivas de preparação e tinturaria, que exigiam um maior esforço físico, por sua vez, as mulheres ocupavam-se das atividades de fiar e tecer, e ainda estampar, que requeria uma maior agilidade e especialidade de mão de obra. A presença do labor infantil dava-se sobretudo na fase produtiva de fiação, na qual as crianças desempenhavam a tarefa de transportar e inserir os cones nas máquinas.

Os salários para além de divergirem segundo a atividade exercida dentro do espaço fabril, a idade e a experiência adquirida, diferiam também consoante o sexo, que evidenciava a discriminação salarial característica da cultura do trabalho têxtil do Vale do Ave. O salário de um homem apresentava uma grande disparidade em comparação que de uma mulher, que recebia, na sua maioria, menos de metade que o sexo masculino e, por vezes, menos que os rapazes menores.

A esta situação acrescia ainda o que o ocorria com as caixas de socorros na maioria das unidades industriais da região. Como meio de amarrar o operário à fábrica, os trabalhadores eram obrigados pelos patrões a concorrer monetariamente para estas caixas, cuja administração era a encargo de funcionários superiores. Esta ocorrência demonstrava-se

⁸¹ Cit. por ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002. p.8. Associação de Classe dos Operários Fiandeiros a propósito da fábrica Rio Vizela em 1910

perversa⁸², uma vez que com o despedimento os operários perdiam todo o direito aos benefícios para os quais tinham contribuído com a quotização, para além de se apresentarem sempre diminutivos, que em caso de doença recebiam pequenas compensações.

Apesar das injustiças ocorridas, as características singulares do operariado fabril da região contribuíam para a pacificação e diminuição da luta contra este tipo de abusos. A debilidade da organização associativa, justificava-se pela complementaridade da atividade industrial com a agrícola, pelo recurso de uma mão de obra frágil, na sua maioria feminina e infantil, e por “uma discutida atmosfera mental propícia ao patrocínio, ao autoritarismo e a padrões de obediência e dependências”⁸³. Embora estas características minoravam os problemas operários, registava-se nos inícios do século XX alguns episódios grevistas de impacto reduzido, que iriam intensificar com as dificuldades económicas propiciadas pela conjuntura de guerra. Este movimento de descontentamento era transversal às fábricas de Riba de Ave, que detetavam no ano de 1900 e 1903 alguns focos de índole grevista e, com a agitação da Primeira Guerra Mundial, registava nos anos de 1913, 1918 e 1925 movimentos de maior amplitude.

As obras filantrópicas paternalistas que começavam a protagonizar no Vale do Ave na primeira metade do século XX, surgiam como meio de apaziguamento do descontentamento operário, dos quais se destacaria a obra social realizada em Riba de Ave por Narciso Ferreira, que para além de ser em prol do operariado, era apontada como forma de contenção da organização associativa.

⁸² ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002. p.11

⁸³ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 23

“A obra social desenvolvida em Riba d’Ave surge como uma realização original e surpreendente, sem paralelo no contexto regional, ainda que se possam buscar mais longe, em especial no estrangeiro, modelos de paternalismo industrial que frutificaram em obras filantrópicas”⁸⁴.

A cultura de trabalho profundamente enraizada na indústria têxtil do Vale do Ave, onde prevalecia a lei do patronato, não era alheia às unidades industriais de Riba de Ave. À semelhança de outros espaços fabris, apontava-se na Fábrica Sampaio Ferreira o não cumprimento da legislação, em que homens, mulheres e crianças eram submetidos a extensos horários de trabalho a troco de salários baixos, bem como a utilização do trabalho feminino e infantil no turno da noite.

De igual modo, em conformidade do que ocorria nas restantes empresas da região, a Fábrica Sampaio Ferreira adotara o sistema das Caixas de Reformas e Pensões, com a criação dos Montepios em 1926, que seria extinto em 1942 contra vontade dos descendentes. No caso das empresas de Narciso, os Montepios garantiam 75% do salário em caso de doença e invalidez, e assistência médica, hospitalar e farmacêutica gratuita. Em caso de gravidez era concedido um subsídio de cem escudos e em ocorrência de morte era suportado os custos do funeral.

Embora débil, deparava-se nos inícios do século XX com a organização de movimentos associativos responsáveis por alguns episódios de índole grevista, numa clara demonstração de descontentamento do operariado das fábricas de Narciso Ferreira. A obra benevolente do industrial iniciar-se-ia por esta altura em que, com parte dos lucros das fábricas, procuraria partilhar com o operariado através da construção de equipamentos sociais que respondessem às necessidades dos trabalhadores. Contudo, esta obra social tinha várias leituras uma vez que, iniciada após as greves, era apontada como uma forma de contenção

⁸⁴ ALVES, Jorge Fernandes – Fundação Narciso Ferreira: Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. In: O Tripeiro. 7ª série, ano XV, nº 8 (1996). p. 242



FIGURA 72 A PRESENÇA DE MÃO DE OBRA INFANTIL NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NO SÉCULO XX

de descontentamento social, em que o industrial procurara manter os operários satisfeitos, esquecendo os baixos salários que ganhavam e perdoando os abusos a que eram sujeitos. Esta observação era reconhecida por alguns trabalhadores, nomeadamente por Manuel Silva, antigo funcionário da fábrica e entrevistado no âmbito do presente trabalho, que referia “nós, na Sampaio Ferreira, ganhávamos muito pouco, trabalhávamos quase de graça... os patrões criaram Riba de Ave, fizeram residências, hospital, criaram também os bombeiros e a guarda. A fundação é deles, criaram quase tudo daqui da freguesia. Mas para eles construírem isto tudo, acho que tiraram muito de nós trabalhadores, era o salário daquele tempo”.

A obra social protagonizada pelo industrial daria início com a construção de uma cantina e creche dentro das imediações fabris. Assumido por muitos uma obra de benemerência e constituindo uma imagem de paternalismo industrial no Vale do Ave, a criação de creches era na realidade uma imposição legal determinada no decreto de 14.4.1891, que procurava regular o trabalho feminino e infantil nas fábricas: "Cada uma das fábricas, em que trabalharem mais de cinquenta mulheres por dia, terá uma creche com as acomodações e condições higiénicas que os regulamentos determinarem. A distância da creche à fábrica não será superior a 300 metros"⁸⁵.

As ações paternalistas que se dariam nos anos seguintes por Narciso Ferreira, das quais se destacava a construção de escolas primárias, hospital, colónia balnear, bairros operários, podiam ser entendidas como um investimento que atribuiria retorno para o industrial, numa estratégia de formação e instrução de mão de obra de uma comunidade operária “que vive na fábrica, da fábrica e para a fábrica”⁸⁶, e que intenta, ao mesmo tempo, um controlo e domínio total da força de trabalho.

A construção de habitação operária tornou-se uma vertente central da denominada “questão social” gerada pelo fenómeno industrial. Com o crescente movimento operário, que cada

⁸⁵ ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 17

⁸⁶ SEIXAS, Paulo Castro; SEABRA, Daniel - Centro residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 169-170



FIGURA 73 CANTINA E CRECHE DAS FÁBRICAS DE NARCISO FERREIRA



FIGURA 74 COLÔNIA BALNEAR DA FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA

vez mais ocorria para as imediações fabris do Vale do Ave, onde se destacava a Sampaio Ferreira com um número de funcionários superior aos limites demográficos da freguesia, surgia, a par, a preocupação de criar condições para a fixação de residência dos operários oriundos de terras mais longínquas. Para além de se revelar uma iniciativa em benesse dos trabalhadores, a construção de bairros operários conseguia, ao mesmo tempo, beneficiar os industriais que, alugando por preços acessíveis, aproximavam o operariado dos espaços fabris e assim, garantiam a prontidão e pontualidade dos funcionários. Apontava-se ainda, como meio de incentivar a construção destes equipamentos que “melhorar a habitação e baixar o seu preço é aumentar o salário do operário; é derramar parte desse salário pela sua família; é diminuir a mortalidade infantil; é prevenirmo-nos contra as moléstias infecciosas e os horrores das epidemias”⁸⁷.

Para além de se ter caracterizado como uma empresa escola, onde se procurou a formação de inúmeros operários para depois serem distribuídos pelas restantes unidades industriais de Narciso, a fábrica Sampaio Ferreira destacava-se também por possuir um forte caráter familiar, que acompanhou ao longo do tempo várias gerações de funcionários. Pelas palavras do bisneto Raul Ferreira o poder das unidades fabris “foi notável no âmbito social pois muitas gerações de famílias residentes nas várias freguesias que circundavam a empresa tiveram lá o seu emprego. Houve sempre o cuidado de dar prioridade aos familiares de quem lá trabalhava ou trabalhou”⁸⁸. Esta particularidade demonstrava-se característica da cultura de trabalho das fábricas de Narciso, em que prevalecia e perpetuava um labor familiar que, de certo modo, remetia à tradicional indústria caseira realizada na domesticidade do lar pelos vários membros da família. Tal assunto, demonstrara-se constante ao longo dos diálogos realizados, sendo frisado por vários antigos operários. Neste âmbito destacava-se o de Maria Barros que referia: “Os meus falecidos pais trabalharam 40 anos na Sampaio Ferreira. A minha mãe entrou para lá quando tinha nove anos, foi a que trabalhou mais. Só deixou de trabalhar quando eu entrei para a fábrica, porque era assim, os filhos entravam quando os pais vinham embora. Trabalhei eu e o meu irmão lá, ele trabalhou desde rapazinho e eu entrei aos 14 anos”. Esta cultura de trabalho demonstrava-se também presente na memória

⁸⁷ ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002. p.11

⁸⁸ FERNANDES, Dalila – Houve Gente: Contributos para a identificação e preservação da memória do operariado fabril do Vale do Ave. Porto: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. p. 35

de José Carvalho que explicava: “O meu pai levou-me para a fábrica aos 15 anos, ele era afinador de máquinas. Toda a minha família trabalhou lá. Depois de entrar, foram para lá os meus irmãos, um para ajudante de afinador e outro para o armazém. Depois, mais tarde, foram as minhas três irmãs, todas elas para os teares”.

Com o falecimento de Narciso Ferreira em 1933, a obra social paternalista iniciada pelo pai iria ser perpetuada pelos filhos, que procurariam dar continuidade à criação de estruturas de apoio ao operariado, como a política de alojamento para os trabalhadores, fomento da prática religiosa, entre outros espaços de cariz social.

Esta cultura de trabalho característica da Fábrica Sampaio Ferreira assente numa obra paternalista que procurava fortalecer a relação entre fábrica e operários iria, contudo, sofrer alterações no pós 25 de Abril, com o termo do mercado colonial e com o início do processo de adaptação da indústria portuguesa ao espaço europeu. Tais fenómenos iriam marcar profundamente a indústria, alterando as relações existentes no último quarto do século XX nas unidades fabris de Riba de Ave, e que acabariam por conduzir ao encerramento da Fábrica Sampaio Ferreira em 2005.

The image shows an open diary book with two pages of handwritten data. The pages are organized into a grid with columns for months and days, and rows for individual names. The entries consist of letters (likely 'P' for present or 'A' for absent) and numbers, indicating the shifts worked on each day. The names listed include various individuals, some with surnames like 'Alves', 'Lima', 'Silva', and 'Ferreira'. The dates range from January to December 1989. The handwriting is in black ink on lined paper.

FIGURA 75 LIVRO DE PONTO DIÁRIO COM IDENTIFICAÇÃO DOS TURNOS REALIZADOS NO ANO DE 1989

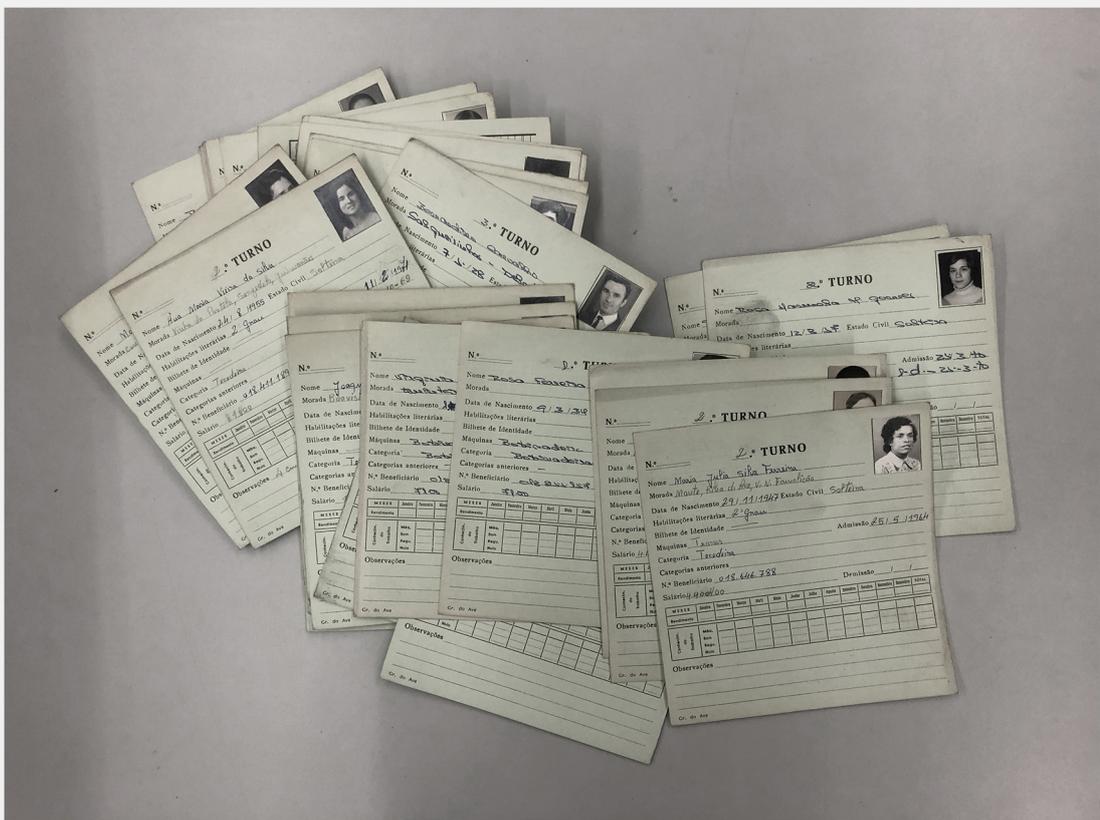


FIGURA 76 FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA

CAPÍTULO 7
A crise e a desindustrialização



FIGURA 78 FOTOGRAFIA DA GREVE DE 2005 QUE ANTECEDEU AO ENCERRAMENTO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA

O condicionamento e a crise da indústria têxtil

“Após séculos de ordenamento agrícola e investimento industrial, o Vale do Ave apresenta-se como uma gigantesca ruína; a perda dos mercados das colónias, a falta de competitividade tanto agrícola como industrial no atual panorama europeu e a enorme dificuldade de readaptação produtiva são as razões prováveis de desativação de algumas estruturas produtivas fundamentais”⁸⁹.

Ao longo do tempo foram vários os acontecimentos que moldaram e transformaram a indústria têxtil algodoeira do Vale do Ave e que lhe atribuíam uma singularidade ímpar. No seu desenvolvimento, o processo de industrialização foi marcado por várias fases, tendo como primeira uma fase de arranque caracterizada por uma implantação lenta, uma intermédia de crescimento e evolução e uma posterior de consolidação que antecedeu à incontornável crise das indústrias têxteis da região.

Transversal ao processo de industrialização, a indústria do Vale do Ave foi profundamente marcada por um regime de condicionamento como resposta às recorrentes crises sentidas no setor fabril. Em 1899 verificava-se esta limitação, com a solicitação da Associação de Classe dos Industriais de Tecidos de Algodão para “para limitar o número de fábricas de tecidos, não permitindo por espaço de 5 anos mais montagens de fábricas, visto os depósitos acharem-se completamente cheios”⁹⁰. Esta ideia era retomada 1914, com a conjuntura da Guerra Mundial que avolumava uma nova crise, onde se solicitava o apoio às exportações e um reforço de medidas protecionistas.

Inicialmente como um regime transitório, surgiria apenas em 1931 uma resposta a este tipo de soluções com a institucionalização do “condicionamento industrial”, que procurava controlar a construção, ampliação e reequipamento dos espaços industriais, como meio de garantir a estabilidade da capacidade de produção instalada e a manutenção de emprego.

⁸⁹ PROVIDÊNCIA, Paulo – Um olhar sobre o Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 143

⁹⁰ ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 382

A partir desta data, a construção e ampliação de espaços, a alteração do equipamento fabril e a transferência de local, passavam a ser sujeitos a autorização prévia do Estado através de longos e pesados processos burocráticos. No setor têxtil destacava-se ainda, o controlo de instalação de fusos e teares e da substituição por elementos mecânicos, no intuito de evitar o aumento da capacidade de produção. A oportunidade de crescimento dos espaços industriais fazia-se através da compra de alvarás de fábricas que faliam, da aquisição de equipamentos usados e da ajuda de serralharias que possibilitavam a melhoria das máquinas já instaladas.

Nos anos seguintes, o sistema revelar-se-ia implacável com as tecelagens que procuravam adquirir autonomia com a instalação da secção de fição, mas benevolente com as unidades industriais que solicitavam a incorporação da secção de tinto e branqueamento, uma vez que não interferiam no aumento de produção. Contudo, na conjuntura de crise revela-se contraproducente a elevada reprovação de instalação de secções de desperdícios de algodão, numa altura que, para além da pobreza congénita do país, sofria-se de carência de matéria prima que se agravava no período da Segunda Guerra⁹¹.

Com o pós-guerra, da Guerra Civil de Espanha seguido pela Segunda Guerra Mundial, o período de 1940-1950 revelara-se de crescimento e expansão para a indústria têxtil, com a possibilidade de exportação que possibilitara o aumento da capacidade produtiva. Através destas conjunturas sucessivamente favoráveis, permitira-se a construção e ampliação de muitos espaços fabris e a instalação de novos maquinismos, até ao momento pendentes. Tratara-se assim, de um período de modernizar e concentrar as secções, até à data autónomas, no mesmo espaço, permitindo a criação de novas fábricas apetrechadas com nova maquinaria e a ampliação de outras, com o intuito de reunir nas mesmas instalações as secções de fição e tecelagem e de procurar um desenvolvimento equilibrado entre ambas. Esta reorganização industrial tinha como objetivo contrariar o desequilíbrio existente entre as fábricas de tecelagem e fição, frequente na região do Vale do Ave através das múltiplas pequenas unidades de tecelagem e da tradicional indústria caseira, e assim, levar ao desaparecimento destas pequenas unidades que não conseguiam acompanhar esta linha de desenvolvimento.

⁹¹ PEREIRA, Augusto Castro - História da indústria do Vale do Ave: (1890-2001). Santo Tirso: [s.n.], 2002. p.138

Este período de revitalização da indústria algodoeira iria traduzir-se no aumento de produção e por conseguinte, na aceleração da procura de mercados, fazendo crescer a produção entre 1947-1957 em cerca de 50%. Contudo, com o abastecimento do algodão ultramarino a efetuar-se em regime de cotas, e assim condicionada a sua importação, o aumento da capacidade produtiva não teria durante muito tempo correspondência de matéria-prima que alimentasse a produção. Neste contexto, nos anos seguintes verificar-se-ia um quadro geral de crise na indústria algodoeira, que se iria refletir na redução de produção e de dias de trabalho, passando a laborar abaixo da capacidade de laboração, e em alguns casos levaria ao encerramento de fábricas. Porém, perante a enorme instabilidade e fragilidade sentida e face às características históricas da região, encontrava-se no Vale de Ave uma melhor aceitação da situação de crise permanente comparativamente com as restantes zonas do país, em que os espaços fabris encerravam de um modo mais abrupto⁹².

“O posicionamento favorável dos industriais algodoeiros ao mercado ultramarino ganha, mais tarde, novos contornos, com a política colonial do Estado Novo, pela qual se estabelecem as grandes plantações de algodão em Angola e Moçambique, a ser transformado nas fábricas metropolitanas, retornando uma parte substancial da produção às colónias. Esta estratégia, se possibilitou o abastecimento do parque industrial algodoeiro, teve efeitos na ligação íntima entre muitas fábricas do vale do Ave e as colónias, o que, com o volver do tempo e a perda dos territórios ultramarinos, em 1974, se transformou num grave problema para o tecido fabril da região”⁹³.

Os anos 70 marcariam o fim do crescimento da indústria têxtil, com as perturbações políticas e sociais consequentes do fim do Estado Novo, onde se destacava a agitação operária em luta por melhores condições salariais e de trabalho. Destacava-se ainda, a perda dos territórios ultramarinos e fim do ciclo colonial, e a reconversão produtiva para o espaço europeu, circunstâncias derivadas do pós 25 de Abril de 1974, que conduziram à

⁹² ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. Vol. 2. p. 386

⁹³ ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002. p.6

desativação das fábricas tradicionais para emergir novas unidades industriais, em grande parte vocacionadas para a confeção de vestuário.

Posto isto, as décadas seguintes iriam caracterizar-se por uma enorme dificuldade por parte de muitas empresas de acompanhar o processo de modernização e de competitividade exigido pela nova ordem. Deste modo, face à incontornável crise e à dificuldade de readaptação produtiva, levaria ao início do movimento de desindustrialização da indústria têxtil algodoeira que perdura até aos dias de hoje marcando a paisagem do Vale do Ave através da presença de arruinamento e degradação.

A luta operária e o encerramento

“As bandeiras negras anunciam o desfecho que já há muitos vaticinavam: a centenária empresa têxtil de Riba d’Ave Sampaio Ferreira vai mesmo encerrar. Na passada quarta-feira a administração comunicou aos cerca de 180 trabalhadores que não têm dinheiro para pagar os salários em atraso e vai avançar com o processo de insolvência. Entretanto, os operários mantêm-se em greve”⁹⁴.

A situação de condicionamento e crise demonstrar-se-ia transversal à Fábrica Sampaio Ferreira, cujo desenvolvimento ao longo do tempo seria influenciado e limitado. Aliado à situação de crise, seria de igual modo observado uma enorme luta operária que iria marcar a história da fábrica e se desenvolveria para lá do encerramento do espaço fabril.

Embora revela-se uma contínua ampliação do complexo fabril, a partir do ano 1931, à semelhança das restantes indústrias têxteis do Vale do Ave, a fábrica encontrava-se também sujeita ao condicionamento institucionalizado que limitava a sua expansão e evolução. Contudo, seria no período pós guerra entre 1940 e 1950, com as conjunturas sucessivamente favoráveis que a empresa iria aproveitar para propiciar a construção de novos volumes, a ampliação da capacidade produtiva e a instalação de novas máquinas, que provavelmente se encontravam pendentes como acontecia na restante indústria da região. Sobressaía ainda, no ano de 1964 altura de aparente crise geral em que as empresas têxteis começavam a acusar dificuldades, que a Fábrica Sampaio Ferreira iria dar continuidade à ampliação e verticalização do espaço fabril, com a elevação dos edifícios de tinturaria e fiação.

No entanto, a história reservava uma alteração de percurso de crescimento da fábrica. Após o 25 de Abril, a administração da fábrica iria sofrer sucessivas alterações com a família Ferreira cada vez menos a participar na gerência da empresa. A par desta ocorrência, assistia-se ainda, uma gradual diminuição de carteira de encomendas, que se podia explicar

⁹⁴ Opinião Pública. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1 de Abril 2005. Jornal. p.9

pelo desaparecimento das colónias, para onde convergia uma parte significativa da produção, pela rigidez da legislação laboral que se imponha a nível nacional, pela exigência de modernização das indústrias têxteis e ainda, pela agressiva competitividade e concorrência do Oriente.

Perante estas conjunturas, as décadas seguintes caracterizar-se-iam por uma redução substancial do número de trabalhadores e pela ausência de modernização das máquinas, que em grande parte eram dos anos 70. A par disto, acentuava-se com o pós 25 de Abril os episódios de índole grevista, que chegavam a durar dias ou mesmo semanas, na luta pelos salários em atraso derivados da contínua redução de encomendas.

Os problemas agudizar-se-iam nos últimos anos de funcionamento da fábrica, com a diminuição dos horários, passando no início de 2005 para um único turno, e com a perda substancial de operários, que totalizava cerca de 200 pessoas. Seria por esta altura que se iria intensificar a luta operária, já há muito característica da história da fábrica, com a realização sucessivas greves na tentativa de reaver os inúmeros salários em atraso.

“O povo esteve em greve até ao fim. Os salários começaram a atrasar-se em Janeiro de 2005. Já em 1977 ou 1978, também estivemos em greve. Nove dias seguidos para conseguir reaver os pagamentos em atraso, mas depois pagaram tudo. A partir de 2002 começaram outra vez a querer atrasar, e no final de 2004 falharam de vez. Em 2005 ainda se recebeu um bocadito, mas nós não conseguíamos estar mais tempo na fábrica assim. Depois de começarem as greves em Março, a fábrica caiu e não se levantou mais”⁹⁵.

Com o encerramento iminente e com os pagamentos em atraso, foram muito os trabalhadores que optaram pela rescisão de contratos. Era uma situação que trazia um grande desconforto e desalento para os operários, que com famílias para sustentar lutavam pelos direitos com a esperança viva que a fábrica sobrevivesse à crise.

“Foi um tempo muito complicado, muito mau os anos anteriores ao encerramento. Foram muitos meses sem receber um tostão e com filhos para alimentar era muito difícil. No início

⁹⁵ COSTA, Manuel. Riba de Ave: 2019. Testemunho de antigo operário da Fábrica Sampaio Ferreira



FIGURA 79 MANIFESTAÇÕES DO OPERARIADO DAS FÁBRICAS DE RIBA DE AVE EM MAIO DE 1974

gostava muito de trabalhar lá, nos últimos anos nem tanto. Eu bem queria que a fábrica aguentasse, criava postos de trabalho a muitas famílias. Mas desta crise não escapou”⁹⁶.

Apesar da incansável luta operária, a Fábrica Sampaio Ferreira não resistiria às dívidas que gradualmente se acumulavam e às sucessivas greves que paravam a atividade produtiva do espaço fabril. Perante este contexto, demonstrar-se-ia inevitável o seu encerramento que ocorreria a Março de 2005 deixando cerca de 200 trabalhadores sem posto de trabalho.

Contudo, a luta dos operários perduraria para além da desativação do espaço fabril, com os trabalhadores a aguardar a venda dos bens da fábrica para o pagamento dos salários em atraso e das indemnizações a que tinham direito. Situação que nunca viria na totalidade a ser resolvida, permanecendo até à atualidade em dívida com os antigos operários.

“Corredores vazios, máquinas paradas, tecidos e materiais à espera que alguém os leve. Todo o cenário faz recordar uma fábrica que outrora empregou centenas de pessoas. Pavilhão após pavilhão, captam-se memórias do passado. A cada passo, há algo que recorda o esplendor daquela que foi a maior têxtil do Vale do Ave, a Sampaio e Ferreira, em Riba de Ave”⁹⁷.

Com o encerramento e desativação da Fábrica Sampaio Ferreira em 2005, seguir-se-ia nos anos posteriores a Oliveira Ferreira em 2008, assim como alguns equipamentos construídos pela família Ferreira. O empório industrial e social construído em Riba de Ave, perduraria até à atualidade, deixando uma paisagem produtiva industrial em ruína e degradação, com os vestígios de um tempo áureo do passado e com uma voz operária agora apagada e extinta.

⁹⁶ OLIVEIRA, António. Riba de Ave: 2019. Testemunho de antigo operário da Fábrica Sampaio Ferreira

⁹⁷ LOPES, Alexandra; SOARES, Lisa – Máquinas e memórias à venda na Sampaio Ferreira. Jornal de Notícias. Disponível em: www.jn.pt/arquivo/2006/maquinas-e-memorias-a-venda-na-sampaio-ferreira-570253.html



Trabalhadores mantêm-se em greve até que sejam suspensos os seus contratos

Centenária empresa têxtil ribadavense Sampaio Ferreira vai

na ainda ocorrido.

Apesar desta informação, os trabalhadores mantêm-se em greve. Tem de continuar pois

esperado há algum tempo no dos funcionários. Aliás, de há anos a esta parte que freqüente vinham a público rum



Decisão já foi comunicada aos trabalhadores pela administração

**SAMPAIO FERREIRA
VAI FECHAR
AS PORTAS**

As bandeiras negras anunciam o desfecho que já muitos vaticinavam a centenária empresa têxtil de Ribadavia. Sampaio Ferreira, vai mesmo encerrar. Na passada quarta-feira, a administração comunicou aos cerca de 150 trabalhadores que não tem dinheiro para pagar os salários em atraso e que vai avançar com o processo de insolvência. Entretanto, até que os contratos de trabalho sejam suspensos, os operários mantêm-se em greve. A J

FIGURA 80 ENCERRAMENTO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA

CAPÍTULO 8
A Fábrica Sampaio Ferreira e o abandono



FIGURA 81 O PRESENTE DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA

“A fábrica têxtil, tendo marcado profundamente o vivido de sucessivas gerações no crescimento pessoal, na cultura do trabalho, nos espaços de sociabilidade, nos momentos de luta e de sacrifício, funciona como uma memória comum e gera sentimentos de identidade e de territorialidade.”⁹⁸

A paisagem atual de Riba de Ave encontra-se marcada pela presença de arruinamento e degradação protagonizada pelas fábricas têxteis da família Ferreira, que outrora se revelaram decisivas para a evolução e consolidação de um território essencialmente rural. A invasão industrial dos campos da vila, a concentração populacional que se deu em resposta à constante expansão das unidades fabris e a diluição de fronteiras resultaram num “território transgénico, nem rural, nem urbano ou industrial ou não-coisa”⁹⁹. Riba de Ave apresenta-se como o resultado de uma intrínseca relação urbano-rural, definida como uma “rurbanização industrial”¹⁰⁰.

Com uma maior afirmação no período de ação e evolução das fábricas, a pequena freguesia transformou-se num marco de renome à luz do contínuo progresso da indústria têxtil algodoeira. Delineada ao sabor das inclinações e respetivas obras sociais de um paternalismo industrial devotado à prosperidade e ao labor, a vila desenvolveu-se de modo a garantir a interdependência cíclica, no processo produtivo e no binómio fábrica-operariado, resultando numa morfologia onde prevalece a inexistência de um núcleo histórico, de edifícios classificados e de espaços verdes e de lazer¹⁰¹. Uma vila assim, que se resume às unidades fabris e à avenida que as une.

⁹⁸ ALVES, Jorge Fernandes - Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p.9

⁹⁹ DOMINGUES, Álvaro - Transgénicos. In: Arquitectura em Lugares Comuns: Ideias e projectos para o Vale do Ave. Porto: Dafne Editora, 2008. p. 32

¹⁰⁰ LEITÃO, Maria; SARAIVA, Vânia - Riba D`Ave Industrial: Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.^a Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano. Porto: Fundação da Juventude; Ordem dos Arquitetos, 2012. p. 18

¹⁰¹ Ibidem

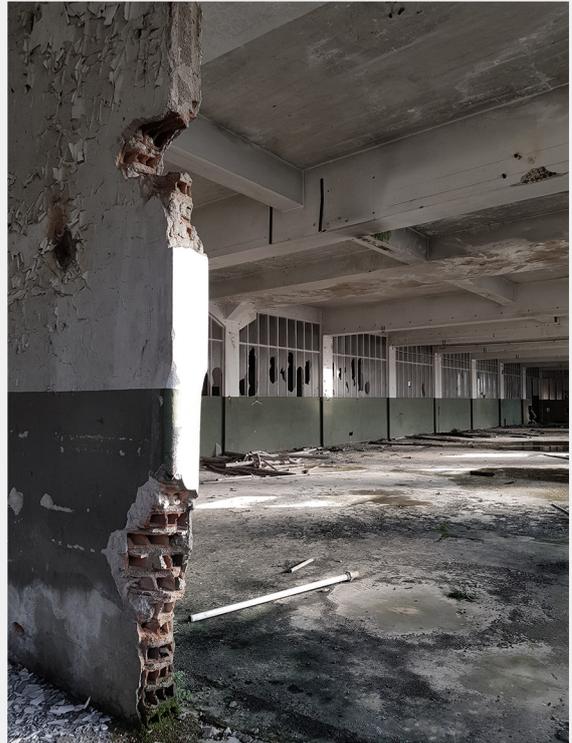


FIGURA 82 A MATERIALIDADE DA FÁBRICA

Contudo, pode-se considerar que o polo industrial se apresenta como o núcleo histórico da freguesia, que outrora serviu as necessidades da população e que agora se encerra na decadência dos seus edifícios, expondo a vila à dissolução e restabelecendo o domínio da atividade agrícola na paisagem.

“A maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou no seu ouro. Sua glória está na sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância (...) que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade”¹⁰².

Na sua condição de ruína, os edifícios que constituem a Fábrica Sampaio Ferreira expõem ainda um património industrial e arquitetónico de valor singular que, ao longo de um século, se desenvolveram na paisagem de Riba de Ave segundo as necessidades de expansão e diretrizes da época. Apresentando soluções construtivas muito distintas sob diferentes direções, a fábrica encontra-se implantada numa encosta de desnível acentuado, em que a topografia foi resolvida através de vários muros de suporte que criam as diversas plataformas onde se erguem as construções ¹⁰³.

Embora tenha existido uma intervenção posterior, é no pequeno núcleo central onde se encontram as construções mais antigas da unidade fabril. Com paredes de pedra no piso inferior, desenvolve-se a partir destas no piso superior uma estrutura de betão que apoia as várias coberturas de duas águas, que se dividem entre asnas de madeira e de ferro fundido. É contudo, nestes espaços onde se assiste a um maior estado de degradação dos edifícios que, lentamente, com a ação do tempo começam a perder a cobertura.

A montante destes espaços, no antigo edifício dedicado ao processo produtivo de fiação, encontra-se de igual modo uma estrutura de betão. À semelhança dos edifícios anteriores, este apresenta-se como um dos mais antigos do complexo fabril mas que, devido a intervenções posteriores datadas no ano de 1965, receberam uma nova estrutura sobre as primeiras paredes construídas pelos mestres pedreiros. De configuração estreita e comprida,

¹⁰² RUSKIN, John - *The Seven Lamps of Architecture*. London: Smith, Elder & Co, 1849. p. 68.

¹⁰³ Consultar o levantamento fotográfico da Fábrica Sampaio Ferreira nos anexos

típica das construções industriais têxteis, a estrutura do espaço suporta uma cobertura em “shed” orientada a Norte, que permite a iluminação natural ao longo do dia.

Por sua vez, os antigos edifícios de tecelagem dividem-se em duas soluções construtivas distantes. A Este, onde se situa o edifício mais antigo e provavelmente o mais fiel à construção inicial, é se deparado com paredes de pedra que apoiavam um sistema estrutural que combinava asnas de madeira com pilares de ferro fundido, agora inexistentes. Embora tenham sido construídos em épocas diferentes, os edifícios adjacentes ao curso do rio apresentam uma construção semelhante, onde se é deparado com espaços estreitos e amplos de paredes de tijolo que suportam coberturas de duas águas revestidas com chapa ondulada.

O edifício respetivo ao programa de acabamentos e revista, na sua constituição estreita e comprida, compreende uma estrutura de betão que outrora suportou uma cobertura com asnas de madeira, cujas vigas encontravam-se apoiadas nos pilares laterais existentes ao longo do espaço. Composto por dois pisos, o piso superior apresenta um acesso para a avenida Narciso Ferreira e o piso inferior estabelece relação com a rua interior que atravessa longitudinalmente o complexo fabril.

Os espaços relativos à zona administrativa são constituídos por um conjunto de pequenos edifícios com diferentes direções, que procuram estabelecer relação com o restante edificado. Com paredes de tijolo que apoiam uma cobertura com asnas de madeira revestidas as telhas cerâmicas, os edifícios apresentam um estado avançado devoluto onde se presencia a ação do tempo.

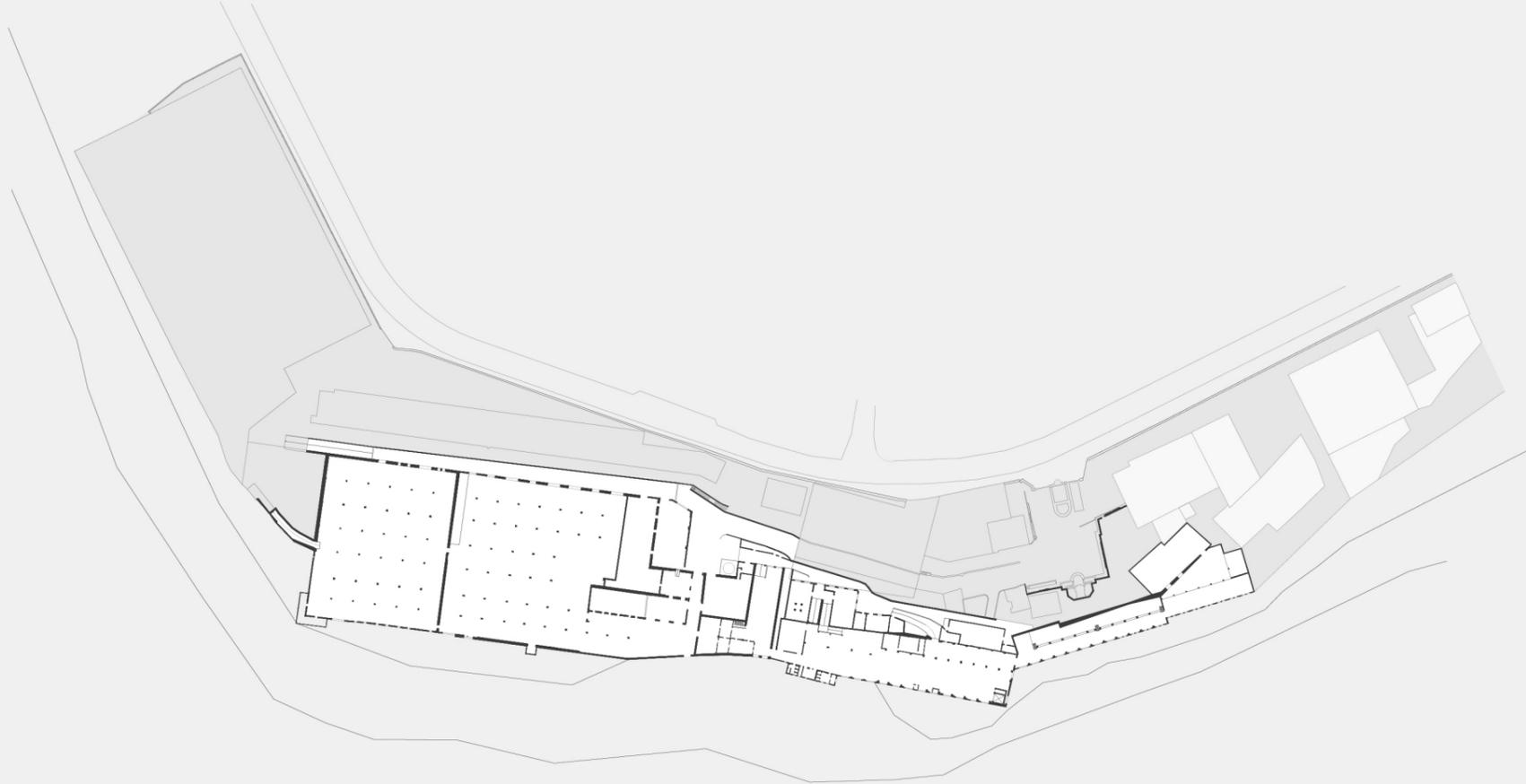
Por sua vez, os antigos edifícios dedicados ao processo de tinturaria compreendem uma estrutura de betão, com pilares de forma retangular, cuja métrica muda consoante as diferentes fases de construção.

As construções a jusante, cujas edificações são mais recentes, apresentam-se mais fragmentadas, sobrepostas e de menor área comparativamente com os restantes espaços



FIGURA 83 PLANTA COBERTURA E ALÇADO PRINCIPAL DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA
(LEVANTAMENTO CEDIDO POR: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO)

PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1

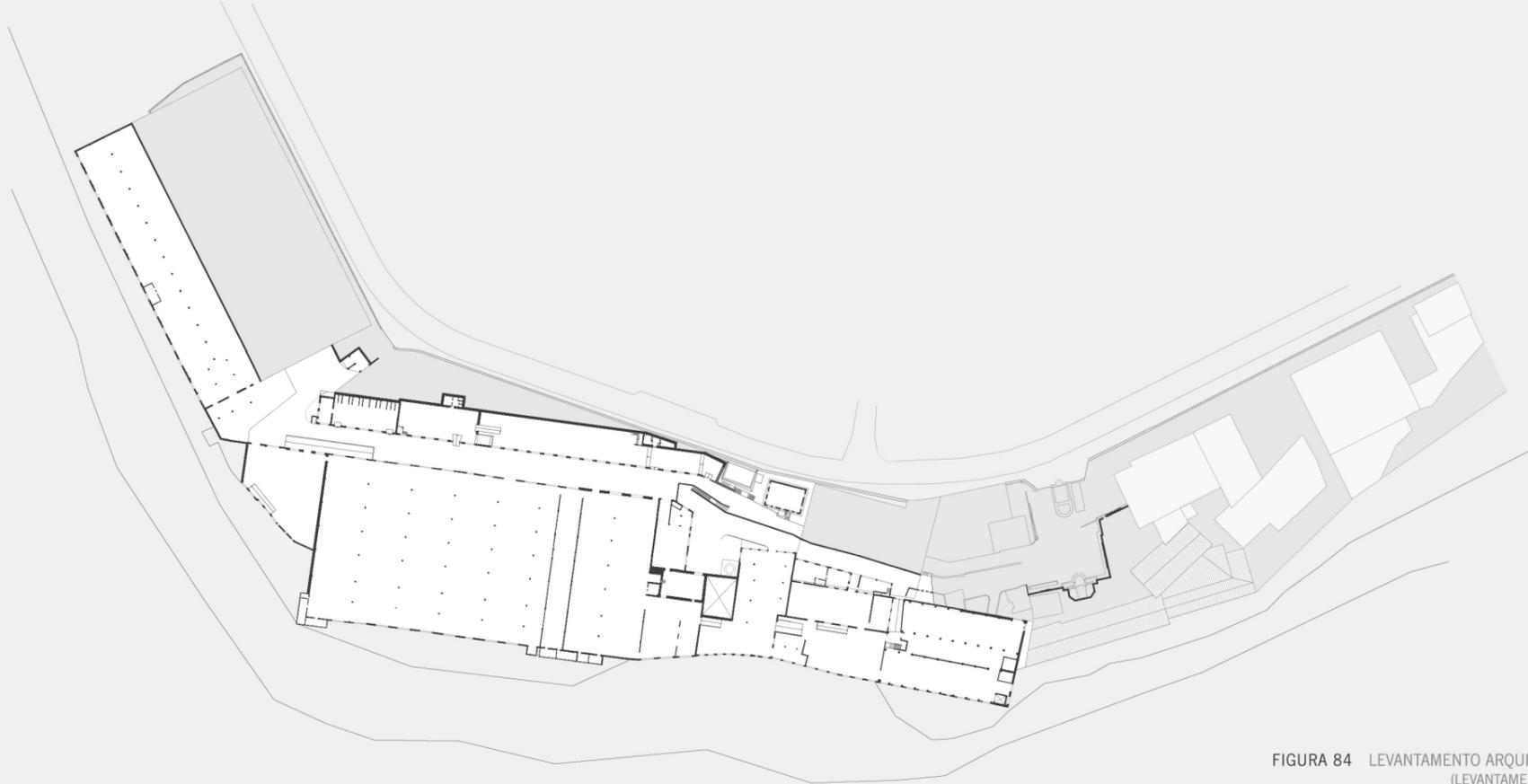


FIGURA 84 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA À ESCALA 1:2000
(LEVANTAMENTO CEDIDO POR: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO)

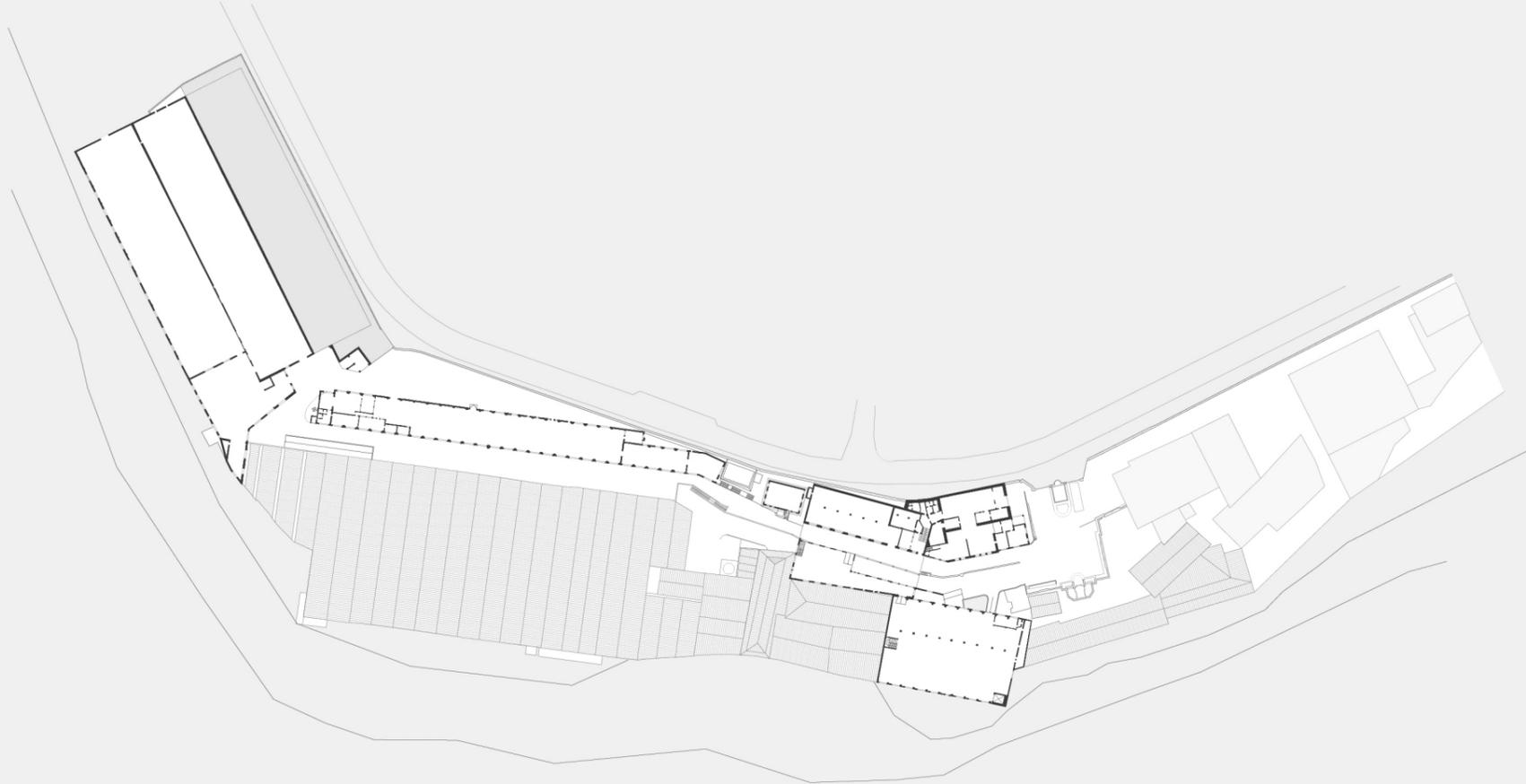


FIGURA 85 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA À ESCALA 1:2000 II
(LEVANTAMENTO CEDIDO POR: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO)

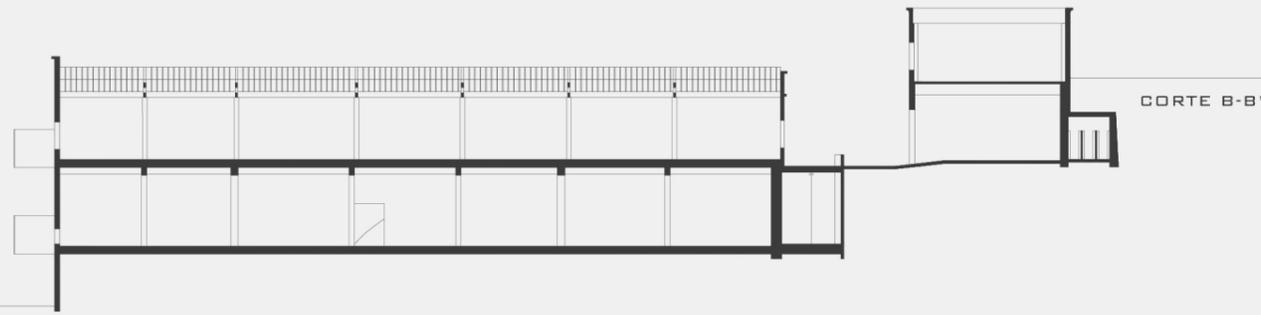
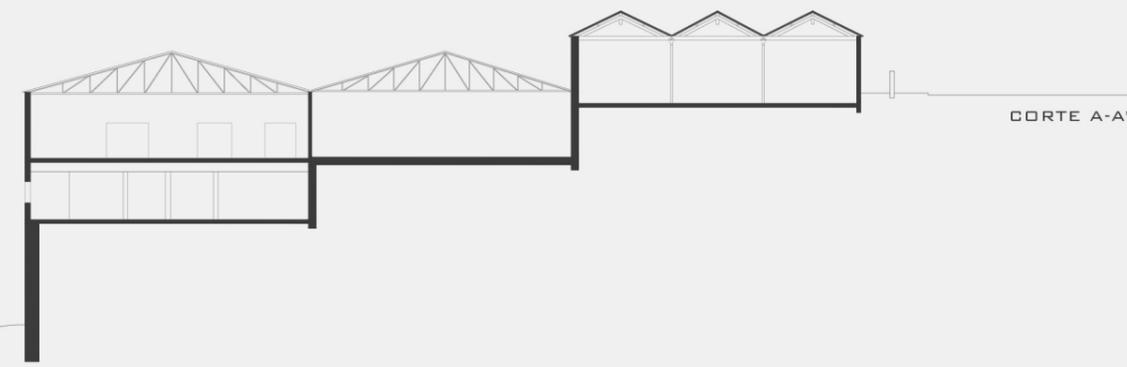
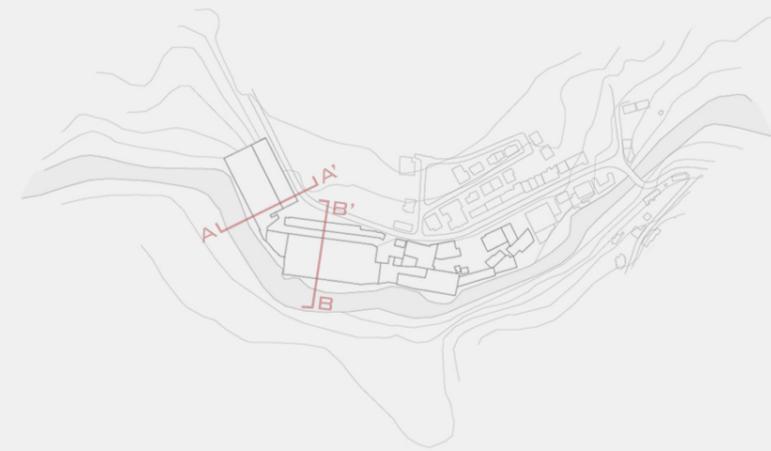


FIGURA 86 LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA À ESCALA 1:500

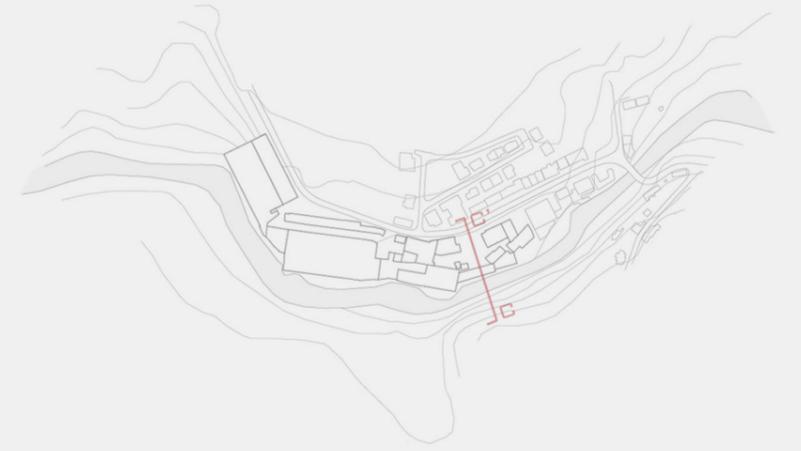
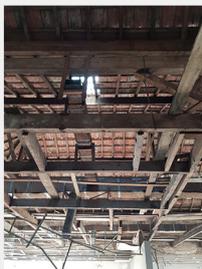


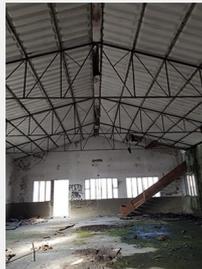
FIGURA 87 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA À ESCALA 1:500 II



EDIFÍCIO 1



EDIFÍCIO 2



EDIFÍCIO 3



FIGURA 88 A MATERIALIDADE DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA I

EDIFÍCIO 4



EDIFÍCIO 5



EDIFÍCIO 6



EDIFÍCIO 7



EDIFÍCIO 8



FIGURA 89 A MATERIALIDADE DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA II

EDIFÍCIO 9



EDIFÍCIO 10



EDIFÍCIO 11



EDIFÍCIO 12



FIGURA 90 A MATERIALIDADE DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA III

fabris, características que se fundamentam pelo antigo programa de armazenamento e de manutenção de equipamento.

O complexo fabril compreende ainda, uma rua distribuição interna a uma cota intermédia que estabelece ligação e une as várias construções. Tendo como início o largo da entrada da fábrica, a rua percorre todo o comprimento longitudinal e culmina nos últimos edifícios da fábrica, onde se encontra um acesso para a avenida Narciso Ferreira.

Contiguo ao rio Ave, a fachada da Fábrica Sampaio Ferreira desenvolve-se longitudinalmente com vãos retangulares que marcam um ritmo regular ao longo das paredes. Por sua vez, a fachada adjacente à avenida encontra-se encerrada, não sendo perceptível a partir da rua a dimensão do complexo fabril. O muro existente que percorre todo o perímetro da fábrica e ladeia os 35 000m², limita a visibilidade e oculta o estado de degradação e de ruína que a fábrica se encontra sujeita.

Encerradas em si mesmas, as fábricas de Riba de Ave constituem um elemento de degradação na freguesia, uma memória e um testemunho de um tempo passado que se encontra inevitavelmente a um processo contínuo de arruinamento. Estes elementos de dimensões consideráveis em aparente estado de estagnação e obsolescência, contribuem de forma negativa para a paisagem, afetando diretamente o tecido humano e urbano.

Após o encerramento das unidades fabris em 2005 e 2008, seguiu-se a desativação de algumas obras sociais derivadas da ação paternalista da família Ferreira, expondo o impacto negativo que a desindustrialização teve sobre a envolvente. Contudo, nos que se seguiriam dar-se-ia à reativação de parte destes edifícios, com a atribuição de um novo uso e programa, em benesse do tecido social.

Em contraste com a agitação exterior, a Fábrica Sampaio Ferreira permanece num estado de degradação física e espacial. Uma ruína ausente de programa e num silêncio permanente que contrapõe com a outrora agitação operária e som da maquinaria existente dentro dos seus espaços. Um lugar de aparente estagnação, onde repousam os vestígios de uma

atividade passada e de um labor que englobou e envolveu a população e o território do Vale do Ave.

Ao percorrer a unidade fabril, pelos corredores vazios de pavilhão a pavilhão, é ainda visível os fragmentos de uma indústria desativada, através dos diversos materiais e objetos que ficaram incontornavelmente destinados à obsolescência em consonância com a ruína. Desde o mobiliário de madeira, aos potes da fita de carda, aos fios e tecidos, capta-se dentro do espaço uma memória passada, um processo produtivo e um labor.

Contudo, existe ainda vida na Fábrica Sampaio Ferreira. Lentamente a vegetação começa a tomar o objeto arquitetónico e industrial, iniciando o processo de regresso à natureza. Por outro lado, dentro das suas paredes a ruína presencia a vida e a apropriação humana, que encontra nos espaços abandonados uma potencialidade. Usada como um local de abrigo, convívio e diversão a antiga fábrica presencia novos programas espontâneos e esporádicos, como andar de skate apropriando-se das instalações e do antigo mobiliário para a realização do desporto. Assiste-se ainda, por toda a unidade fabril a presença de arte urbana, como graffitis, alguns alusivos à vida operária.

Aos longo das várias construções, prevalece um silêncio e quietude que é interrompida em alguns pontos pelos sons do curso do rio que corre no exterior, pelos sons da natureza e pela a agitação urbana.

O repouso da ruína é interrompido pelas apropriações diárias que acontecem e se disseminam pelo exterior e interior dos espaços abandonados. Um aparente estado de estagnação que contrapõe com a vivência humana e ação da natureza. Exterior à ruína encontra-se uma população cada vez mais desvinculada de uma fábrica que empregou várias gerações de famílias e de um processo produtivo que moldou e transformou um território.

A Fábrica Sampaio Ferreira detém em si todo um património arquitetónico, industrial, energético e têxtil que, juntamente com a obra industrial e social sustentada pela família Ferreira, ajudou a construir Riba de Ave e a consolidar a paisagem produtiva do Vale do Ave. Um património e uma memória coletiva por vezes esquecidos que devem ser reconhecidos e devolvidos à população. Trata-se de lançar um novo olhar à ruína e de potencializar os espaços abandonados, respeitando um passado áureo e preservando um presente contínuo em constante transformação e a apropriação.

EQUIPAMENTOS RIBA DE AVE
SÉC. XXI

ATIVO 
NOVO USO 
DESATIVADO 



DESATIVADO	
FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA: 35 000M ²	1
FÁBRICA OLIVEIRA FERREIRA: 35 000M ²	2
TEATRO NARCISO FERREIRA: 700M ²	3
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS: 450M ²	4
POSTO DE CORREIOS: 300M ²	5
NOVO USO	
BIBLIOTECA DE RIBA DE AVE	6
CASA DA MÚSICA	7
FUNDAÇÃO NARCISO FERREIRA	8
PAVILHÃO DESPORTIVO	9

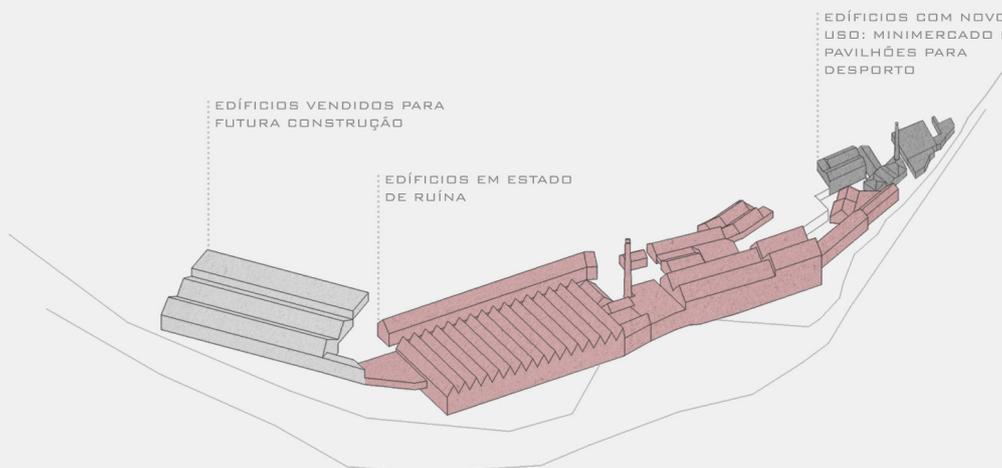


FIGURA 91 CARATERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS PELA FAMÍLIA FERREIRA

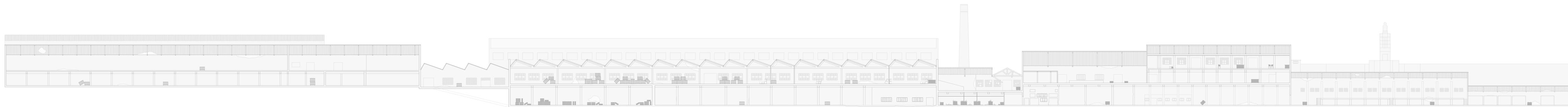


FIGURA 92 A RUINA E A AUSÊNCIA DE UM PROGRAMA NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA NO ANO 2020





EDIFÍCIO 1



EDIFÍCIO 2



EDIFÍCIO 3



EDIFÍCIO 4

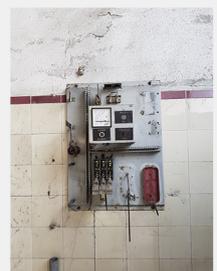
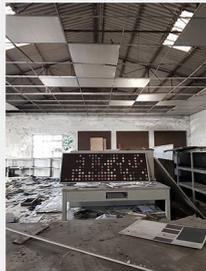
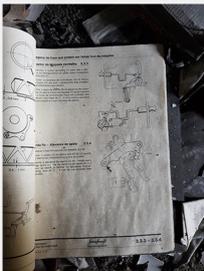


FIGURA 93 A MATERIALIDADE NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA I

EDIFÍCIO 5



EDIFÍCIO 6



EDIFÍCIO 7

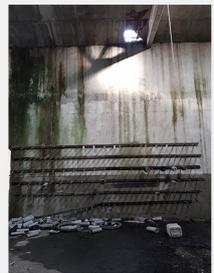


FIGURA 94 A MATERIALIDADE NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA II

EDIFÍCIO 7



EDIFÍCIO 8



EDIFÍCIO 9



FIGURA 95 A MATERIALIDADE NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA III

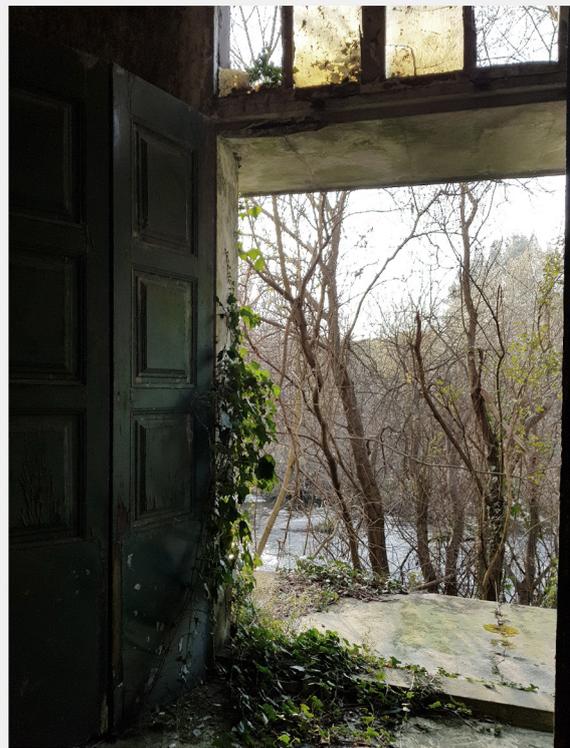


FIGURA 96 A AÇÃO DA NATUREZA NA RUÍNA



FIGURA 97 A AÇÃO DA NATUREZA NA RUÍNA II

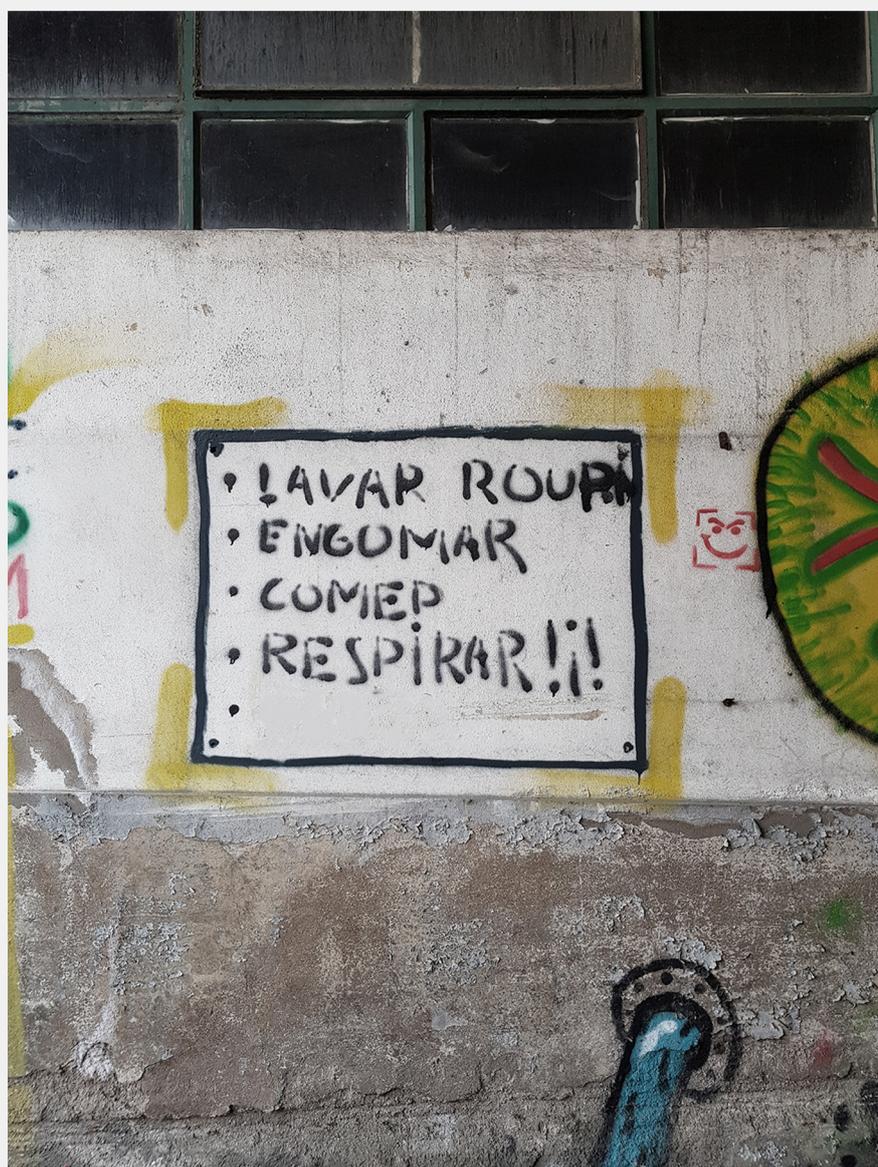
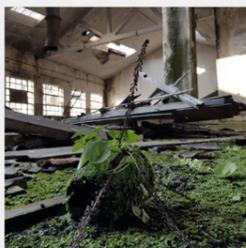
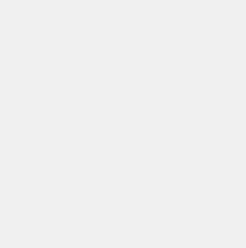
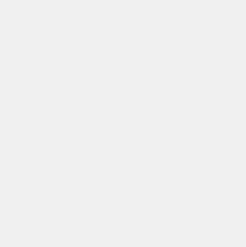
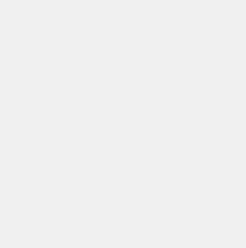


FIGURA 98 VESTÍGIOS DA APROPRIAÇÃO HUMANA

VEGETAÇÃO



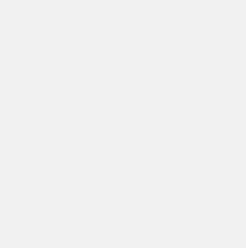
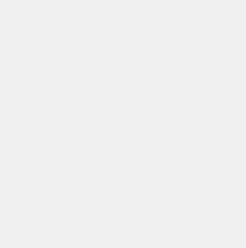
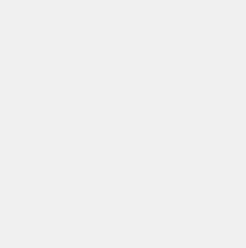
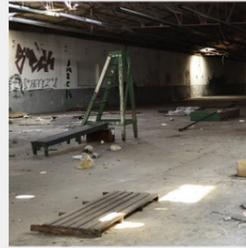
ÁGUA



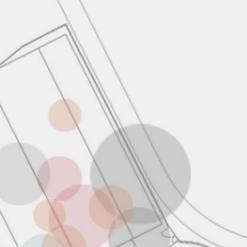
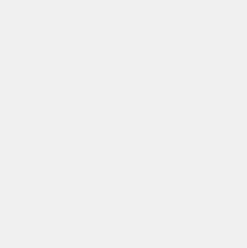
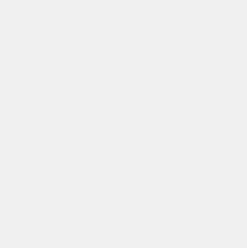
ARTE



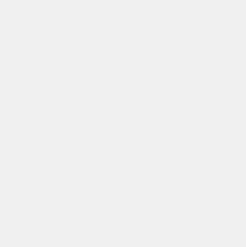
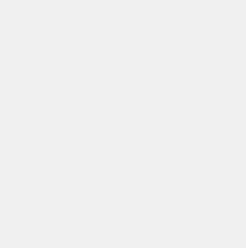
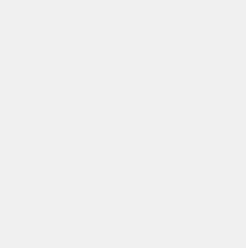
DIVERSÃO



CONSUMO



LIMPEZA



- VEGETAÇÃO ●
- ÁGUA ●
- ARTE ●
- DIVERSÃO ●
- CONSUMO ●
- LIMPEZA ●

FIGURA 99 TIPOS DE APROPRIAÇÕES PRESENTES NA FÁBRICA

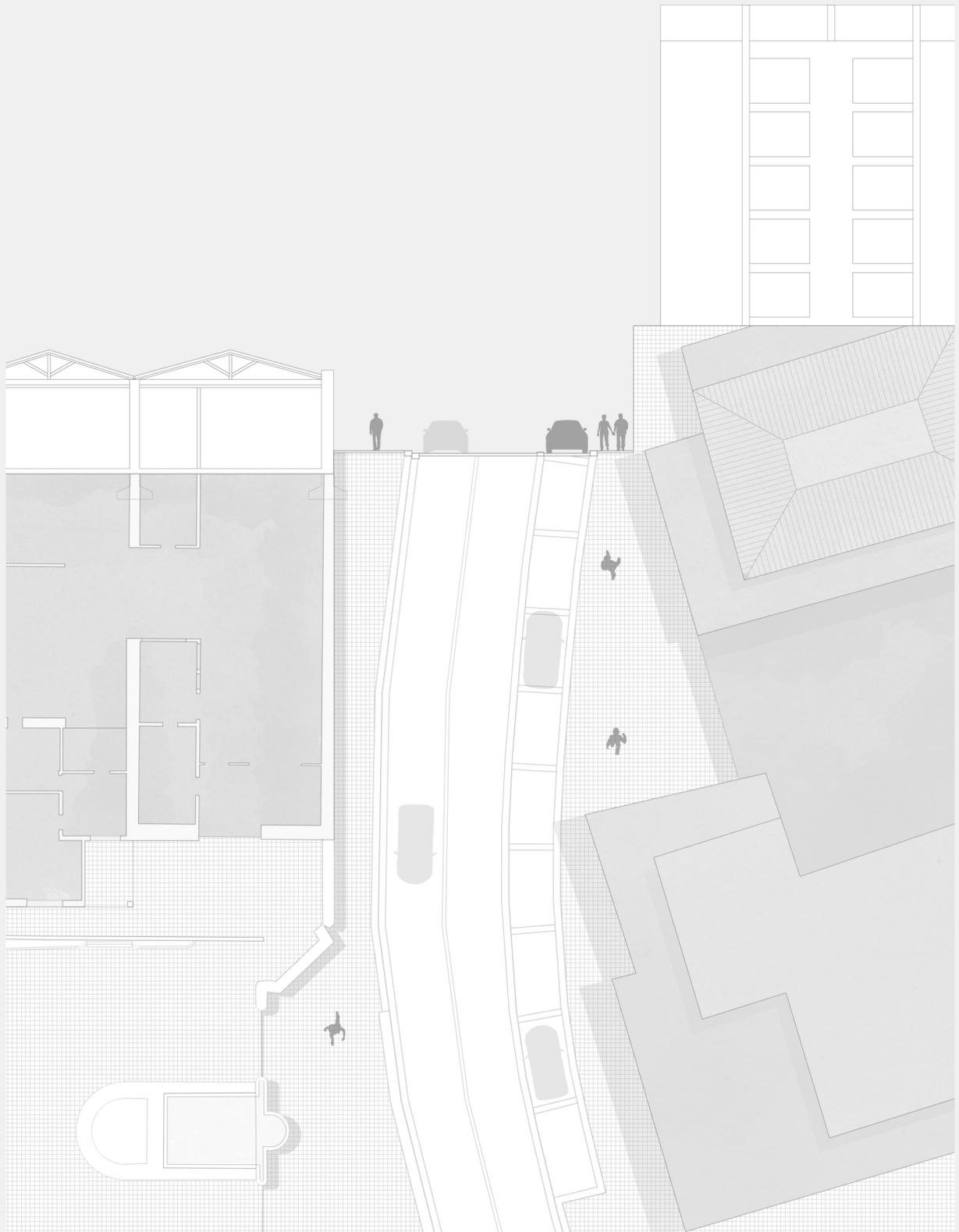


FIGURA 100 A FÁBRICA E A RELAÇÃO COM A RUA

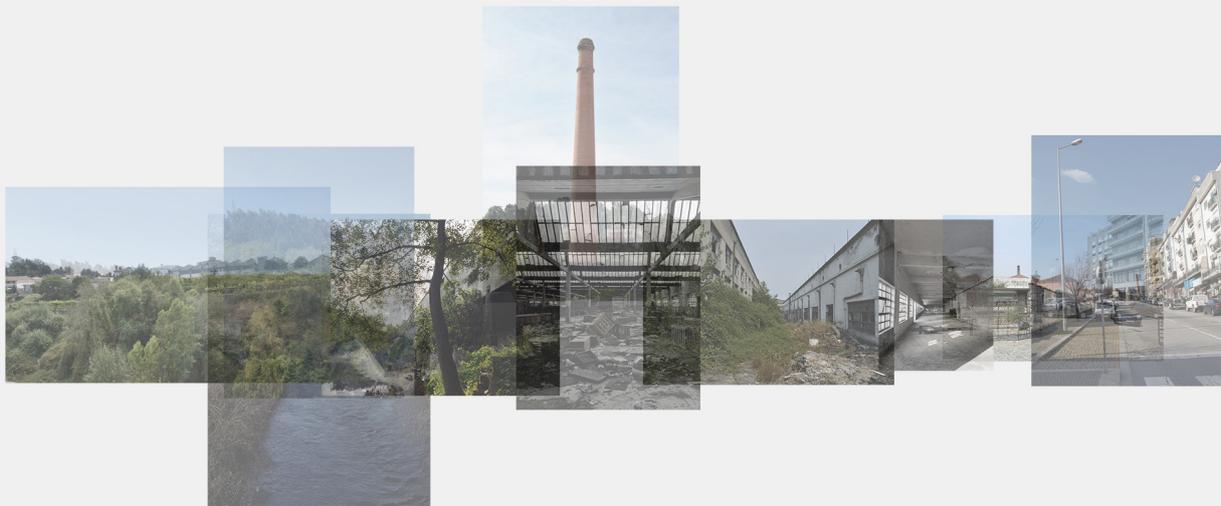
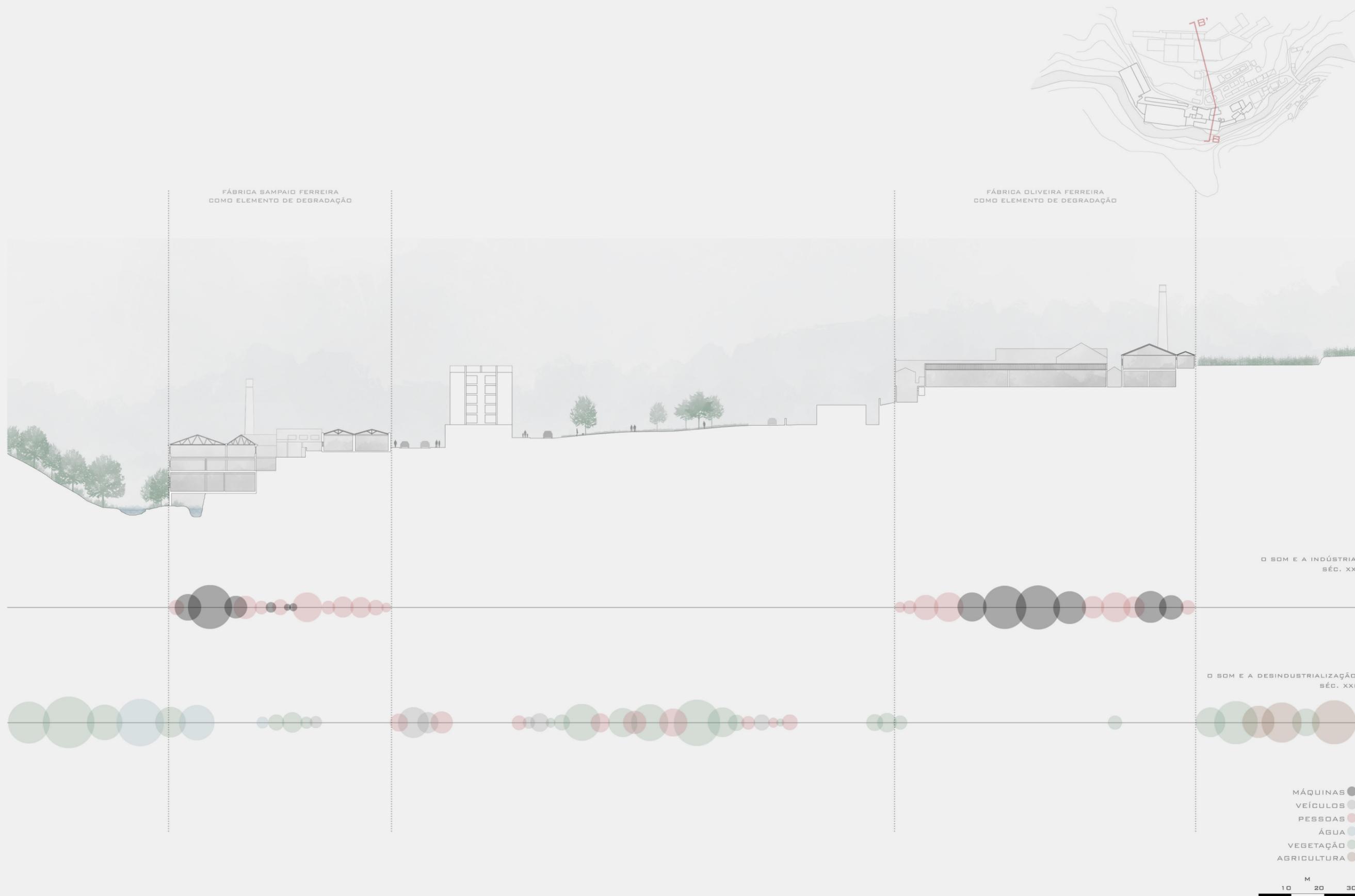


FIGURA 101 A FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA E A RELAÇÃO COM O EXTERIOR



FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA
COMO ELEMENTO DE DEGRADAÇÃO

FÁBRICA OLIVEIRA FERREIRA
COMO ELEMENTO DE DEGRADAÇÃO

O SOM E A INDÚSTRIA
SÉC. XX

O SOM E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO
SÉC. XXI

- MÁQUINAS ●
- VEÍCULOS ●
- PESSOAS ●
- ÁGUA ●
- VEGETAÇÃO ●
- AGRICULTURA ●

M
10 20 30

FIGURA 102 A ESCALA DE SOM NA FREGUESIA DE RIBA DE AVE



VEGETAÇÃO ARBÓREA



EUCALYPTUS GLOBULUS
EUCALIPTO

ALNUS GLUTINOSA
AMIEIRO

FRAXINUS ANGUSTIFOLIA
FREIXO

QUERCUS ROBUR
CARVALHO

QUERCUS SUBER
SOBREIRO

VEGETAÇÃO ARBUSTIVA



CRATAEGUS MONOGYNA
PILRITEIRO

SAMBUCUS NIGRA
SABUGUEIRO

FRANGULA ALNUS
AMIEIRO-NEGRO

CYTISUS STRIATUS
Giesta

TAMARIX AFRICANA
TAMARIZ

VEGETAÇÃO HERBÁCEA



HEDERA HELIX
HERA

LONICERA SPP.
MADRESSILVA

RUBUS SPP.
AMORA-PRETA

MENTHA AQUÁTICA
HORTELÃ DA ÁGUA

VEGETAÇÃO RIPÍCOLA



IRIS PSEUDACORUS
LÍRIO-AMARELO

TYPHA LATIFOLIA
TÁBUA LARGA

PHRAGMITES AUSTRALIS
CANIÇO

CYPERUS LONGUS
ALBAFOR

JUNCUS EFFUSUS
JUNCO-SOLTO

POTAMOGETON PECTINATUS
LIMO-MESTRE

ELODEA CANADENSIS
ELÓDEA-COMUM

AZOLLA FILICULOIDES
AZOLA

EICHHORNIA CRASSIPES
JACINTO AQUÁTICO

LEMNA SPP.
LENTILHAS-DE-ÁGUA



FIGURA 103 A VEGETAÇÃO NA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA E NA ENVOLVENTE

“As forças de transformação têm um valor histórico. Não se pode fixar imediatamente as características de um lugar que está em plena transformação; de um sítio para o outro, tudo é muito diferente, muito complexo.”¹⁰⁴

A Fábrica Sampaio Ferreira, no seu aparente estado de estagnação, encontra-se inevitavelmente exposta a uma contínua ação e apropriação por vários agentes. Uma ruína, cujo programa pertenceu ao passado, apresenta-se preenchida por novos usos que possibilitam um presente para os espaços abandonados. Um presente contínuo que prevalece dentro do abandono. Um presente contínuo que deve ser respeitado e preservado.

O estado de devoluto atual dos edifícios contrasta com a outrora importância que a fábrica teve na evolução e consolidação do território do Vale do Ave e na construção de um património arquitetónico, industrial, energético e têxtil, que durante muito tempo envolveu as gentes do Ave que conviveu, trabalhou e beneficiou da indústria. Tendo funcionado como um motor, a fábrica deixa agora um testemunho patrimonial e uma memória coletiva incontornável que devem ser reconhecidos e devolvidos à população.

Trata-se assim, de compreender um passado áureo e de preservar um presente contínuo, assumindo a condição atual de abandono e ruína da fábrica. É com base nesta linha de pensamento que desenvolve a estratégia de intervenção.

Perante a dimensão do espaço fabril e a ausência de um programa que resolva a totalidade da área, a estratégia desenvolve-se através de intervenções pontuais que, apoiadas na análise realizada ao longo da presente investigação, procurem dar resposta aos assuntos abordados, assumindo, em simultâneo, a existência de um presente contínuo que é a ruína e o próprio abandono. Intervenções estas que, respeitando o passado e o património, não anulem a condição atual, mas que complementem e valorizem a ruína, o tecido social e a paisagem envolvente.

¹⁰⁴ VIERIA, Álvaro Siza - Imaginar a evidência. Lisboa: Edições 70, 2000. p.29

Sem assumir um programa fixo, as intervenções apresentam-se mutáveis e abertas, possibilitando a contínua transformação que acontece no presente da ruína e protegendo, ao mesmo tempo, de ações descontextualizadas e irreversíveis.

A atividade agrícola em simbiose com a atividade industrial ajudou a construir e a consolidar uma paisagem produtiva, característica do Vale do Ave até aos dias de hoje. Com o desenvolvimento e disseminação da indústria algodoeira pelos meios campestres, a agricultura começou a perder a expressão no território, passando a constituir uma atividade secundária.

Não obstante a este fenómeno, Riba de Ave e a freguesia vizinha de Oliveira São Mateus, presenciaram uma série de mudanças para dar resposta à indústria que se desenvolvia. Os vastos campos agrícolas deram lugar a terrenos para a construção das fábricas e para a evolução de um tecido urbano e humano que o ocorria do território do Vale do Ave para as imediações fabris.

Com a desativação da indústria e consequente dissolução da vida, a atividade agrícola começou lentamente a ganhar uma nova expressão na paisagem, ainda que em menor dimensão e quantidade.

Neste sentido, demonstra-se pertinente auxiliar a restabelecer o domínio da atividade agrícola na paisagem envolvente da fábrica e utilizar a mesma como elemento conetor, remetendo ao passado em que a indústria se fazia em simbiose com a atividade agrícola. A estratégia de intervenção passa, assim, por disponibilizar e ceder terrenos para serem explorados para fins agrícolas, criando hortas comunitárias que servem a população. Estes terrenos contíguos à fábrica e localizados em lados opostos do Rio Ave, encontram na ruína um elo de ligação que se realiza através da construção de uma ponte pedonal que conecta e reaproxima as duas freguesias. Para além de meio de ligação, a ruína procura servir e auxiliar estas atividades, contendo em si os meios necessários para a prática agrícola, como materiais e água proveniente do rio.

Num dos edifícios adjacentes ao percurso de ligação criado, é proposto a instalação de uma estufa detentora de espaços cultiváveis e de arrumos. O cultivo no espaço é realizado através de estruturas de betão que contêm terra fértil para a plantação de legumes ou plantas de

menor dimensão. A intervenção passa também pela construção de uma cobertura que remete à tipologia shed característica dos espaços industriais. Composta por uma estrutura metálica com caixilharia de vidro, que se apoia nos pilares de betão que se desenvolvem ao longo do edifício de configuração longitudinal, é possibilitado ao espaço abandonado as condições necessárias para a utilização da ruína como estufa. Preservando um presente contínuo e a ruína em si, as intervenções realizadas apresentam-se flexíveis e passíveis de serem alteradas e removidas no futuro.

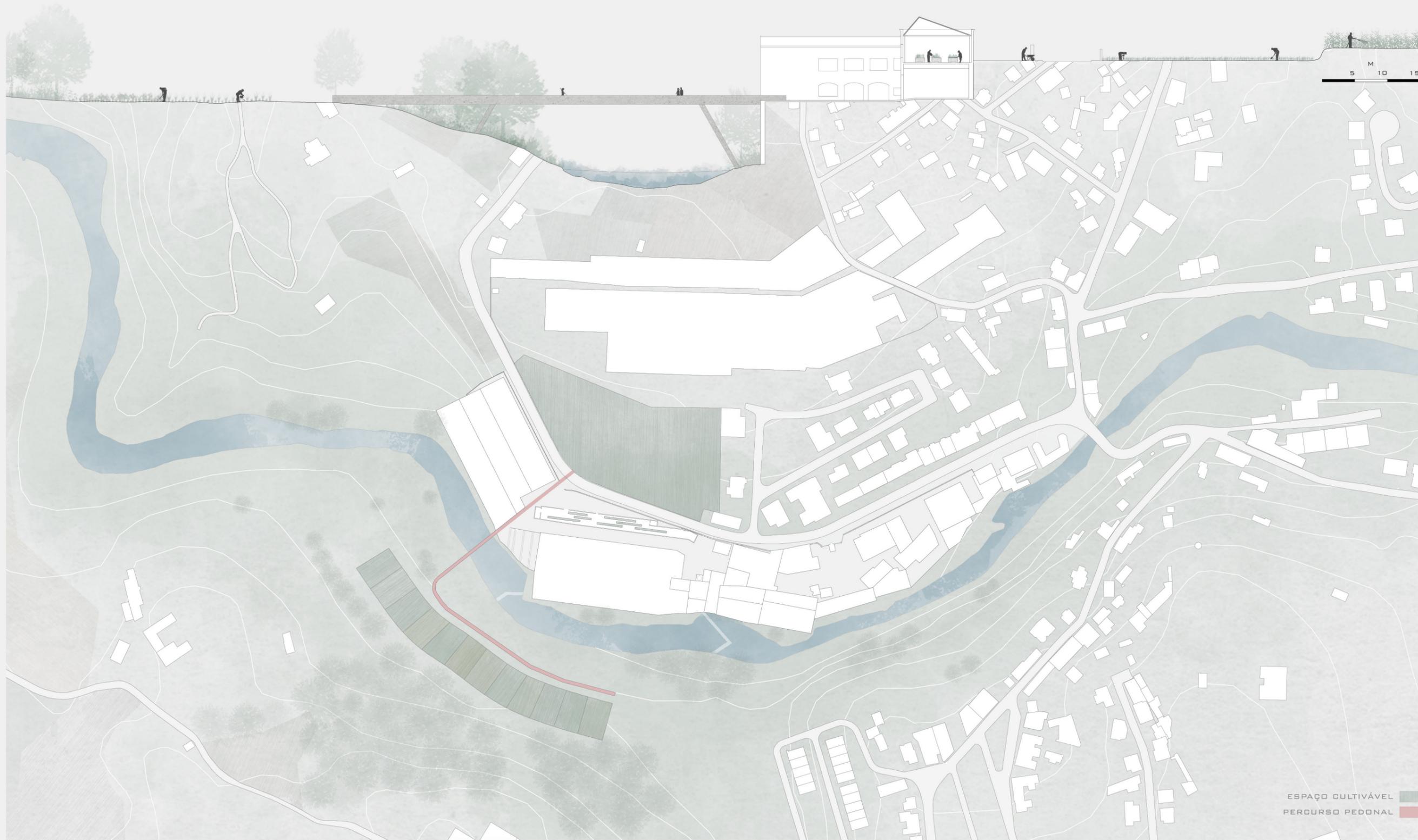


FIGURA 104 A FÁBRICA E A PAISAGEM PRODUTIVA

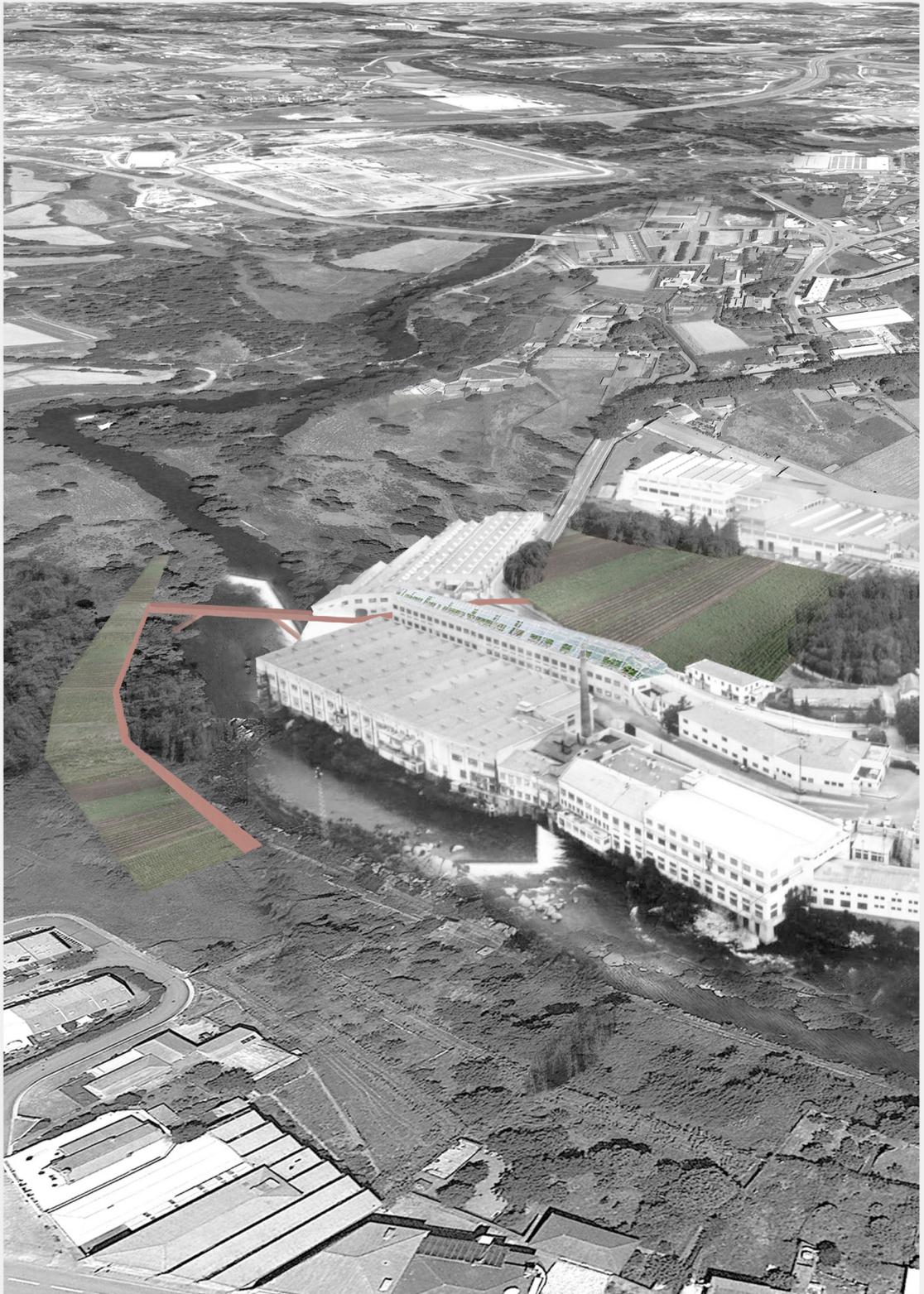


FIGURA 105 A FÁBRICA E A PAISAGEM PRODUTIVA II

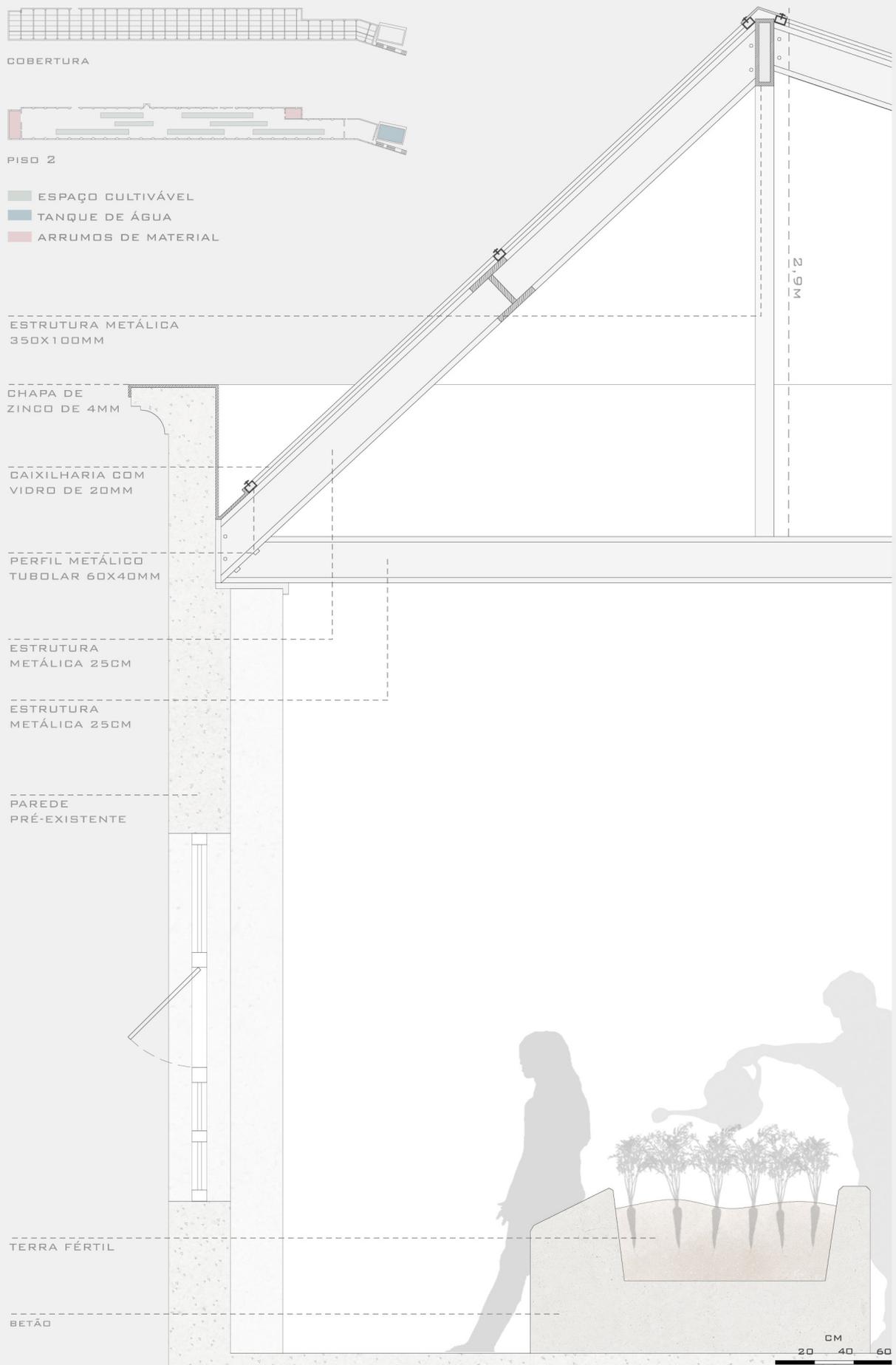


FIGURA 106 A FÁBRICA E A PAISAGEM PRODUTIVA III - PORMENOR CONSTRUTIVO DA COBERTURA

Após o encerramento das unidades fabris de Riba de Ave, seguiu-se a desativação de várias obras sociais construídas pela família Ferreira na freguesia, expondo o impacto negativo que a desindustrialização teve no tecido humano e urbano. A obra industrial e social que outrora construiu e consolidou a paisagem de Riba de Ave, para além do estado devoluto e ruína, encontra-se agora aparentemente obsoleto e estagnado.

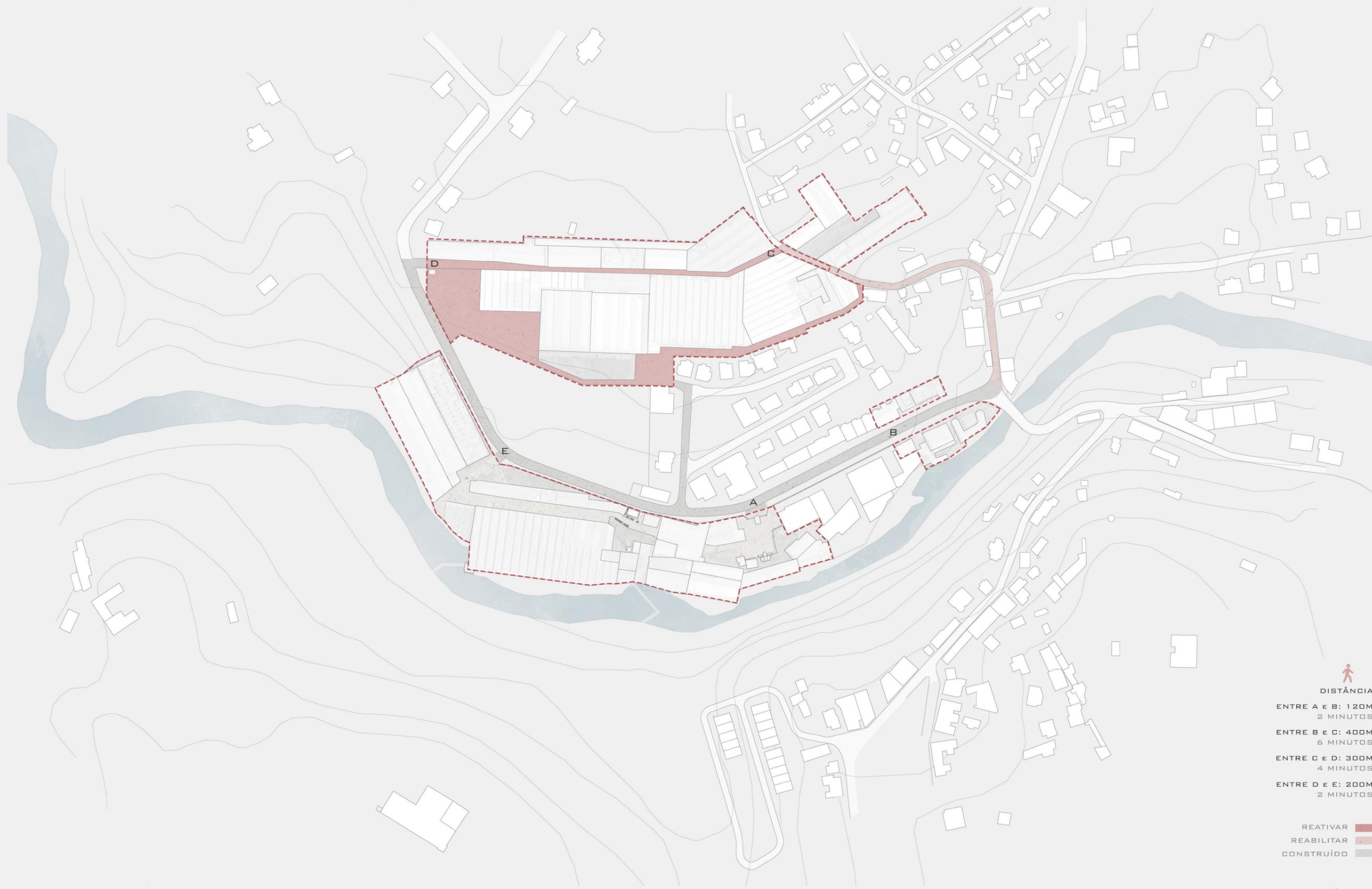
Trata-se assim, de um tecido urbano e social desvinculados de um património industrial e paternalista que outrora foi fundamental para o desenvolvimento da freguesia e do território do Vale do Ave. Posto isto, demonstra-se necessário reconectar estes elementos, como meio de reconhecer o património e possivelmente, num futuro, auxiliar a reativação destes espaços.

Neste sentido, a intervenção passa por compreender o tecido urbano como elemento que pode voltar a conectar os espaços e a população. Reativar e reabilitar constituem assim estratégias de abordagem para os arruamentos que ligam as indústrias e os edifícios sociais.

Apresentando-se como principal eixo de ligação entre as duas fábricas e restante património, considera-se que a Avenida Narciso Ferreira não necessita de uma intervenção, uma vez que já foi submetida a uma nos anos anteriores. Com uma organização espacial bem planeada, cuja linha de árvores delimita os espaços pedonais da circulação automóvel, encontra-se nestes espaços um determinado conforto e estética que não necessitam ser alvo de uma ação.

Como meio de dar continuidade a este espaço e criar de um percurso alternativo que ligue o património, procura-se reabilitar duas das antigas ruas de serviço que, com 6m de largura, apresentam ausência de delimitação da circulação automóvel da pedonal. Deste modo, pretende-se para a rua Conde de Riba de Ave e rua Joaquim Ferreira, com o nome dos descendentes de Narciso e autores da constituição de parte da obra social da freguesia, a sua pedonalização e pavimentação com neosfalto.

A intervenção passa ainda pela reativação e pavimentação da rua interior de serviço e distribuição da Fábrica Oliveira Ferreira, criando um percurso contínuo que liga e escabele relação com todo o património. Ao mesmo tempo, ao abrir as portas das fábricas e a possibilitar a sua circulação, permite-se à população a aproximação e o reconhecimento de uma indústria e de uma obra social áurea desativada.




DISTÂNCIA
 ENTRE A E B: 120M
 2 MINUTOS
 ENTRE B E C: 400M
 6 MINUTOS
 ENTRE C E D: 300M
 4 MINUTOS
 ENTRE D E E: 200M
 2 MINUTOS

REATIVAR 
 REABILITAR 
 CONSTRUÍDO 



FIGURA 107 RECONECTAR O TECIDO URBANO E SOCIAL



FIGURA 108 RECONECTAR O TECIDO URBANO E SOCIAL II - PORMENOR CONSTRUTIVO DA RUA



FIGURA 109 RECONECTAR O TECIDO URBANO E SOCIAL III

Indissociáveis da cultura de trabalho e da indústria têxtil algodoeira do Vale do Ave, os aproveitamentos energéticos tiveram desde cedo expressão no território, ao longo do curso do rio Ave e afluentes. A evolução energética fez-se a par de um desenvolvimento têxtil e produtivo, que procurava implantar as unidades fabris junto aos cursos e açudes pré-existentes para o aproveitamento da água como força motriz.

Face a uma contínua evolução energética e uma posterior desindustrialização, os aproveitamentos hidráulicos e hidroelétricos depararam-se também com a sua desativação, permanecendo até à atualidade como vestígios de património energético, cada vez mais distante e obsoleto para a população.

Reativar o aproveitamento hidroelétrico na fábrica, constitui assim uma estratégia de intervenção que procure potencializar a ruína e reconhecer o património através do acionamento e da exposição de um sistema energético. Deste modo, a intenção passa por introduzir rodas hidráulicas acopladas a um gerador no antigo canal de água por baixo das instalações fabris, ativando assim o funcionamento energético que permita voltar a eletrificar a fábrica e até mesmo a freguesia, podendo facultar energia para iluminação pública. Perante o património energético desativado, esta abordagem tem a possibilidade de no futuro ser estendida aos restantes aproveitamentos construídos pela família Ferreira que se desenvolvem para jusante da Sampaio Ferreira.

Uma segunda intenção, passa por expor este sistema energético, através da abertura de vãos e lajes em pontos estratégicos, que permitam a contemplação dos açudes e dos engenhos hidroelétricos. Assim sendo, com a simples ação de abrir, proporciona-se uma nova leitura e perceção dos espaços abandonados da ruína, incentivando a presença da população e revertendo a ideia negativa sobre o edifício. Para além disto, trata-se também de reconhecer um património energético, que ajudou a desenvolver uma indústria e um território, e de o dar a conhecer à população como meio de o valorizar e salvaguardar.



ENERGIA HIDROELÉTRICA A REATIVAR 
 CENTRAIS ENERGÉTICAS DESATIVADAS 

FIGURA 110 REATIVAR O PATRIMÓNIO ENERGÉTICO



FIGURA 111 REATIVAR O PATRIMÓNIO ENERGÉTICO II

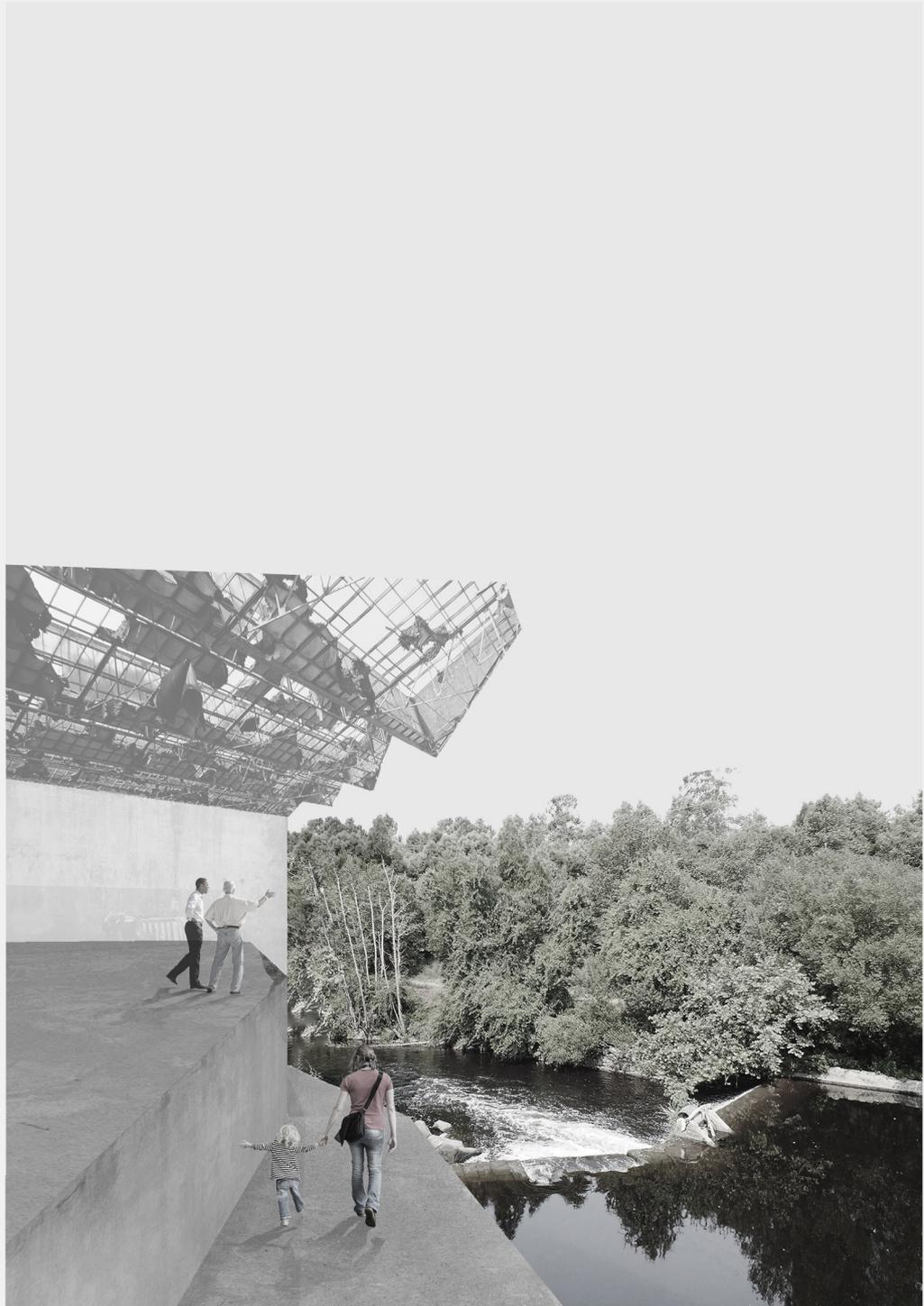


FIGURA 112 REATIVAR O PATRIMÓNIO ENERGÉTICO III

Reconhecer o património industrial e arquitetónico da fábrica

Iniciando com um pequeno conjunto de edifícios junto ao Rio Ave, a pequena indústria de Narciso Ferreira foi com o tempo evoluindo e ampliando ao sabor do progresso tecnológico, industrial e têxtil. Rapidamente, o pequeno núcleo começou a ser envolvido por construções de maior dimensão, que propiciaram o salto qualitativo e a construção de um empório industrial. Estas construções realizadas em épocas distintas segundo a necessidade de expansão e a evolução de um processo produtivo têxtil e tecnologia associada, contém em si todo um património industrial e arquitetónico que se encontra na atualidade desativado e esquecido.

Demonstra-se assim necessário reconhecer este património da Fábrica Sampaio Ferreira e de o dar a conhecer a uma comunidade cada vez mais desvinculada da indústria.

Encontrando-se envolvida por um muro alto, que constitui uma barreira visual para quem percorre a Avenida Narciso Ferreira, que impede a interpretação do complexo fabril, a primeira intenção incide-se em quebrar esta barreira. A ação de abrir o muro permite criar uma maior permeabilidade e abertura dos espaços fabris para a rua exterior, proporcionando, em simultâneo, uma maior exposição e visibilidade que incita a entrada e descoberta, e possível exploração da ruína.

A estratégia prende-se também, pela demolição dos antigos edifícios de armazém de expedição e tinturaria. Neste sentido, procura-se tomar atitude perante as construções que revelem um valor arquitetónico e industrial irrelevante para a leitura do património da fábrica. Deste modo, com base na análise realizada anteriormente, considera-se que estes edifícios, construídos nas décadas que antecederam à desativação da fábrica, apresentam um menor valor patrimonial e que a sua demolição acrescenta à ruína uma maior perceção dos seus espaços e arquitetura. Em lugar destes edifícios, propõe-se a criação de espaços verdes que, conectando as duas cotas, concedam à população lugares sociais e de lazer dentro do complexo fabril na tentativa de reverter a ideia negativa associada ao abandono.

Esta atitude de demolição, permite por outro lado atribuir um maior destaque ao núcleo inicial da fábrica, onde se concentra um maior testemunho industrial e arquitetónico. Deste modo, uma primeira intenção passa por limpar os acessos até este edificado, revertendo o estado de degradação e alterando a imagem da ruína aos olhos da comunidade, incitando a exploração. De seguida, considerando estas construções como um património que deve ser salvaguardado e preservado, procura-se a reabilitação dos espaços, através da limpeza dos mesmos e da reconstrução das coberturas de duas águas com estrutura de madeira que se encontram em estado avançado de degradação. É relevante referir que esta ação perante estes espaços devolutos, não anula o estado de ruína, mas sim que a preserva e complementa.

Através destas ações, os espaços tornam-se passíveis de conter programas informais e flexíveis, que a qualquer momento podem ser alterados, substituídos ou desmontados. Neste sentido, pensa-se como um possível uso para estes espaços acomodar a instalação expositiva da “Casa da Memória” que se encontra nas antigas instalações dos correios. Não anulando a intenção de reconhecer o edifício e o património arquitetónico, industrial e têxtil, a exposição permite acrescentar aos espaços um novo valor e reconhecimento, uma vez que a mesma é uma homenagem a todo o património construído pela Família Ferreira. Deste modo, com pequenas ações como a instalação de paredes amovíveis e mobiliário, é atribuído à ruína as condições necessárias para a realização da exposição de fotografia, documentos, materiais e até mesmo máquinas têxteis.



FIGURA 113 RECONHECER O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ARQUITETÔNICO DA FÁBRICA

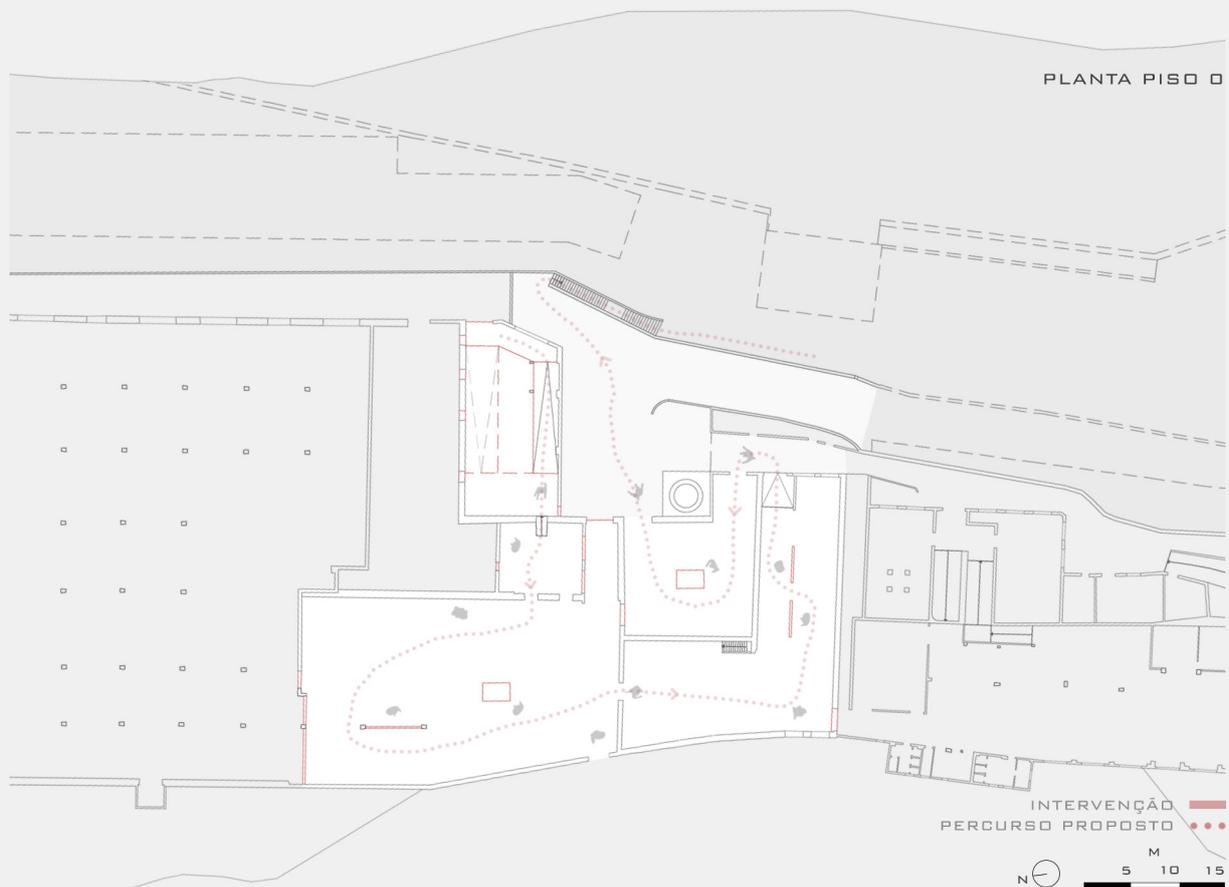


FIGURA 114 RECONHECER O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E ARQUITETÓNICO DA FÁBRICA II



FIGURA 115 RECONHECER O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E ARQUITETÓNICO DA FÁBRICA III

Para além de um motor que ajudou a evoluir e a consolidar um território, a Fábrica Sampaio Ferreira juntou de baixo do mesmo teto inúmeras gerações de operários. Para além de ser um espaço de labor, a parte incorporava um componente social que durante muito tempo uniu uma população e um território, criando e estabelecendo laços sociais. Uma componente, contudo, que se perdeu e se desativou com a própria fábrica. Perante a estagnação de um espaço fabril, assiste-se à estagnação de uma freguesia que se construiu com e através da indústria. É visível em Riba de Ave a ausência de espaços de lazer e convívio, algo que afasta as gerações e faz diluir as relações sociais que outrora a fábrica construiu.

Regenerar o tecido social, demonstra-se assim necessário e pertinente para voltar a unir algo a que a desindustrialização distanciou. Neste sentido, destacando a fábrica como elemento conector do tecido social da freguesia, procura-se reaproximar a comunidade através da intervenção dos espaços da ruína, projetando abandono como uma potencialidade.

Posto isto, a intervenção recai no antigo edifício de fição, por apresentar uma cobertura que propicia luz natural durante o dia, por garantir uma dimensão passível a uma maior flexibilidade de usos e por conferir relações visuais com o rio e o restante edificado. Demonstrando assim, as condições necessárias para a apropriação da comunidade.

Num primeiro momento, procura-se reativar a rua interna de distribuição e ligação até à entrada do edifício. A rua também ela entendida como um espaço social, em que outrora foi percorrida por milhares de operários, é reconhecida como um espaço que deve ser alvo de intervenção. Neste sentido, com a ação de limpar a vegetação que cresce continuamente ao longo desta, pretende-se mudar a perceção de condição de ruína e do próprio abandono para a comunidade.

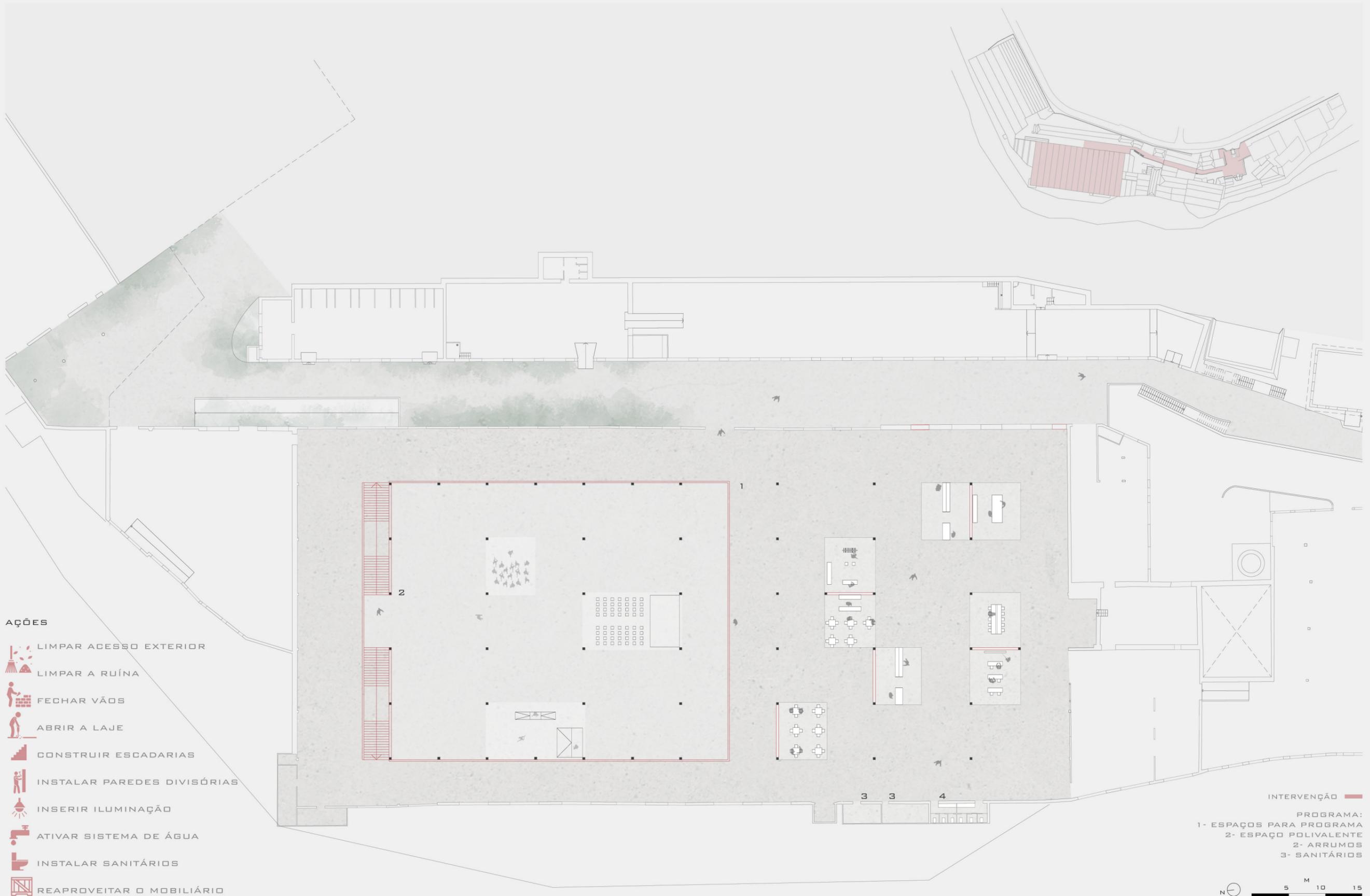
Com uma organização espacial bastante interessante, o edifício apresenta uma métrica constante conferida pelos pilares retangulares que suportam a cobertura em shed. Constituído por dois pisos e com uma área inicial de cerca de 11 000m², o espaço

demonstra-se assim, uma potencialidade para inserção de novos usos e para a estimulação social. Neste sentido, pretende-se inicialmente, a criação de condições para acomodar a população, como a limpeza da ruína, instalação de iluminação e de sanitários. De seguida, através da métrica construtiva do edifício, foram considerados os módulos existentes de 50 m² (7,5 x 6,6) para projetar possíveis usos que se demonstrem pertinentes e necessários à comunidade. Num primeiro momento, apresenta-se imediato a conceder espaços para o lazer e diversão para a população através da integração de salas de convívio e cafetarias. Propõe-se também a integração de salas de trabalho, de formação e reuniões como meio de envolver e cativar as gerações mais novas. As oficinas, apontam-se também como um uso pertinente para a população, uma vez que de raízes operárias, podem ser utilizadas para a realização de atividades, como costura. Este programa flexível, pode ser ainda estendido à integração de espaços para venda de produto, como lojas ou mercearias.

No piso inferior, propõe-se um uso mais livre e informal em que os espaços podem ser utilizados para concertos, eventos, aulas de dança, ou até mesmo acomodar um circuito de skate, procurando dar resposta a uma atividade que já acontece na ruína.

Para auxiliar a realização destas atividades é proposto a reutilização do mobiliário existente por toda a ruína, dando um novo uso a estes vestígios e fragmentos do passado. Para atribuir uma maior privacidade e conforto a alguns dos espaços, como às salas de trabalho e de formação, é proposto a instalação de paredes flexíveis a serem montadas e desmontadas consoante a necessidade. A intervenção prende-se ainda na demolição de parte da laje, criando uma maior permeabilidade e relação visual entre o primeiro e segundo piso, e na construção de acessos verticais que liguem as duas partes.

Todo o programa proposto apresenta-se flexível, que com o tempo e face à necessidade pode ser estendido ou até mesmo removido, preservando sempre a ruína e um presente contínuo.



AÇÕES

-  LIMPAR ACESSO EXTERIOR
-  LIMPAR A RUÍNA
-  FECHAR VÃOS
-  ABRIR A LAJE
-  CONSTRUIR ESCADARIAS
-  INSTALAR PAREDES DIVISÓRIAS
-  INSERIR ILUMINAÇÃO
-  ATIVAR SISTEMA DE ÁGUA
-  INSTALAR SANITÁRIOS
-  REAPROVEITAR O MOBILIÁRIO

INTERVENÇÃO 

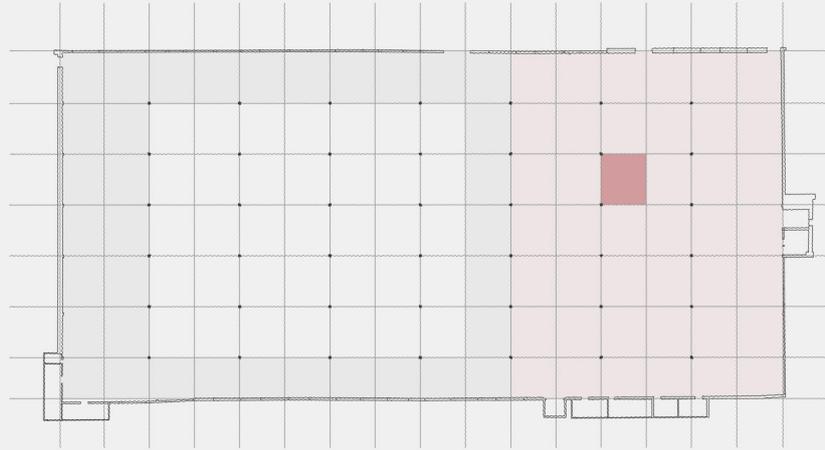
PROGRAMA:
 1- ESPAÇOS PARA PROGRAMA
 2- ESPAÇO POLIVALENTE
 2- ARRUMOS
 3- SANITÁRIOS



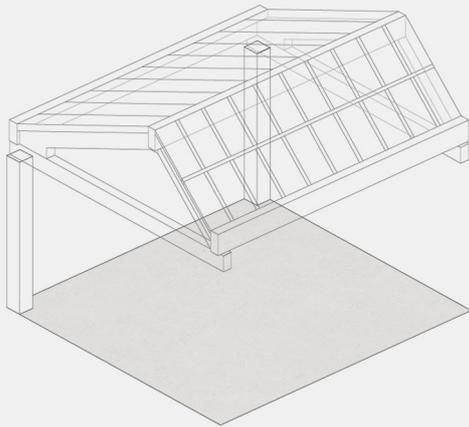
FIGURA 116 REGENERAR O TECIDO SOCIAL



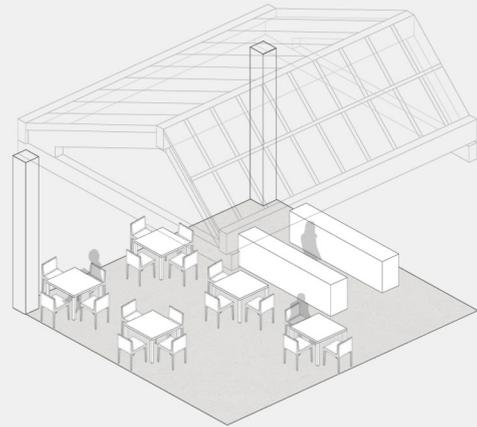
FIGURA 117 REGENERAR O TECIDO SOCIAL - PROPOSTAS DE PROGRAMA I



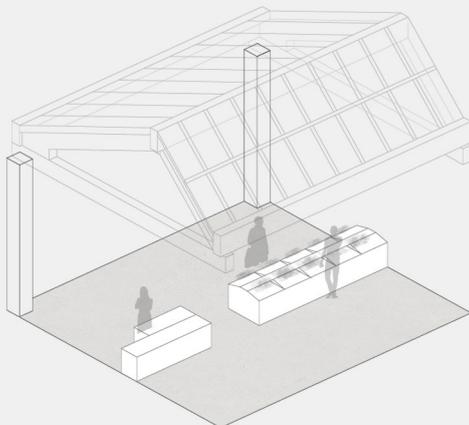
MÓDULO 50 M² (7,5 X 6,6) ■
 ESPAÇO PARA PROGRAMA ■
 ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO ■



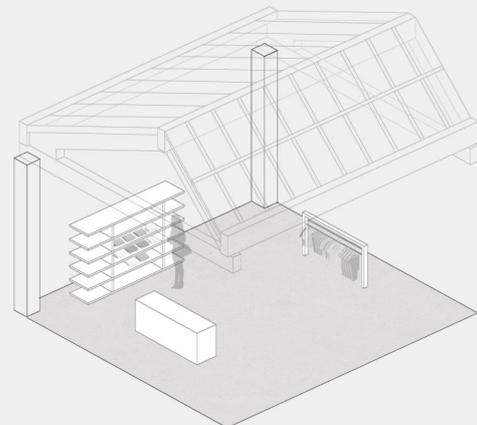
MORFOLOGIA DO MÓDULO
 PISO 1 - 42 MÓDULOS (2100 M²)
 PISO 0 - 98 MÓDULOS (4900 M²)



CAFETERIA

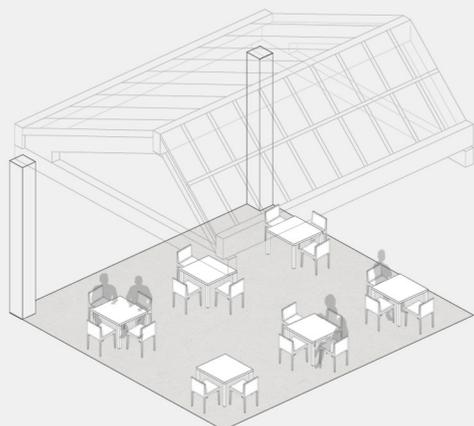


MERCEARIA

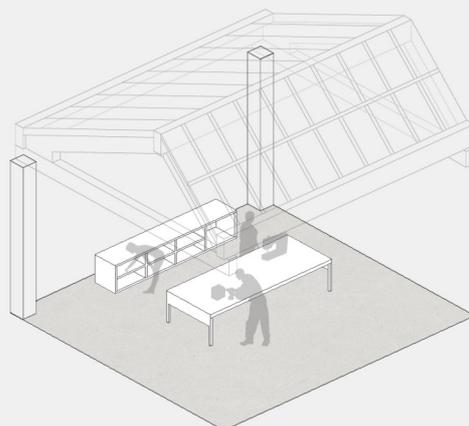


LOJA

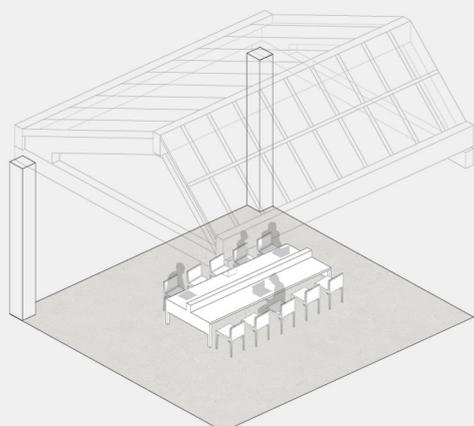
FIGURA 118 REGENERAR O TECIDO SOCIAL - PROPOSTAS DE PROGRAMA II



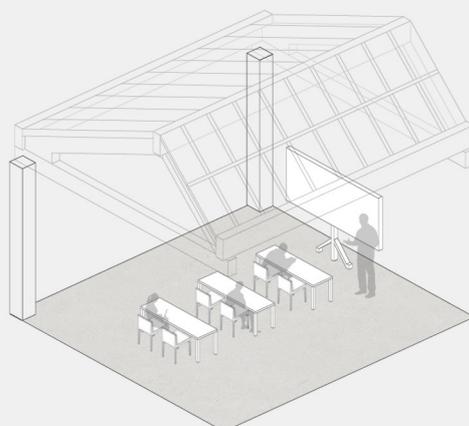
SALA DE CONVÍVIO



OFICINA



SALA DE TRABALHO



SALA DE FORMAÇÃO

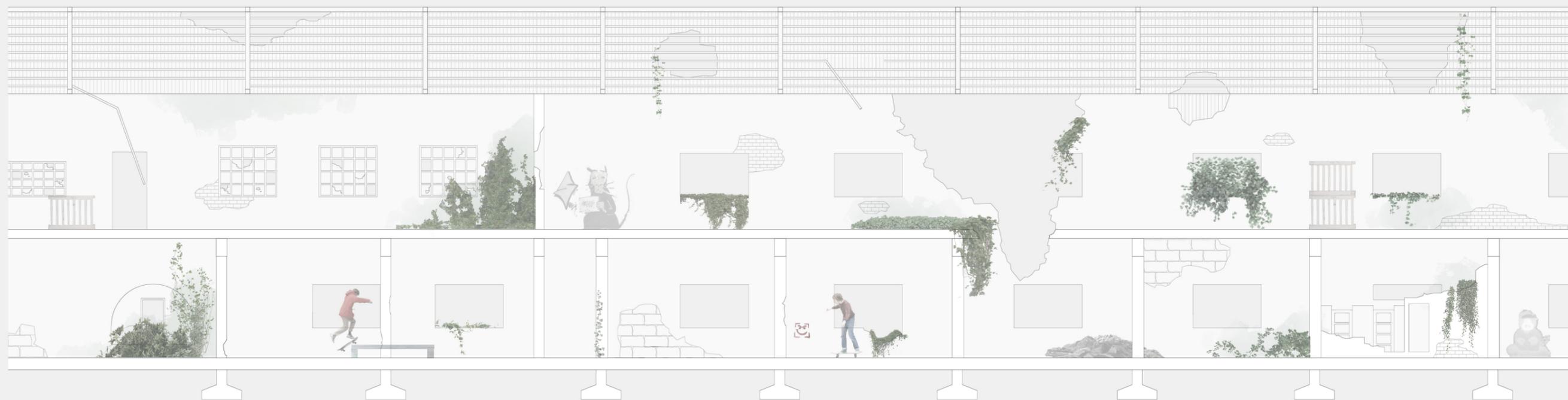
FIGURA 119 REGENERAR O TECIDO SOCIAL - PROPOSTAS DE PROGRAMA III

Com a desativação e conseqüente abandono, a Fábrica Sampaio Ferreira ficou inevitavelmente exposta à ação do tempo e da natureza. No seu aparente estado de estagnação, a ruína presencia continuamente a apropriação humana e da vegetação, que lentamente começa a tomar os edifícios, iniciando o processo de regresso à natureza.

“A fábrica é um lugar redundante onde a estética moderna encontra o próprio programa moderno. Nada tem de natural, ou enraizado no tempo, como a habitação, a igreja ou o cemitério. A fábrica é um objeto destinado a cair, ou a permanecer como uma ruína da modernidade”¹⁰⁵.

A ação do não agir, demonstra-se assim, um meio de preservar a contínua ação de ruína e degradação a que os edifícios se encontram expostos. Trata-se assim, de aceitar a condição natural do objeto e de permitir que as apropriações espontâneas continuem a acontecer. Desde a vegetação que toma a ruína, ao edifício que lentamente começa a ruir, à utilização humana que vê a ruína como um espaço cheio de potencialidades de uso, a intenção prende-se assim, em preservar a permanência de um presente contínuo no seu mais puro estado.

¹⁰⁵ FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz - O fim da fábrica, o início da ruína. In: Arquitetura da Indústria, 1925-1965. [s.l.]: Fundação DOCOMOMO ibérico, 2005. p. 92



2 M 4 6
FIGURA 120 A RUÍNA COMO FUTURO



FIGURA 121 A RUÍNA COMO FUTURO - A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Preservando a condição de ruína da Fábrica Sampaio Ferreira e atendendo a toda a paisagem que a envolve, as propostas de intervenção realizadas pontualmente ao longo da unidade fabril e da freguesia de Riba de Ave, formam no fim uma abordagem única.

O passado áureo e o presente contínuo são assim, respeitados e valorizados através de intervenções que procurem reconhecer todo um património intrínseco à fábrica e, em simultâneo, regenerar o tecido urbano e social, através de uma abordagem que não anule a condição de abandono, mas que potencialize a ruína e a paisagem envolvente.

Assim sendo, através de todas estas ações, e do agir e não agir, que no fim resultam numa estratégia única, possibilita-se à Fábrica Sampaio Ferreira a reativação de um motor que volte a permitir a evolução e o desenvolvimento de uma paisagem produtiva.

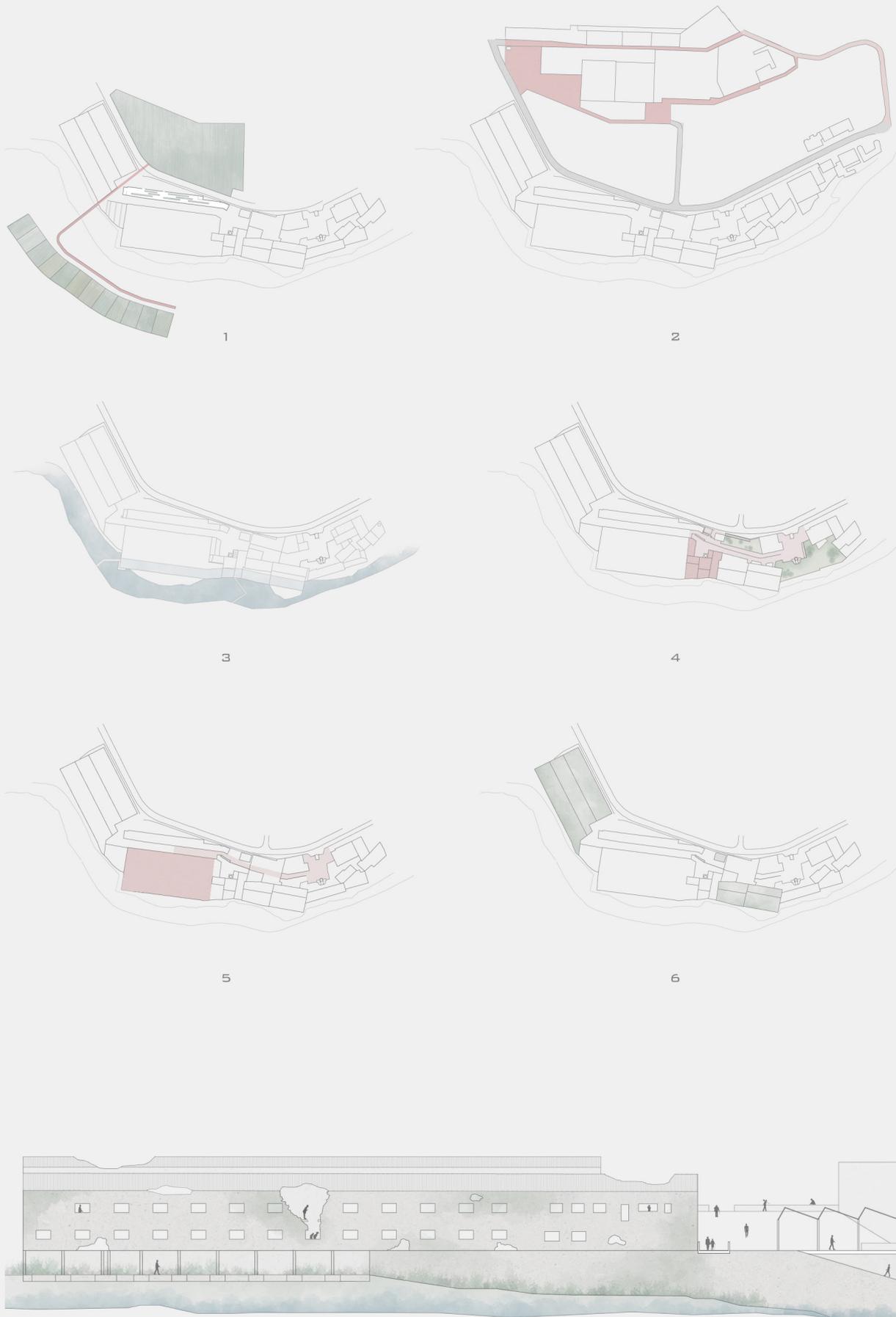


FIGURA 122 IMAGEM SÍNTESE DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

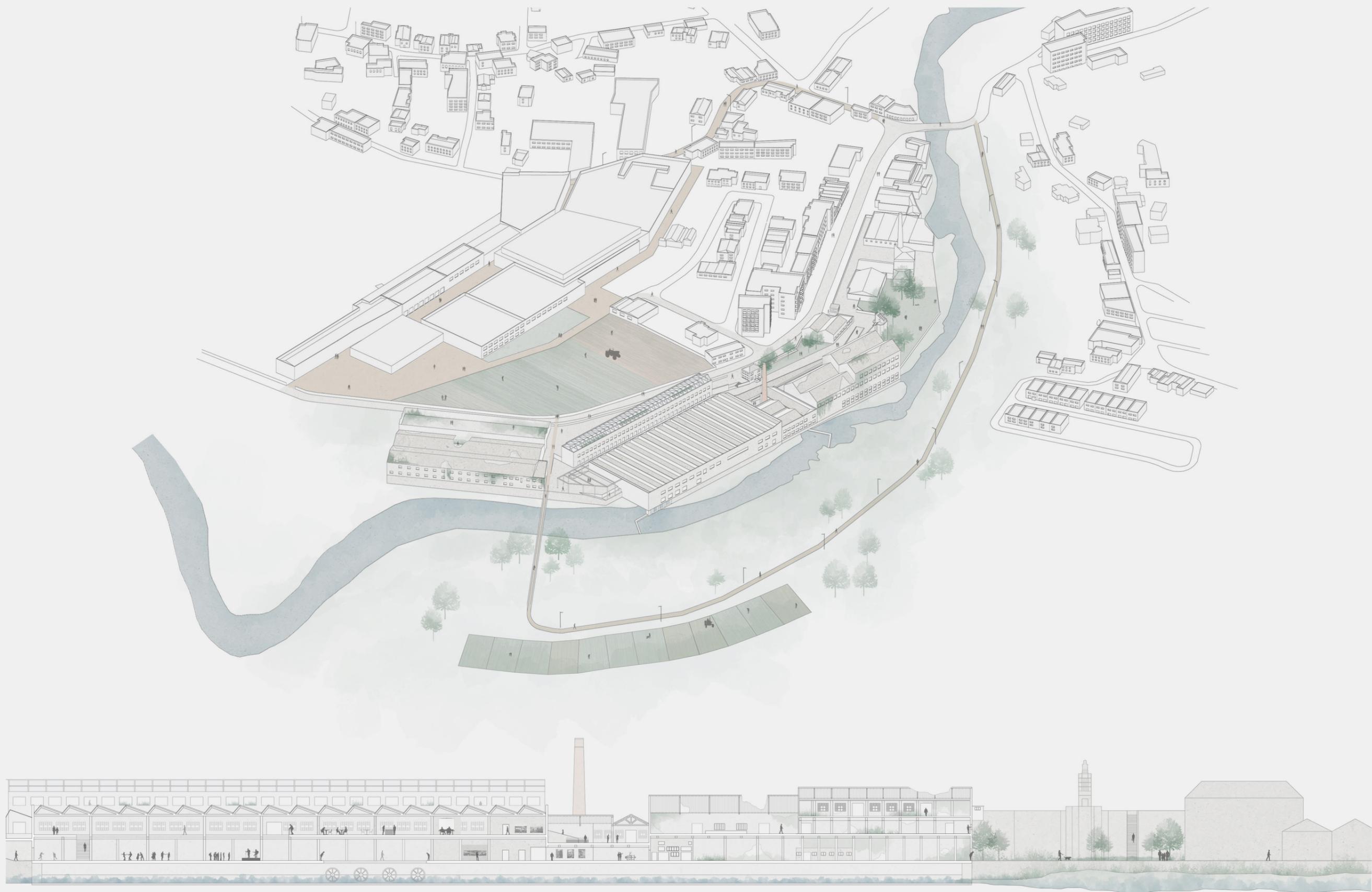


FIGURA 123 IMAGEM SÍNTESE DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO II

CONCLUSÃO

As ruínas industriais são presenças ubíquas no território contemporâneo do Vale do Ave, que denunciam uma paisagem produtiva estagnada, preenchida de fragmentos de uma atividade passada e de um património singular. Uma das questões principais compreendidas na presente investigação, foi procurar novas formas de abordagem ao abandono que, através da análise e do entendimento da condição atual da ruína e do passado, procurem responder e solucionar problemas presentes no tecido social e urbano.

O desenvolvimento desta investigação demonstrou-se assim pertinente, como meio de lançar um novo olhar à ruína e à paisagem envolvente e de proteger de ações descontextualizadas centradas meramente na reconversão da situação. Para tal, entendeu-se um passado e um presente, como elementos que devem ser respeitados e preservados, a fim de projetar a potencialidade do abandono para o exterior, em benesse do território e da população.

Dentro deste processo, procurou-se inicialmente compreender o testemunho patrimonial possuído pela fábrica, que possibilitou a evolução e a transformação de um território e que permitiu desenvolver uma paisagem produtiva. Face à análise do ponto de vista histórico, energético, têxtil e social da unidade fabril, surgiu a vontade e a necessidade de reconhecer todo este testemunho do passado, que agora repousa nas camadas da ruína, e de o devolver a uma população envolvente de raízes operárias.

Perante todo o recompilar de testemunhos, memórias e fragmentos de um passado áureo, a condição atual da ruína surgiu também como um elemento a ser considerado. As apropriações contínuas que acontecem dentro dos espaços abandonados, expõe uma ruína em que, no seu aparente estado de estagnação, presencia vida e ação. Assume-se assim, a existência de um presente contínuo que deve ser mantido e valorizado.

Após toda análise das camadas histórias e atuais que constituem a Fábrica Sampaio Ferreira, foram projetadas alternativas que integrem a condição de ruína e abandono,

através de intervenções pontuais que respondem independentemente a cada um dos temas abordados e estudados. Face a um edifício preenchido de potencialidades e a uma paisagem recetível a transformação, procurou-se a criação de um conjunto de ações que, através do agir e não agir, não anulam a condição de ruína, mas que a complementam.

Todas estas estas estratégias de projetar a potencialidade do abandono, formam no fim uma abordagem única, que possibilita à fábrica a reativação de um motor que volte a influenciar a evolução e o desenvolvimento da paisagem produtiva.

A investigação realizada apresenta-se assim, como uma tomada de consciência para as ruínas industriais. Mais do que preservar o físico e o construído, trata-se de reconhecer um património cada vez mais distante e respetivo ao passado, e de respeitar um presente. Não se procura contudo, estabelecer um modelo de intervenção, mas sim de apresentar possibilidades de projetar o abandono em benesse da ruína e da paisagem produtiva.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ALVES, Jorge Fernandes – A indústria em Vila Nova de Famalicão: uma perspetiva histórica. In: CAPELA, José; MARQUES, José; COSTA, Artur; SILVA, António – História de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Quase, 2005

ALVES, Jorge Fernandes – A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. ISBN 972-8157-53-3. Vol. 2

ALVES, Jorge Fernandes - Cooperativismo e electrificação rural - a Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2000. Boletim Cultural

ALVES, Jorge Fernandes – Fiar e Tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999

ALVES, Jorge Fernandes – Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. 2002

ALVES, Jorge Fernandes – Riba d'Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999

BASTOS, Carlos – O algodão no Comércio e na Indústria. Porto: Edição do Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947

BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. ISBN 978-989-97916-0-2

CORDEIRO, José Lopes; TEIXEIRA, Mariana Jacob - Francisco Inácio da Cunha Guimarães (1864-1947): Um pioneiro da Indústria Têxtil na Bacia do Ave. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2017. ISBN 978-989-8012-44-9

COSTA, Francisco da Silva – Aproveitamentos Hidráulicos e Hidroeléctricos do rio Ave no período 1902-1936. Lisboa. Actas do 7º Congresso da Água

DOMINGUES, Álvaro – Transgénicos. In: Arquitectura em Lugares Comuns: Ideias e projectos para o Vale do Ave. Porto: Dafne Editora, 2008

FERNANDO, Aurélio - Riba d'Ave em Terras de Entre-Ambas-as-Aves: Monográficos. Riba de Ave: Mário Brito Publicações, 1994. Vol.2

FIGUEIRA, Jorge; MILHEIRO, Ana Vaz - O fim da fábrica, o início da ruína. In: Arquitectura da Indústria, 1925-1965. [s.l.]: Fundação DOCOMOMO ibérico, 2005

LEITÃO, Maria; SARAIVA, Vânia - Riba D`Ave Industrial: Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano. Porto: Fundação da Juventude; Ordem dos Arquitectos, 2012

MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. ISBN 972-8157-53-3. Vol. 2

PEREIRA, Augusto Castro - História da indústria do Vale do Ave: (1890-2001). Santo Tirso: [s.n.], 2002. ISBN 972-95872-7-2

PEREIRA, Virgílio Borges - Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respetivas propriedades sociais. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. ISBN 972-8157-53-3. Vol. 2

PINHEIRO, Thomaz Bordallo – Manual do Fabricante de Tecidos. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.]

PROVIDÊNCIA, Paulo – Um olhar sobre o Vale do Ave. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. ISBN 972-8157-53-3. Vol. 2

PROVIDÊNCIA, João Paulo; BAPTISTA, Lúcia - Paisagem e Memória: a rota como estratégia de musealização, comunicação. In: Reversão e Musealização de Espaços Industriais: Actas do Colóquio de Museologia Industrial. Porto: [s.n.], 2003. ISBN 972-98277-3-7

QUEIROZ, Ribeiro Ernesto – O algodão: novos processos de produção, comércio e indústria. Porto: Oficinas gráficas de “O Comércio do Porto”, 1965

RUSKIN, John - The Seven Lamps of Architecture. London: Smith, Elder & Co, 1849

SANTOS, Firmino - Vila de Ribeirão - uma terra, um povo e a sua história. [s.l.]: Graficameres, Lda, 2008

SEIXAS, Paulo Castro; SEABRA, Daniel - Centro residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”. In: MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel – Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002. ISBN 972-8157-53-3. Vol. 2

SOUTO, José Correia - Minha Terra e Minha Musa. Braga: [s.n.], 1985

VASCONCELOS, Joaquim - Indústrias Portuguesas. Lisboa: IPPC, 1983

VIERIA, Álvaro Siza - Imaginar a evidência. Lisboa: Edições 70, 2000

VIEIRA, José Augusto – O Minho Pittoresco. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886. Vol.2

Trabalhos / Teses

ALMEIDA, Beatriz - Ruínas Industriais nos Centros Urbanos: Uma Proposta de Requalificação para o sítio da antiga fábrica “Madrugada”. Porto: [s.n.], 2016. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

ALVES, Filipa; SILVA, Rafaela; PAVAROTTI, Eleonora. Meanwhile in “Loteamento da Lage”. Trabalho Atelier 2 A -Território. Universidade do Minho. Guimarães, 2017

ALVES, Filipa; FERREIRA, Carla. Trabalho de Atelier 3ª – Espaço Público. Universidade do Minho. Guimarães, 2018

COSTA, Francisco da Silva - A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973. Braga: [s.n.], 2007. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

FERREIRA, Diana – Paisagem Industrial do Vale do Ave: Da energia hidráulica à energia eléctrica. Coimbra: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

FERREIRA, Rui - Fábricas das Histórias: A narrativa como ferramenta para reconversão de espaços abandonados. O exemplo da fábrica têxtil Belcor. Guimarães: [s.n.], 2018. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho

FERNANDES, Dalila – Houve Gente: Contributos para a identificação e preservação da memória do operariado fabril do Vale do Ave. Porto: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

FIGUEIRA, João - O Estado na electrificação portuguesa: Da Lei de Electrificação do País à EDP (1945-1976). Coimbra: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado apresentada Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

RIBEIRO, Luísa - Os bairros do paternalismo industrial: O caso do Vale do Ave (1900-1974). Porto: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

RODRIGUES, Diogo - Linearidades: limites, continuidades e transições no Vale do Ave. Guimarães: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho

SOUSA, Francisco- Regeneração Cultural: Reabilitação do Teatro Narciso Ferreira, em Riba de Ave. Guimarães: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho

TOMAZ, Joana Francisco - Projeto Fábrica Sampaio Ferreira: Resposta ao concurso Desafios Urbanos'16, seguido de uma reflexão sobre intervenções em edifícios industriais. Porto: [s.n.], 2016. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Artigos / Revistas

ALVES, Jorge Fernandes – Fundação Narciso Ferreira: Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. In: O Tripeiro. 7ª série, ano XV, nº 8 (1996)

Boletim de Riba D’Ave. Riba de Ave: [s.n.], 1956

In Memoriam: Centenário de nascimento de Narciso Ferreira. Porto: [s.n.], 1962

Gazeta de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 9 de Janeiro 1917. Jornal

Narciso Ferreira: O homem e a sua obra. In Indústria Portuguesa. 1942

Opinião Pública. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1 de Abril 2005. Jornal.

PORTAS, Nuno - Modelo territorial e intervenção no Médio Ave. In “Sociedade e Território”. Porto. nº5 (1986)

Sites

<http://www.anteprojectos.com.pt/2017/05/02/memoria-aberta-revitalizacao-da-fabrica-sampaio-ferreira-e-cia-lda/>

<http://entre-ambos-os-aves.blogspot.com/2010/04/>

<https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>

<https://www.facebook.com/valedoaveeaindustriatextil/>

<https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>

<http://famalicao.org/inweb//pesquisa.aspx?ns=506000>

https://issuu.com/inemoreira/docs/edificiosvestigios_net_preview

www.jn.pt/arquivo/2006/maquinas-e-memorias-a-venda-na-sampaio-ferreira-570253.html

<https://mendonca.co/sampaio-ferreira/>

<http://www.museudaindustriatextil.org>

<http://patridacom.blogspot.com/2010/01/imagens-actuais-da-fabrica-sampaio.html>

<https://salvadorcorreiafotografias.blogs.sapo.pt/sampaio-ferreira-e-ca-lda-a-minha-4371>

<https://vilanovaonline.pt/2017/10/22/azinhas-moinhos-acudes-no-vale-do-ave-historia-cultura-patrimonio-inovacao-i-parte-introducao/>

BIBLIOGRAFIA DE IMAGENS

- Figura 1** A paisagem produtiva do Vale do Ave e a Fábrica Sampaio Ferreira em Riba de Ave
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 2** Representação da indústria caseira no Vale do Ave nos inícios do século XX
Fonte: PEREIRA, Augusto Castro - História da Indústria do Vale do Ave: (1890-2001). Santo Tirso: [s.n.], 2002. p.19
- Figura 3** Esquemas de contextualização do território
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 4** Os caminhos de ferro - estação ferroviária de Famalicão e linha férrea de Caniços
Fonte: <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
- Figura 5** Simbiose entre o rural e o industrial no Vale do Ave no século XX
Fonte: <https://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=1206292>
- Figura 6** Indústrias têxteis implantadas no Vale do Ave no século XIX e XX
Fonte: 1- <https://entre-ambos-os-aves.blogspot.com/2010/04/industria-sec-xix.html>
2 - <https://mendonca.co/fabricadoferro/>
3- <http://mmap.cm-stirso.pt/fabrica-fiaco-es-texteis-santo-tirso/>
4- <http://fnarcisoferreira.org/patrimonio/>
5- <http://m.bairroantigo.webnode.pt/album/galeria-de-fotos/e%20t%20e%20%20cani%3a7os%20anos%2020%20001-jpg/>
6- <http://fnarcisoferreira.org/patrimonio/>
- Figura 7** Mapeamento das indústrias existentes no Vale do Ave nos séculos XIX e XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 8** O território do Vale do Ave e a evolução de uma paisagem produtiva
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 9** Paisagem pitoresca de riba de ave no século XIX
Fonte: 1- SOUTO, José Correia - Minha Terra e Minha Musa. Braga: [s.n.], 1985. p.22
2- Jornal de Riba d'Ave. Riba de Ave: [s.n.], 1957 (Maio)
- Figura 10** Fotografia aérea de Riba de Ave de 1958
Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Riba+d'Ave>
- Figura 11** Fotomontagem da Fábrica do Barão da Trovisqueira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 12** Análise da indústria algodoeira no concelho de Famalicão segundo o inquérito industrial de 1890
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 13** Análise do movimento operário e da evolução demográfica nas freguesias de Famalicão no século XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 14** Mapeamento dos terrenos agrícolas em Riba de Ave e Oliveira São Mateus
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 15** Ortofotomapas da evolução do território de Riba de Ave I
Fonte: Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 16** Ortofotomapas da evolução do território de Riba de Ave II
Fonte: Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 17** Evolução do território de Riba de Ave
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 18** Paisagem de Riba de Ave nos inícios do século XX e na atualidade
Fonte: 1 - <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
2 - Realizada pela autora
- Figura 19** Evolução da avenida narciso ferreira desde o início do século XX até à atualidade
Fonte: 1 - <http://www.jf-ribadeave.pt/>
2- <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
3 - <http://www.jf-ribadeave.pt/riba-de-ave/historia-de-riba-de-ave/>
4 - https://www.cm-vnfamalicao.pt/_riba_de_ave_vestese_de_branco
- Figura 20** Fotografia de Narciso Ferreira e família
Fonte: FERNANDO, Aurélio - Da industrialização à criação dos estudos secundários. In Riba d' ave em "terras de entre-ambas-as-aves": monográficos. Porto: Mário Brito Publicações, 2005. Vol. 2. p.24
- Figura 21** Genealogia da família de Narciso Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 22** Feiras de Vila Nova de Famalicão e de Fafe no século XIX
Fonte: 1 - <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
2 - <http://c.geneal.over-blog.com/article-feiras-antigas-02-49566306.html>
- Figura 23** Esquema de localização do percurso principal e das feiras frequentadas por Narciso Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 24** Venda de tecidos em Riba de ave no século XX
Fonte: <https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>
- Figura 25** Movimento de deslocação da indústria e da residência de Narciso Ferreira
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 26** Terrenos pertencentes à família de Eva Rosa e posterior localização da fábrica
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 27** Narciso Ferreira e sócios da Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba de Ave
Fonte: <https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>
- Figura 28** A Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba de Ave no ano de 1900
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 29** Empresas fundadas por Narciso Ferreira no Vale do Ave nos finais do século XIX e inícios do século XX
Fonte: ALVES, Jorge Fernandes – Riba d’Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999. p. 13
- Figura 30** Plano da linha férrea do Ave proposta por Narciso Ferreira no ano de 1927
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 31** Fábricas e equipamentos construídos pela família Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 32** Fotografias aéreas das fábricas e equipamentos construídos pela família Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 33** Residências e respetivos terrenos pertencentes à família Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 34** Inauguração do Centro Residencial Conde de Riba de Ave no ano de 1969
Fonte: <https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>
- Figura 35** Levantamento fotográfico e arquitetónico dos equipamentos construídos pela família Ferreira I
Fonte: Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 36** Levantamento fotográfico e arquitetónico dos equipamentos construídos pela família Ferreira II
Fonte: Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 37** Levantamento fotográfico e arquitetónico dos equipamentos construídos pela família Ferreira III
Fonte: Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 38** Fotografia de azenha velha situada nas margens de Riba de Ave e Oliveira Santa Maria
Fonte: <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
- Figura 39** O território do Vale do Ave e respetivos rios
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 40** Tipos de aproveitamentos hidráulicos existentes ao longo do curso do Rio Ave no século XIX e XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 41** Localização dos engenhos hidráulicos no século XIX e XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 42** Localização dos engenhos hidráulicos no século XIX e XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 43** Levantamento das atividades associadas à construção de açudes no Vale do Ave no século XX
Fonte:
Agrícola
1 - <http://rota-ap.pt/linha/caima/ponto/c2-praia-fluvial-de-burgaes>
2 - http://www.cm-penamacor.pt/00_exposicoes/expo_2007_2.pdf
Moinhos
1 - <https://www.allaboutportugal.pt/pt/viana-do-castelo/monumentos/moinho-de-agua-de-montaria>
2 - <http://entre-ambos-os-aves.blogspot.com/2010/04/>
Azenha
1 - <https://vilanovaonline.pt/2017/10/22/azendas-moinhos-acudes-no-vale-do-ave-historia-cultura-patrimonio-inovacao-i-parte-introducao/>
2 - <https://vilanovaonline.pt/2017/12/23/azendas-moinhos-acudes-vale-do-ave-historia-cultura-patrimonio-inovacao-iii-expansao-secs-v-xiii/>
Moenda
1 - <https://www.jornalnordeste.com/tio-joao/moinho-parado-nao-ganha-maquia>
2 - <https://vilanovaonline.pt/2017/10/22/azendas-moinhos-acudes-no-vale-do-ave-historia-cultura-patrimonio-inovacao-i-parte-introducao/>
Industrial
1 - <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
2 - <http://visao.sapo.pt/exame/2017-09-01-como-elas-ja-mandam-no-textil>
Energia
1 - Arquivo da fábrica Rio Vizela
2 - <https://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao>
Abastecimento
1 - <https://www.flickr.com/photos/ruiacfs/7236858852>
2 - <http://www.museudaindustriatextil.org>
- Figura 44** Levantamento do número de açudes em função da atividade e registo por concelhos entre 1900 e 1970, no Rio Ave
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 45** Tipos de aproveitamentos hidráulicos existentes ao longo do curso do Rio Ave segundo as atividades
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 46** Evolução da Fábrica Sampaio Ferreira e dos aproveitamentos energéticos, desde 1890 a 1950 I
Fonte: 1- Realizada pela autora
2 – Fundação Narciso Ferreira
- Figura 47** Evolução da Fábrica Sampaio Ferreira e dos aproveitamentos energéticos, desde 1890 a 1950 II
Fonte: Fundação Narciso Ferreira
- Figura 48** Aproveitamentos hidráulicos na Fábrica Sampaio Ferreira através de uma roda hidráulica no século XIX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 49** Aproveitamentos hidráulicos na Fábrica Sampaio Ferreira através de uma roda hidráulica no século XIX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 50** Engenhos hidráulicos existentes na Fábrica Sampaio Ferreira no século XX
Fonte: <http://fnarcisoferreira.org/patrimonio/>
- Figura 51** Chaminé da Fábrica Sampaio Ferreira datada com o ano de 1899
Fonte: Autora
- Figura 52** Central hidroelétrica de Bairro e respetivo açude, 1906
Fonte: Arquivo da Fábrica Do Rio Vizela
- Figura 53** Gerador da central hidroelétrica de Bairro no século XX
Fonte: Arquivo da Fábrica Do Rio Vizela
- Figura 54** Aproveitamentos energéticos construídos pela família Ferreira no século XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 55** As centrais hidroelétricas e o abastecimento de energia no Vale do Ave no século XX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 56** Mapa cronológico I: 1845 -1933
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 57** Mapa cronológico II: 1934 - 2020
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 58** A atividade do tecer no Vale do Ave no século XIX
Fonte: BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p.86
- Figura 59** O sistema produtivo têxtil e a maquinaria utilizada em cada fase do processo
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 60** Máquina de perfurar cartões
Fonte: Autora
- Figura 61** Descrição do sistema produtivo têxtil algodoeiro, da matéria prima à transformação em tecido I
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 62** Descrição do sistema produtivo têxtil algodoeiro, da matéria prima à transformação em tecido II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 63** Evolução do complexo fabril da Fábrica Sampaio Ferreira ao longo do tempo
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 64** Sistema produtivo compreendido pela Fábrica Sampaio Ferreira no ano de 1995
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 65** Programa compreendido pela Fábrica Sampaio Ferreira no ano de 1995
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 66** Evolução do programa e do sistema produtivo têxtil algodoeiro na Fábrica Sampaio Ferreira nos anos de 1880 e 1900
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 67** Evolução do programa e do sistema produtivo têxtil algodoeiro na Fábrica Sampaio Ferreira nos anos de 1950 e 1995
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 68** Fotografia de centenas de operários na cantina da Fábrica Sampaio Ferreira na década de 1920
Fonte: BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação narciso Ferreira, 2012. p.151
- Figura 69** Evolução do número de população e de operariado no Vale do Ave entre o século XIX e XXI
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 70** A situação de analfabetismo da classe operária do Vale do Ave na década de 50
Fonte: PEREIRA, Augusto Castro - História da indústria do Vale do Ave: (1890-2001). Santo Tirso: [s.n.], 2002. p.25
- Figura 71** Horário de trabalho de uma fábrica têxtil algodoeira do Vale do Ave no ano de 1900
Fonte: ALVES, Jorge Fernandes - Riba d'Ave: na memória da indústria algodoeira. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.
- Figura 72** A presença de mão de obra infantil na Fábrica Sampaio Ferreira no século XX
Fonte: PEREIRA, Augusto Castro - Operariado Têxtil em Portugal: uma monografia. Santo Tirso: [s.n.], 2006. p.39

- Figura 73** Cantina e creche das fábricas de Narciso Ferreira
Fonte: BORGES, Nestor Rebelo - Narciso Ferreira: Um contemporâneo do seu tempo. Riba de Ave: Fundação Narciso Ferreira, 2012. p.152
- Figura 74** Colónia balnear da Fundação Narciso Ferreira
Fonte: <https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>
- Figura 75** Livro de ponto diário com identificação dos turnos realizados no ano de 1989
Fonte: Arquivo Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
- Figura 76** fichas de identificação dos operários da Fábrica Sampaio Ferreira
Fonte: Arquivo Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
- Figura 77** Fichas de identificação de uma operária com descrição da atividade e do salário
Fonte: Arquivo Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
- Figura 78** Fotografia da greve de 2005 que antecedeu ao encerramento da Fábrica Sampaio Ferreira
Fonte: PEREIRA, Augusto Castro - Operariado têxtil em Portugal: uma monografia. Santo Tirso: [s.n.], 2006. p.45
- Figura 79** Manifestações do operariado das fábricas de Riba de Ave em Maio de 1974
Fonte: <https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847>
- Figura 80** Encerramento da Fábrica Sampaio Ferreira
Fonte: FERNANDES, Dalila - Houve Gente: Contributos para a identificação e preservação da memória do operariado fabril do Vale do Ave: Uma herança da fotografia documental e do design editorial na construção de um livro de fotografia. Porto: [s.n.], 2017. Dissertação de Mestrado apresentada Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. p. 28
- Figura 81** O presente da Fábrica Sampaio Ferreira
Fonte: Autora
- Figura 82** A materialidade da fábrica
Fonte: Autora
- Figura 83** Planta cobertura e alçado principal da Fábrica Sampaio Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 84** Levantamento arquitetónico da Fábrica Sampaio Ferreira à escala 1:2000
Fonte: Levantamento cedido por Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 85** Levantamento arquitetónico da Fábrica Sampaio Ferreira à escala 1:2000 II
Fonte: Levantamento cedido por Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão

- Figura 86** Levantamento arquitetônico da Fábrica Sampaio Ferreira à escala 1:500
Fonte: Levantamento cedido por Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 87** Levantamento arquitetônico da Fábrica Sampaio Ferreira à escala 1:500 II
Fonte: Levantamento cedido por Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Figura 88** A materialidade da Fábrica Sampaio Ferreira I
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 89** A materialidade da Fábrica Sampaio Ferreira II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 90** A materialidade da Fábrica Sampaio Ferreira III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 91** Caraterização do estado atual dos equipamentos construídos pela família Ferreira
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 92** A ruína e a ausência de um programa na Fábrica Sampaio Ferreira no ano 2020
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 93** A materialidade na Fábrica Sampaio Ferreira I
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 94** A materialidade na Fábrica Sampaio Ferreira II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 95** A materialidade na Fábrica Sampaio Ferreira III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 96** A ação da natureza na ruína
Fonte: Autora
- Figura 97** A ação da natureza na ruína II
Fonte: Autora
- Figura 98** Vestígios da apropriação humana
Fonte: Autora
- Figura 99** Tipos de apropriações presentes na fábrica
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 100** A fábrica e a relação com a rua
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 101** A fábrica Sampaio Ferreira e a relação com o exterior
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 102** A escala de som na freguesia de Riba de Ave
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 103** A vegetação na Fábrica Sampaio Ferreira e na envolvente
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 104** A fábrica e a paisagem produtiva
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 105** A fábrica e a paisagem produtiva II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 106** A fábrica e a paisagem produtiva III - pormenor construtivo da cobertura
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 107** Reconectar o tecido urbano e social
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 108** Reconectar o tecido urbano e social II - pormenor construtivo da rua
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 109** Reconectar o tecido urbano e social III -
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 110** Reativar o património energético
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 111** Reativar o património energético II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 112** Reativar o património energético III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 113** Reconhecer o património industrial e arquitetónico da fábrica
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 114** Reconhecer o património industrial e arquitetónico da fábrica II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 115** Reconhecer o património industrial e arquitetónico da fábrica III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 116** Regenerar o tecido social
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 117** Regenerar o tecido social – propostas de programa I
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 118** Regenerar o tecido social – propostas de programa II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 119** Regenerar o tecido social – propostas de programa III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 120** A ruína como futuro
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 121** A ruína como futuro II - a apropriação da natureza
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 122** Imagem síntese das propostas de intervenção
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 123** Imagem síntese das propostas de intervenção II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 124** Levantamento fotográfico do exterior da Fábrica Sampaio Ferreira I
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 125** Levantamento fotográfico do exterior da Fábrica Sampaio Ferreira II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 126** Levantamento fotográfico do exterior da Fábrica Sampaio Ferreira III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 127** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira I
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 128** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira II
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 129** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira III
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 130** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira VI
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 131** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira V
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 132** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira VI
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 133** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira VII
Fonte: Realizada pela autora

- Figura 134** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira VIII
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 135** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira IX
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 136** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira X
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 137** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira XI
Fonte: Realizada pela autora
- Figura 138** Levantamento fotográfico do interior da Fábrica Sampaio Ferreira XII
Fonte: Realizada pela autora

ANEXOS

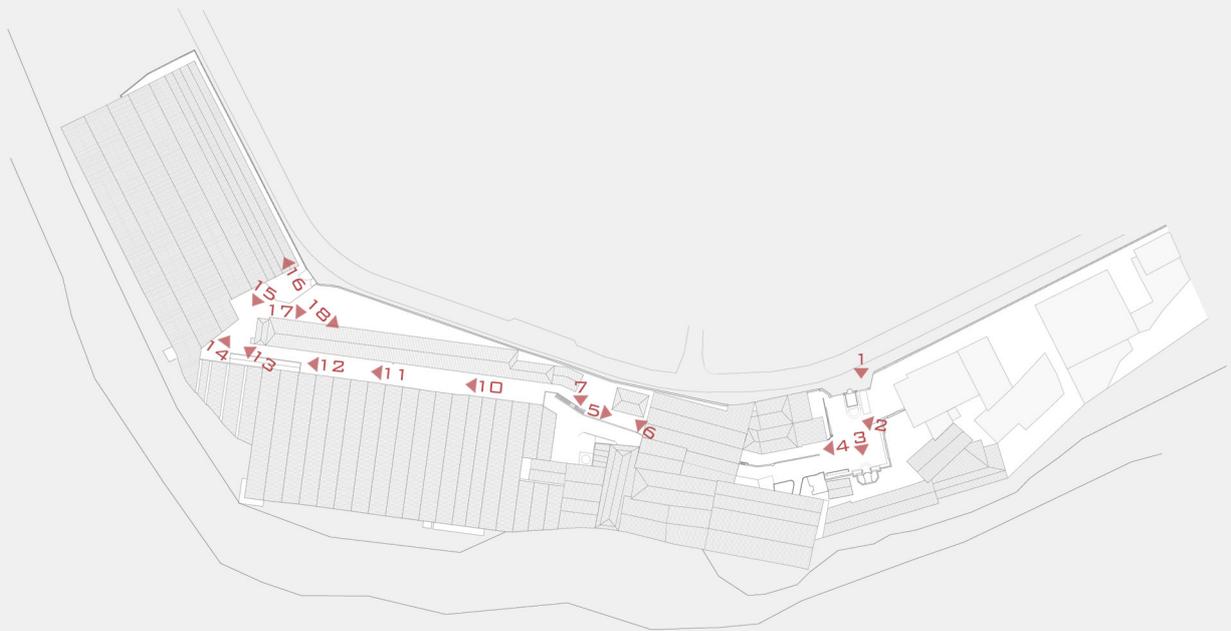


FIGURA 124 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO EXTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA I

1



2



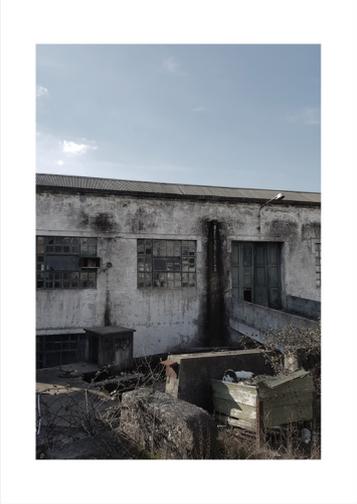
3



4



5



6



7



8



9



FIGURA 125 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO EXTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA II

10



11



12



13



14



15



16



17



18



FIGURA 126 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO EXTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA III

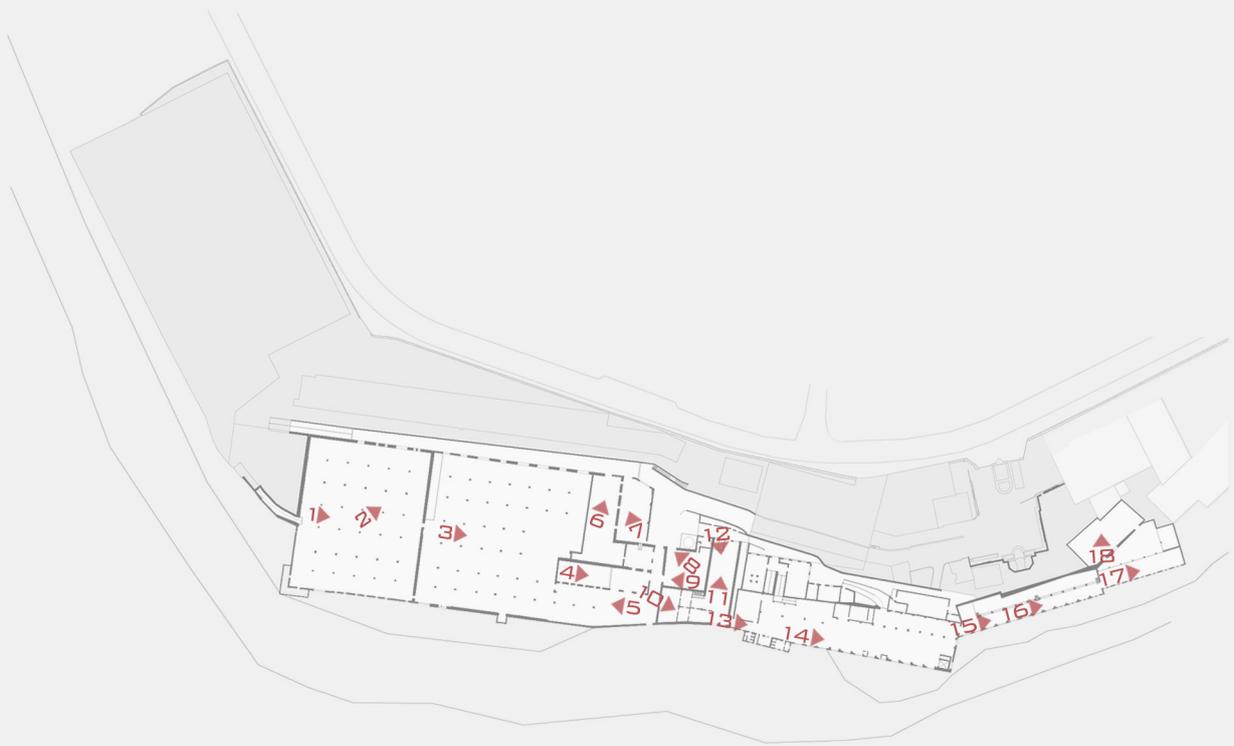
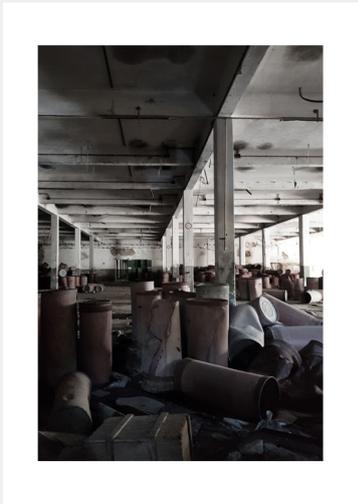


FIGURA 127 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA I

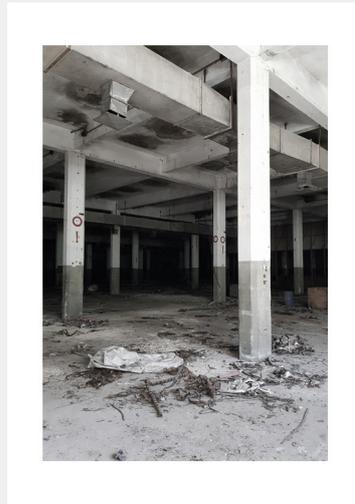
1



2



3



4



5



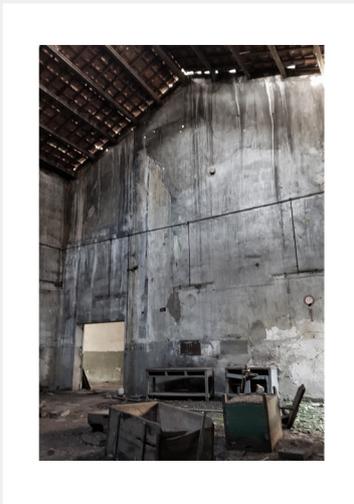
6



7



8



9

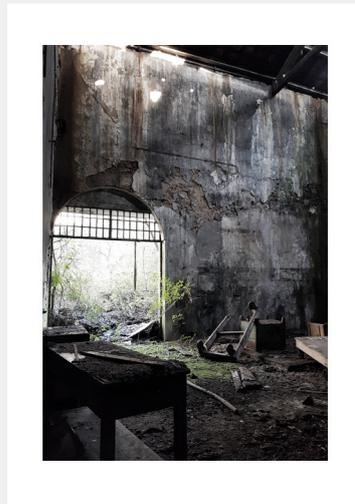


FIGURA 128 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA II

10



11



12



13



14



15



16



17



18



FIGURA 129 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA III

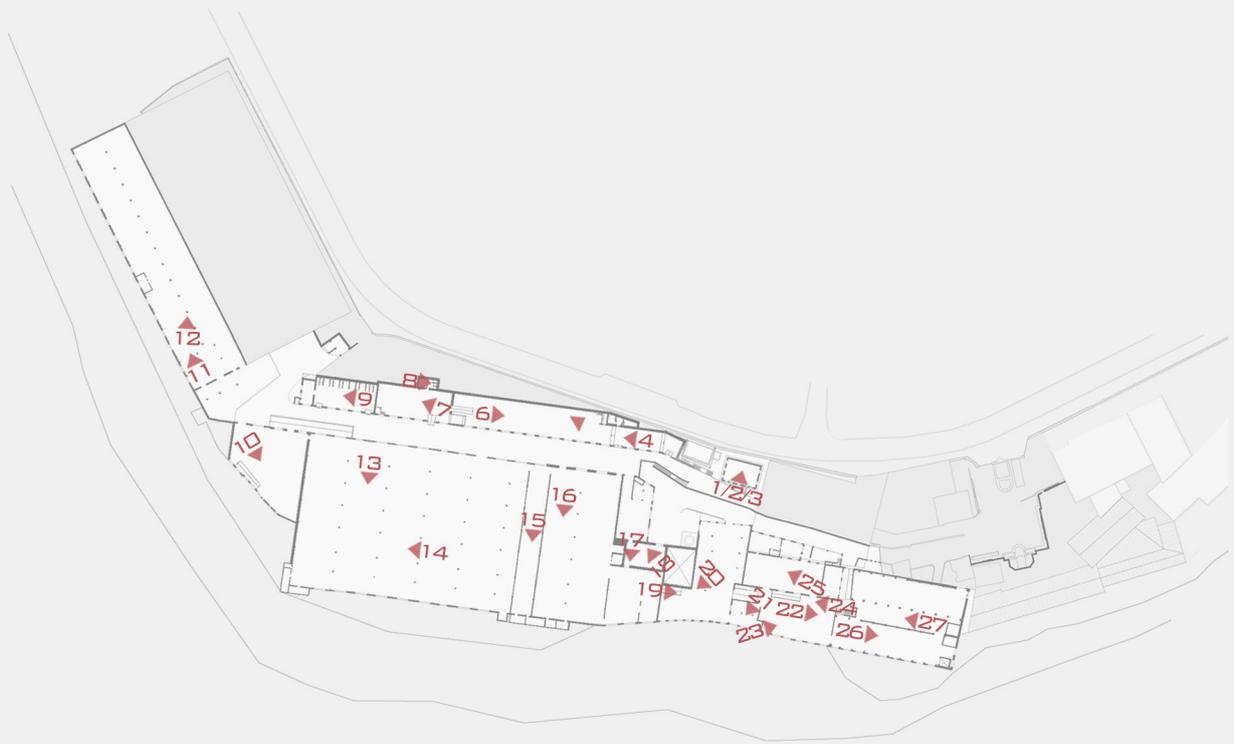
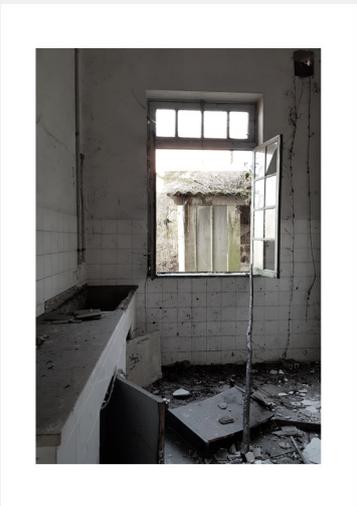


FIGURA 130 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA IV

1



2



3



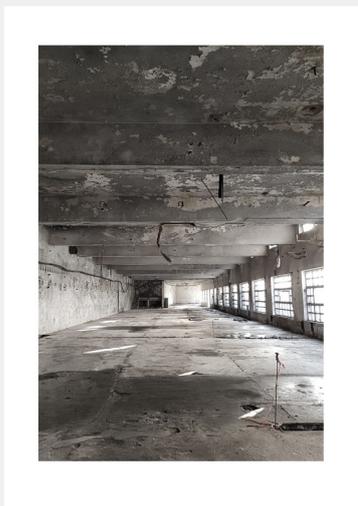
4



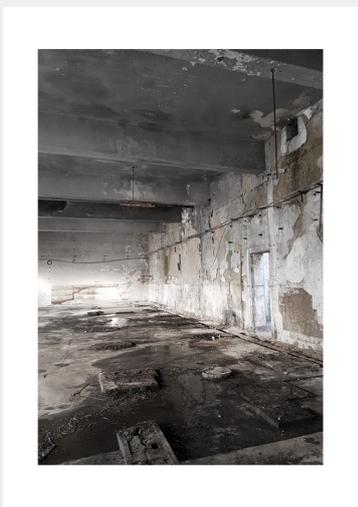
5



6



7



8



9



FIGURA 131 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA V

10



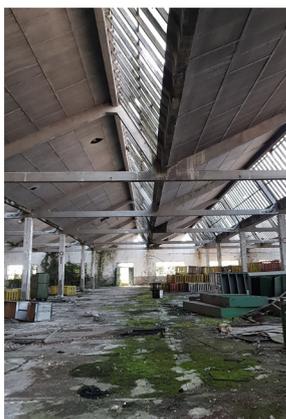
11



12



13



14



15



16



17



18



FIGURA 132 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA VI

19



20



21



22



23



24



25



26



27

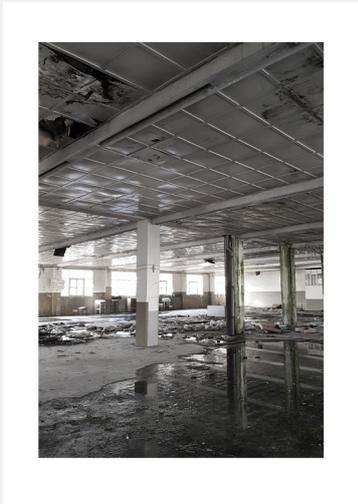


FIGURA 133 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA VII



FIGURA 134 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA VIII

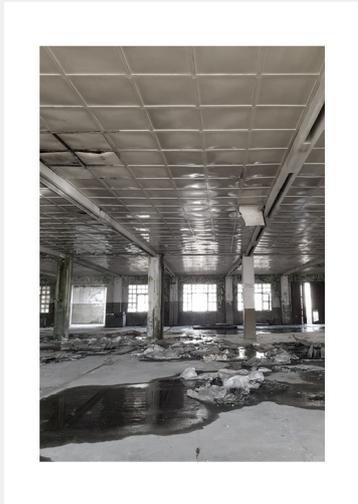
1



2



3



4



5



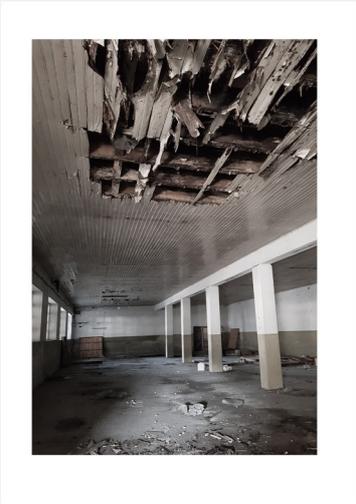
6



7



8



9



FIGURA 135 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA ix

10



11



12



13



14



15



16



17



18



FIGURA 136 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA x

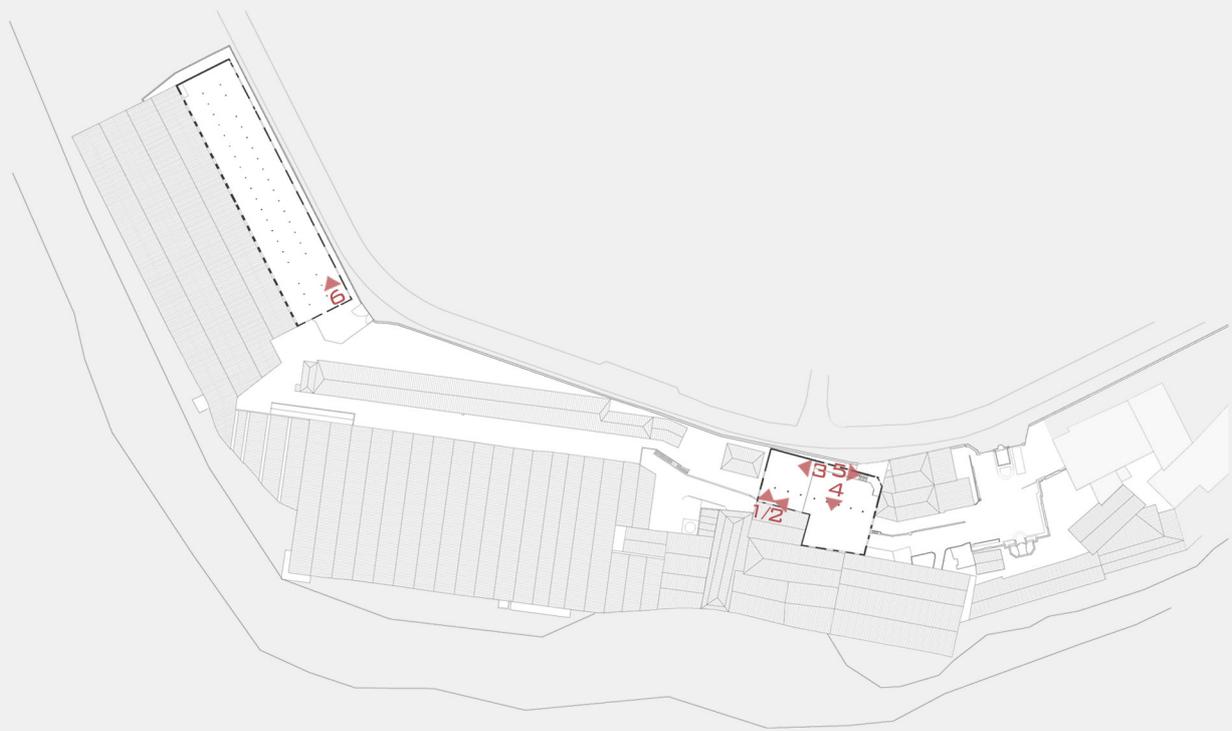
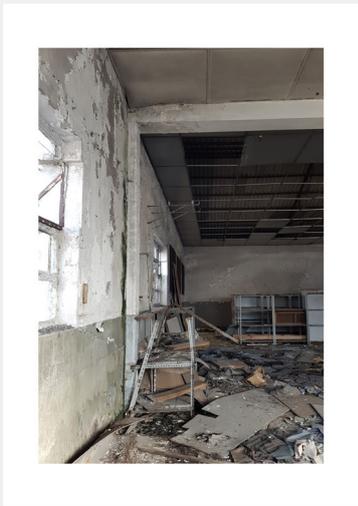


FIGURA 137 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA XI

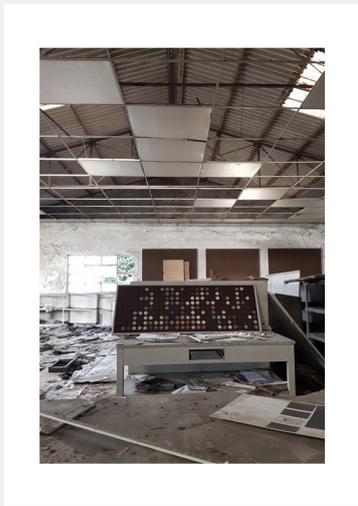
1



2



3



4



5



6



FIGURA 138 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO INTERIOR DA FÁBRICA SAMPAIO FERREIRA XII

